

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

DESIGUALDADE E POBREZA NO MÉXICO:
São Inevitáveis?

Tese de Doutorado em Ciências Econômicas

Genaro Aguilar Gutiérrez

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Genaro Aguilar Gutiérrez em 13/10/98 e assinada pelo Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann.
CPG/IE, 13/10/98
Rodolfo Hoffmann

Orientador: Prof. Rodolfo Hoffmann

Campinas, São Paulo, Brasil. Agosto 1998.

3829035



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Es.
TAREFA	BC/36.029
PROC	395/98
	<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$.11,00
DATA	17/12/98
N.º CPS	

CM-00119679-9

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

Ag93d Aguilar Gutiérrez, Genaro
Desigualdade e pobreza no México : são inevitáveis? / Genaro
Aguilar Gutiérrez. -- Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : Rodolfo Hoffmann
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Ins-
tituto de Economia.

1. Renda - Distribuição - México. 2. Pobreza - México. I.
Hoffmann, Rodolfo. II. Universidade Estadual de Campinas. Ins-
tituto de Economia. III. Título.

Agradecimentos

Nestes dias poucas Universidades Públicas na América Latina conseguem oferecer condições adequadas de Estudo e Pesquisa aos seus alunos de Pós-graduação. No Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas encontrei as condições institucionais (e materiais) necessárias ao desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Rodolfo Hoffmann pela orientação.

Também foi valioso o apoio do pessoal da Secretaria Acadêmica, do Centro de Documentação e do Lector de Processamento de Dados. Sou grato a eles.

O apoio financeiro foi obtido do Ministério de Educação do Brasil, por meio da Embaixada do Brasil no México (Programa de Estudantes Convênio Pós-graduação, PEC-PB).

ÍNDICE

Índice de Gráficos.....	i
Índice de Tabelas.....	iii
1. Introdução.....	1
1.1 Motivação.....	2
1.2 Objetivo.....	3
1.3 Conteúdo.....	4
2. Metodologia, Fontes de Dados e Regiões Econômicas do México.....	6
2.1 As “Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares de México”.....	6
2.2 As técnicas estatísticas utilizadas.....	13
2.2.1 Quais medidas de desigualdade?.....	14
2.2.2 As fórmulas.....	25
2.2.3 Quais pobres?.....	28
2.2.4 Equações de Rendimento.....	31
2.3 Regiões Econômicas do México.....	32
2.3.1 Região Centro do México.....	32
2.3.2 Região Golfo do México.....	33
2.3.3 Região Nordeste.....	34
2.3.4 Região Noroeste.....	34
2.3.5 Região Norte do México.....	34
2.3.6 Região Ocidente.....	35
2.3.7 Região Península de Yucatán.....	35
2.3.8 Região Sudeste.....	35
3. Distribuição de renda no México de 1984 a 1994.....	36
3.1 Antecedentes: mudança econômica e tendências gerais na distribuição pessoal de renda no México, 1950-1994.....	36
3.2 Indivíduos pobres em famílias ricas?.....	42
3.3 1984-1994: Maior desigualdade.....	48
4. Condicionantes da desigualdade.....	73
4.1 A distribuição como resultado da história.....	73

4.2 Um país, muitas faces: contrastes regionais e setoriais de renda.....	76
4.3 Renda das pessoas e variáveis associadas.....	82
5. Conclusões: O que fazer.....	102
5.1 Políticas Sociais nos Países Desenvolvidos.....	102
5.1.1 O caso norte-americano.....	103
5.1.2 Políticas Sociais na França.....	104
5.1.3 O caso inglês.....	105
5.1.4 Itália.....	106
5.2 Do Diagnóstico às Linhas Gerais de Ação.....	107
5.3 Realidades diferentes, políticas diferentes.....	112
Anexo 1. Tipos de Renda incluídas e excluídas na Análise da Distribuição da Renda no México.....	115
Anexo 2. Índices de Rendimento Nacionais, México, 1984-1994.....	117
Anexo 3. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1989. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	119
Anexo 4. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1989, zonas urbanas. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	120
Anexo 5. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1989, zonas rurais. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	121
Anexo 6. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1992. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	122

Anexo 7. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1992, zonas urbanas. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	123
Anexo 8. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1992, zonas rurais. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	124
Referências Bibliográficas.....	125

Índice de Gráficos

Gráfico 2.1 Histograma da distribuição da renda para pessoas classificadas de acordo com sua renda familiar <i>per capita</i> , México 1994.....	17
Gráfico 2.2 Curvas de sensibilidade relativa a transferências regressivas com dada razão entre as rendas.....	21
Gráfico 2.3 Curvas de sensibilidade relativa a transferências regressivas com dada diferença entre as rendas.....	24
Gráfico 3.1 Índice de Gini da Distribuição da Renda Familiar no México, 1950-1994.....	40
Gráfico 3.2 Curvas dos quantis da renda das pessoas no México, 1984-1994 (Parada de Pen).....	50
Gráfico 3.3 Índice de Gini da Distribuição da renda familiar per capita nacional e por regiões do México, 1984-1994.....	52
Gráfico 3.4 Índice <i>T</i> de Theil da Distribuição da renda familiar per capita nacional e por regiões do México, 1984-1994.....	52
Gráfico 3.5 Renda dos 10% mais ricos como proporção da renda dos 40% mais pobres nacional e por regiões no México, 1984-1994.....	53
Gráfico 3.6 Curvas de Lorenz da Distribuição da renda no México, 1984-1994.....	60
Gráfico 3.7 Curvas de Lorenz da Distribuição da renda na Região Centro do México, 1984-1994.....	62
Gráfico 3.8 Curvas de Lorenz da Distribuição da renda na Região Golfo do México, 1984-1994.....	62
Gráfico 3.9 Curvas de Lorenz da Distribuição da renda na Região Nordeste	

do México, 1984-1994.....	63
Gráfico 3.10 Curvas de Lorenz da Distribuição da renda na Região Noroeste do México, 1984-1994.....	63
Gráfico 3.11 Curvas de Lorenz da Distribuição da renda na Região Norte do México, 1984-1994.....	64
Gráfico 3.12 Curvas de Lorenz da Distribuição da renda na Região Ocidente do México, 1984-1994.....	64
Gráfico 3.13 Curvas de Lorenz da Distribuição da renda na Região Península de Yucatán, México, 1984-1994.....	65
Gráfico 3.14 Curvas de Lorenz da Distribuição da renda na Região Sudeste de México, 1984-1994.....	65

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 O efeito de uma transferência regressiva com uma dada razão entre as rendas ($x_j/x_h=\beta$, com $\beta >1$) sobre várias medidas de desigualdade.....	21
Tabela 2.2 O efeito de uma transferência regressiva com uma dada diferença entre as rendas ($x_j=x_h+\alpha$, com $\alpha > 0$) sobre várias medidas de desigualdade.....	23
Tabela 2.3 Regiões Econômicas do México.....	32
Tabela 3.1 Distribuição da renda entre pessoas economicamente ativas no México, 1994.....	44
Tabela 3.2 Distribuição da renda familiar per capita no México, 1994.....	45
Tabela 3.3 Distribuição por estratos de renda familiar per capita das pessoas de cada estrato de renda individual, México 1994.....	47
Tabela 3.4 Salários mínimos reais no México, 1940-1990 (1960=100).....	49
Tabela 3.5 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1984. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	56
Tabela 3.6 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1994. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	57
Tabela 3.7 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1984, zonas urbanas. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional	

e na pobreza nacional e regional.....	67
Tabela 3.8 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1984, zonas rurais. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	68
Tabela 3.9 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1994, zonas urbanas. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	69
Tabela 3.10 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1984, zonas rurais. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.....	70
Tabela 4.1 Participações da desigualdade da renda <i>dentro</i> e <i>entre</i> regiões na desigualdade da renda total no México e nas áreas urbana e rural, 1984-1994.....	77
Tabela 4.2 Componentes urbano e rural da desigualdade de renda a nível nacional e por regiões no México, 1984 (Em <i>nits</i> e percentagens).....	78
Tabela 4.3 Componentes urbano e rural da desigualdade de renda a nível nacional e por regiões no México, 1989 (Em <i>nits</i> e percentagens).....	79
Tabela 4.4 Componentes urbano e rural da desigualdade de renda a nível nacional e por regiões no México, 1992 (Em <i>nits</i> e percentagens).....	80
Tabela 4.5 Componentes urbano e rural da desigualdade de renda a nível nacional e por regiões no México, 1994 (Em <i>nits</i> e	

percentagens).....	81
Tabela 4.6 Contribuição Marginal de cada variável à explicação da variância do logaritmo da renda individual, México, total (urbano e rural) 1984 e 1994.....	86
Tabela 4.7 Contribuição Marginal de cada variável à explicação da variância do logaritmo da renda individual, México, zonas urbanas 1984 e 1994.....	86
Tabela 4.8 Contribuição Marginal de cada variável à explicação da variância do logaritmo da renda individual, México, zonas rurais 1984 e 1994.....	86
Tabela 4.9 Índices de Rendimento Nacionais e por zonas urbanas e rurais, México, 1984 e 1994.....	89
Tabela 4.10 Índices de rendimento por regiões e por zonas urbanas e rurais, México, 1984.....	93
Tabela 4.11 Índices de rendimento por regiões e por zonas urbanas e rurais, México, 1994.....	94
Tabela 4.12 Características da Força de Trabalho no México em 1984 e 1994.	97
Tabela 4.13 Freqüências (%) por grupos de idade, sexo, escolaridade, posição no trabalho, horas trabalhadas e setor de trabalho por regiões e por zonas urbanas e rurais do México, 1984.....	99
Tabela 4.14 Freqüências (%) por grupos de idade, sexo, escolaridade, posição no trabalho, horas trabalhadas e setor de trabalho por regiões e por zonas urbanas e rurais do México, 1994.....	100

1. Introdução.

Filósofos, historiadores, economistas, antropólogos, sociólogos e geógrafos têm estudado, ao longo da história da humanidade, a distribuição da renda. Na visão dos cientistas políticos do século XVIII, o surgimento da democracia como forma de convivência econômica, política e social criaria uma sociedade onde as condições dos indivíduos tenderiam a se aproximar. Estes cientistas distinguiam, como Aristóteles, os ricos da classe média e dos pobres; eram capazes de conceber a estrutura de uma sociedade democrática em termos da repartição da renda, mas consideravam que o movimento democrático, combinado com a sociedade industrial, multiplicaria os escalões intermediários da escala econômica e social. Para estes pensadores, o advento, após a Revolução Francesa, das sociedades democráticas seria caracterizado pelo aumento do volume das classes intermediárias, em termos de renda. Supunham que haveria cada vez menos indivíduos muito ricos e, ainda que existissem pessoas muito pobres, a maioria teria um nível econômico médio. As desigualdades na repartição da renda diminuiriam.

Adam Smith e Marx, menos otimistas, consideravam importante estudar as leis que determinam a repartição do produto, questão que para Ricardo era o objetivo central da Economia Política.

Enquanto a visão dos clássicos focalizava a distribuição funcional da renda, essa percepção daria lugar, em nosso século, a análises sofisticadas para caracterizar a distribuição pessoal da renda, conforme os trabalhos de Vilfredo Pareto, a curva de Otto Lorenz, o índice de Gini, as medidas de desigualdade de Theil e o índice de Atkinson.

Simon Kuznets (1955) propôs a hipótese do “U invertido”¹, que tem sido amplamente discutida, a partir de estudos empíricos, por diversos economistas (Paukert, 1973; Ahluwalia 1974 e 1976; Adelman e Morris 1973; Wright, 1978; Adelman e Robinson, 1989; Alesina e Perotti, 1994; Person e Tabellini, 1994; Kim, 1996; Decker, 1996; e Deininger e Squire, 1998). Uma conclusão, hoje evidente, é que a distribuição da renda não é independente dos demais aspectos centrais que definem o funcionamento estrutural da economia e que o crescimento econômico não se traduz, necessariamente, em menor desigualdade no longo prazo. Mais ainda, as disparidades muito grandes na distribuição da renda constituem um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Segue-se, portanto, a necessidade de intervenção do

¹ Num quadrante em que o eixo horizontal _das abcissas_ é o produto interno bruto por habitante e o eixo vertical _o das ordenadas_ é o índice de Gini. Ver Kuznets (1955).

estado, a partir de políticas redistributivas, para assegurar uma melhora na parte da renda apropriada pelos estratos menos favorecidos da população.

No México, não somente em “Los Sentimientos de la Nación” de José Maria Morelos y Pavón, mártir da Independência, como também no “Plan de Ayala” de Emiliano Zapata, herói da Revolução, foram expressos os ideais de igualdade econômica e social.

Oito décadas após terminada a Revolução Mexicana, uma abissal diferença entre ricos e pobres faz de México um dos países com maior desigualdade no mundo: os 10% mais ricos da população captam mais de 46% da renda total do país. As forças do mercado têm afastado o México de uma distribuição da renda menos desigual.

Quais são as forças e os mecanismos econômicos que podem ajudar para uma correção da desigualdade distributiva apresentada na estrutura econômica do México? Para responder a esta pergunta, é necessário formular apropriadamente um marco de referência para examinar as condições específicas nas quais políticas alternativas podem ser desenhadas. No nosso caso, esse marco está constituído por um diagnóstico sistemático e exaustivo das tendências na distribuição da renda no México.

Assim, o significado de um novo estudo sobre distribuição da renda no México é que, partindo de um diagnóstico detalhado, podemos colocar os alicerces para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento econômico que incorpore como um dos seus propósitos explícitos reverter as tendências para uma distribuição da renda cada vez mais desigual. Portanto, o propósito desta pesquisa foi estudar as tendências de longo prazo na distribuição da renda no México e as características da distribuição por regiões e estados. A aplicação de técnicas estatísticas que ajudam a estudar a distribuição a partir de diferentes índices de desigualdade e de distintos cortes lógicos permite compreender melhor o comportamento da desigualdade distributiva.

1.1 Motivação.

A relativa escassez de análises que ajudem a desvendar as causas da desigualdade e pobreza existentes no México pode ser atribuída, em parte, tanto à ausência do problema na agenda econômica nacional tida como prioritária, quanto à precariedade dos dados disponíveis. A maior parte dos estudos têm sido elaborados

com técnicas estatísticas pouco desenvolvidas², utilizando dados agregados por estratos de renda.

No Brasil, como se sabe, antes e sobretudo a partir da polêmica sobre a magnitude e as causas da desigualdade da renda do começo dos anos 70, técnicas analíticas foram aplicadas e/ou desenvolvidas com bastante precisão por diversos economistas (Hoffmann, 1967 e 1971; Fishlow, 1972; Langoni, 1973; Singer, 1975; Ramos, 1990; Hoffmann, 1992 e 1997).

Dois elementos motivaram o desenvolvimento do presente estudo. Por uma parte, a recente disponibilidade dos dados individuais das pesquisas domiciliares mexicanas sobre renda, contendo informações para o período 1984-1994, deu elementos suficientes para dar continuidade a nossas pesquisas prévias (Aguilar 1995) e permitiu a elaboração de um projeto de pesquisa que tivesse como meta a identificação dos padrões distributivos existentes e a exploração das causas da desigualdade e pobreza no México. Por outro lado, a oportunidade que tivemos de conhecer alguns dos principais estudos (e, em ocasiões aos próprios autores) sobre distribuição da renda no Brasil motivou a realização desta pesquisa, tendo em vista a possibilidade de aproveitar a experiência adquirida no Brasil tanto mediante a aplicação de um arcabouço estatístico e analítico já testado, quanto a oportunidade de trocar idéias diretamente com alguns autores daqueles estudos.

1.2 Objetivo.

O objetivo básico de nossa pesquisa foi estimar a magnitude e as características das mudanças nos perfis de renda entre 1984 e 1994, não apenas para o total do México, mas também separadamente por regiões e por áreas urbanas e rurais. Em segundo lugar, tentamos explicar as causas para as mudanças observadas durante esse período. A partir deste diagnóstico, nossa pesquisa se propôs definir, em linhas gerais, políticas econômicas voltadas à reversão das distorções identificadas no padrão distributivo.

De modo geral, observaremos quais são as questões que permitem explicar a natureza dos padrões distributivos existentes no México.

² Para se ter uma idéia, os cálculos sobre o grau de desigualdade eram feitos a partir de uma tabela de distribuição de frequências, subestimando o nível de desigualdade e sem fazer nenhuma consideração explícita sobre este problema. Tanto na literatura especializada sobre distribuição da renda no México quanto nas publicações oficiais do governo mexicano têm sido estudada a distribuição com dados de renda total por estrato, calculando a desigualdade da renda *entre* estratos e tomado-a como sendo a desigualdade total e ignorando por completo o componente da desigualdade existente *dentro* das classes de renda.

De modo mais particular, reconhecemos a complexidade dos elementos que influem sobre a distribuição da renda, mas partimos da concepção de que existe a necessidade de intervenção do Estado para assegurar o bem-estar econômico. Portanto, tentaremos apresentar algumas linhas indicativas de quais seriam as políticas econômicas concretas que permitiriam a um país como o México diminuir sistematicamente os níveis de desigualdade na distribuição da renda.

Procuramos mostrar que o México tem sérios problemas referentes à distribuição do produto e que as diferenças de captação de renda entre famílias e pessoas estão crescendo. Mais particularmente, a desigualdade na distribuição da renda entre famílias *dentro* das regiões e *dentro* dos estados está crescendo. Veremos que o processo de crescimento econômico não se traduz, necessariamente, em menor desigualdade no longo prazo e as disparidades na distribuição da renda podem ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Por conseguinte, a participação ativa do Estado para reverter esse quadro de desigualdade é necessária do ponto de vista econômico.

1.3 Conteúdo.

Tendo como pano de fundo as características históricas e estruturais da economia mexicana, esta tese constitui uma análise detalhada, a nível regional e por áreas urbanas e rurais, da distribuição da renda no México entre 1984 e 1994. Outra novidade, além de se tratar de um estudo regional, é que constitui um trabalho elaborado a partir dos dados individuais (de 30 000 a 60 000 observações para cada um dos anos de 1984, 1989, 1992 e 1994) das pesquisas domiciliares mexicanas sobre renda das pessoas. Realizar um estudo a partir dos micro-dados das pesquisas permitiu estimar adequadamente as medidas de desigualdade da renda e pobreza. Os estudos de nosso conhecimento até hoje realizados no México eram elaborados a partir de dados agregados publicados pelo INEGI, organismo oficial do governo mexicano para a divulgação das estatísticas nacionais, e ocorria, necessariamente, uma subestimativa (que mostramos ser muito relevante) do grau de desigualdade e da pobreza no México. Outra contribuição do estudo para a análise dos determinantes da distribuição da renda no México é que com os dados individuais de renda das pessoas e considerando suas características sócio-econômicas (como idade, sexo, escolaridade, posição na ocupação, horas trabalhadas, setor de atividade de cada pessoa, etc.) foi elaborado um modelo econométrico para avaliar a participação dessas características na explicação da variância do logaritmo da renda pessoal, o que permitiu construir tabelas de índices (a nível nacional e para cada uma das regiões e zonas econômicas) de rendimento, associados com as características sócio-econômicas das pessoas.

Como um resultado global, os achados de nossa pesquisa permitiram elaborar propostas de linhas gerais de política econômica que, considerando as características específicas das zonas e regiões econômicas, podem ajudar a reverter o quadro de pobreza e desigualdade existente no México.

O segundo capítulo mostra a metodologia e fontes de dados da pesquisa bem como a regionalização do México utilizada ao longo do estudo. Tomando como marco de referência as transformações econômicas mais importantes que o México sofreu neste século, no terceiro capítulo são estudadas as modificações mais relevantes na distribuição nacional, regional e setorial da renda e nos níveis de pobreza ocorridas entre 1984 e 1994. Registra-se a diferença de considerar as desigualdades de renda (e pobreza) para a população economicamente ativa ou para as pessoas ordenadas conforme sua renda familiar *per capita*. Considerando os condicionantes históricos e estruturais como pano de fundo, no quarto e último capítulo são discutidos os elementos que permitem explicar as desigualdades de renda no México, considerando primeiramente as diferenças regionais e setoriais e, depois, as características individuais dos receptores de renda.

2. Metodologia, Fontes de dados e Regiões Econômicas do México.

Neste capítulo apresentaremos a metodologia desta pesquisa. Na primeira seção far-se-á uma exposição sintética das fontes de dados empregadas para estudar a evolução da distribuição de renda no México; serão assinaladas algumas importantes inconsistências encontradas nas informações estatísticas e se mencionarão alguns outros aspectos metodológicos, como o deflator utilizado. A segunda parte mostrará porque e quais foram as ferramentas estatísticas empregadas, bem como o modelo das equações de rendimento. Já na terceira seção será apresentada a regionalização do México utilizada ao longo do estudo.

2.1 As “Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares de México”

Desenvolver uma análise dos determinantes da desigualdade na distribuição da renda e das variáveis relacionadas a esse fenômeno exige o estudo detalhado do comportamento da desigualdade na distribuição, por estratos de renda, por setores e por regiões econômicas. Para isto, é importante levar em consideração as características dos dados disponíveis. A seguir apresentaremos um breve resumo do conteúdo das pesquisas domiciliares que foram usadas como fonte primária de dados de nosso estudo, as “Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares” que passaremos a mencionar usando a sigla: ENIGH.

O sistema de pesquisas domiciliares de renda foi implantado progressivamente no México a partir de 1953 com a realização da “Encuesta de Ingresos y Egresos de la Población en México” por parte da *Secretaría de Industria y Comercio*. A periodicidade tem sido variável, executando-se mais 11 pesquisas a cargo de diferentes instituições nos anos de 1958, 1960, 1963, 1968, 1970, 1975, 1977, 1984, 1989, 1992 e 1994, sempre com realização dos levantamentos da informação no trimestre agosto-novembro. O sistema tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do nível de vida da população.

Na atualidade, as pesquisas nacionais de renda e gasto dos domicílios do México são elaboradas pelo Instituto Nacional de Estadística, Geografía e

Informática (INEGI) e têm cobertura nacional. As unidades de observação são os domicílios de mexicanos e/ou estrangeiros residentes no país, (excluindo domicílios de diplomatas), participem ou não em atividades econômicas durante o período de referência da pesquisa. Consideram-se integrantes da residência a todas as pessoas que moram habitualmente no mesmo domicílio (ausência máxima de três meses consecutivos, exclusive o chefe da família).

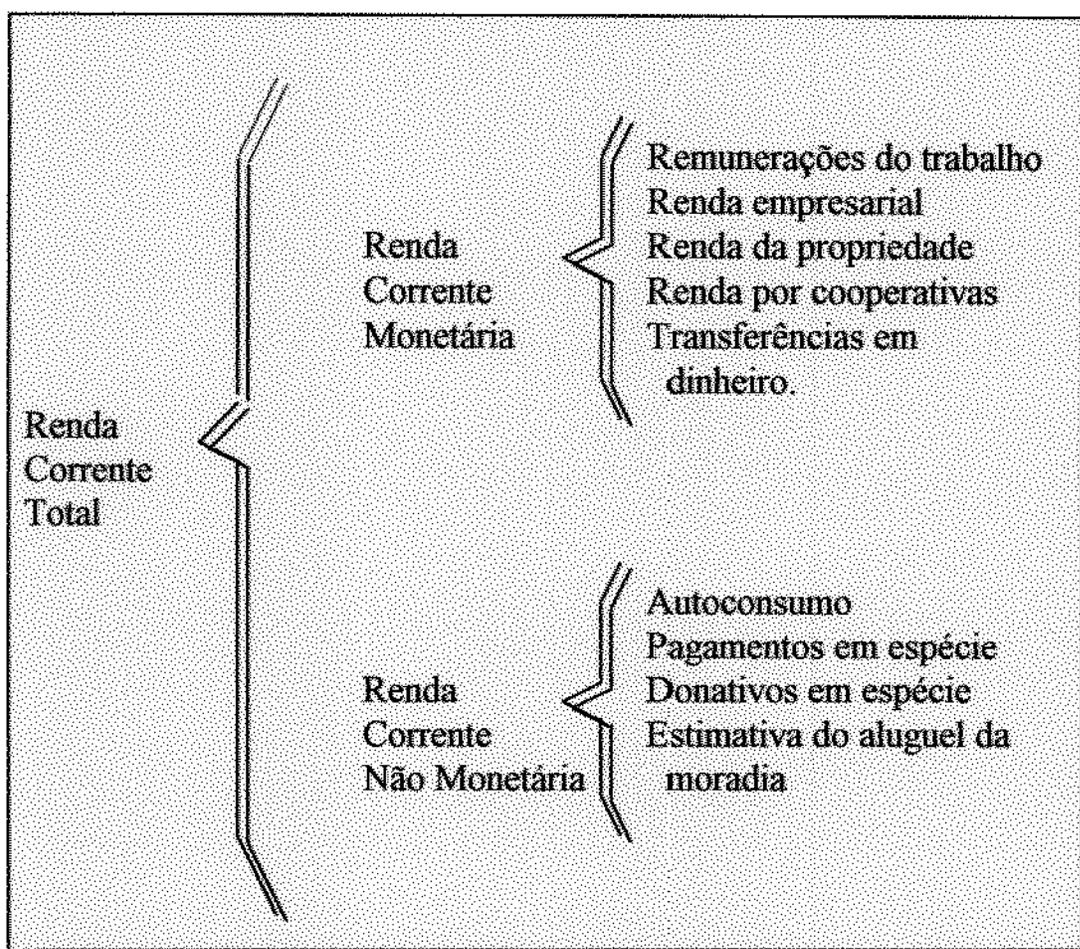
Antigamente, as pesquisas somente levantavam informação a nível nacional sobre a renda monetária dos domicílios. Como resultado de uma série de estudos clássicos sobre distribuição da renda no México (Ifigenia Martínez de Navarrete, 1960 e 1970), onde se destacava a importância de estudar a evolução dos fluxos reais de bens e serviços que não têm uma contrapartida monetária direta, bem como o comportamento da distribuição nos setores rural e urbano, a partir de 1984 as ENIGH incorporaram uma mudança na metodologia que permitiu a captação do componente não monetário da renda e dividiu a amostragem do país em zonas de “alta” e “baixa” densidade de população (que corresponderiam, *grosso modo*, a zonas urbanas e rurais). Por isso, a renda total das ENIGH de 1977 e anteriores não é diretamente comparável com a renda total das pesquisas posteriores a esse ano.

As ENIGH consistem em entrevistas aos integrantes das famílias. Um mesmo domicílio é visitado durante sete dias consecutivos com o intuito de captar informação detalhada sobre a composição *da renda e dos gastos* dos domicílios. Indagam, além dessa informação, as características sociodemográficas e ocupacionais dos integrantes dos domicílios, as características da moradia e dados de migração, fecundidade e subsídios em alimentos. As ENIGH fazem um instantâneo da vida de milhares de mexicanos e, pela amostragem, deduzem como vão os outros 90 milhões, ou seja, a população inteira.

As ENIGH classificam a renda total em duas categorias: corrente e de capital. A renda de capital é derivada da venda de casas, terrenos, condomínios, maquinaria e equipamento, animais, bônus, moedas, metais preciosos e jóias e retirada de poupança. Por sua natureza, estes rendimentos são, na realidade, eventuais, pois constituem renda derivada de heranças e da venda de ativos físicos.

A renda corrente total está constituída por rendimentos monetários e em espécie dos integrantes dos domicílios durante o período de referência. A renda corrente monetária é a quantidade de dinheiro que recebe uma pessoa por seu trabalho, lucros, aluguel de ativos físicos ou não físicos e indenizações e transferências correntes; constitui a contrapartida de serviços (prestados ou comprados) no mercado. Como se observa no esquema 1, a renda monetária inclui as remunerações do trabalho, a renda empresarial, a renda da propriedade, a renda obtida de cooperativas de produção e as transferências em dinheiro.

Esquema 1: Estrutura da renda corrente total dos domicílios do México.



A renda corrente não monetária é a renda implícita que corresponde basicamente a fluxos reais de bens e serviços que não têm uma contrapartida monetária direta, o que é particularmente importante no setor rural em forma de autoconsumo agrícola e no setor urbano em forma de transferências diretas entre indivíduos (alimentação e habitação constituem importante proporção

da renda dos empregados domésticos). Assim, a renda não monetária compreende parcelas que podem ser supostas mais ou menos permanentes, tais como as estimativas do autoconsumo. Trata-se, em suma, do valor estimado de bens e serviços que não foram comprados e que se destinam ao consumo privado dos domicílios. Inclui autoconsumo, pagamentos e donativos em espécie e uma estimativa do valor de aluguel da moradia. Porém, não inclui nenhuma quantificação do trabalho que a mulher e os filhos realizam dentro de casa, fato que é muito importante nos estratos de renda mais baixa.

É importante destacar que a captação do componente não monetário da renda nas pesquisas das décadas de oitenta e noventa ampliou as possibilidades de análise da distribuição da renda no México. Foi importante dispor desse tipo de informação visto que determinados pagamentos em espécie estão se transformando em um elemento cada vez mais importante da renda, não somente para estratos de baixa renda (nos quais a inclusão no pagamento de uma cesta de alimentos básicos é cada vez mais comum) como também para alguns setores da classe média alta (no setor de executivos, por exemplo, a cobertura, por parte das empresas, dos gastos em viagens assim como outras despesas em alimentação —em restaurantes—, moradia e ainda em recreação e lazer é também uma prática comum). Nossa pesquisa foi feita considerando a renda corrente total mensal normalizada dos indivíduos, incluindo a renda proveniente de outros países, (a qual, como veremos mais adiante, é muito importante na renda familiar de alguns estados e zonas rurais do país) e excluindo apenas aquelas quantias que, por serem eventuais, consideramos inconveniente incluir na análise, tais como presentes (monetários ou não) ou indenizações por seguros.¹ Considerações adicionais sobre pessoas e/ou registros excluídos da amostra para “limpar” a análise serão feitas nas seções correspondentes deste trabalho.

Por outro lado, a captação sistemática de informação sobre renda por setores rural e urbano, sob os mesmos critérios, gerou certa consistência temporal nas series de dados desses setores, a qual também ampliou as possibilidades de nossa análise, uma vez que a disponibilidade desse tipo de informação permitiu observar, não somente as diferenças de distribuição inter e intra setoriais, como também a mudança estrutural da economia. Esta

¹ A relação completa das rendas incluídas e excluídas da análise esta contida no anexo 1.

pesquisa inclui estimativas de desigualdade para ambos setores, rural e urbano.

Quanto ao nível de desagregação dos dados, é necessário observar que, até recentemente, as análises sobre distribuição pessoal da renda no México tinham como característica comum o fato de serem elaboradas a partir de uma base de dados agregados fornecidos nas pesquisas nacionais de renda e gasto dos domicílios (ENIGH).² De fato, somente em raras circunstâncias o pesquisador mexicano tinha acesso aos dados originais; o mais usual era que os estudos sobre distribuição no México fossem desenvolvidos a partir de informação publicada oficialmente, apresentada em tabelas de dados agregados que, portanto, não permitiam o reprocessamento dos dados individuais. Por conseguinte, tanto os estudos clássicos (como os de Navarrete, 1960 e 1970) como estudos relativamente recentes, de 1995 ou 1996, tiveram como ponto de partida a *distribuição da renda entre domicílios, com dados agrupados*.³ Em termos de análise da distribuição, o principal problema de trabalhar com este tipo de dados é, em geral, a subestimação dos níveis de desigualdade.⁴

Uma característica relevante da nossa pesquisa é que conseguimos ter acesso aos dados *individuais* das pesquisas de 1984 a 1994.⁵ Nesse sentido,

² Ver: Fujii (1995), Aguilar (1995), Banco de México (1994), CEPAL (1992), Hernández Laos (1991), Cortés e Ruvalcaba (1991), Gollás (1980), Lustig (1980), Navarrete (1960 e 1970) e Weisskopf (1970).

³ “En México, el estudio de los problemas de la desigualdad económica y social ha tropezado con dificultades derivadas de una información estadística sumamente inadecuada [...] se contó con los *datos agrupados* del Censo de 1950 y de las investigaciones de ingresos y egresos familiares...” (Navarrete, 1970:36 ...grifos nossos...).

⁴ Por exemplo, o valor do índice de Gini, calculado sobre a base de dados agrupados, tende a subestimar o valor que assume para dados individuais. Uma interessante ilustração dessa situação é exposta em Hoffmann (1997: 50-60). Recentemente tem aparecido alguns estudos elaborados sobre a base de dados desagregados. Ver Székely (1995 e 1996).

⁵ Embora tenham sido divulgados, a partir de 1995, ...e sobretudo, depois de 1996..., os registros individuais das “Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares 1984-1992” através da comercialização da informação em discos compactos para computador, foi constatada a existência de numerosas inconsistências entre os dados individuais desses discos e a informação tabelada que foi publicada nas pesquisas dos anos correspondentes, fato este reconhecido pela Diretora Nacional da pesquisa. Frente a esse problema, recebemos da mesma diretoria os dados reprocessados das ENIGH em discos flexíveis, incluindo os dados do ano 1994. Mesmo assim, como poderá ser observado mais adiante, foi constatada a existência de alguns registros claramente inconsistentes, observações estas que foram excluídas da análise, por distorcer seriamente os resultados das medidas de desigualdade e a renda média até mesmo a nível nacional. Por outra parte, é importante esclarecer que as bases de dados originais das ENIGH continham informações de renda, características das famílias e das pessoas em arquivos separados. No arquivo de rendas das pessoas as informações estavam apresentadas de forma que cada tipo de renda ocupava um registro; dessa maneira, para cada indivíduo, havia tantos registros quantos tipos de renda ele tivesse: uma pessoa poderia ter 3 ou 4 registros, caso tivesse, respectivamente, 3 ou 4 tipos de

o uso direto dos registros amostrais permitiu descrever o perfil da distribuição sem subestimar nenhuma medida de desigualdade.

Em relação às características das fontes de dados usadas é necessário fazer algumas observações adicionais. Em primeiro lugar, nem todas as pesquisas de rendimentos e gastos do México são estritamente comparáveis. Com metodologias diferentes de ano para ano (conceitos de renda, períodos de captação e questionários diferentes, entrevistas sob distintos critérios —às vezes de uma vez só, às vezes em varias visitas ao domicílio— etc.) as pesquisas somente ficaram relativamente homogêneas e comparáveis a partir da década de oitenta (os relatórios das pesquisas de 1984, 1989, 1992 e 1994 indicam que elas foram feitas nas mesmas datas de cada ano, usaram idênticas técnicas de amostragem e iguais instrumentos de captação da informação). Por conseguinte, para apresentar a análise desenvolvida na seção 3.1, foi feita uma compatibilização das séries tomando, para o período 1984-1994, os dados estritamente comparáveis com as séries de 1950 a 1977. Além disso, o método de cálculo de índice de Gini foi diferente nessa parte do trabalho.⁶

Por outra parte, ao desenvolver a análise dos dados das pesquisas, foi encontrada uma séria anomalia que permeia as pesquisas de 1989 e 1992: segundo as informações fornecidas pelos indivíduos, teria acontecido uma queda espetacular na renda média de 1984 a 1989 (62%) e ainda maior de 1984 a 1992 (66%). Se comparada com 1994, a renda teria apresentado uma

renda. Assim, por exemplo, o arquivo "ING94" (renda 1994) tinha 34,374 registros de renda que, na realidade, pertenciam a 20,895 indivíduos. O arquivo de características das "viviendas" apresentava informações agregadas das famílias, como o número de integrantes, o *fator de expansão* e características socio-econômicas da moradia (número do quartos, aparelhos eletrodomésticos, etc.) O arquivo de pessoas continha as informações sobre as características de escolaridade, sexo, idade, horas trabalhadas etc., de cada indivíduo. Todos os arquivos distinguiam as famílias e pessoas com códigos-chave. A forma de proceder para preparar os arquivos necessários para analisar a distribuição da renda familiar per capita e a pobreza foi, *grossa modo*, a seguinte _ano por ano_: i) a partir do arquivo de renda original se tiraram as rendas consideradas eventuais, se calculou a renda corrente total por indivíduo e somaram-se as rendas de todos os indivíduos com renda de cada família gerando um novo arquivo que continha a renda total por família; ii) agregou-se este novo arquivo com o das características das famílias para obter, associado a cada registro de renda familiar, o número de integrantes da família; iii) a seguir, calculou-se a renda familiar per capita; iv) esta informação foi levada para o arquivo que continha os dados das pessoas e, cruzando-a com os registros individuais, constituiu-se um novo arquivo que continha renda das pessoas, renda familiar per capita, fator de expansão e características de cada indivíduo (sexo, idade, ocupação principal, etc.) A partir destes arquivos foram calculadas todas as medidas de desigualdade e pobreza. Finalmente, para estimar as equações de rendimento, foi necessário gerar arquivos, separadamente, com informações de renda total por indivíduo com renda positiva e características pessoais desses indivíduos.

⁶ Ver detalhes mais adiante, na subseção 2.2

queda menor (47%), embora importante. Esse fato, somado a elementos “estranhos”⁷ encontrados ao calcular os parâmetros das equações de rendimento da seção 4.3, nos fez pensar numa sistemática e elevada subestimativa da renda dos indivíduos nos anos de 1989 e 1992. Isto levantou uma séria dúvida quanto à qualidade das pesquisas e em relação à validade dos resultados para esses anos. Um fato que chama fortemente a atenção, neste ponto, é que estudos baseados nas mesmas pesquisas mas que não tiveram acesso aos dados individuais têm argumentado, como o INEGI, que todas as ENIGH do período (1984, 1989, 1992 e 1994) são estritamente comparáveis. Existem, portanto, inconsistências entre os dados publicados nas tabelas das ENIGH e os dados individuais. Em vista da maior consistência dos dados de 1984 e 1994 e dadas as irregularidades comentadas anteriormente, nossa pesquisa terá mais ênfase nos anos extremos do período estudado, o que afortunadamente permite observar a distribuição no período inicial de aplicação das políticas de ajustamento estrutural (1984) e o que teria acontecido dez anos depois. Nossos gráficos e algumas tabelas de resultados poderão até apresentar, para fins ilustrativos, os anos intermediários, mas as interpretações relativas às mudanças no padrão distributivo e as conclusões mais sólidas desse estudo serão feitas tomando como base somente os anos de 1984 e 1994.

O último elemento que resulta relevante discutir, nesta seção é o referente ao deflator utilizado. No México, o Sistema Nacional do Índice de Preços ao Consumidor recolhe, durante cada mês, 170,000 cotações diretas em quarenta e seis cidades e 30 zonas rurais da República, sobre preços de aproximadamente 1,600 artigos e serviços específicos. As médias de ditas cotações dão lugar aos índices dos 313 conceitos sobre bens e serviços que constituem a “Canasta del Índice General” em cada uma das cidades ou zonas rurais e a nível nacional. A fórmula utilizada para a elaboração desses índices é a das ponderações fixas de Laspeyres. Embora a cobertura geográfica e o número de cidades e zonas urbanas consideradas para a construção do índice seja muito maior do que as zonas rurais pesquisadas, é importante observar que se trata de um índice nacional, que inclui os setores urbano e rural.

⁷ Um bom exemplo desses elementos “estranhos” foi encontrar que as mulheres teriam ganhado, nesses anos, renda equivalente ou mesmo superior à dos homens em igualdade de outras circunstâncias, fato por demais duvidoso, tendo em vista que nenhum país do mundo tem conseguido eliminar as diferenças de renda associadas ao sexo das pessoas. Dados internacionais indicam renda sistematicamente maior para homens do que para mulheres. No anexo 2 apresentamos os resultados das equações de rendimento de 1989 e 1992 a nível nacional comentando essas inconsistências.

É conhecido o fato de que em qualquer país existem diferenças regionais e setoriais no custo de vida e, nesse sentido, o ideal seria levar em conta essas diferenças tanto no estabelecimento das linhas de pobreza quanto no cálculo dos níveis de renda deflacionados nos diferentes anos.⁸ Entretanto, nesta pesquisa foi tomado apenas o índice *nacional* de preços ao consumidor para deflacionar as rendas correspondentes aos anos de 1984 a 1994 para todas as regiões. Da mesma forma, o deflator para a linha de pobreza estabelecida foi o índice nacional de preços, se estimando, para cada um dos anos estudados, o valor equivalente a um salário mínimo geral do México em 1980. A rigor, se fossem consideradas as diferenças regionais e setoriais, seria necessário empregar índices setoriais de preços dentro de cada região.

Poder-se-ia pensar que nos setores ou regiões mais urbanizadas, em que os preços são mais elevados, há um deslocamento artificial dos indivíduos para estratos de renda mais elevados, o que tenderia a superestimar o grau de desigualdade nacional.

Entretanto, a evidência empírica examinada em vários estudos antigos (COPLAMAR, 1983) e recentes (Székely, 1997) tem mostrado que não existem diferenças significativas de custo de vida entre regiões e entre setores rural e urbano do México. Por esta razão decidimos fazer a análise considerando um único deflator e uma única linha de pobreza para ambas zonas e para todas as regiões do México. Na seção seguinte discutiremos as motivações que levaram à adoção de certas técnicas estatísticas empregadas na análise.

2.2. As técnicas estatísticas utilizadas.

Esta seção mostrará os métodos de análise da distribuição de renda usados nessa pesquisa. Na primeira parte, que tratará das medidas de desigualdade da distribuição da renda, além de descrever as propriedades tidas como desejáveis e os indicadores, estaremos interessados em analisar o efeito que, sobre cada uma das medidas, exerce uma transferência regressiva e como ele varia com o nível de renda das pessoas envolvidas nesse tipo de transferência. Essa análise permitirá mostrar a diferenciada sensibilidade das medidas de desigualdade dependendo do “lugar” em que uma transferência

⁸ Uma interessante discussão sobre as implicações de adotar uma única linha de pobreza sem levar em consideração as diferenças regionais do custo de vida com uma aplicação de linhas diferenciadas para regiões no Brasil é fornecido em Rocha (1997).

regressiva de renda é processada e pretende fundamentar a decisão do uso de determinados indicadores em detrimento de outros. Posteriormente, serão apresentadas as formulas de cálculo dos índices de desigualdade selecionados quando dispomos de dados individuais de renda e de valores de peso ou *fatores de expansão* associados a cada registro amostral. A seguir, serão feitas algumas considerações em torno do conceito de pobreza e discutidos certos problemas metodológicos envolvidos na sua mensuração e serão apresentadas as medidas correspondentes a esse conceito usadas nesta pesquisa. Finalmente, na última parte, será exposto o modelo de regressão múltipla que foi utilizado para avaliar a influência de algumas variáveis (tais como sexo e escolaridade) sobre a renda das pessoas.

2.2.1 Quais medidas de desigualdade?

A literatura especializada tem demonstrado que a obediência ao princípio de Pigou-Dalton (aumento da medida de desigualdade diante de uma transferência regressiva de renda⁹) somada à satisfação de outro conjunto de propriedades não menos importantes¹⁰ faz de uma série de indicadores candidatos idôneos para a mensuração da desigualdade; é o caso dos índices de Atkinson, T e L de Theil e do coeficiente Gini. Entretanto, a mesma literatura tem chamado a atenção para o fato de que as diversas medidas apresentam diferentes graus de sensibilidade a mudanças regressivas no padrão de distribuição da renda.

Shorrocks e Foster (1987) analisaram a sensibilidade de diversas medidas de desigualdade a transferências regressivas de renda. Esses autores observaram que uma transferência regressiva de renda pode ser “ocultada” se é combinada com uma progressiva na parte mais baixa da distribuição. Mostraram que uma distribuição pode dar lugar a outra similar a partir de sucessivas transferências progressivas e regressivas de renda e que, diante de transferências de renda, os índices de desigualdade não variam na mesma proporção ao longo do espectro da distribuição. Os autores mostraram que, se é levada em consideração a diferenciada sensibilidade das medidas de

⁹ Uma transferência regressiva de renda consiste em subtrair um montante da renda de uma pessoa e acrescentá-lo à de outra que, anteriormente, já tinha renda igual ou maior do que a primeira.

¹⁰ De acordo com Cowell (1995: 55-60), a obediência estrita de 4 propriedades fazem de um indicador uma boa medida de desigualdade: a) satisfação do princípio de transferência, também conhecido como condição Pigou-Dalton; b) Independência da escala de renda (estabelece que o valor da medida independe da unidade monetária); c) satisfação do princípio de população (o qual estabelece que a medida deverá ser independente do tamanho da população envolvida na análise); e d) possibilidade de decomposição.

desigualdade, conclusões mais fortes podem ser tiradas sobre a evolução de uma determinada distribuição empírica mesmo quando as curvas de Lorenz se cruzam.

Em 1992 Hoffmann comparou a sensibilidade das principais medidas de desigualdade a transferências regressivas de renda em diferentes pontos de uma distribuição. Para isto, o autor derivou as fórmulas de cômputo da sensibilidade a uma transferência regressiva infinitesimal de renda de quatro medidas que satisfazem a condição Pigou-Dalton (os índices de Gini, T e L de Theil e o Coeficiente de Variação) e de duas medidas que não a obedecem (Variância dos logaritmos das rendas e a medida W) considerando, primeiro, a existência de uma dada razão entre as rendas das duas pessoas envolvidas na transferência¹¹ (isto é, $x_j/x_h = \beta > 1$; sendo x_i a renda da i -ésima pessoa, com $i = 1, \dots, n$) e assumindo, depois, uma dada diferença entre essas rendas (isto é, $x_j = x_h + \alpha$, com $\alpha > 0$).

Em trabalhos posteriores (1995 e 1997a) o autor mostrou a sensibilidade do índice de Atkinson com diferentes valores para o parâmetro de aversão à desigualdade (ε) e, observando que há varias medidas de desigualdade que são transformações monotonicamente crescentes de outras, o autor demonstrou que o efeito relativo de uma transferência regressiva infinitesimal é o mesmo para uma medida que é uma transformação de outra. Assim, por exemplo, a curva de sensibilidade relativa do L de Theil é idêntica à curva relativa ao índice de Atkinson com parâmetro de aversão à desigualdade $\varepsilon = 1$.

Em todos esses estudos, Hoffmann construiu e comparou as curvas de sensibilidade relativa das medidas de desigualdade a diferentes níveis de renda e, para a representação da sensibilidade do índice de Gini, o autor optou por considerar uma distribuição log-normal.

Poder-se-ia discutir que, se formos analisar a desigualdade da distribuição da renda em um país, é desnecessário supor que a distribuição segue uma forma log-normal. De fato, é importante lembrar que a

¹¹ Para maior facilidade na explanação do efeito que uma transferência regressiva tem sobre as medidas de desigualdade, é conveniente fixar a relação que previamente existia entre as rendas envolvidas nessa transferência. No entanto, a fixação dessa relação é um instrumento didático e o abandono desse pressuposto não afeta as principais conclusões sobre a sensibilidade relativas dos índices de desigualdade a transferências regressivas de renda.

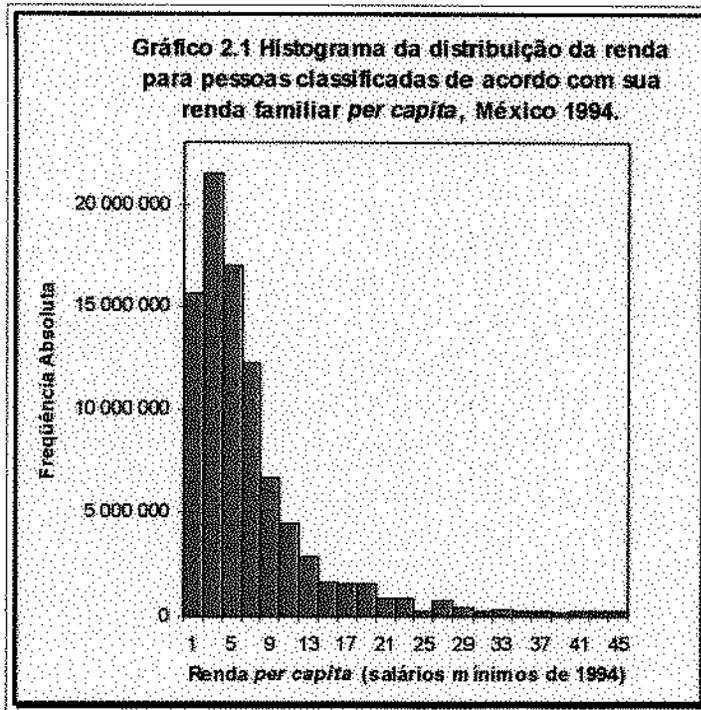
representação de uma distribuição da renda através de uma forma funcional simples não tem tido muito êxito (Gastwirth 1971 e 1972) e alguns estudos tem obtido curvas paramétricas que, com dados adequados de renda, são melhores que a log-normal (Salem e Mount 1974 e Sigh e Maddala 1976); pode-se argumentar, entretanto, que dada a assimetria fortemente positiva de uma distribuição de renda empírica e se pressupomos que as variações relativas na renda das pessoas seguem a lei de normalidade, então a distribuição global da renda segue um comportamento log-normal. Desde logo, como observa Cowell (1995), outros pressupostos são necessários para assegurar a convergência à distribuição log-normal e em muitos casos, a distribuição observada é aproximadamente, embora não exatamente, log-normal. Contudo, esta é a forma funcional mais simples que se ajusta a uma distribuição de renda empírica. Além disso, a adoção de uma forma funcional mais complexa (como, por exemplo, a distribuição Gamma sugerida por Sigh e Maddala, 1976), para observar a sensibilidade do índice de Gini a transferências regressivas de renda, apenas complicaria a exposição dos resultados, não afetando as principais conclusões da análise. Finalmente, pode-se verificar que a distribuição log-normal se ajusta razoavelmente bem a muitos conjuntos de dados disponíveis.

Para ilustrar isto, vejamos, no gráfico 2.1, os dados da distribuição da renda para pessoas classificadas de acordo com sua renda familiar *per capita* no México em 1994.

Verifica-se, no histograma de freqüências, que a distribuição da renda no México segue um processo aproximadamente log-normal. Portanto, vamos comparar, nesta seção, as curvas que mostram a sensibilidade relativa das principais medidas de desigualdade a uma transferência regressiva considerando, no caso do índice de Gini, uma distribuição log-normal, semelhante à distribuição da renda familiar *per capita* entre pessoas no México.

Consideremos, inicialmente, um índice de desigualdade qualquer, representado por I . O efeito de uma transferência regressiva infinitesimal de renda é definido como:

$$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta I}{\theta} = \lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{dI}{d\theta}$$



onde ΔI é a mudança no valor do índice decorrente da transferência de uma parcela θ da renda de uma pessoa com rendimento x_h para outra com renda $x_j \geq x_h$.

Suponhamos, primeiro, a existência de uma dada razão entre as rendas envolvidas na transferência. Este pressuposto é razoável pois a noção usual de desigualdade sugere comparar a renda de uma pessoa ou de uma parcela da população (por exemplo, a renda dos 10% mais ricos da população) como proporção da renda de outra pessoa ou estrato (por exemplo, os 40% mais pobres).

Representando a renda por x_i e admitindo que as pessoas estão ordenadas da mais pobre até a mais rica, (isto é, $x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_h \dots \leq x_j \leq \dots \leq x_n$) aquele suposto poderia ser expresso como:

$$x_j / x_h = \beta > 1$$

Vejamos a derivação da fórmula para a sensibilidade a transferências regressivas do índice L de Theil.

Seja y_i a fração da renda total recebida pela i -ésima pessoa, isto é,

$$y_i = \frac{x_i}{\sum_{j=1}^n x_j}$$

Como se sabe, o índice L de Theil (que corresponde à esperança matemática do valor informativo de uma mensagem incerta que transforma frações da renda em frações da população) é dado por:

$$L = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln \frac{1}{ny_i} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln \frac{\mu}{x_i} \quad (1)$$

Decompondo a expressão para destacar as parcelas afetadas pela transferência de renda obtemos:

$$L = \frac{1}{n} \sum_{i \neq h,j} \ln \frac{\mu}{x_i} + \frac{1}{n} \ln \frac{\mu}{x_h - \theta} + \frac{1}{n} \ln \frac{\mu}{x_j + \theta} \quad (2)$$

Nesta expressão pode-se observar que, da renda inicial x_h , recebida pela pessoa relativamente mais pobre, foi subtraído um valor θ e, em contrapartida, à renda inicial x_j , que corresponde à pessoa relativamente mais rica, foi acrescentado o mesmo montante θ de renda.

Derivando (2) em relação a θ , obtemos:

$$\frac{dL}{d\theta} = \left[\frac{1}{n} \frac{1}{\left(\frac{\mu}{x_h - \theta}\right)} \frac{d\left(\frac{\mu}{x_h - \theta}\right)}{d\theta} \right] + \left[\frac{1}{n} \frac{1}{\left(\frac{\mu}{x_j + \theta}\right)} \frac{d\left(\frac{\mu}{x_j + \theta}\right)}{d\theta} \right]$$

$$\frac{dL}{d\theta} = \left\{ \frac{x_h - \theta}{n\mu} \cdot \frac{d[\mu(x_h - \theta)^{-1}]}{d\theta} \right\} + \left\{ \frac{x_j + \theta}{n\mu} \cdot \frac{d[\mu(x_j + \theta)^{-1}]}{d\theta} \right\}$$

$$\frac{dL}{d\theta} = \left\{ \frac{x_h - \theta}{n\mu} \left[\mu(x_h - \theta)^{-2} (-1)(-1) \right] \right\} + \left\{ \frac{x_j + \theta}{n\mu} \left[\mu(x_j + \theta)^{-2} (-1) \right] \right\}$$

Simplificando:

$$\begin{aligned} \frac{dL}{d\theta} &= \frac{(x_h - \theta)^{-1}}{n} - \frac{(x_j + \theta)^{-1}}{n} = \frac{1}{n(x_h - \theta)} - \frac{1}{n(x_j + \theta)} \\ \frac{dL}{d\theta} &= \frac{1}{n} \left[\frac{1}{x_h - \theta} - \frac{1}{x_j + \theta} \right] \end{aligned} \quad (3)$$

Mas como a expressão (3) ainda depende de θ , obteremos seu limite quando θ tende a zero:

$$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta L}{\theta} = \frac{1}{n} \left[\frac{1}{x_h} - \frac{1}{x_j} \right] = \frac{x_j - x_h}{nx_h x_j} \quad (4)$$

A fórmula (4) mostra que a sensibilidade do índice L de Theil depende, da “distancia” entre as rendas envolvidas ($x_j - x_h$). Considerando uma dada razão entre essas rendas, temos:

$$\frac{x_j}{x_h} = \beta \Rightarrow x_j = \beta x_h \quad (5)$$

Substituindo (5) em (4) e simplificando:

$$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta L}{\theta} = \frac{1}{n} \frac{x_j - x_h}{nx_h x_j} = \frac{\beta x_h - x_h}{nx_h (\beta x_h)} = \frac{x_h (\beta - 1)}{nx_h \beta x_h} = \frac{(\beta - 1)}{n\beta x_h} \quad (6)$$

Assim, a expressão (6) mostra o grau de sensibilidade do índice L de Theil a uma transferência regressiva infinitesimal com uma dada razão entre as rendas envolvidas. Considerando essa mesma relação β entre as rendas, as fórmulas para a sensibilidade dos índices de Gini, o T e o L de Theil, do

coeficiente de variação, da variância dos logaritmos das rendas e da medida W^{12} a transferências regressivas são apresentados na tabela 2.1.

É possível observar que a sensibilidade do índice de Gini não depende diretamente das rendas envolvidas, mas da posição delas na distribuição $(j-h)$, o que está associado à densidade de frequências da distribuição da renda. A sensibilidade relativa da variância dos logaritmos difere da correspondente à medida W apenas devido à substituição da média geométrica das rendas (g) pela média aritmética μ .

No gráfico 2.2, que mostra as curvas de sensibilidade relativa das medidas mostradas na tabela 2.1, a curva correspondente ao índice de Gini foi traçada considerando uma distribuição log-normal com parâmetros $m = 1,52$ e $\sigma^2 = 1,24$ (média e variância dos logaritmos das rendas em salários mínimos de 1994), estatísticas calculadas a partir dos dados da renda familiar per capita das pessoas no México em 1994.

Como a finalidade é mostrar a sensibilidade das medidas de desigualdade diante de modificações no nível da renda, foram mantidas constantes as demais variáveis contidas nas fórmulas da sensibilidade (por exemplo, no coeficiente de variação foram consideradas como constantes n e C) e, para compara-las, as curvas foram construídas de maneira que seu valor médio no intervalo $x_h = 0,17$ a $x_h = 81,8$ fosse igual a 1 para todas as medidas. Entretanto, para melhor visualização, a renda máxima considerada nesse gráfico foi de 40 salários mínimos *per capita*.

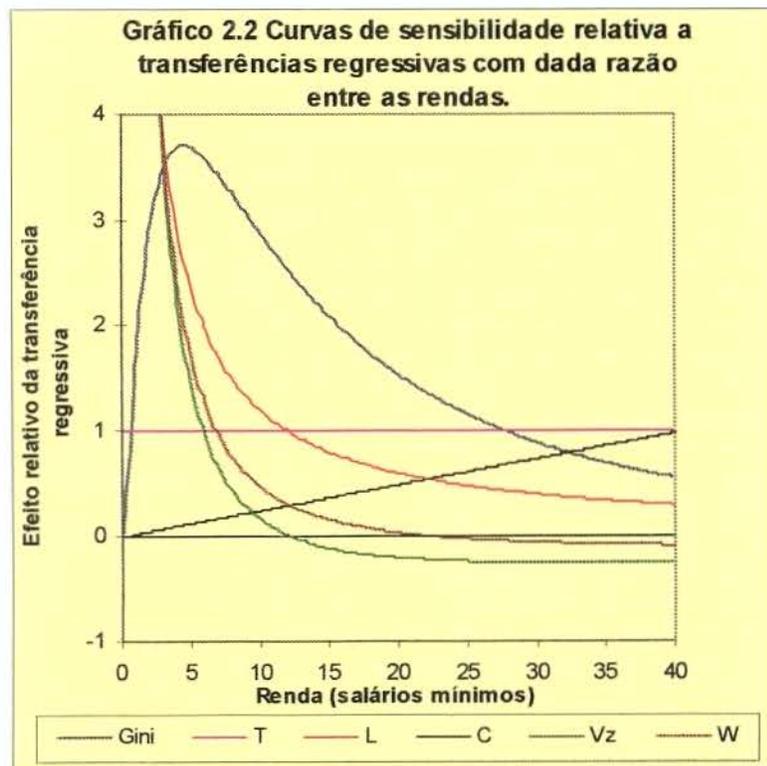
Note-se que as sensibilidades de V_z e de W podem assumir valores negativos a partir de certo nível de renda familiar per capita, o que mostra que essas medidas não obedecem ao princípio de Pigou-Dalton. Para as outras medidas, que satisfazem esse princípio, a sensibilidade a transferências regressivas é sempre positiva. Entretanto, alguns índices se mostram muito sensíveis ao que acontece a níveis muito baixos de renda (como o L de Theil ou mesmo V_z e W) enquanto que, no extremo oposto, o coeficiente de variação, com sensibilidade diretamente crescente em relação ao nível de

¹² A medida W é um indicador associado aos logaritmos das rendas que não obedece à condição Pigou-Dalton e que, basicamente, pode ser considerada como uma modificação da variância dos logaritmos, obtida substituindo a média dos logaritmos pelo logaritmo da média. Entretanto, as condições para que uma transferência regressiva de renda tenha efeito negativo sobre W são mais restritas do que para que tenha efeito negativo sobre a variância dos logaritmos (Hoffmann, 1997a:201-203).

Tabela 2.1 O efeito de uma transferência regressiva com uma dada razão entre as rendas ($x_j/x_h = \beta$, com $\beta > 1$) sobre várias medidas de desigualdade.

Medida de desigualdade	$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta I}{\theta}$
Índice de Gini (G)	$\frac{2}{n^2 \mu} (j - h)$
T de Theil (T)	$\frac{1}{n \mu} \ln \beta$
L de Theil (L)	$\frac{\beta - 1}{n \beta x_h}$
Coeficiente de Variação (C)	$\frac{(\beta - 1)x_h}{n \mu^2 C}$
Variância dos logaritmos (V_z)	$\frac{2}{n} \left(\frac{1}{\beta x_h} \ln \beta + \frac{\beta - 1}{\beta x_h} \ln \frac{g}{x_h} \right)$
W	$\frac{2}{n} \left(\frac{1}{\beta x_h} \ln \beta + \frac{\beta - 1}{\beta x_h} \ln \frac{\mu}{x_h} \right)$

Fonte: Hoffmann (1992:297)



renda, se mostra muito sensível ao que acontece a níveis muito elevados de renda ou seja, na cauda superior da distribuição.

Nesse gráfico pode ser observado que o grau de sensibilidade do T de Theil independe do nível de renda e é maior que a sensibilidade de todas as outras medidas (exceto C) para rendas relativamente elevadas (neste caso, mais de 27 salários mínimos *per capita*). O índice de Gini é pouco sensível a níveis muito baixos de renda (próximos de zero) para, imediatamente depois, subir rapidamente e atingir o efeito maior quando a renda é mediana (4,6 salários mínimos). É interessante observar que, após crescer rapidamente num intervalo pequeno (de 0 à renda mediana) a sensibilidade do índice de Gini cai lentamente, indicando que essa medida é relativamente mais sensível ao que acontece entre os pobres (excluindo os *extremamente pobres*) mas, simultaneamente, também reflete o que acontece entre os relativamente mais ricos. Não ocorre o mesmo com índices como o L de Theil, cuja sensibilidade é muito grande a níveis de renda baixos e pouco sensível a transferências regressivas entre os ricos.

Passemos a analisar os efeitos de uma transferência regressiva sobre os índices de desigualdade *fixando uma dada diferença entre as rendas*. Dessa forma, a condição, expressa anteriormente na fórmula (5), será substituída por:

$$x_j = x_h + \alpha \quad (7)$$

E, aplicando (7) em (4), obtemos:

$$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta L}{\theta} = \frac{x_j - x_h}{nx_h x_j} = \frac{x_h + \alpha - x_h}{nx_h (x_h + \alpha)} = \frac{\alpha}{nx_h (x_h + \alpha)} \quad (8)$$

Essa expressão mostra a sensibilidade do índice L de Theil a uma transferência regressiva infinitesimal de renda, com dada diferença entre as rendas.

É importante observar que optar por fixar uma dada diferença no lugar de uma dada razão entre as rendas envolve outra noção de desigualdade. Suponhamos uma economia com dois indivíduos. Um deles tem renda total $x_h = 10$ e outro tem rendimento $x_j = 200$. Nesse caso, a razão das rendas é $\beta = 20$ e a diferença $\alpha = 190$. Vamos supor que, após um ano, a renda desses

indivíduos tenha crescido, digamos, 50%. Dessa forma, as novas rendas serão 15 e 300, respectivamente, para x_h e x_j . A razão entre as rendas permaneceu idêntica ($\beta = 20$), enquanto a diferença entre as rendas cresceu 50%, passando para $\alpha = 285$. Assim, um conceito de desigualdade baseado na razão entre as rendas levaria a concluir que a desigualdade continuou a mesma e um conceito baseado nas diferenças das rendas estabeleceria que a desigualdade cresceu. Note-se que as medidas mais comuns como o índice de Gini (com valor $G = 0,452$) o T (com $T = 0,502$) e o L de Theil (com $L = 0,854$) permaneceram sem alteração.

A tabela 2.2 mostra as fórmulas dos efeitos de uma transferência regressiva de renda quando $x_j = x_h + \alpha$, com $\alpha > 0$.

Quando se considera uma dada diferença entre as rendas, a sensibilidade do índice de Gini atinge seu máximo na renda modal (neste caso, aproximadamente, 2 salários mínimos). O gráfico 2.3 permite observar que a sensibilidade do T de Theil se mostra decrescente, com valores sempre positivos. Depois de um certo nível de renda (que neste caso é

Tabela 2.2 O efeito de uma transferência regressiva com dada diferença entre as rendas ($x_j = x_h + \alpha$, com $\alpha > 0$) sobre várias medidas de desigualdade.

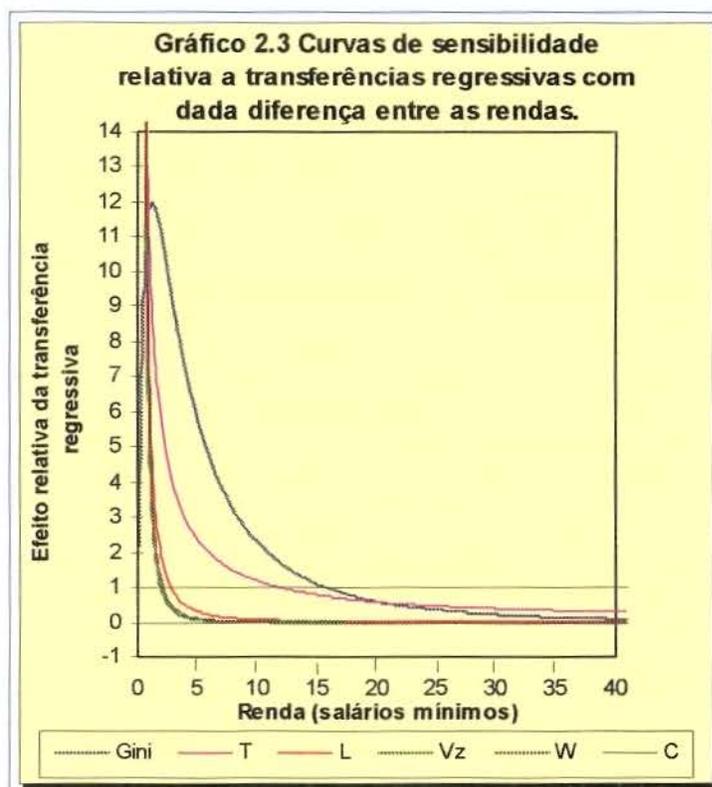
Medida de desigualdade	$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta I}{\theta}$
Índice de Gini (G)	$\frac{2}{n^2 \mu} (j - h)$
T de Theil (T)	$\frac{1}{n \mu} \ln \left(1 + \frac{\alpha}{x_h} \right)$
L de Theil (L)	$\frac{\alpha}{n x_h (x_h + \alpha)}$
Coefficiente de Variação (C)	$\frac{\alpha}{n \mu^2 C}$
Variância dos logaritmos (V_2)	$\frac{2}{n} \left(\frac{1}{x_h + \alpha} \ln \frac{x_h + \alpha}{g} - \frac{1}{x_h} \ln \frac{x_h}{g} \right)$
W	$\frac{2}{n} \left(\frac{1}{x_h + \alpha} \ln \frac{x_h + \alpha}{\mu} - \frac{1}{x_h} \ln \frac{x_h}{\mu} \right)$

Fonte: Hoffmann (1992:299)

aproximadamente 21 salários mínimos), a curva de sensibilidade relativa do T de Theil intercepta a curva de sensibilidade do índice de Gini, tornando-se, a partir desse ponto, mais sensível que o Gini ao que acontece entre os ricos. Assim, em um estudo empírico qualquer, um crescimento do T de Theil combinado com uma distribuição progressiva de renda na cauda inferior da distribuição que mantivesse sem modificação o índice de Gini, estaria indicando um crescimento da desigualdade entre os mais ricos.

Quando é fixada a diferença entre as rendas envolvidas, o índice cuja sensibilidade independe do nível de renda é o coeficiente de variação (ver gráfico 2.3).

Os gráficos 2.2 e 2.3 mostram que algumas medidas não obedecem à condição Pigou-Dalton, como a variância dos logaritmos das rendas e a medida W . Esses indicadores não são adequados para avaliar o comportamento da desigualdade na distribuição da renda e, portanto, foram excluídas desse estudo. Outras medidas são muito sensíveis ao que acontece na cauda superior (coeficiente de variação) ou na cauda inferior



(L de Theil) da distribuição. O L de Theil é tão sensível ao que acontece entre os pobres, que basta haver uma renda igual a zero para que seu valor tenda para o infinito.¹³ Outras medidas, como o índice de Gini e o T de Theil, combinam sensibilidades diferentes, complementam-se e podem ser calculados incluindo todas as observações de uma distribuição, inclusive os valores de renda iguais a zero.

A desigualdade, o bem-estar social e a pobreza são fenômenos complexos e, para definir os que são pobres se tornam necessárias, muitas vezes, decisões arbitrárias. Em nosso caso, refletir sobre as características socio-econômicas da população mais pobre do México de norte a sul, do “Bravo” à “Lacandona”, nos fez pensar na necessidade de incluir na análise todas as observações com informações de renda válidas, inclusive as de renda zero. Alguns segmentos da população mais pobre do país não percebem nenhum tipo de renda corrente e é importante levar em consideração que essas pessoas fazem parte do país. Por isso tomamos a decisão de incluí-las na análise, mesmo que isto fosse em detrimento do uso de medidas muito sensíveis ao que acontece entre os pobres mas que não podem ser calculadas com registros de renda zero (como o índice de Atkinson ou o L de Theil). Em contrapartida, a análise da desigualdade da renda no México será feita com medidas que se complementam.

Assim, utilizaremos, nesta pesquisa, os índices de Gini e o T de Theil como medidas básicas de desigualdade. Adicionalmente, o estudo será complementado usando as percentagens da renda total apropriada pelos estratos mais ricos da população e algumas razões de renda importantes (como a renda dos 10% mais ricos como proporção da renda dos 40% mais pobres) como medidas de desigualdade. Serão analisadas tanto medidas de desigualdade como medidas de tendência central da distribuição da renda no país como um todo, nas suas regiões e nos estados do México.

2.2.2 As fórmulas.

Antigamente, quando os dados de renda eram fornecidos em forma de tabelas de freqüências, as formulas envolvidas no cômputo das medidas de desigualdade permitiam observar a desigualdade que existia entre os estratos

¹³ Analogamente, o índice de Atkinson atinge seu valor máximo com apenas uma renda igual a zero para valores de aversão à desigualdade $\varepsilon \geq 1$. Ver Hoffmann, 1995.

de renda, mas subestimavam a desigualdade total pois dificilmente avaliavam corretamente o que se passava dentro desses estratos.

Atualmente, o avanço das tecnologias da informação tem permitido, cada vez mais, a disponibilidade dos dados básicos dos Censos e Pesquisas Domiciliares. Contar com os resultados individuais das pesquisas constitui, assim, uma vantagem, pois nenhuma estimativa nem ajustamento sobre o que acontece entre grupos específicos da população se faz necessária. Os dados individuais de renda numa amostra representativa permitem estimar, *por expansão*, o que acontece com a distribuição da renda de todo um país.

Em contrapartida, as mudanças no tipo de informação disponível exigem a adequação das fórmulas envolvidas no cálculo das diversas medidas de desigualdade.

Nas pesquisas domiciliares, usualmente, a cada registro amostral (indivíduo ou domicílio) é associado um *peso* ou *fator de expansão*, que indica o número de pessoas da população (ou domicílios) representado por cada elemento da amostra e, em consequência, qualquer análise estatística deve ser feita levando em consideração esses pesos, que aqui serão representados por w_i , de modo que o número total de pessoas na população está dado por:

$$\sum_{i=1}^n w_i$$

A participação de uma pessoa na população total é:

$$\frac{1}{\sum_{i=1}^n w_i}$$

E, sendo x_i (com $i = 1, \dots, n$) a renda das pessoas, a renda total é:

$$\sum_{i=1}^n w_i x_i$$

Portanto, a participação da renda de uma pessoa na renda total é:

$$\frac{x_i}{\sum_{i=1}^n w_i x_i}$$

Assim, o índice de Theil, ponderado com o fator de expansão das pessoas, pode ser expressado como:

$$T = \sum_{i=1}^n w_i \frac{x_i}{\sum w_i x_i} \log \frac{\frac{x_i}{\sum w_i x_i}}{\frac{1}{\sum w_i}} \quad (9)$$

Mas como a renda média é $\mu = \frac{\sum w_i x_i}{\sum w_i}$, obtemos:

$$T = \sum \frac{w_i x_i}{\sum w_i x_i} \log \frac{x_i}{\mu} \quad (10)$$

ou

$$T = \sum \pi_i \frac{x_i}{\mu} \log \frac{x_i}{\mu}, \quad (11)$$

onde $\pi_i = \frac{w_i}{\sum w_i}$ é a proporção da população correspondente ao i -ésimo elemento amostral.

Equivalentemente, o índice T de Theil pode ser representado por:

$$T = \frac{1}{\sum w_i} \sum \frac{w_i x_i}{\mu} \log \frac{x_i}{\mu} \quad (12)$$

É importante lembrar que, embora possam ser usados logaritmos de qualquer base para o cálculo do T de Theil, a facilidade de comparação com outros resultados já publicados sugere a adoção de logaritmos neperianos.

O índice de Gini pode ser estimado mediante:

$$G = \frac{2 \sum z_i w_i x_i}{\sum w_i \sum w_i x_i} - 1 \quad (13)$$

onde z_i , é dada por:¹⁴

$$z_i = w_1 + w_2 + \dots + w_{i-1} + \frac{w_i}{2} = \sum_{j=1}^{i-1} w_j + \frac{w_i}{2} = \sum_{j=1}^i w_j - \frac{w_i}{2}$$

Assim, quando temos dados individuais de renda com valor sobre o *peso* ou *fator de expansão* associado a cada registro amostral, devemos calcular o T de Theil com (11) ou (12) e o índice de Gini com a expressão (13).

2.2.3 Quais pobres?

As discrepâncias que diversos estudos têm quando quantificam a pobreza em um país nem sempre são diferenças atribuíveis ao uso de procedimentos metodológicos ou bases de dados distintas. Métodos diferentes de mensuração podem não constituir, na realidade, formas alternativas de medir a mesma coisa, mas representar noções distintas da pobreza (Sen, 1981).

As dificuldades de definir o fenômeno em determinada sociedade, num momento dado, são tais que caracterizações para um país não são válidas para outro: os pobres do Brasil deixam de ser tão pobres se os comparamos com os da África ao Sul do Sahara.

Os métodos mais difundidos e, aparentemente, mais aceitos para medir a pobreza se baseiam no estabelecimento de uma *linha de pobreza* que constitui um parâmetro abaixo do qual as pessoas são consideradas pobres porque o *nível de renda* que elas recebem é insuficiente para garantir o acesso a bens e serviços básicos. Mas o problema desta caracterização é, precisamente, que alguém tem que definir o que são “bens e serviços básicos”. Diversos métodos de análise tem proposto a consideração de uma “Cesta Normativa de Satisfactores Essenciais” mas isto sugere, novamente, que o estabelecimento de uma linha de pobreza implica, sempre, um alto grau de arbitrariedade porque, além de definir uma cesta ela deveria variar com o

¹⁴ A derivação desta fórmula do índice de Gini é apresentada em Hoffmann (1997a:75-79)

desenvolvimento de uma sociedade: o que no século passado era sumptuário hoje pode ser um bem necessário.¹⁵

Sem ignorar as dificuldades envolvidas na noção de pobreza e de bem-estar, a necessidade do estabelecimento de uma dada linha de pobreza nos fez refletir sobre a evolução recente das condições de vida da população mexicana. A hipótese central é que aconteceu uma piora significativa das condições de vida da população a partir de 1980. Com o intuito explícito de observar qual foi o efeito, sobre os níveis de vida e bem-estar, das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país e do rumo econômico adotado durante as últimas duas décadas, a linha de pobreza que vamos utilizar é um salário mínimo *per capita* de 1980. Assim, partiremos do pressuposto de que somente aqueles que tenham abaixo de um salário mínimo real de 1980 são pobres.

O segundo problema é a escolha da unidade de estudo. Na análise sobre o grau e a evolução da pobreza, devemos considerar somente as pessoas que recebem algum tipo de renda? somente aquelas que trabalham?

Se consideramos que dentro da unidade familiar existe um intenso processo de transferência de rendas e que existem pessoas que, embora não trabalhem nem recebam nenhum tipo de renda corrente, têm que sobreviver e de fato são mantidas com o orçamento familiar, é conveniente considerar a renda familiar *per capita* para avaliar, com maior exatidão, o grau de bem-estar das pessoas. As unidades de análise serão, então, os indivíduos, mas considerando sua renda familiar *per capita*.

Além da proporção de pobres H (número de pobres como proporção da população total) e da razão de *insuficiência de renda* (cociente entre o montante que indica a renda que falta para que os pobres atinjam a linha de pobreza e o valor máximo dessa insuficiência)¹⁶; neste estudo utilizaremos as medidas clássicas de pobreza de Sen (P) e de Foster, Greer e Thorbecke (φ).

¹⁵ Além disso, existe uma discussão em torno do método para mensurar a pobreza. Alguns estudos têm proposto que, ao invés de considerar a renda que as pessoas recebem, o ponto de partida seja o seu consumo observado. Para o caso do Brasil ver Rocha, 1997.

¹⁶ Portanto, H é:

$$H = \frac{P}{n}$$

onde p é o número de pobres.

O valor do índice de pobreza de Sen é:

$$P = HI + \frac{P}{p+1}(1-I)G_p$$

onde p é o número de pobres e G_p o índice de Gini entre as pessoas abaixo da linha de pobreza.

E o índice de Foster, Greer e Thorbecke é:

$$\varphi = H \left[I^2 + (1-I)^2 C_*^2 \right]$$

onde C_* é o coeficiente de variação das rendas das pessoas pobres.

As medidas H e I podem ser consideradas complementares, pois a primeira é insensível à intensidade da pobreza de cada pessoa e a segunda é insensível à extensão da pobreza. Algumas inconveniências associadas às dificuldades de decomposição do índice de Gini tem sido observadas na medida de pobreza de Sen (Foster e Shorrocks, 1991) e, certamente, essa é uma deficiência do índice. Outras limitações assinaladas na literatura são que P não é uma função contínua das rendas individuais e que não obedece, em sentido estrito, ao princípio de transferência (Shorrocks, 1995).¹⁷ Entretanto, essa medida tem atributos interessantes pois leva em consideração tanto a extensão quanto a intensidade da pobreza, além do grau de desigualdade da distribuição da renda entre os pobres, mensurada pelo índice de Gini entre os pobres. Por outra parte, o índice de Foster, Greer e Thorbecke, da mesma forma que o índice de Sen, leva em consideração tanto a extensão quanto a

E a razão de insuficiência de renda é:

$$I = \frac{1}{pz} \sum_{i=1}^p (z - x_i)$$

onde z é a linha de pobreza.

¹⁷ Se bem que a pretensa “necessidade” de satisfação do princípio de transferência para medidas de pobreza é discutível, Shorrocks (1995) apresenta outra medida de pobreza que modifica o índice de Sen, que é uma função contínua das rendas individuais e que satisfaz o princípio de transferência. O maior atrativo desse índice é que ele permite uma interpretação geométrica bastante intuitiva do nível e extensão da pobreza mediante a construção da curva de “poverty gap profile” (“insuficiência” de renda) que, à semelhança das curvas de Lorenz, possibilita comparações gráficas entre duas ou mais distribuições. Ver Shorrocks, 1995.

intensidade da pobreza e uma medida de desigualdade entre os pobres (o coeficiente de variação das rendas) e tem a vantagem de ser decomponível, de forma que permite captar a participação dos pobres de uma região (ou estado) na pobreza de todo o país. Ambos índices, P e ϕ , facilitam uma interpretação 'simples' dos resultados, pois variam de 0 a 1: índices próximos de 1 indicam altos níveis de pobreza e índices próximos de 0 mostram baixos níveis de pobreza.

Para o cálculo dos percentis da distribuição e de todas as medidas de desigualdade e pobreza foram adaptados e, quando foi necessário, desenvolvidos programas de computador que facilitaram o processamento da informação.

2.2.4 Equações de Rendimento

Para quantificar a influência de alguns fatores sobre a renda das pessoas no México utilizaremos um modelo de regressão linear múltipla. Para isto, incluiremos somente aqueles indivíduos que tenham algum tipo de renda (Y), sendo o logaritmo neperiano dessas rendas a variável dependente.

Variáveis binárias para duas classes de gênero (Sex); oito faixas etárias (I); seis níveis de escolaridade (Esc); três categorias de posição na ocupação (Pos); quatro faixas de horas trabalhadas (H) e três setores de atividade ($Ativ$) serão as variáveis independentes.¹⁸

O modelo das equações estimadas é, portanto:

$$\ln(Y) = \alpha + \beta Sex + \sum_{e=1}^7 \psi_e I_e + \sum_{f=1}^5 \delta_f Esc_f + \sum_{g=1}^2 \phi_g Pos_g + \sum_{i=1}^3 \gamma_i H_i + \sum_{j=1}^2 \xi_j Ativ_j + u$$

onde α , β , ψ , δ , ϕ , γ e ξ são os parâmetros e u são erros aleatórios que obedecem às pressuposições estatísticas usuais.

Os resultados da regressão permitirão, por uma parte, explicar uma fração substancial da variância do logaritmo da renda individual e determinar quais fatores têm maior influência na renda das pessoas e, de outro lado, com

¹⁸ Detalhes adicionais, como a desagregação da população nessas categorias, serão expostas mais adiante, no capítulo 4.

as estimativas dos parâmetros, será possível observar o diferencial de renda, em relação à categoria ou grupo de referência, dos demais níveis de cada variável. Por exemplo, é possível computar a renda média adicional que uma pessoa ganha pelo simples fato de ser do sexo masculino, supondo que tenha as mesmas características de idade, escolaridade, posição na ocupação, horas trabalhadas e setor de atividade que uma mulher. A discussão dos resultados desse modelo será apresentada no capítulo 4.

2.3 Regiões Econômicas do México

Se estendendo desde o “Rio Bravo” ao norte, na divisa com os Estados Unidos da América, até os rios “Suchiate” e “Usumasinta” ao sudeste, na divisa com a Guatemala e o Belice, o México, com aproximadamente 2 000 000 de quilômetros quadrados e população ligeiramente superior, em 1994, aos 90 milhões de habitantes, é constituído por oito grandes regiões econômicas, compostas pelos seguintes estados:

Tabela 2.3 Regiões Econômicas do México.

Região	Estados	Renda Média*	Renda Mediana*
	Distrito Federal, Hidalgo, Estado de México, Morelos,	US\$360	US\$172
Centro	Puebla, Querétaro e Hidalgo.		
Golfo de México	Tabasco e Veracruz.	184	93
Nordeste	Nuevo León e Tamaulipas.	366	213
Noroeste	California, California Sur, Nayarit, Sinaloa e Sonora.	384	213
Norte	Coahuila, Chihuahua, Durango, San Luis Potosí e Zacatecas.	227	130
Ocidente	Aguascalientes, Colima, Guanajuato, Jalisco e Michoacán.	216	143
Península de Yucatán	Campeche, Quintana Roo e Yucatán.	266	158
Sudeste	Guerrero, Oaxaca e Chiapas	149	81
Nacional	31 estados + Distrito Federal	280	150

* A transformação em dólares foi feita considerando a taxa de câmbio vigente no trimestre em que foi levantada a pesquisa (setembro-novembro), equivalente a 4,7 “nuevos pesos” por dólar.

Fonte: “Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares” de 1994, INEGI, México, 1996.

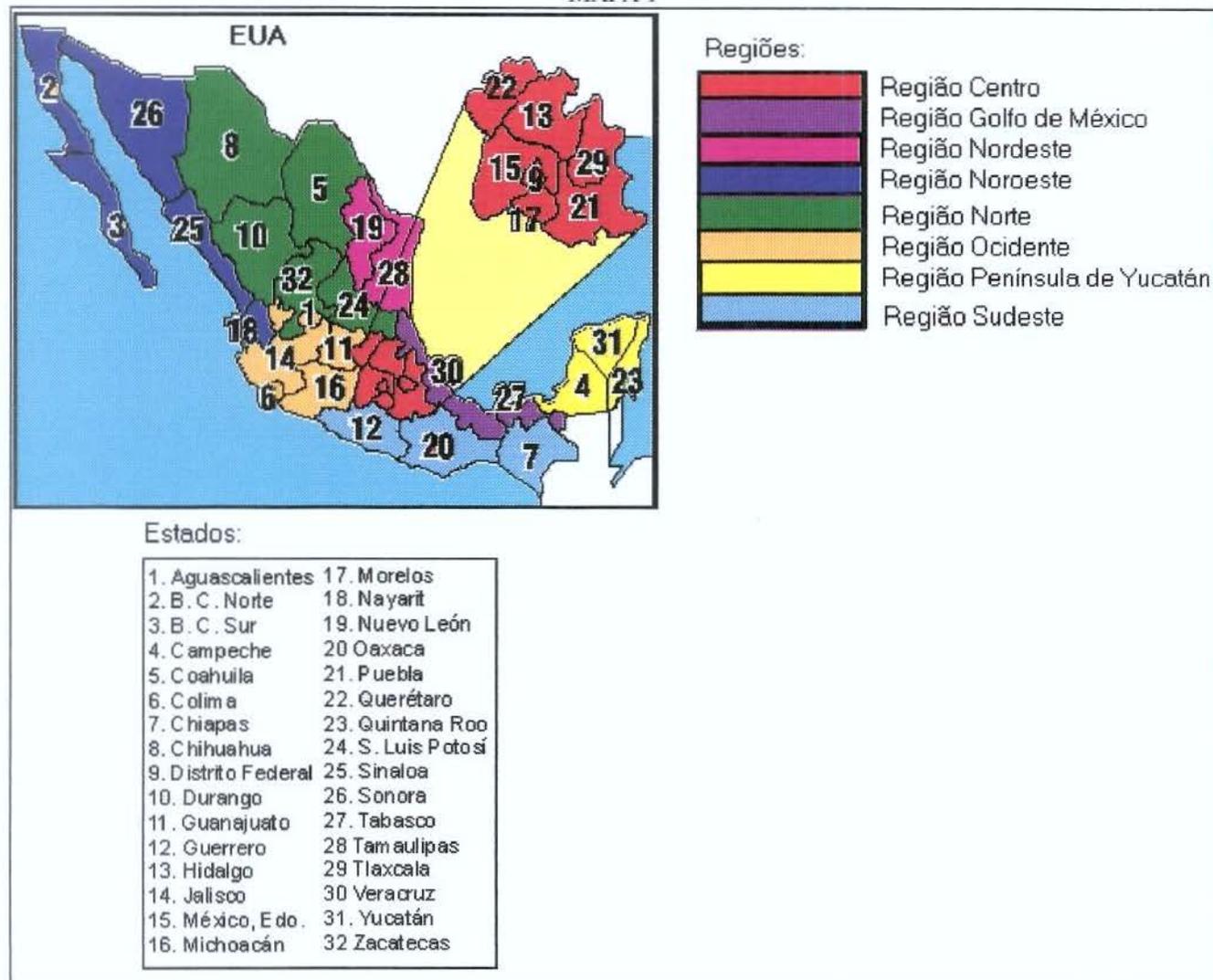
As regiões e estados de Mexico podem ser apreciados no mapa 1.

2.3.1 Região Centro do México.

Em destaque no Mapa 1, a região central do país, na qual ficam integrados o “Valle de México”, o Distrito Federal e a Zona Metropolitana da Cidade do México além dos estados vizinhos, com uma renda média superior à media nacional, é responsável ao mesmo tempo, como veremos ao longo dessa pesquisa, pelos mais altos níveis de desigualdade e pobreza no país,

não somente pela concentração urbana aí presente, como também pelos níveis absolutos de desigualdade.

MAPA 1



2.3.2 Região Golfo do México.

Constituída pelas terras costeiras do Golfo do México, incluindo somente os estados de Veracruz e Tabasco, essa região, com renda média e mediana consideravelmente inferior à nacional, é uma das mais pobres do país. Dada a grande concentração demográfica do estado de Veracruz, essa região contribui de forma importante para todos os indicadores de desigualdade e pobreza do país.

2.3.3 Região Nordeste

Constituída por dois estados, a Nordeste é considerada uma das regiões mais ricas do país, com renda média e mediana superior à média nacional, inclui a afamada —pelo grupo industrial que leva seu nome— cidade de Monterrey, capital do estado de Nuevo Leon e terceira mais importante do país.

2.3.4 Região Noroeste

Cortada de norte a sul por uma das duas cadeias montanhosas mais importantes do país (a “Sierra Madre Occidental”), incluindo a maior zona desértica do México e o Golfo da Califórnia, a região nordeste é constituída por 5 estados onde se podem observar grandes contrastes socio-econômicos. Enquanto nas duas Califórnia o mercado de trabalho possui características particulares, dada a proximidade com os Estados Unidos (tais como salários médios bem maiores que os nacionais), e o setor terciário da economia adquire grande significado, por outro lado, nos estados de Sonora e Sinaloa, incluindo os conhecidos “Valles del Yaqui y Mayo”, a atividade agrícola é fundamental. Já no estado de Nayarit existem zonas importantes de produção de tabaco, onde, atraídos todos os anos na época de safra, indígenas de todo o estado e de outras regiões do país são recrutados e recebidos em moradias improvisadas, morando quase sempre em condições sub-humanas.

2.3.5 Região Norte do México

De serras abruptas e “llanuras” secas, a região Norte de México inclui desde a ‘industrialmente emergente’, mas árida, cidade de San Luis Potosí, capital do estado que leva seu nome, até as empobrecidas zonas áridas da “Comarca Lagunera”, onde a produção algodoeira é a atividade agrícola mais importante. Entretanto, essa região possui uma zona limítrofe que ostenta a fisionomia própria de uma típica região de fronteira vinculada aos Estados Unidos, onde os salários médios são superiores à média nacional e as oportunidades de trabalho estão associadas à indústria ‘maquiladora’ de exportação aí presente.

2.3.6 Região Ocidente

Inclui 5 estados, dois deles (Guanajuato e Michoacán) nacionalmente conhecidos por seus altos níveis de migração para os Estados Unidos, migração associada, como veremos nesta pesquisa, à pobreza rural aí presente. Inclui também a que é considerada como o segundo polo urbano mais importante do país, a cidade de Guadalajara, capital do estado de Jalisco, que é responsável, em grande parte, pela participação da região em todos os indicadores econômicos nacionais.

2.3.7 Região Península de Yucatán

Incluindo as densas massas do planalto peninsular, distante uns 2.700 quilômetros da Cidade do México e berço da antiga civilização Maya, essa região possui estratos importantes da população ainda associados a essa etnia. O setor terciário cobra especial significado nessa região, pois o “corredor Maya”, famoso pelas ruínas pré-hispânicas aí presentes, atrai turistas de todo mundo e faz com que os setores ligados ao turismo tenham renda relativamente elevada, enquanto que os setores agrícolas tradicionais, associados à produção de *Henequén* (*Agave Fourcroydes Lemaire*) –sisal– ou, no melhor dos casos, à produção madeireira, têm renda relativamente baixa.

2.3.8 Região Sudeste

Finalmente, a região sudeste, essência do México pobre e secularmente desigual. Uma região rural, pode-se dizer, com a maior parte da população dedicada a atividades agrícolas de subsistência, num cenário de pobreza generalizada. É uma região com proporção importante da população de origem indígena onde, a semelhança do que acontece em alguns estados do ocidente, diante da pobreza, existe muita migração, principalmente, masculina. Amplas zonas da região, sobretudo no estado de Oaxaca, parecem estar habitadas somente por crianças, mulheres e idosos. Nem sequer os segmentos da população ligados à prestação de serviços na zona turística de Acapulco, no estado de Guerrero, escapam da pobreza generalizada, sendo aquela uma cidade rodeada por um grande cinturão de miséria. Esta região inclui o já internacionalmente conhecido estado de Chiapas.

3. Distribuição de renda no México de 1984 a 1994.

Neste capítulo estudaremos as modificações na distribuição da renda no México entre 1984 e 1994. Como antecedente imediato, a primeira seção mostra as mudanças mais relevantes na estrutura econômica nacional e na distribuição da renda ocorridas entre 1950 e 1994. Na segunda parte são apresentadas a distribuição da renda individual e, alternativamente, a distribuição da renda familiar per capita para defender a idéia de que é importante levar em consideração as múltiplas transferências de renda que se processam no interior da unidade familiar quando se estudam os níveis de bem-estar e pobreza. Finalmente, a terceira seção é uma análise do comportamento da desigualdade da renda entre 1984 e 1994, mostrando algumas diferenças regionais e setoriais consideradas relevantes.

3.1. Antecedentes: mudança econômica e tendências gerais na distribuição pessoal de renda no México, 1950-1994.

Concluída a revolução armada de 1910-1917, o México viveu um período de construção de suas instituições políticas pos-revolucionárias (que constituiriam o Estado Mexicano Moderno do século XX) e de reconstrução econômica nacional que se viu interrompido pela grande crise de 1929-1933, fazendo com que o longo período de 1917 a 1935 possa ser caracterizado como uma época sem crescimento econômico. A recuperação econômica chegaria depois, como resultado direto das Reformas Cardenistas de 1936 a 1940.¹ De 1940 até 1950 ocorreram fortes investimentos em infra-estrutura e obras de irrigação e abertura de terras em que o setor de crescimento econômico mais dinâmico foi o agrícola. Nesse período, o setor primário da economia teve uma taxa média anual de crescimento de 7,4% e as manufaturas de 6,9%; as taxas de crescimento dos diversos setores industriais e de serviços eram menores que no setor agrícola.

¹ O período presidencial do General Lázaro Cárdenas del Rio (1936-1940) foi, reconhecidamente, o mais transformador e reformador desse século no México. Durante esse período decretou-se a nacionalização e expropriação da indústria petrolífera, criaram-se as grandes centrais sindicais e camponesas do país, repartiram-se mais de 18 milhões de hectares a camponeses sem terra e fundou-se o Banco Nacional de Crédito Ejidal que daria impulso, durante quase duas décadas, ao desenvolvimento agrícola nacional.

A partir de 1950 teve lugar uma reorientação no destino dos fundos públicos para investimento. As obras de fomento agrícola e pecuário que tinham sido impulsionadas com carácter prioritário desde o regime Cardenista perderam importância e, no seu lugar, acelerou-se o investimento público em obras de promoção industrial. Com o processo de industrialização substitutiva de importações e o descaso pelo setor agrícola, a estrutura económica do México de 1950 em diante caracteriza-se por apresentar uma mudança de grande repercussão: emergência do setor industrial substituindo o agrícola na contribuição ao desenvolvimento nacional. Assim, de 1955 a 1980, o setor de maior desenvolvimento foi o industrial (manufaturas, eletricidade e petróleo). Para ter uma idéia da mudança de rumo observemos que, nesse período, a taxa média anual de crescimento da agricultura foi de 1,5% e a das manufaturas de 8,6%. Além disso, durante toda a década de oitenta o setor primário apresentou as mais altas taxas de crescimento negativas. Com isto, a participação da agricultura no Produto Interno Bruto Nacional, que em 1940 era de 22,5%, caiu paulatinamente, passando para 15,6% em 1960, 8,2% em 1980 e representando apenas 7,8% do PIB em 1990. A participação da indústria manufatureira no produto nacional que em 1940 era de 16,7%, passou para 20,3% em 1960, 22,1% em 1980 e 28,2% em 1990. Seguindo as tendências mundiais, a estrutura económica do México modificou-se em favor das atividades terciárias. Assim, as atividades de Comércio, Restaurantes e Hotelaria, que em 1940 constituíram 22,0% do PIB, passaram para 22,6% em 1960, 28,0% em 1980 e, após crise dos anos oitenta, ficaram em 25,7% em 1990. As atividades de Transporte, Armazenamento e Comunicações, que representavam 5,1% do PIB em 1960, passaram para 6,4% em 1980 e 6,6% em 1990. Já os Serviços Comuns, Sociais e Pessoais (que incluem todos os negócios por conta própria como consultórios médicos ou odontológicos particulares, e escritórios de assistência técnica) passaram de 16,7% do PIB em 1960 para 17,2% em 1980 e 18,2% em 1990 (INEGI, 1998). Em síntese, apresentou-se uma mudança estrutural em que a indústria (na qual a crescente participação da manufatura é fundamental) e o setor de serviços ganharam espaço em detrimento do setor primário da economia.

De outro lado, o produto interno bruto por habitante que praticamente permaneceu sem alteração no período de 1917 a 1935, cresceu significativamente a partir desse ano. Ao terminar aquele período se inicia uma etapa de crescimento económico vigoroso que somente seria interrompida depois do *boom petrolero de 1977-1981* com a crise da década

de oitenta. O produto por pessoa cresceu a uma taxa média anual de 3,1% de 1940 a 1950; 2,9% na década seguinte; 3,5% de 1960 a 1970 e 3,7% de 1970 a 1980. No seu conjunto, o longo período de 1935 a 1975 registrou uma taxa média anual de crescimento do PIB per capita de 3,0% (a essa taxa, o produto por pessoa se duplica a cada 23 anos).

Diante das modificações estruturais da economia alguns setores da população, que saíram do setor rural, fizeram que ocorresse, como nunca antes, um fenômeno migratório em duas direções: tanto para o centro do país e as novas cidades emergentes, quanto para o vizinho país do norte. Os outros, os camponeses que não conseguiram sair dos lugares mais afastados do país, compõem, atualmente, parte importante da massa de aproximadamente 24 milhões de habitantes no setor rural do país.²

Enquanto se processavam estas importantes modificações na estrutura econômica, também mudou a fisionomia do país como um todo. O crescimento demográfico fez com que o país passasse de 20 milhões de habitantes em 1940 para 35 em 1960; 68 em 1980; 81 em 1990 e aproximadamente 90 milhões de pessoas em 1994, modificando-se também a estrutura etária, dando lugar a uma sociedade com mais idosos e com 1 milhão de jovens se incorporando todos os anos ao mercado de trabalho, precisando de emprego.

Com o processo de urbanização impulsionado pelo desenvolvimento industrial, além da capital do país, surgiram mais duas cidades importantes: Monterrey, ao Norte, capital do Estado de Nuevo Leon e Guadalajara, ao Ocidente, capital do Estado de Jalisco. Entretanto, o desigual processo de desenvolvimento industrial do país fez com que o surgimento dessas cidades não impedisse o fluxo migratório interno para o centro do país, se multiplicando os problemas de pobreza urbana na periferia da capital do país, o Distrito Federal. A Zona Metropolitana da Cidade do México se tornaria, a partir da oitava década desse século, a cidade mais populada do mundo chegando a concentrar, em 1995, 20 milhões de habitantes, aproximadamente 22% da população total do país.

Assim, no México contemporâneo, associados ao êxodo rural surgiram dois problemas novos, estreitamente relacionados: a) maior demanda por

² Os camponeses mais pobres do país, que sobrevivem nas regiões mais afastadas, não têm sequer a possibilidade de sair daqueles lugares por falta de recursos para passagens.

fontes de emprego (1 milhão a mais todos os anos) e b) crescente pobreza e indigência urbanas bem como crescente demanda de serviços básicos por parte dos setores populacionais que chegaram durante mais de três décadas às principais cidades do país, sobretudo à Zona Metropolitana da Cidade do México, atraídos pela promessa da modernidade.

Em suma, trata-se de um país mais terceirizado e mais urbanizado, com muita mais população concentrada em torno da Cidade do México e portanto, com maiores problemas de pobreza urbana mas, ao mesmo tempo, com um setor rural imerso na pobreza, comparável somente com a situação prevalecente antes da Revolução Mexicana.³

Quanto à distribuição do produto, se estimando o índice de desigualdade de Gini a partir dos dados agregados por estratos de renda,⁴ podemos distinguir três fases durante o período posterior a 1950:

a) Na primeira fase, entre 1950 e 1963, aumentou a desigualdade na distribuição da renda já que o índice de Gini passou de 0,515 para 0,546.

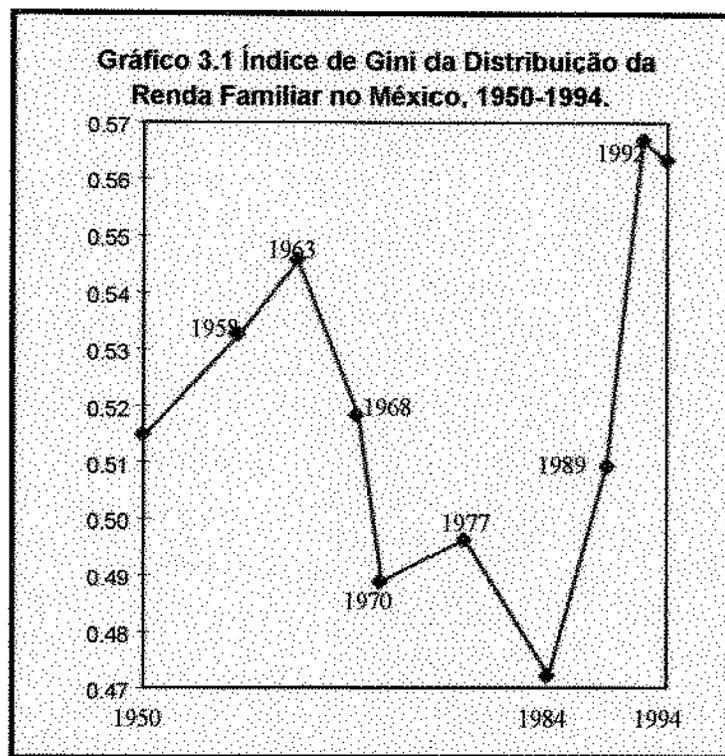
b) A segunda fase mostra que de 1963 a 1984 a desigualdade diminuiu pois o índice caiu de 0,546 para 0,472.

c) Na terceira fase, de 1984 a 1994, o crescimento da desigualdade é intenso, com o índice de Gini passando de 0,472 para 0,563.

³ Isto não significa que não exista um setor moderno na agricultura mexicana. Encontram-se, ainda que em pontos bastante limitados do país sobretudo na faixa fronteiriça com os Estados Unidos, agricultores com alto nível tecnológico, empregando técnicas modernas recomendados pelos centros de pesquisa, em que se incluem tratores, colhedoras mecânicas, adubos químicos e demais insumos que caracterizam a agricultura moderna. Também se encontram agricultores de baixíssimo nível tecnológico, que se mantêm sem aplicar quaisquer dos conhecimentos e insumos que caracterizam a agricultura moderna. Entre esses extremos encontra-se um grande número de agricultores em estágios tecnológicos intermediários, que empregam técnicas modernas na execução de alguns trabalhos e tradicionais em outros. Entretanto, o que desejamos destacar é que a agricultura mexicana está imersa, desde meados da década de 60, numa crise estrutural. Carteiras vencidas, fraudes no sistema de seguro agrícola que levou à eliminação da "Aseguradora Nacional Agrícola y Ganadera", falência da "Fertilizantes Mexicanos, S.A." da "Alimentos Balanceados de México" e da "Compañía Nacional de Semillas Mejoradas", falta de financiamento, problemas de comercialização que encarecem os produtos, descapitalização do setor, queda constante não somente na produção de grãos básicos como também em algumas frutas e hortaliças têm caracterizado a economia agrícola mexicana nas últimas três décadas. Ver Calderón, 1994.

⁴ Para calcular esse índice de Gini, foi 'ignorada' a desigualdade existente dentro dos estratos da população (ou décimos da distribuição) pois os dados disponíveis para o período 1950-1977 foram apenas as participações de cada estrato na renda total.

O comportamento do índice de desigualdade nestas três fases pode ser observado no gráfico 3.1



A ampliação da brecha entre a renda de alguns setores da classe média e os décimos mais baixos da distribuição observado entre 1950 e 1963 (por exemplo, a renda do oitavo décimo como proporção da renda dos 40% mais pobres cresceu 73,8%, passando de 0,60 em 1950 para 1,05 em 1963) põe em evidência que a classe média foi efetivamente a grande beneficiária do processo de industrialização no México. Aliás, como observou Furtado, “...a proximidade dos Estados Unidos e a presença de uma numerosa comunidade americana de negócios vêm contribuindo para a adoção, pelas empresas, de elevados padrões de remuneração dos quadros superiores. Estes fatos, combinados com a inexistência de um sindicalismo independente e a ausência de irrupções populistas, permitiram que se formasse e consolidasse uma considerável disparidade entre os salários da classe média alta e os da massa da população...” (Furtado, 1975:69). Por sua parte, a principal beneficiária das políticas populistas da década de setenta foi a classe média baixa (décimos quinto a oitavo da distribuição): entre 1963 e 1984 a participação na renda nacional desses décimos passou de 26,3% para 37,2% e a razão da renda apropriada por eles, como proporção da renda dos 40% mais pobres, cresceu 18,0% passando de 2,37 para 2,80. De 1984 em diante ocorreu um

incremento da desigualdade beneficiando, basicamente, os 10% mais ricos da população.

As fases identificadas pela desigualdade da distribuição da renda no México *acompanharam* as etapas mais importantes do desenvolvimento econômico do país e, em sentido mais amplo, as de toda América Latina. A CEPAL considera que o desenvolvimento econômico latino-americano percorreu três etapas claramente definidas de 1950 em diante: a primeira se estende de 1950 a meados da década dos sessenta, período no qual tomou impulso a industrialização substitutiva de importações, as exportações cresceram em menor ritmo que o Produto Interno Bruto e a relação de trocas com os países desenvolvidos foi, em geral, desfavorável.

A segunda etapa se estende de 1965 até 1974. Nesse período o produto global aumentou com maior rapidez, aproximadamente 6,5% ao ano, melhorando tanto as exportações quanto os preços, e a maior disponibilidade de financiamento externo permitiu maiores importações.

A terceira etapa iniciou-se com a recessão de 1975 e afetou especialmente os países não exportadores de petróleo. Com ela abriu-se o período de agravamento do déficit na conta corrente das balanças de pagamentos e apresentou-se um rápido aumento da dívida externa que desembocou na crise dos anos oitenta, cujas consequências para a população foram tais que, ainda em 1994 (antes da nova crise no México) não tinham sido recuperados os níveis de vida precedentes à chamada década perdida. “A partir de 1981, la generalidad de los países latinoamericanos se precipitó en una crisis económico-financiera que puede considerarse la más profunda y prolongada desde la crisis mundial del treinta” (CEPAL, 1984:15)

Nas primeiras duas etapas caracterizadas pela CEPAL o México logrou um considerável grau de desenvolvimento, incrementou-se e diversificou-se a produção graças ao processo de desenvolvimento industrial. Já na terceira etapa, o México passou pela pior crise econômica desde os anos trinta. Assim, o Produto Interno Bruto do México registrou uma taxa média anual de crecimiento de 5,1% durante o período que vai de 1950 a 1960, subiu para 6,1% de 1960 a 1970, passou para 6,7% de 1970 a 1980 e foi somente na década de oitenta que registrou uma forte desaceleração: 1,6% anual de crecimiento de 1980 até 1990 (BID, 1993:289).

Nossa caracterização geral das tendências distributivas no México coincide, no fundamental, com as três etapas identificadas pela CEPAL no desenvolvimento latino-americano e mostra que a distribuição da renda piorou quando caiu o Produto Interno Bruto per capita.

A CEPAL faz notar que “...el producto interno bruto por habitante en cuatro países volvió en 1982 a los niveles de alrededor de dos decenios atrás (...), el de seis países retrocedió cerca de un decenio, en dos (...) se redujo algo más que al nivel registrado hacia 1979 y en siete (...) llegó a los niveles de comienzos de los años ochenta.” (CEPAL, 1984:30)

Assim, o Produto Interno Bruto por habitante mexicano, que de 1970 a 1980 registrou uma taxa média anual de crescimento de 3,7 por cento, caiu a uma taxa média anual de 0,7 por cento de 1980 a 1990 (BID,1993:289). Durante os anos mais intensos da crise, a queda no PIB per capita foi de 12% de 1981 a 1984 e mais 8% de 1984 a 1987 (Altimir, 1994:17-18).

Como veremos detidamente na terceira seção deste capítulo, foi nas décadas de oitenta e noventa que a distribuição da renda sofreu maior deterioração desde os anos 50.

3.2 Indivíduos pobres em famílias ricas?

Para analisar a distribuição é necessário escolher, sob certos critérios, o universo de pesquisa ou população que será estudada.

Considerar como universo de pesquisa os indivíduos isolados, por exemplo, significa fazer abstração das múltiplas transferências de renda monetárias e, principalmente, não monetárias (tais como alimentação, habitação, vestuário, e saúde) que se processam *dentro* da unidade familiar e tratar os indivíduos como unidades independentes.

Com o intuito de justificar a decisão sobre o tipo de distribuição que será analisada nesta pesquisa, foram estimadas, para o ano de 1994, tanto a distribuição da renda entre indivíduos que recebem alguma renda (que mesmo sendo de uma mesma família foram tomados como unidades independentes) quanto a distribuição da renda familiar per capita.

Também analisaremos como muda a posição dos indivíduos nas diferentes faixas da distribuição segundo as classifiquemos com base na sua renda individual ou de acordo com sua renda familiar per capita.

A tabela 3.1 mostra a distribuição da renda entre a população economicamente ativa, incluindo somente os indivíduos com algum tipo de renda positiva em 1994. A primeira coluna mostra os diferentes estratos de população ordenados conforme valores descendentes da renda. Assim, o 1% superior refere-se ao 1% da população com renda mais elevada; o 5% compreende os 5% com renda mais elevada, inclusive o 1% superior. A seguir temos a distribuição por décimos da população economicamente ativa, começando, também, pelos 10% mais ricos e terminando com os 10% mais pobres.

A seguir, pode ser observada a percentagem de renda auferida pelos diferentes estratos de população. A segunda coluna mostra as percentagens de renda correspondente a cada grupo. A terceira e quarta mostram, respectivamente, valores acumulados das rendas mais altas para as mais baixas e vice-versa. A quinta e sexta colunas mostram, respectivamente, a renda média em dólares e a renda média real (isto é, considerando o deflator, como definido na metodologia) por estratos de população. Finalmente, as duas últimas colunas apresentam as rendas relativas de cada grupo, em relação à renda mediana (coluna 7) e em relação à renda média (coluna 8). Na parte inferior da tabela estão discriminados alguns índices de desigualdade (Gini, *T* de Theil e seu dual) bem como as rendas mediana e média. É importante notar que, por se tratar da população economicamente ativa, o total dos pesos está em torno de 31,8 milhões de pessoas.

Verifica-se que o 1% mais rico da população detém 13,9% do total da renda e tem uma renda média de US\$10,669 por mês. Considerando-se os 5% mais ricos, a participação relativa eleva-se para 32,0% e a renda média mensal cai para US\$3,474. O 'primeiro' décimo da distribuição (os 10% mais ricos) detém praticamente 44,4% do total, com uma renda média de US\$1,909. No décimo seguinte se observa uma queda brusca da participação, passando para 15,8% do total da renda e a renda média cai para US\$1,211. Depois desse décimo, as reduções nas participações dos diferentes grupos são menores, sugerindo uma maior desigualdade entre os estratos mais ricos se comparada com a desigualdade entre os grupos mais pobres da população (se bem que os 10% mais pobres recebem apenas US\$38 por mês enquanto

Tabela 3.1 Distribuição da renda entre as pessoas economicamente ativas no México, 1994.

Grupo delimitado por percentil	Porcentagem da renda			Renda Média Em 1994 (US\$)	Renda Média Real	Renda relativa	
	No grupo	Acumulada				Em relação à mediana	Em relação à média
		A partir das rendas mais altas	A partir das rendas mais baixas				
1% superior	13,89	13,89	86,11*	10668,62	39,28	23,75	13,89
5% superior	31,98	31,98	68,02*	3473,82	12,79	7,73	4,52
10% superior	44,40	44,40	100,00	1909,38	7,03	4,25	2,49
10	15,76	60,16	55,60	1211,36	4,46	2,70	1,58
10	10,8	70,96	39,84	828,39	3,05	1,84	1,08
10	8,2	79,16	29,04	630,12	2,32	1,40	0,82
10	6,54	85,70	20,84	502,47	1,85	1,12	0,65
10	5,23	90,93	14,30	401,97	1,48	0,89	0,52
10	4,02	94,95	9,07	309,63	1,14	0,69	0,40
10	2,88	97,83	5,05	222,72	0,82	0,50	0,29
10	1,68	99,51	2,16	127,65	0,47	0,28	0,17
10% inferior	0,49	100,00	0,49	38,02	0,14	0,08	0,05

Índice de Gini: 0,566

Índice *T* de Theil: 0,671

Dual do *T* de Theil: 0,489

Renda mediana: US\$449,15

Renda média: US\$768,09

Número total de pessoas: 31 809 940

* Estes percentuais se referem à renda acumulada até os 99 e os 95% da população, respectivamente. Assim, a renda dos 1% mais ricos é 13,89% da renda total e a dos 5% mais ricos é 31,98%.

Fonte: Construída a partir da "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 1994", INEGI, México, 1996.

que o décimo seguinte tem renda média 3,4 vezes maior, de US\$128 mensais).

É importante notar a magnitude da diferença entre a renda mediana (US\$449) e a renda média (US\$768), o que indica uma forte assimetria positiva na distribuição. Com isso, a renda relativa do 1% superior varia de 24 para 14, segundo seja feita a comparação em relação à renda mediana ou em relação à renda média. Os 50% mais pobres da população têm renda menor do que a mediana e os 70% inferiores têm renda menor do que a média.

Entretanto, essas conclusões são verdadeiras somente em se tratando da análise da distribuição da renda entre indivíduos isolados. Imaginemos uma família com somente duas pessoas. Uma delas, Engenheiro, ganha, digamos, US\$2000 mensais enquanto que a outra recebe somente US\$200 (para facilitar o exemplo, suponhamos que o grau de escolaridade desta segunda pessoa é somente primário). O resultado será que o Engenheiro

estará incluído no estrato dos 5% mais ricos da população e a outra pessoa estará na cauda inferior da distribuição, entre os mais pobres, no segundo ou terceiro décimo.

Existem pessoas com “renda de pobre” vivendo em famílias com indivíduos relativamente ricos? Deve ficar claro que o resultado imediato da agregação dos indivíduos por famílias resulta no aumento da renda dos indivíduos com renda pessoal inferior à renda per capita média da família. No caso do exemplo, a renda média per capita das duas pessoas é de US\$1100. Com isso, ambas ficariam entre o oitavo e o nono décimo, ao invés de ficar, cada uma, num extremo diferente da distribuição.

A tabela 3.2 mostra a distribuição da renda familiar per capita no México em 1994. Verifica-se que o 1% da população mais rica detém 14,6% do total da renda e tem uma renda média de US\$4070 por mês. Os 5% mais ricos têm 34,1% da renda total e a renda média mensal cai para US\$1365. Os 10% mais ricos detém 46,8% do total, com uma renda média de US\$ 714. No décimo seguinte se observa uma queda brusca da participação,

Tabela 3.2 Distribuição da renda familiar per capita no México, 1994.

Grupo delimitado por percentil	Porcentagem da renda			Renda Média Em 1994 (US\$)	Renda Média Real	Renda relativa	
	No grupo	Acumulada				Em relação à mediana	Em relação à média
		A partir das rendas mais altas	A partir das rendas mais baixas				
1 % superior	14,55	14,55	85,45*	4070,54	14,99	27,10	14,55
5% superior	34,06	34,06	65,94*	1365,08	5,03	9,09	4,88
10% superior	46,82	46,82	100,00	714,05	2,63	4,75	2,55
10	15,5	62,32	53,18	433,75	1,60	2,89	1,55
10	10,3	72,62	37,68	288,44	1,06	1,92	1,03
10	7,76	80,38	27,37	217,01	0,80	1,44	0,78
10	6,05	86,43	19,62	169,21	0,62	1,13	0,60
10	4,74	91,17	13,57	132,54	0,49	0,88	0,47
10	3,68	94,85	8,83	103,21	0,38	0,69	0,37
10	2,75	97,60	5,15	77,14	0,28	0,51	0,28
10	1,78	99,38	2,40	49,70	0,18	0,33	0,18
10% inferior	0,62	100,00	0,62	17,38	0,06	0,12	0,06

Índice de Gini: 0,583

Índice *T* de Theil: 0,721

Dual do *T* de Theil: 0,514

Renda mediana: US\$150,21

Renda média: US\$279,84

Número total de pessoas: 90 296 420

* Estes percentuais se referem à renda acumulada até os 99 e os 95% da população, respectivamente. Assim, a renda dos 1% mais ricos é 14,55% da renda total e a dos 5% mais ricos é 34,06%.

Fonte: Construída a partir da “Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 1994”, INEGI, México, 1996.

passando para 15,5% do total da renda e a renda média cai para US\$434. Depois desse décimo, as reduções nas participações dos diferentes grupos são menores, sugerindo, novamente, uma maior desigualdade entre os estratos mais ricos.

É interessante observar, para fins de comparações internacionais, que os 40% mais pobres da população têm renda mensal inferior a US\$117 e os 20% inferiores tem renda mensal menor que US\$64.

As diferenças nas medidas de desigualdade entre as duas distribuições analisadas não parecem tão significativas: ao final, a participação dos 10% mais ricos passa de 44,40% para 46,82% e o índice de Gini muda apenas de 0,566 para 0,583. Na realidade, o que as torna diferentes é um aspecto qualitativo, a variável analisada. Vejamos:

É possível investigar o que acontece com a posição relativa das pessoas no *spectrum* da distribuição quando mudamos de renda individual para renda familiar per capita.

A tabela 3.3 mostra que, se a renda individual é dividida entre todos os integrantes da família, apenas 48% dos indivíduos que faziam parte do 1% mais ricos da população pela sua renda individual, passam a fazer parte desse 'novo' estrato: os 1% mais ricos da população ordenada pela renda familiar per capita. Ou seja, existem pessoas que, pela sua renda individual podem ser classificadas no estrato dos 1% mais ricos e que, ao dividir sua renda com os outros integrantes da família descem na escala distributiva. Entretanto, verifica-se que esses indivíduos nunca chegam a cair para o décimo anterior aos mais ricos. No outro extremo, apresenta-se uma situação análoga mas em direção inversa. Apenas 46% das pessoas que, pela sua renda individual faziam parte dos 10% mais pobres continuam, após a redistribuição das rendas individuais *dentro* das famílias, a fazer parte desse estrato. Ou seja, existem pessoas que tem renda individual baixa mas cuja renda familiar per capita os coloca em estratos superiores da distribuição.

Na tabela 3.3 também é possível observar que há uma grande dispersão relativa das posições dos indivíduos contidos nos décimos quinto a nono da escala distributiva que, pela sua renda individual deviam fazer parte de um estrato e pela sua renda familiar per capita mudam de posição para cima (décimos sexto a nono) ou para baixo (décimos segundo a quarto).

Tabela 3.3 Distribuição por estratos de renda familiar per capita das pessoas de cada estrato de renda individual, México 1994.

Estratos de Renda Familiar per capita	Estratos de Renda Individual Ordenados em forma descendente												Total
	1% mais ricos	>95 a 99% mais ricos	>90 a 95% mais ricos	Nono Décimo	Oitavo Décimo	Sétimo Décimo	Sexto Décimo	Quinto Décimo	Quarto Décimo	Terceiro Décimo	Segundo Décimo	10% mais pobres	
1% +	152 019	95 345	39 474	25 293	1 797	0	688	1 802	1 681	0	0	0	318 099
>95 a 99%+	152 247	497 627	266 118	203 708	74 892	26 077	15 710	21 115	2 955	6 709	540	4 700	1 272 398
>90 a 95%+	13 833	380 533	353 357	395 096	237 444	80 821	37 959	20 030	25 681	23 672	16 294	5 777	1 590 497
Nono Décimo	0	236 703	521 817	787 204	457 366	461 003	276 055	141 059	103 535	59 211	69 968	67 073	3 180 994
Oitavo	0	59 140	285 869	666 050	505 142	410 918	283 252	298 468	247 821	218 054	114 139	92 141	3 180 994
Sétimo	0	3 050	75 041	549 425	478 080	402 006	501 350	318 335	340 051	248 288	163 982	101 386	3 180 994
Sexto	0	0	41 633	339 877	504 411	498 824	460 176	409 016	291 770	304 159	189 652	141 476	3 180 994
Quinto	0	0	6 935	134 498	520 720	441 391	493 924	444 422	428 634	300 019	238 496	171 955	3 180 994
Quarto	0	0	253	62 803	235 309	512 504	375 097	523 262	490 269	401 361	354 878	225 258	3 180 994
Terceiro	0	0	0	17 040	126 180	248 102	448 058	504 387	538 487	589 151	349 117	360 472	3 180 994
Segundo	0	0	0	0	39 653	96 768	270 140	461 751	535 829	521 911	706 276	548 666	3 180 994
10% inferior	0	0	0	0	0	2 580	18 585	37 347	174 281	508 459	977 652	1 462 090	3 180 994
Total	318 099	1 272 398	1 590 497	3 180 994	3 180 994	3 180 994	3 180 994	3 180 994	3 180 994	3 180 994	3 180 994	3 180 994	31 809 940

Fonte: Construída a partir da "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares" de 1994, INEGI, México, 1996.

Esta situação nos leva ao ponto de partida desta seção. Qual distribuição devemos tomar? É mais 'adequado' analisar o comportamento da renda individual ou a distribuição da renda familiar per capita? Isto depende tanto da disponibilidade de informação quanto da finalidade do estudo.

Como é observado por Hoffmann (1997a: 225), se o objetivo da pesquisa é analisar o nível de vida ou bem-estar das pessoas, estudar a distribuição da renda familiar per capita é mais adequado pois é possível que uma pessoa ganhe relativamente pouco mas faça parte de uma família muito rica. Analisar a distribuição da renda familiar per capita permite levar em consideração as múltiplas transferências de renda que se processam no interior da unidade familiar, já que não faz sentido considerar como pobres os estudantes ou donas-de-casa por eles terem uma renda baixa ou nula.

O objetivo básico de nossa pesquisa é analisar o comportamento do nível de vida dos mexicanos nas últimas duas décadas e uma *proxi* disso é a distribuição de renda e a pobreza. Pois bem, devemos analisar a pobreza e a posição relativa dos indivíduos considerando sua renda familiar per capita. Faremos isso a partir da seção seguinte.

3.3. 1984-1994: Maior Desigualdade.

O México tem se caracterizado durante as duas últimas décadas (80 e 90) por um processo de recessão econômica que tem transformado profundamente as estruturas e a forma de vida da população, levando-as a adotar novos hábitos de consumo e a desenvolver certas formas de sobrevivência. A mutação é perceptível em todos e cada um dos aspectos da vida do país, o qual atravessou, durante esses anos, pelo que poderíamos considerar o período mais desastroso da história recente do México, depois da revolução de 1910-1917.

Ainda sem ter recuperado o que foi perdido durante a década de oitenta, importantes estratos da população viram novamente, a partir de 1994, cair seu poder aquisitivo.

Como pode ser observado na tabela 3.4, os salários mínimos reais diminuíram mais de 50% no período 1983 a 1990, de forma que o poder de

compra real de 1990 ficou em aproximadamente o mesmo nível de três décadas atrás.

Tabela 3.4 Salários mínimos reais no México, 1940-1990 (1960=100)

Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice
		1963	116,8	1970	183,6	1977	230,0	1984	149,5
1945	69,3	1964	150,9	1971	174,7	1978	226,8	1985	147,8
1950	66,6	1965	145,8	1972	198,2	1979	223,8	1986	132,2
1955	84,1	1966	164,6	1973	186,2	1980	206,2	1987	125,3
1960	100,0	1967	157,8	1974	203,9	1981	210,4	1988	107,4
1961	98,4	1968	172,8	1975	206,4	1982	210,2	1989	103,3
1962	117,8	1969	170,0	1976	229,4	1983	164,3	1990	100,1

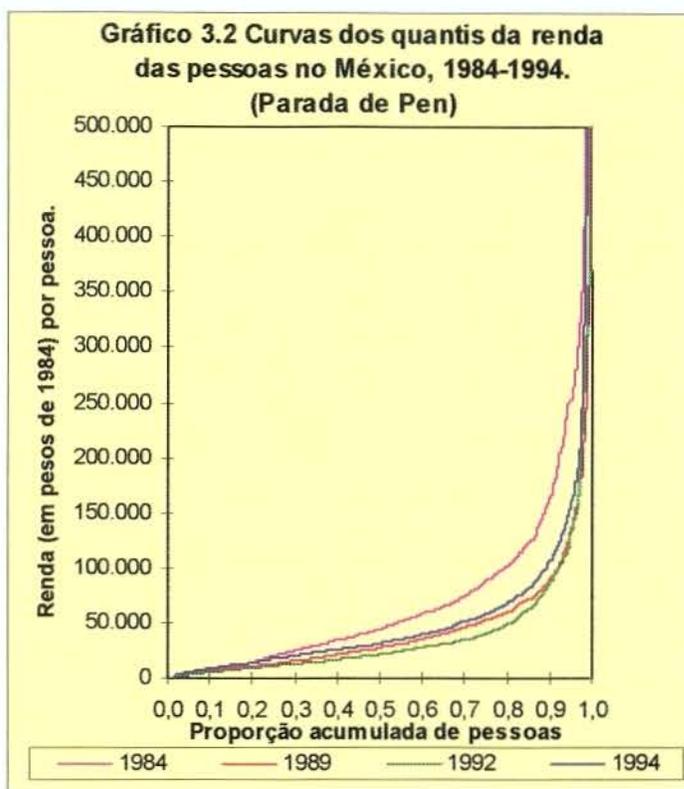
Fonte: Barkin, David (1991:144).

A queda espetacular dos salários mínimos teve um impacto direto sobre o consumo privado. Enquanto que para os setores mais numerosos da sociedade —aqueles cuja renda é menor que 4 ou 5 salários mínimos e que constituem um contingente equivalente a 70% da população mexicana— a depressão econômica significou a diminuição permanente do consumo familiar em bens básicos, como alimentação e vestuário, por outro lado, para alguns setores da classe média e média alta a crise econômica dos anos oitenta significou o necessário abandono de certos hábitos de consumo sumptuário, tais como a troca anual do carro ‘velho’ pelo novo, último modelo;⁵ ou a menor frequência a restaurantes caros e finos. A queda generalizada da renda dos mexicanos registrada nas ENIGH pode ser observada no gráfico 3.2, que mostra as curvas de quantis (também denominadas “paradas de Pen”) da distribuição da renda no México em 1984, 1989, 1992 e 1994.

Esse gráfico permite uma descrição muito persuasiva da distribuição da renda. Ordenando as pessoas, conforme valores crescentes de rendimento, um ponto da curva mostra a renda de uma pessoa e a posição que ela tem na distribuição. Com a finalidade de observar a forma da parte inicial da curva, foram excluídas as rendas mais elevadas. O maior rendimento observado na amostra corresponde a mais de 21,5 milhões de pesos de 1984, sendo que o valor máximo considerado no eixo das ordenadas foi de 500,000 pesos de 1984. Verifica-se, no gráfico 3.2, que existe dominância de primeira ordem da curva de 1984, pois nenhuma das curvas dos outros anos a corta em nenhum

⁵ Assim, por exemplo, a venda total de carros novos no México caiu de 286,041 unidades em 1980 para 217,650 em 1984 e 106,492 em 1989 (Jordy, 1991:118).

ponto. Portanto, estes resultados mostram que existiu, efetivamente, uma queda substancial da renda real dos mexicanos entre 1984 e 1994.



Entretanto, como já expressamos anteriormente na seção metodológica deste trabalho, existem importantes inconsistências nos dados sobre renda das pesquisas domiciliares dos anos de 1989 e 1992. Analisemos mais esta questão. Segundo informações do próprio INEGI, a renda per capita do México registrou uma taxa média anual de crescimento, no período 1980-1990, de $-0,7\%$. De 1984 a 1992 a queda anual foi maior ($-1,4\%$). Entretanto, em todo esse período a queda total do PIB por habitante foi de $10,6\%$. Em dólares de 1988 a renda média dos mexicanos passou de US\$2 590 em 1980 para US\$2 498 em 1982; US\$2 354 em 1984 e US\$ 2 105 em 1992 (BID, 1993:289 e 1992:293). De forma que existe certa incoerência entre a magnitude da diminuição do produto por habitante e a queda na renda informada pelas famílias nas ENIGH. Outro elemento que poderia estar distorcendo a análise é o deflator utilizado. Os resultados relativos à evolução dos rendimentos médio e mediano e das medidas de pobreza são fortemente afetados pela escolha do deflator. Na ausência de outro indicador da evolução de preços do consumo das famílias, foi adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor do “Sistema de Indicadores

Econômicos” do Banco do México, que tem abrangência geográfica nacional (ver metodologia). Os resultados sugerem que a aparente diminuição tão espetacular na renda média é mais um problema das pesquisas domiciliares e de uma declaração incorreta dos rendimentos das pessoas do que uma dificuldade associada com o índice de preços utilizado. Por isto, diferentemente dos estudos anteriores que analisaram a distribuição da renda no México, nesta pesquisa queremos destacar que não é possível tirar conclusões sólidas a partir dos dados das pesquisas domiciliares de 1989 e 1992. É razoável aceitar uma queda na renda média entre 1984 e 1994 bem menor do que a registrada pelas ENIGH de 1984 a 1992, o que, além de ser apreciado no gráfico 3.2, é mais consistente com os dados que mostram a evolução do PIB *per capita* nesse período. Sendo assim, passemos a analisar a evolução da desigualdade de 1984 a 1994.

Para melhor visualização é mostrado a seguir, nos gráficos 3.3 e 3.4, o comportamento dos índices de Gini e T de Theil calculados para a renda corrente familiar per capita.

A desigualdade da distribuição de renda nacional cresceu 20,4% (se medida pelo índice de Gini) ou 67,2% (se mensurada pelo índice T de Theil) o que representa uma taxa média anual de crescimento de 4,8% (Gini) ou 13,7% (Theil) no nível de disparidade de renda entre 1984 e 1994.

Os gráficos 3.3 e 3.4 também mostram um aumento da desigualdade em todas as regiões econômicas do México. Entretanto, ocorreu uma mudança na posição relativa das regiões. Enquanto que em 1984 as mais altas taxas de desigualdade se apresentavam na região Golfo do México, a região Centro aparece como campeã da desigualdade em 1994. Cabe lembrar que a mudança econômica do país nas últimas décadas levou à concentração de importantes massas de população, vindas do interior, na região centro, fenômeno que se agravou a partir da crise econômica dos anos oitenta, quando cinturões de pobreza surgiram na Zona Metropolitana da Cidade do México. Por isso, não é de surpreender que seja nessa região que se apresentam os mais altos níveis de desigualdade ao final do período, em 1994. Já a região Noroeste, que em 1984 tinha os menores índices de desigualdade, ficou em 1994 em terceiro lugar (índice de Gini) e em segundo lugar (índice T de Theil). É interessante observar este caso. O índice de Gini, que é mais sensível ao que acontece na cauda inferior da distribuição, indica um incremento substancial da desigualdade na região noroeste; entretanto, é

Gráfico 3.3 Índice de Gini da Distribuição da renda familiar per capita nacional e por regiões do México, 1984-1994.

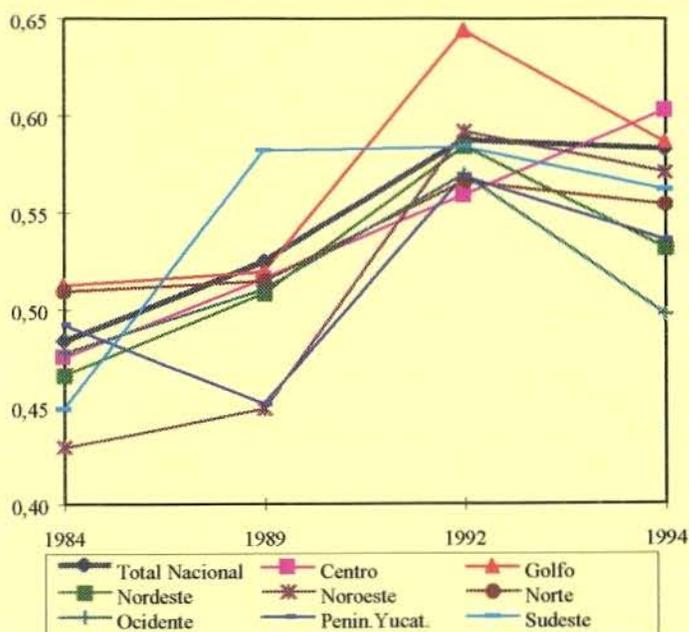
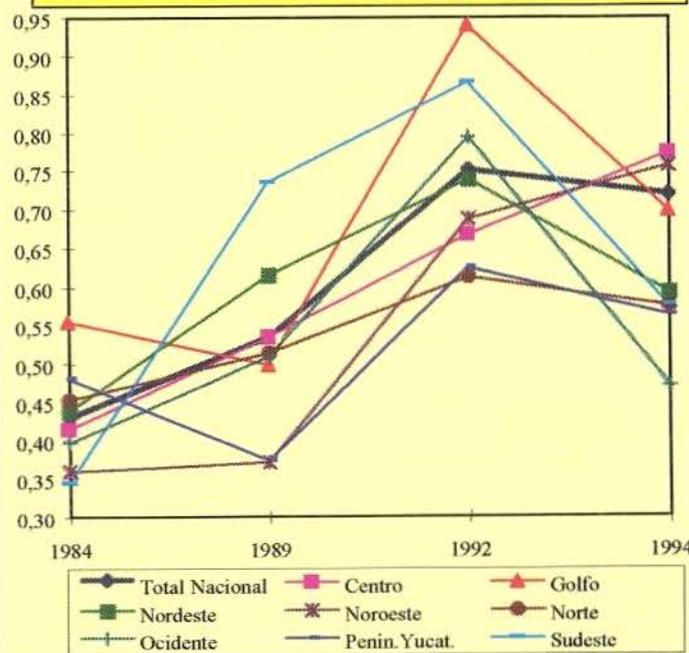
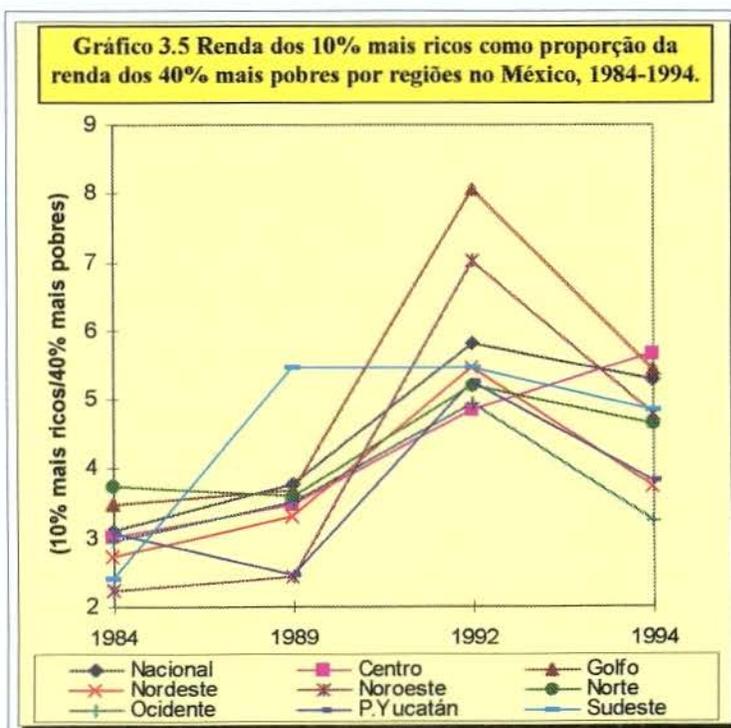


Gráfico 3.4 Índice de Theil da Distribuição da renda familiar per capita nacional e por regiões do México, 1984-1994.



maior o incremento relativo se a desigualdade é mensurada com o índice *T* de Theil. Portanto, nessa região, incrementou-se mais a desigualdade entre os mais ricos do que entre os relativamente pobres. E, efetivamente, dados recolhidos no estado de Sonora (Aguilar, 1992) mostraram o surgimento e consolidação, durante os anos oitenta, de importantes grupos agroindustriais no Noroeste do México, o que seguramente incrementou a desigualdade entre os micro empresários tradicionais e os empresários emergentes, associados a grandes empresas transnacionais.

Outro indicador da magnitude em que a desigualdade da renda incrementou-se no período 1984-1994 é a razão da renda dos 10% mais ricos como proporção da renda dos 40% mais pobres da população. É uma medida sugestiva, desde que permite observar em quanto a renda dos mais ricos supera a renda de uma fração importante dos mais pobres. A nível nacional, e para todas as regiões do país, dita relação cresceu, durante todo o período, mais de 45%. Os casos mais agudos são a região Ocidente (crescimento da razão em 91,6%), que constitui, aliás, outra zona metropolitana emergente; a região norte (80,8%) e a região Centro do país, onde a relação passou de 3,03 em 1984 para 5,68 em 1994, um crescimento de 87,5% (ver gráfico 3.5).



Assim, a distribuição nacional da renda em 1994 mostra, em relação a 1984, uma maior desigualdade. Pode-se afirmar que, no período recente, ocorreu um forte processo regressivo na distribuição da renda no México, beneficiando fundamentalmente as classes média alta e alta do país. Nossos resultados mostram que, no período compreendido entre 1984 e a metade dos anos 90, os 1% mais ricos aumentaram sua participação na renda nacional de 8,3% para 14,5% e a classe média alta —ou seja, o décimo superior, excluído o 1% formado pelas pessoas mais ricas do país— teve sua participação na renda elevada de 26,9 para 32,3 por cento. O peso relativo da participação na renda dos grupos médios altos aumentou significativamente. Considerando a taxa de câmbio vigente durante o levantamento da ENIGH (4,7 pesos por dólar), a renda média *per capita* dos 1% superiores da população mexicana —aproximadamente 900,000 pessoas— era, em 1994, de US\$4071 mensais enquanto que a renda média *per capita* de toda a população era de US\$280; a dos primeiros nove décimos da distribuição era de somente US\$165 e a correspondente ao primeiro décimo era de US\$17. Assim, a renda média *per capita* dos 1% mais ricos da população equivalia a 37 vezes a renda média por pessoa dos 70% mais pobres; 44 vezes a dos primeiros seis décimos; 54 vezes a renda média dos 50% inferiores; 66 vezes a dos 40% mais pobres e 234 vezes a renda média *per capita* dos 10% mais pobres.

Para analisar não somente as modificações nacionais como também regionais na distribuição da renda as tabelas 3.5 e 3.6 mostram medidas de desigualdade de renda e pobreza a nível nacional, por regiões e por estados do México para os anos de 1984 e 1994.⁶ Na primeira coluna estão discriminadas as regiões e estados do México. As colunas 2 a 7 mostram a proporção da renda de alguns estratos da população mais rica e mais pobre; nas colunas 8 a 11 são apresentadas algumas razões importantes de renda; os índices de Gini (G) e T de Theil aparecem, respectivamente, nas colunas 12 e 13. Posteriormente, as colunas 14 e 15 mostram as rendas média e mediana; as colunas 16 a 25 mostram os resultados de algumas medidas de pobreza: a proporção de pobres H ; a razão de insuficiência de renda I ; os índices de pobreza de Sen (P) e de Foster, Greer e Thorbecke (ϕ); a contribuição percentual do i -ésimo estado ou região para o ϕ nacional, a insuficiência de renda dos pobres como porcentagem da renda total (r); o número absoluto de

⁶ As pesquisas domiciliares utilizadas têm representatividade apenas regional. No entanto, consideramos que os resultados das unidades federativas permitem observar algumas tendências gerais interessantes que, aliás, confirmam nossos conhecimentos sobre a estrutura socio-econômica do México.

pobres; a participação percentual do *i*-ésimo estado ou região na população pobre do país e a participação percentual do *i*-ésimo estado na população pobre da *h*-ésima região e; finalmente, a contribuição percentual do *i*-ésimo estado para o índice de Foster Greer e Thorbecke da *h*-ésima região.⁷

A regionalização adotada coloca, de um lado, as regiões Ocidente, Península de Yucatán e Sudeste com as menores rendas média e mediana e, de outro lado, o Noroeste e o Nordeste com resultados opostos.⁸

Entretanto, devemos observar que não são as regiões com menores rendas *per capita* as que têm maiores índices de desigualdade. A região Sudeste, que em 1984 apresentou a segunda menor renda média, tinha o menor *T* de Theil. No mesmo ano, a Ocidente, com as menores rendas *per capita*, era a região com a 3ª menor desigualdade do México, medida com o índice *T* de Theil. Porém, estas duas regiões apresentavam importantes índices de pobreza (proporção de pobres em torno de 45% da população) o que mostra que a estrutura interna delas é relativamente homogênea. Parecem representar situações de pobreza generalizada.

Mas isto não significa que todas as regiões sejam mais ou menos homogêneas. É importante que se percebam os contrastes que existem *dentro* de algumas regiões. A Centro, por exemplo, é muito heterogênea: em 1984, o Distrito Federal tinha os menores níveis de pobreza (apenas 12%) enquanto que a região possuía 50% de pobres e um estado onde 90% da sua população era pobre (Tlaxcala). Esta região, com níveis de renda média e mediana superiores aos níveis nacionais, tinha 5 estados com mais de 52% dos seus habitantes em condições de pobreza.

Os índices de pobreza de Sen e de Foster, Greer e Thorbecke, que captam tanto a extensão quanto a intensidade da pobreza, permitem observar particularidades regionais e estaduais interessantes. Por exemplo, a pobreza do estado de Chiapas (região Sudeste) era maior que a nível nacional: 19% (Sen) ou 13% (FGT) em 1984 e 30,6% (Sen) ou 56,2% (FGT) em 1994. Já a insuficiência de renda *I* indica que a renda média das pessoas pobres nesse

⁷ Os resultados das medidas de desigualdade e pobreza para os anos intermediários de 1989 e 1992, tanto nacionais como por áreas urbanas e rurais, separadamente, são apresentados nos anexos 3 a 8.

⁸ Por distorcer fortemente os resultados das medidas de desigualdade foi excluída a observação com renda mais alta em 1984: segundo as ENIGH, uma só pessoa (da zona rural do estado de Zacatecas) detinha, nesse ano, 12% da renda nacional. Situação análoga aconteceu com uma observação do estado de Nayarit nos dados de 1989, também excluída dos cálculos.

Tabela 3.5 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1984. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de renda dos ricos						Razões de renda				Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza										
	1%+ ricos	3%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+/40%	3%+/50%	10%+/50%	10%+/40%	G	T	μ	D	H	I	P	φ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j	
Nacional	8,3	23,3	35,2	0,7	11,3	17,8	0,73	1,32	1,98	3,11	0,484	0,431	69 891	50 000	0,388	0,492	0,256	0,127	100,0	10,4	29 799 713	100,0			
Centro	8,0	22,9	34,2	0,6	11,3	18,0	0,71	1,27	1,90	3,03	0,476	0,416	71 458	54 820	0,373	0,505	0,251	0,127	39,2	10,0	11 186 277	37,5	100,0	100,0	
9, Distrito Federal	5,9	18,9	28,9	2,2	19,0	26,4	0,31	0,72	1,09	1,52	0,364	0,250	98 127	76 700	0,121	0,361	0,063	0,027	2,9	1,7	1 251 500	4,2	11,2	7,3	
13, Hidalgo	5,6	21,3	35,8	0,3	9,7	14,7	0,58	1,44	2,43	3,70	0,527	0,480	58 731	30 588	0,578	0,490	0,377	0,186	0,7	18,3	211 381	0,7	1,9	1,8	
15, Edo México	7,0	23,8	34,3	1,0	14,2	21,4	0,50	1,11	1,60	2,43	0,443	0,374	85 389	65 333	0,235	0,505	0,156	0,078	6,8	5,3	1 999 801	6,7	17,9	17,5	
17, Morelos	10,6	23,1	33,5	1,6	15,6	22,1	0,68	1,05	1,51	2,14	0,434	0,388	53 113	36 000	0,521	0,367	0,266	0,105	2,0	13,6	952 338	3,2	8,5	5,0	
21, Puebla	9,0	25,4	38,1	0,0	8,4	14,2	1,07	1,79	2,68	4,55	0,537	0,534	33 993	23 200	0,704	0,593	0,535	0,307	14,4	46,5	3 201 111	10,7	28,6	36,7	
22, Querétaro	4,6	18,6	32,9	0,9	9,7	15,7	0,48	1,18	2,09	3,40	0,503	0,422	38 100	24 000	0,670	0,567	0,481	0,262	4,7	37,7	1 169 937	3,9	10,5	12,0	
29, Tlaxcala	5,4	16,5	25,5	2,0	16,7	24,3	0,32	0,68	1,05	1,53	0,366	0,236	23 388	18 741	0,903	0,487	0,582	0,282	7,7	71,2	2 400 209	8,1	21,5	19,7	
Golfo	13,5	29,3	39,8	0,9	11,4	17,5	1,18	1,68	2,27	3,49	0,513	0,555	66 634	45 000	0,425	0,472	0,268	0,127	6,3	11,4	2 055 727	6,9	100,0	100,0	
27, Tabasco	3,4	16,7	30,0	2,3	14,2	20,0	0,24	0,83	1,50	2,11	0,422	0,292	87 923	56 280	0,294	0,298	0,114	0,034	0,3	3,8	86 787	0,7	4,2	1,6	
30, Veracruz	14,2	30,2	40,3	0,8	11,2	17,3	1,26	1,74	2,32	3,58	0,517	0,575	65 252	44 570	0,434	0,479	0,271	0,133	6,0	12,1	1 968 940	6,6	95,8	98,4	
Nordeste	8,9	24,0	34,7	0,1	12,7	20,0	0,70	1,20	1,74	2,72	0,467	0,440	73 890	57 585	0,298	0,561	0,227	0,131	7,0	8,6	1 549 263	5,2	100,0	100,0	
19, Nuevo León	6,2	21,2	31,6	2,0	17,3	24,1	0,36	0,88	1,31	1,82	0,399	0,299	84 766	60 502	0,189	0,323	0,092	0,038	0,8	2,7	413 520	1,4	26,7	12,1	
28, Tamaulipas	10,8	26,2	36,9	0,0	9,0	16,3	1,20	1,61	2,26	4,10	0,514	0,556	65 999	56 899	0,377	0,647	0,313	0,198	6,1	14,0	1 135 743	3,8	73,3	87,9	
Noroeste	8,5	22,3	33,3	1,2	15,0	22,3	0,56	1,00	1,49	2,22	0,429	0,360	101 019	82 000	0,189	0,436	0,118	0,057	3,4	3,1	1 119 390	3,8	100,0	100,0	
2, Califórnia	6,2	17,1	28,7	2,4	16,0	22,3	0,39	0,77	1,29	1,79	0,403	0,284	164 882	120 000	0,019	0,348	0,018	0,015	0,2	0,4	24 727	0,1	2,2	5,8	
3, Califórnia Sur	1,9	8,8	16,7	4,1	26,7	35,9	0,07	0,25	0,46	0,62	0,204	0,067	95 754	90 000	0,053	0,141	0,009	0,001	0,0	0,3	6 693	0,0	0,6	0,0	
18, Nayarit	5,4	26,9	45,9	1,6	9,3	12,9	0,58	2,08	3,55	4,92	0,600	0,713	248 920	93 000	0,034	0,137	0,007	0,001	0,0	0,1	5 611	0,0	0,5	0,1	
25, Sinaloa	2,8	10,5	19,2	3,5	23,9	33,1	0,12	0,32	0,58	0,80	0,242	0,098	84 299	84 285	0,064	0,383	0,034	0,014	0,3	1,1	145 239	0,5	13,0	9,3	
26, Sonora	4,6	19,9	32,6	0,4	11,4	17,0	0,41	1,17	1,92	2,86	0,478	0,392	67 127	43 500	0,461	0,437	0,287	0,139	2,9	11,4	937 120	3,1	83,7	84,8	
Norte	5,8	21,3	37,8	0,8	10,1	15,9	0,57	1,34	2,37	3,74	0,510	0,453	68 616	44 285	0,433	0,503	0,287	0,143	15,3	12,0	4 510 425	15,1	100,0	100,0	
5, Coahuila	7,3	16,8	26,7	1,3	17,9	24,7	0,41	0,68	1,08	1,49	0,374	0,266	56 047	39 567	0,465	0,293	0,195	0,065	1,4	9,2	1 002 499	3,4	22,2	9,4	
8, Chihuahua	3,9	14,9	28,3	0,8	11,5	17,4	0,34	0,86	1,63	2,45	0,475	0,386	97 827	62 153	0,249	0,519	0,168	0,086	3,5	5,0	979 189	3,3	21,7	22,6	
10, Durango	2,9	12,4	21,9	0,9	18,3	27,1	0,16	0,46	0,81	1,20	0,325	0,189	64 421	60 000	0,224	0,473	0,152	0,081	0,3	6,2	79 392	0,3	1,8	1,9	
24, S Luis Potosí	8,0	31,9	45,3	0,7	6,8	9,8	1,18	3,25	4,60	6,68	0,618	0,707	44 847	17 273	0,687	0,649	0,531	0,325	7,2	37,6	1 478 230	5,0	32,8	46,9	
32, Zacatecas	6,0	18,5	30,0	1,3	12,6	18,8	0,47	0,99	1,60	2,37	0,448	0,343	49 270	34 500	0,535	0,483	0,334	0,157	2,9	19,8	971 115	3,3	21,5	19,2	
Ocidente	6,0	21,4	34,4	0,8	11,6	18,0	0,51	1,19	1,91	2,97	0,478	0,398	58 026	41 375	0,466	0,486	0,302	0,147	19,9	14,8	6 139 544	20,6	100,0	100,0	
1, Aguascalientes	2,8	13,4	24,7	0,8	14,7	21,4	0,19	0,63	1,16	1,68	0,401	0,267	66 183	53 540	0,410	0,351	0,213	0,090	0,3	8,2	143 943	0,5	2,3	1,6	
6, Colima	5,4	20,8	35,6	1,3	13,1	19,8	0,41	1,05	1,80	2,72	0,462	0,379	56 618	41 375	0,466	0,446	0,280	0,127	3,1	13,9	1 097 369	3,7	17,9	15,4	
11, Guanajuato	6,3	23,3	37,0	1,2	11,2	16,7	0,56	1,39	2,21	3,29	0,504	0,444	53 898	32 800	0,577	0,460	0,352	0,162	6,1	18,6	2 129 555	7,1	34,7	30,9	
14, Jalisco	5,7	20,6	33,1	0,6	12,6	19,6	0,45	1,05	1,69	2,64	0,459	0,371	65 644	49 750	0,362	0,508	0,241	0,122	5,9	10,6	1 698 077	5,7	27,7	29,6	
16, Michoacán	5,8	19,4	31,2	0,3	10,0	16,5	0,58	1,17	1,89	3,14	0,482	0,400	48 399	37 000	0,514	0,561	0,378	0,209	4,5	22,6	1 070 600	3,6	17,4	22,5	
Península	10,9	27,5	38,8	1,4	12,5	18,6	0,87	1,48	2,08	3,09	0,492	0,482	61 495	42 842	0,455	0,442	0,263	0,115	3,2	12,4	1 230 156	4,1	100,0	100,0	
4, Campeche	4,2	15,7	26,1	2,4	19,4	26,2	0,22	0,60	1,00	1,34	0,357	0,220	73 667	50 786	0,181	0,393	0,093	0,037	0,2	3,7	112 009	0,4	9,1	7,4	
23, Quintana Roo	14,8	33,6	44,2	1,5	12,4	17,9	1,19	1,88	2,47	3,55	0,526	0,644	49 279	28 650	0,653	0,442	0,375	0,163	2,7	22,2	1 040 602	3,5	84,6	83,7	
31, Yucatán	4,7	20,4	34,5	1,4	15,7	22,1	0,30	0,92	1,56	2,20	0,437	0,348	85 614	60 067	0,157	0,511	0,108	0,057	0,3	3,5	77 545	0,3	6,3	9,0	
Sudeste	6,0	18,6	30,7	1,2	12,7	19,2	0,47	0,97	1,60	2,42	0,449	0,345	60 325	45 000	0,443	0,452	0,264	0,119	5,5	12,6	2 008 931	6,7	100,0	100,0	
7, Chiapas	6,6	19,8	33,0	1,0	11,1	16,5	0,60	1,20	2,00	2,98	0,490	0,414	60 813	39 381	0,491	0,481	0,304	0,143	4,4	14,7	1 481 222	5,0	73,7	80,0	
12, Guerrero	2,8	10,6	18,7	2,6	21,4	30,0	0,13	0,35	0,62	0,87	0,271	0,127	66 963	60 000	0,195	0,383	0,098	0,039	0,2	4,2	107 119	0,4	5,3	3,9	
20, Oaxaca	4,3	15,9	26,9	1,6	16,6	23,8	0,26	0,67	1,13	1,62	0,387	0,251	55 022	44 000	0,435	0,369	0,224	0,089	0,9	11,1	420 590	1,4	20,9	16,0	

C = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado ou região para o FGT nacional.

⁽¹⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado ou região na população pobre do país.

Tabela 3.6 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1994. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de renda dos						Razões de renda				Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza									
	1%+ ricos	5%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+/40%-	5%+/50%-	10%+/50%-	10%+/40%+	G	T	μ	D	H	I	P	ϕ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j
Nacional	14,5	34,1	46,8	0,6	8,8	13,6	1,65	2,51	3,45	5,30	0,583	0,721	1 315	706	0,733	0,572	0,529	0,290	100,0	40,7	66 169 275	100,0		
Centro	14,8	36,0	50,0	0,8	8,8	13,1	1,68	2,75	3,82	5,68	0,603	0,774	1 693	810	0,686	0,532	0,463	0,237	26,6	27,5	20 167 813	30,5	100,0	100,0
9. Distrito Federal	14,6	32,7	45,4	1,2	10,3	14,9	1,41	2,20	3,05	4,39	0,562	0,685	2 513	1 285	0,495	0,417	0,271	0,113	3,6	10,5	4 156 551	6,3	20,6	13,6
13. Hidalgo	8,8	24,7	35,7	1,1	12,2	18,5	0,72	1,34	1,93	2,94	0,479	0,429	606	420	0,928	0,643	0,721	0,437	2,8	125,6	1 573 022	2,4	7,8	10,6
15. Edo México	12,8	36,0	51,5	1,1	9,4	13,5	1,36	2,67	3,82	5,47	0,603	0,749	1 854	840	0,686	0,497	0,432	0,207	9,2	23,5	7 998 217	12,1	39,7	34,6
17. Morelos	6,7	22,9	35,7	1,8	14,3	20,1	0,47	1,14	1,78	2,50	0,458	0,385	1 104	702	0,749	0,517	0,486	0,241	1,1	44,7	878 234	1,3	4,4	4,1
21. Puebla	8,8	26,9	40,0	1,1	10,6	15,9	0,83	1,69	2,51	3,78	0,525	0,513	699	418	0,873	0,658	0,689	0,427	7,5	104,9	4 007 651	6,1	19,9	28,2
22. Querétaro	5,3	21,3	33,9	0,9	11,1	16,5	0,48	1,29	2,05	3,05	0,495	0,417	919	585	0,763	0,620	0,573	0,334	1,3	65,7	784 241	1,2	3,9	4,9
29. Tlaxcala	5,3	17,6	27,2	2,2	17,9	25,3	0,29	0,69	1,08	1,52	0,364	0,235	679	551	0,920	0,559	0,632	0,334	1,1	96,8	769 896	1,2	3,8	4,0
Golfo	13,4	32,9	47,1	0,9	8,7	13,1	1,55	2,50	3,58	5,43	0,587	0,699	865	439	0,839	0,662	0,663	0,413	14,5	81,9	7 688 279	11,6	100,0	100,0
27. Tabasco	8,4	29,9	46,7	1,1	8,2	12,2	1,02	2,45	3,83	5,69	0,597	0,669	806	374	0,818	0,718	0,674	0,454	3,8	92,9	1 790 734	2,7	23,3	26,2
30. Veracruz	14,8	33,6	47,1	0,9	8,9	13,5	1,66	2,48	3,48	5,26	0,582	0,707	884	452	0,845	0,645	0,658	0,400	10,7	78,8	5 897 545	8,9	76,7	73,8
Nordeste	12,0	31,7	44,2	1,0	11,6	16,8	1,04	1,88	2,57	3,74	0,532	0,593	1 719	1 000	0,619	0,462	0,376	0,172	3,8	21,2	3 540 925	5,4	100,0	100,0
19. Nuevo León	12,2	32,5	44,1	1,3	12,1	17,3	1,01	1,87	2,54	3,65	0,530	0,603	1 927	1 118	0,580	0,420	0,325	0,138	2,0	16,1	2 191 394	3,3	61,9	52,8
28. Tamaulipas	8,6	27,9	39,6	0,9	11,3	17,0	0,76	1,64	2,34	3,52	0,517	0,509	1 315	785	0,695	0,530	0,468	0,239	1,8	35,8	1 349 592	2,0	38,1	47,2
Noroeste	18,0	38,9	46,2	0,8	9,6	14,7	1,88	2,45	3,15	4,80	0,571	0,757	1 807	1 000	0,604	0,503	0,397	0,196	5,7	21,4	4 637 582	7,0	100,0	100,0
2. California	22,3	46,0	55,8	1,1	9,0	13,0	2,48	3,54	4,30	6,20	0,626	0,993	2 688	1 227	0,534	0,425	0,298	0,126	1,0	10,8	1 063 975	1,6	22,9	16,7
3. California Sur.	17,7	32,0	42,7	1,2	12,1	17,8	1,46	1,80	2,40	3,52	0,523	0,674	1 666	1 008	0,629	0,450	0,375	0,168	0,2	21,7	202 392	0,3	4,4	3,6
18. Nayarit	9,9	26,6	38,4	1,1	12,4	18,3	0,80	1,45	2,10	3,11	0,494	0,482	753	516	0,859	0,631	0,647	0,382	1,3	91,8	787 077	1,2	17,0	23,3
25. Sinaloa	9,4	29,2	40,5	0,6	9,5	15,0	0,98	1,95	2,70	4,26	0,539	0,569	1 632	1 078	0,595	0,535	0,412	0,215	2,1	24,9	1 533 014	2,3	33,1	36,9
26. Sonora	8,4	25,2	36,6	1,0	13,1	19,4	0,64	1,30	1,88	2,79	0,477	0,430	1 651	1 129	0,563	0,449	0,342	0,157	1,1	19,6	1 051 125	1,6	22,7	19,5
Norte	9,4	28,5	41,9	0,4	9,0	14,2	1,04	2,02	2,96	4,64	0,554	0,575	1 069	611	0,765	0,603	0,575	0,330	12,1	55,0	7 368 430	11,1	100,0	100,0
5. Coahuila	9,6	28,8	44,2	0,8	10,0	14,8	0,96	1,95	2,99	4,42	0,557	0,593	1 453	780	0,684	0,553	0,470	0,247	2,2	33,2	1 558 438	2,4	21,2	17,7
8. Chihuahua	5,5	20,2	32,3	1,4	13,8	20,1	0,40	1,01	1,61	2,34	0,447	0,342	1 271	851	0,665	0,496	0,421	0,202	2,0	33,1	1 716 277	2,6	23,3	16,4
10. Durango	9,7	26,2	39,2	0,8	11,1	17,0	0,88	1,55	2,31	3,52	0,514	0,499	875	563	0,843	0,592	0,621	0,351	1,9	72,8	1 193 887	1,8	16,2	15,6
24. S Luis Potosí	11,6	35,7	49,5	0,3	5,4	9,1	2,15	3,91	5,43	0,04	0,648	0,813	802	360	0,837	0,722	0,715	0,489	3,5	96,1	1 567 208	2,4	21,3	28,8
32. Zacatecas	11,6	28,5	40,5	0,2	8,9	14,6	1,31	1,95	2,77	4,56	0,549	0,594	650	406	0,895	0,667	0,725	0,457	2,6	117,3	1 332 621	2,0	18,1	21,4
Ocidente	9,3	25,7	37,6	0,7	11,6	17,4	0,80	1,47	2,16	3,24	0,498	0,471	1 013	674	0,781	0,555	0,552	0,296	19,9	54,6	13 721 800	20,7	100,0	100,0
1. Aguascalientes	9,5	26,3	39,0	0,7	11,9	17,7	0,80	1,48	2,20	3,28	0,506	0,489	1 120	711	0,756	0,547	0,521	0,273	0,9	47,2	621 244	0,9	4,5	4,3
6. Colima	4,9	19,8	32,6	2,0	14,7	21,1	0,34	0,93	1,54	2,22	0,431	0,325	1 156	800	0,709	0,491	0,445	0,212	0,4	38,5	328 685	0,5	2,4	1,9
11. Guanajuato	7,0	23,4	33,8	0,7	12,3	18,8	0,57	1,24	1,80	2,75	0,470	0,405	813	569	0,840	0,579	0,613	0,340	6,1	76,5	3 975 021	6,0	29,0	30,9
14. Jalisco	8,8	25,5	37,6	1,1	12,5	18,5	0,70	1,38	2,04	3,01	0,484	0,446	1 319	900	0,685	0,489	0,439	0,212	6,1	32,4	5 164 071	7,8	37,6	30,8
16. Michoacán	6,5	21,6	33,6	0,4	12,4	18,9	0,52	1,14	1,78	2,71	0,469	0,399	637	450	0,904	0,630	0,696	0,415	6,4	114,1	3 632 779	5,5	26,5	32,1
Península Yucat.	10,9	28,3	41,0	0,7	10,7	16,0	1,01	1,77	2,57	3,83	0,536	0,564	1 252	744	0,730	0,550	0,507	0,268	2,7	41,0	1 931 978	2,9	100,0	100,0
4. Campeche	22,8	37,5	48,3	0,6	10,0	15,5	2,28	2,42	3,12	4,84	0,575	0,875	1 060	613	0,839	0,575	0,603	0,330	0,7	58,1	451 630	0,7	23,4	25,0
23. Quintana Roo	5,4	21,1	34,0	0,4	10,6	16,7	0,51	1,26	2,03	3,21	0,486	0,409	1 447	1 045	0,592	0,535	0,416	0,220	0,5	28,0	360 393	0,5	18,7	18,9
31. Yucatán	9,1	27,7	41,1	0,9	11,3	16,5	0,81	1,68	2,49	3,65	0,532	0,533	1 241	744	0,746	0,545	0,509	0,266	1,5	41,8	1 119 955	1,7	58,0	56,1
Sudeste	9,5	26,9	41,3	0,6	8,5	13,4	1,11	2,01	3,08	4,86	0,562	0,576	701	383	0,837	0,699	0,691	0,453	14,7	106,6	7 112 468	10,7	100,0	100,0
7. Chiapas	7,3	24,9	39,6	1,1	9,9	14,5	0,73	1,72	2,73	4,00	0,538	0,512	889	461	0,769	0,661	0,603	0,376	4,0	72,9	2 164 086	3,3	30,4	27,5
12. Guerrero	8,7	23,8	36,5	0,9	9,1	14,8	0,96	1,61	2,47	4,02	0,520	0,486	569	395	0,890	0,693	0,734	0,477	5,2	138,6	2 515 724	3,8	35,4	35,0
20. Oaxaca	11,6	28,4	45,0	0,3	7,0	11,7	1,66	2,43	3,85	6,48	0,602	0,684	645	323	0,852	0,738	0,730	0,506	5,5	124,5	2 432 658	3,7	34,2	37,5

C = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado ou região para o FGT nacional.

⁽¹⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado ou região na população pobre do país.

⁽²⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado na população pobre da *h*-ésima região.

j = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado para o FGT da *h*-ésima região.

Para definição das outras variáveis, ver texto.

Fonte dos dados básicos: "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 1994", INEGI, México, 1996.

estado era, em 1984, 51,9% do valor da linha de pobreza e, em 1994, caiu para 33,9%. Na mesma região Sudeste, a renda média dos pobres do estado de Oaxaca, que em 1984 equivalia a 63,1% do valor da linha de pobreza, passou para apenas 26,2% em 1994. Isto significa, em termos relativos, que os pobres de Oaxaca se empobreceram mais que os pobres de Chiapas.

A análise das tabelas 3.5 e 3.6 pode servir para a elaboração de políticas adequadas para reverter o quadro de desigualdade e pobreza no México. A coluna 20 da tabela 3.6 (que apresenta a contribuição percentual C do i -ésimo estado ou região para o FGT nacional), por exemplo, mostra que ações de combate à pobreza são muito importantes nas regiões Centro, Ocidente, Sudeste e Golfo que concentram, juntas, 75,7% da pobreza do país. Mais especificamente, programas e planos voltados a diminuir a pobreza deverão ser focalizados com maior ênfase nos estados de México, Puebla (região Centro); Michoacán, Guanajuato, Jalisco (região Ocidente); Oaxaca, Guerrero, Chiapas (região Sudeste); e Veracruz (região Golfo), que respondem por parcelas significativas da pobreza em cada uma dessas regiões (ver coluna 25 da tabela 3.6).

As regiões Nordeste e Noroeste apresentavam, em 1984, rendas altas, baixos níveis de pobreza e desigualdade menor que a nacional. No entanto, alguns estados (como Nayarit na região Noroeste) que tinham uma renda *per capita* relativamente alta apresentavam, simultaneamente, os maiores índices de desigualdade.

Na realidade, os dados mostram que existem todas as combinações possíveis: estados com alta (ou baixa) renda média *per capita* e baixa (ou alta) desigualdade na distribuição da renda. Situações análogas, de combinações de níveis de renda e desigualdade em todas direções, ocorreram em 1994.

Estes resultados permitem argumentar que a relação entre desenvolvimento econômico (medido pela renda *per capita*) e desigualdade da distribuição de renda é muito complexa e não pode ser revelada a partir da comparação entre nível de renda *per capita* e índices agregados de desigualdade.⁹

⁹ Para explorar a relação entre desenvolvimento econômico e distribuição da renda obtivemos várias regressões da forma $D_i = \alpha + \mu_i + \mu_i^2 + u_i$, onde D_i e μ_i são, respectivamente, o nível de desigualdade (alternativamente, o índice de Gini ou a participação dos 10% mais ricos na renda total) e a renda média

Seguindo a evolução do grau de disparidade das rendas, observemos que em 1994 (tabela 3.6) o índice de Gini foi, a nível nacional, de 0,583, muito parecido ao da distribuição da renda familiar do Brasil em 1995, $G = 0,589$ (Hoffmann, 1998:8); e nas regiões do México ficou em torno de 0,570. Estes resultados ajudam a ilustrar a importância de contar com dados individuais de renda. Segundo alguns estudos relativamente recentes sobre distribuição no México (Aguilar, 1995; Banco de México, 1995; Hernández Laos, 1995), a desigualdade da renda familiar, para o mesmo ano de 1994, era da ordem de $G = 0,540$, o que colocava o México relativamente distante de países como o Brasil. Entretanto, nossos resultados atuais permitem observar que ao calcular as medidas de desigualdade a partir de dados individuais e não mais com dados agregados por grupos de renda, o componente relativo à desigualdade *dentro* dos estratos da população também é quantitativamente importante e, portanto, a desigualdade total é bem maior do que se pensava.¹⁰

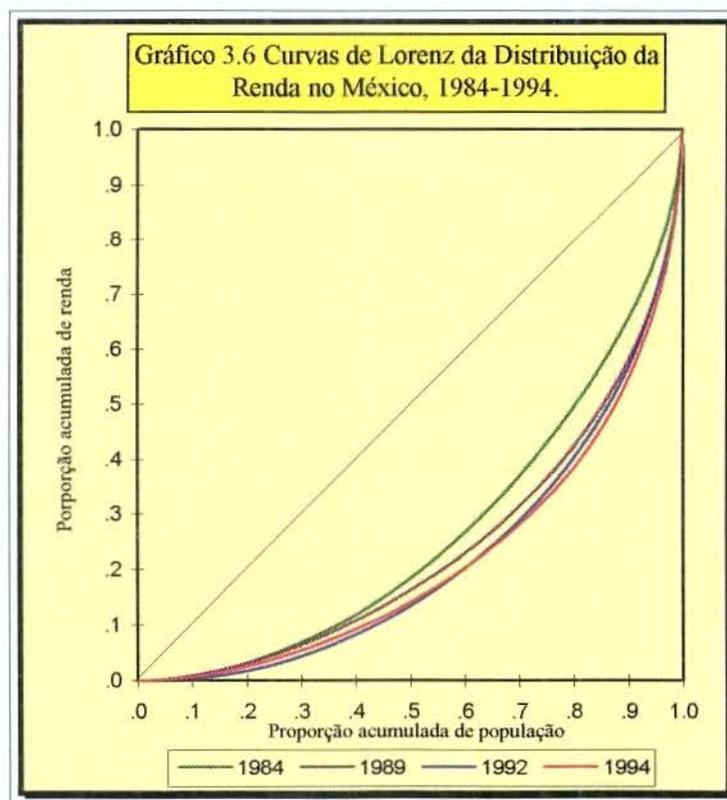
Por regiões, a evolução da distribuição da renda também mostra um crescimento generalizado no grau de desigualdade. As mudanças estruturais mais relevantes do período são, por uma parte, que a região Centro do país passou a ser aquela em que a renda está mais desigualmente distribuída ($G = 0,603$ e $T = 0,774$), embora existam alguns estados isolados em que a desigualdade era muito grande em 1994 (Oaxaca, na região sudeste, com $G = 0,602$ e $T = 0,684$ e San Luis Potosí, na região norte, com $G = 0,648$ e $T = 0,813$); e, por outro lado, que a região Sudeste, que inclui alguns dos estados historicamente mais pobres do México, mudou de posição relativa, passando a ocupar a 4ª (Gini) ou 5ª (T de Theil) posição entre as regiões em

do i -ésimo estado. Incluindo dados de 31 estados e o Distrito Federal a nível agregado primeiro (desigualdade e média da renda total) e por setores rural e urbano depois, para todos os anos estudados, todas as regressões deram resultados muito fracos, com coeficientes de determinação próximos de 15% e com estimativas dos parâmetros não estatisticamente significativas ao nível de 5%. Visualizando graficamente, também não apareceu nenhuma relação aparente entre desigualdade e nível de renda. A única evidência mais ou menos clara, nesse sentido, foi que a relação entre desigualdade, medida pela participação dos 10% mais ricos na renda total, e nível de renda *no setor urbano separadamente* é direta e positiva até um certo nível de renda (aproximadamente 700 dólares) com coeficiente de determinação $R^2 = 0,528$ e estimativas dos parâmetros estatisticamente significativas ao nível de 5%; entretanto, não se encontra definida a rota futura da desigualdade nem a relação entre crescimento econômico e distribuição da renda uma vez superado aquele nível de renda média no setor urbano. Uma análise econométrica mais exaustiva e recente sobre a relação entre crescimento econômico e distribuição da renda pode ser encontrada em Deininger e Squire, 1998.

¹⁰ Lustig e Deutsch (1998:39) estimaram, aparentemente a partir de dados individuais, o índice de Gini da distribuição da renda entre famílias no México em 1994 em torno de 0,54; mesmo assim, essa medida de desigualdade para a distribuição da *renda familiar per capita* é superior, de 0,583.

que a renda está mais desigualmente distribuída (lembramos que no início do período esta região era, junto com a nordeste, a que tinha menor grau de desigualdade). Verifica-se assim, na tabela 3.6, que os níveis de desigualdade e pobreza dessas regiões cresceram de forma importante: na região Centro, em 1994, todos os estados apresentaram mais de 68% da sua população em condições de pobreza e o Distrito Federal possui, nesse ano, praticamente 50% da sua população nessa situação. A pobreza na região Sudeste também cresceu substancialmente atingindo, em todos os estados, a mais de 77% da população. Não existem dados atualizados para analisar a evolução da desigualdade e pobreza em anos recentes, entretanto, depois da crise econômica iniciada em dezembro de 1994 a situação pode ter piorado, com a queda do poder aquisitivo que afeta especialmente a população mais pobre.

A evolução da desigualdade também pode ser apreciada pelas curvas de Lorenz. O gráfico 3.6 permite observar a evolução da distribuição da renda familiar *per capita* a nível nacional de 1984 até 1994.

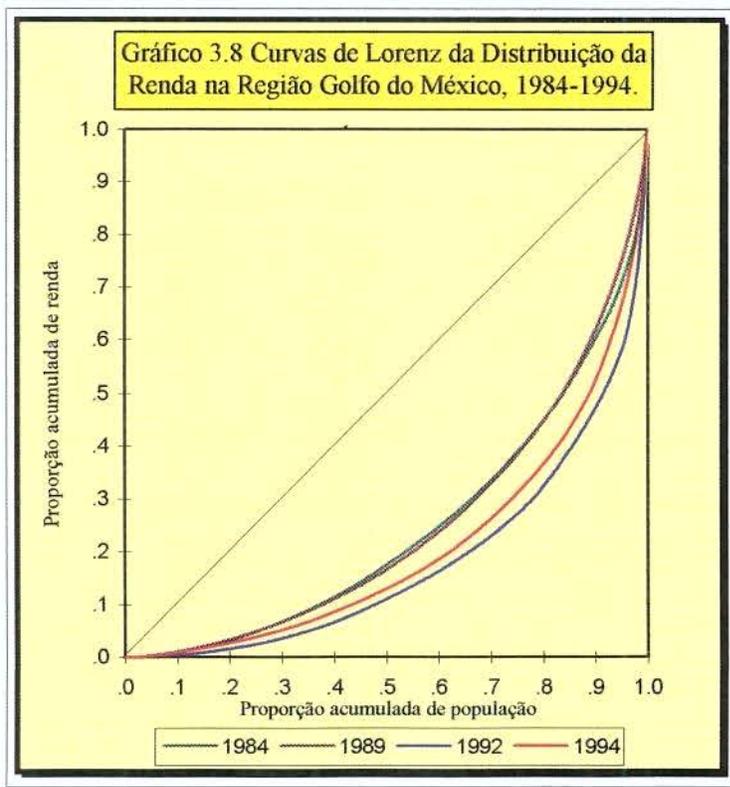
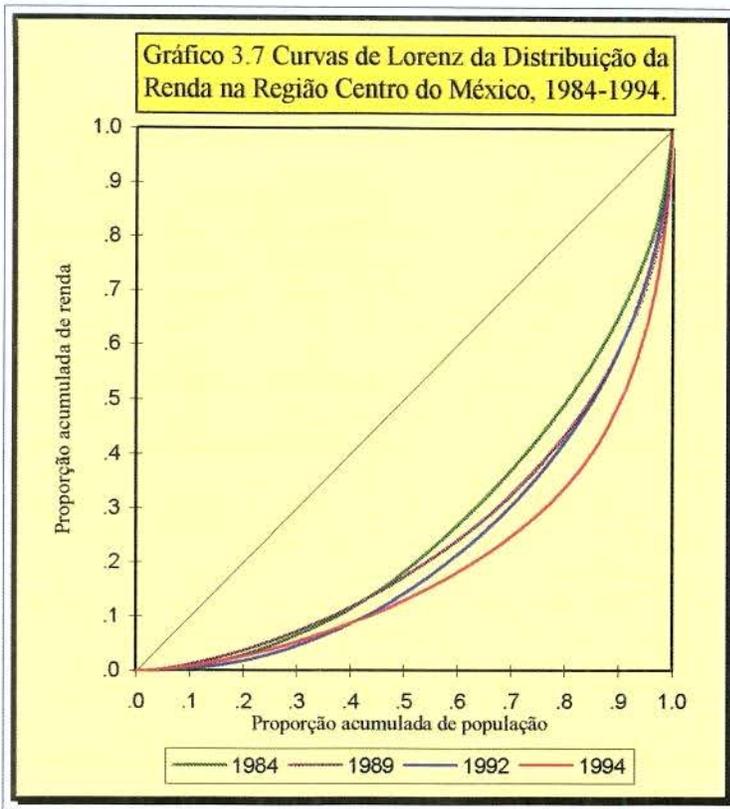


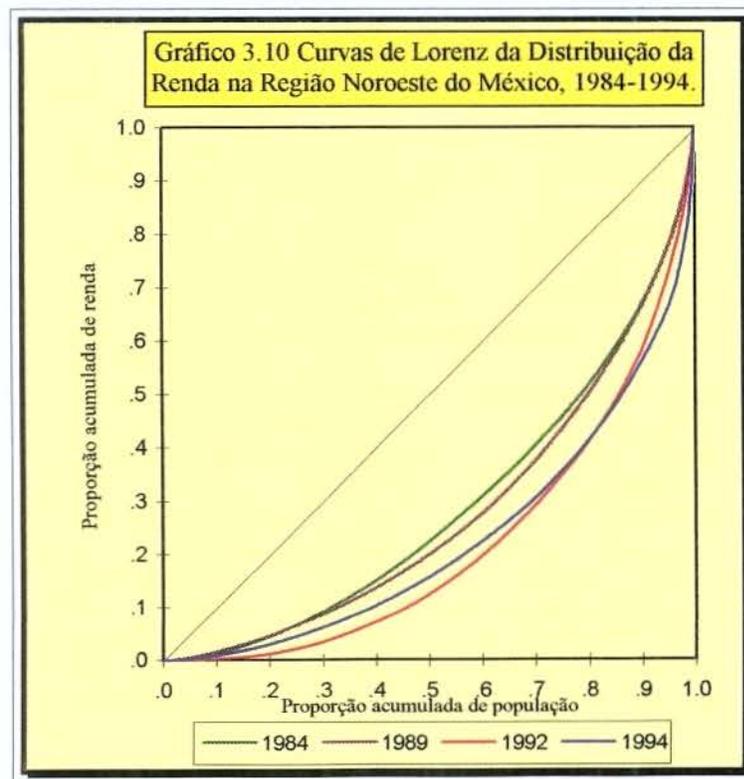
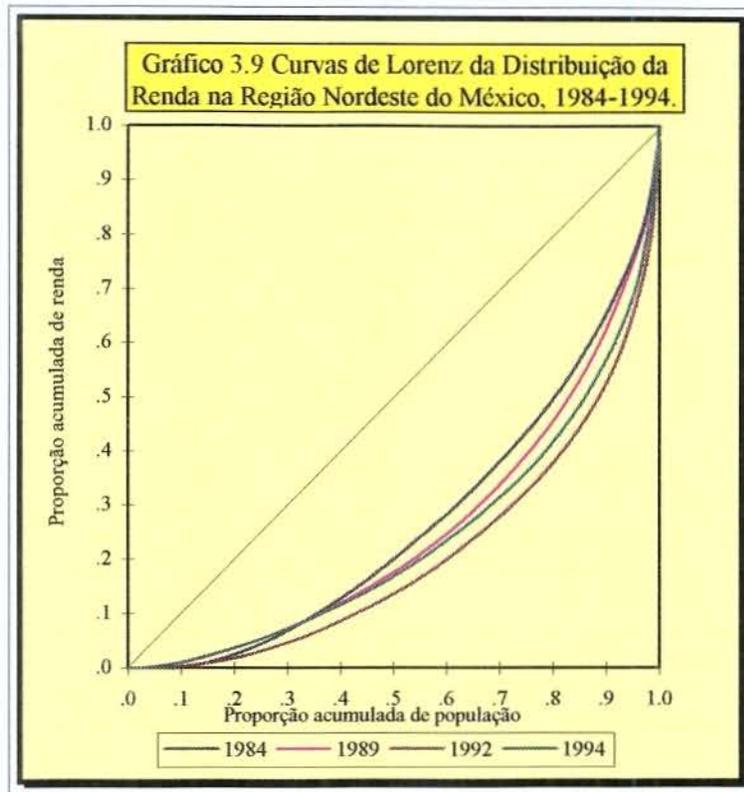
Poder-se-ia argumentar que o cruzamento das curvas de Lorenz de 1992 e 1994 dificultaria avaliar o comportamento da distribuição da renda nesse período. Entretanto, duas questões devem ser ressaltadas: em primeiro

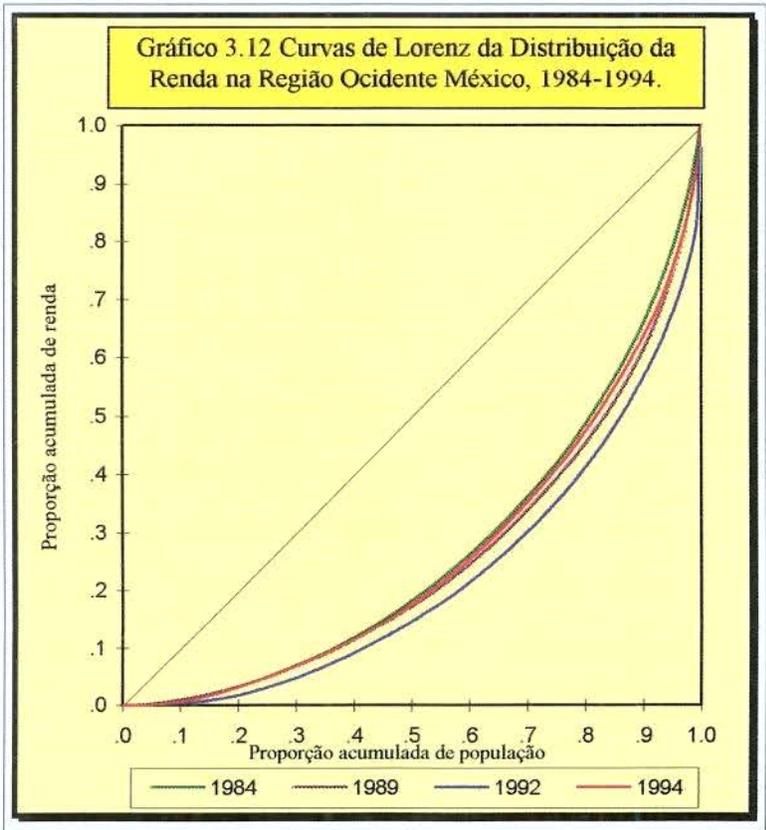
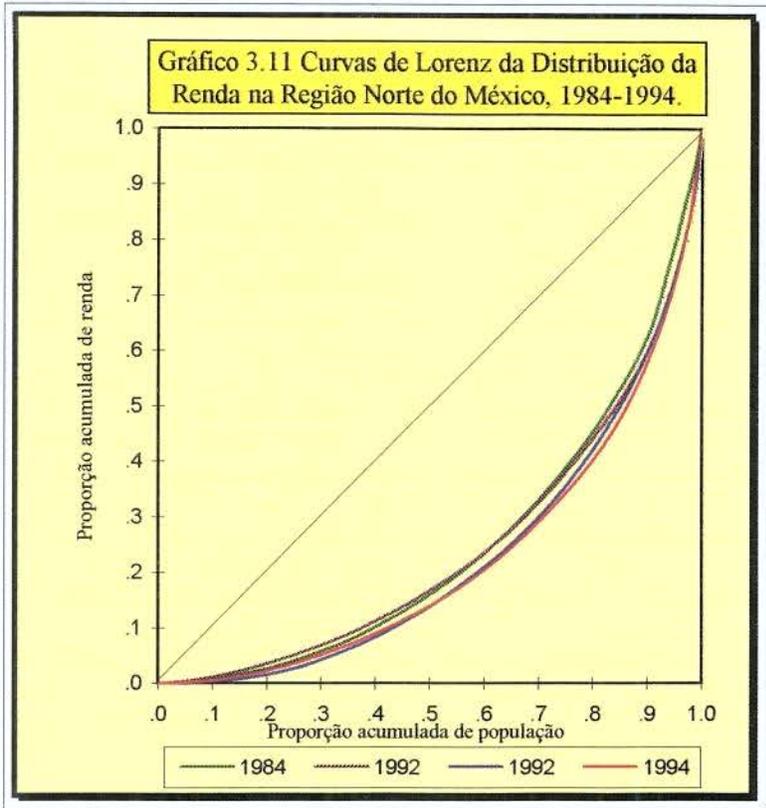
lugar, como temos mencionado, os dados de 1992 (da mesma forma que os de 1989) devem ser tomados com cautela. Em segundo lugar, e o mais importante, entre 1984 e 1994 não ocorre nenhum cruzamento, mostrando um deslocamento total da curva de Lorenz para a direita, o que dá uma clara visão gráfica do aumento da desigualdade ocorrido durante a segunda metade da década de oitenta e a primeira de noventa.

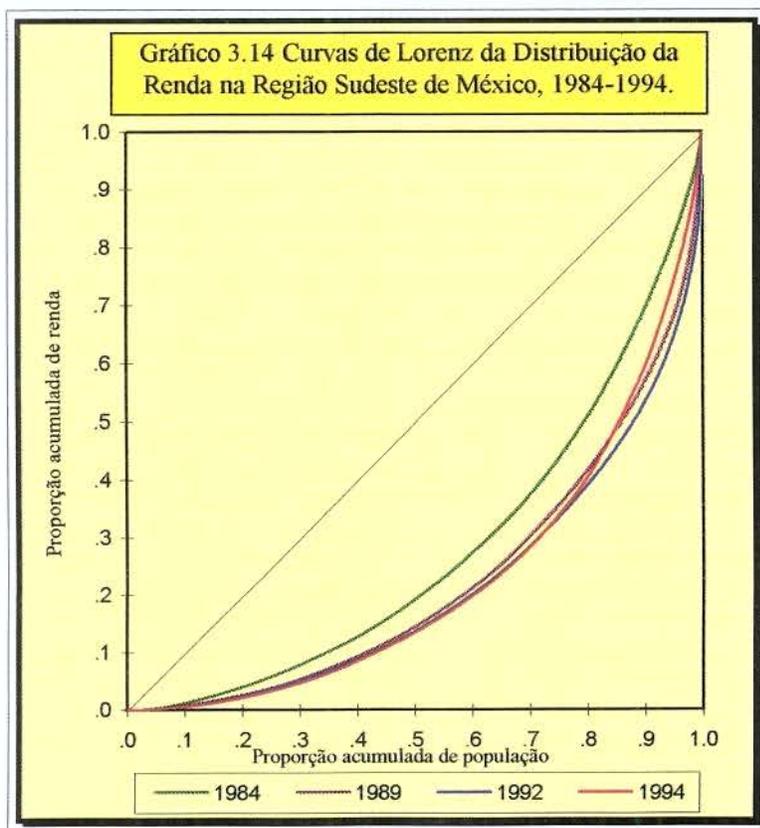
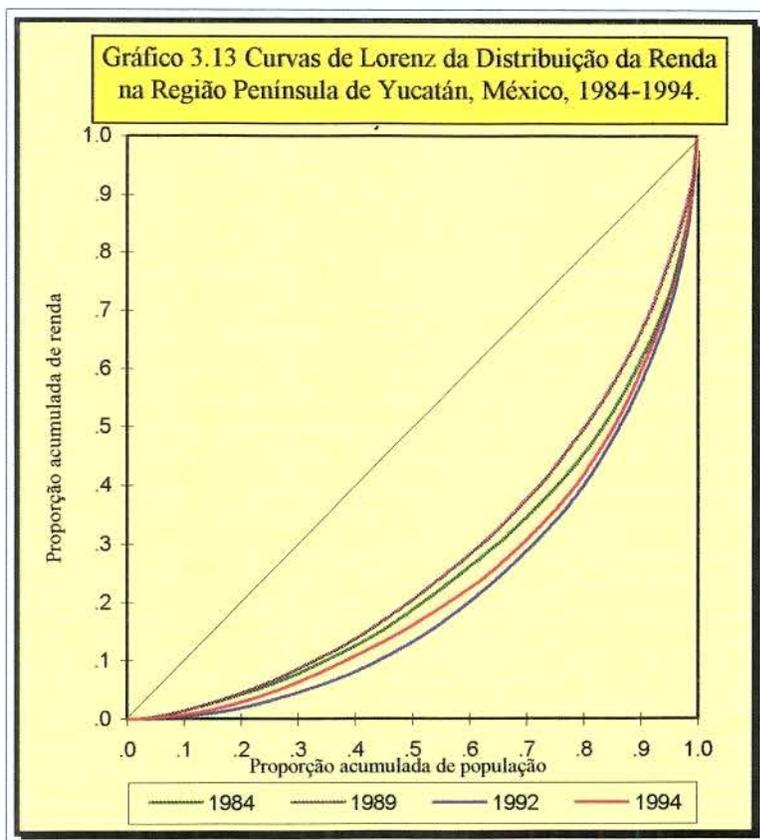
As curvas de Lorenz da distribuição da renda familiar per capita por regiões do México são apresentadas nos gráficos 3.7 a 3.14. Analiticamente, esses gráficos, juntamente com as alterações mais importantes na distribuição da renda mostradas nas tabelas 3.5 e 3.6, permitem concluir que:

1. A não ser pelo cruzamento observado entre os décimos 3º e 4º na região Nordeste, que reflete uma melhoria de posição relativa dos 30% mais pobres nessa região, o deslocamento das curvas de Lorenz para a direita confirma a tendência para um aumento da desigualdade em todas as regiões entre 1984 e 1994.
2. De modo geral, os deslocamentos são relativamente maiores (o que indica aumentos maiores no grau de desigualdade) nas regiões com renda mais elevada. A menor variação ocorreu na região Ocidente e as maiores nas regiões Centro, Sudeste e Noroeste.
3. A disparidade das rendas entre os relativamente ricos cresceu mais do que a desigualdade entre os pobres: com a exceção das regiões Noroeste, Península de Yucatán e Sudeste, ocorreu um deslocamento maior no extremo direito (após o 5º ou 6º décimos de população) das curvas em todos os gráficos. Isto é confirmado pelo fato de que o índice de Gini aumentou menos para todas as regiões do que o *T* de Theil (que é mais sensível ao que acontece no extremo superior da distribuição). Enquanto que o Gini cresceu entre 4% (região Ocidente) e 27% (região Centro), o *T* de Theil aumentou entre 17% (Península de Yucatán) e 86% (região Centro do México).
4. As regiões Golfo, Nordeste e Península de Yucatán apresentaram aumento da desigualdade global aproximadamente igual à observada para todo o país.









As diferenças encontradas entre setores rural e urbano também são importantes para fins de política econômica. Observa-se, nas tabelas 3.7 a 3.10, que as taxas de crescimento das rendas médias urbanas, entre 1984 e 1994, foram superiores, em geral, às taxas de crescimento das rendas médias rurais. No entanto, as regiões com maior desenvolvimento dos setores industrial e de serviços são as que apresentaram um incremento maior do hiato existente entre as rendas médias urbanas e rurais. Assim, por exemplo, a razão entre a renda média urbana e a renda média rural da região Centro, que era igual a 2,8 em 1984, passou para 4,0 em 1994. A mesma razão de renda (urbana/rural) na região Sudeste, que em 1984 era igual a 2,2, quase não se alterou, passando para 2,4 em 1994.

Portanto, ações de política econômica que tenham como finalidade a redução dos diferenciais de renda entre pessoas e famílias deverão levar em consideração que existe uma maior ou menor diferenciação entre as rendas urbanas e rurais dependendo da região econômica. No caso, políticas específicas de combate à desigualdade urbana-rural devem ser dirigidas, principalmente, às regiões Ocidente, Nordeste e Centro do país.

Em termos de níveis de desigualdade por zonas rurais e urbanas, o fato realmente relevante é a inversão da diferenciação no período. Se em 1984 as áreas rurais tinham os mais elevados índices de desigualdade, em 1994 ocorre o oposto: os resultados indicam que, com exceção das regiões menos industrializadas (Península de Yucatán e Sudeste), existe maior desigualdade nas zonas urbanas do que nas rurais (ver tabelas 3.7 a 3.10),¹¹ o que confirma uma tendência já observada nos países latino-americanos (Altimir, 1994): à medida que aumentam o grau de desenvolvimento industrial e a concentração populacional nas áreas urbanas, cresce a desigualdade das rendas nessas áreas.

Quanto aos níveis de pobreza, a extensão e intensidade do fenômeno aumentou de forma significativa tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. É importante destacar a maior taxa de crescimento de todas as medidas de pobreza nas zonas rurais (relativamente às zonas urbanas) das regiões

¹¹ Como um todo, as regiões Norte e Ocidente apresentam níveis de desigualdade maiores para as áreas rurais relativamente às urbanas. Porém, dentro dessas regiões, existem alguns estados em que o desenvolvimento industrial é reconhecidamente importante (Coahuila e Chihuahua na região Norte e Aguascalientes e Jalisco, na região Ocidente). Nesses estados, com exceção de Chihuahua (que tem índices de desigualdade muito parecidos para as áreas urbanas e rurais), existe maior desigualdade das rendas nas áreas urbanas do que nas zonas rurais.

Tabela 3.7 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1984, zonas urbanas. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de rendados						Razões de renda				Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza										
	1%+ ricos	5%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+/40%-	5%+/50%-	10%+/50%-	10%+/20%	G	T	μ	D	H	I	P	φ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j	
Nacional	7,4	21,6	33,1	1,0	14,3	21,4	0,52	1,01	1,55	2,32	0,438	0,357	86 985	66 250	0,246	0,445	0,152	0,072	100,0	4,8	11 919 705	100,0			
Centro	6,5	21,0	31,4	1,3	16,1	23,6	0,40	0,89	1,33	1,94	0,408	0,314	90 856	72 000	0,201	0,448	0,124	0,058	33,3	3,7	4 005 379	33,6	100,0	100,0	
9. Distrito Federal	5,9	18,9	28,9	2,2	19,0	26,4	0,31	0,72	1,09	1,52	0,364	0,250	98 127	76 700	0,121	0,361	0,063	0,027	8,0	1,7	1 251 500	10,5	31,2	24,1	
13. Hidalgo	6,4	20,4	30,5	0,1	12,0	19,2	0,53	1,06	1,59	2,53	0,458	0,395	61 928	48 000	0,369	0,558	0,282	0,167	0,3	12,6	24 096	0,2	0,6	0,9	
15. Edo México	5,7	21,9	32,8	1,7	18,4	25,7	0,31	0,85	1,27	1,78	0,389	0,301	104 846	80 500	0,101	0,518	0,069	0,037	5,9	1,9	560 650	4,7	14,0	17,7	
17. Morelos	6,1	24,8	32,7	2,1	16,8	24,5	0,36	1,02	1,34	1,94	0,398	0,334	92 109	78 000	0,148	0,397	0,073	0,029	0,5	2,4	87 588	0,7	2,2	1,5	
21. Puebla	8,4	24,1	38,4	0,5	10,4	16,4	0,81	1,47	2,34	3,69	0,514	0,484	43 489	29 250	0,650	0,510	0,440	0,224	13,6	28,8	1 380 521	11,6	34,5	41,0	
22. Querétaro	3,8	15,3	27,6	1,3	14,3	20,2	0,26	0,76	1,36	1,93	0,425	0,298	48 676	31 363	0,570	0,432	0,323	0,141	4,8	19,1	684 769	5,7	17,1	14,5	
29. Tlaxcala	4,5	22,3	32,1	1,4	14,1	20,7	0,32	1,07	1,55	2,27	0,430	0,335	69 777	50 820	0,416	0,338	0,198	0,077	0,1	7,6	16 255	0,1	0,4	0,3	
Golfo	10,9	27,3	38,1	1,1	13,8	19,8	0,79	1,38	1,92	2,75	0,474	0,466	86 380	58 800	0,265	0,417	0,154	0,071	5,4	4,8	708 725	5,9	100,0	100,0	
27. Tabasco	3,4	16,7	30,0	2,3	14,2	20,0	0,24	0,83	1,50	2,11	0,422	0,292	87 923	56 280	0,294	0,298	0,114	0,034	0,3	3,8	86 787	0,7	12,2	5,2	
30. Veracruz	11,0	28,4	39,0	0,9	13,8	19,8	0,80	1,43	1,97	2,83	0,479	0,488	86 190	58 800	0,261	0,433	0,158	0,075	5,1	5,0	621 938	5,2	87,8	94,8	
Nordeste	8,4	24,2	34,6	0,1	14,7	21,9	0,57	1,11	1,58	2,36	0,447	0,420	81 908	61 333	0,218	0,592	0,176	0,109	12,6	6,0	875 625	7,3	100,0	100,0	
19. Nuevo León	6,2	21,2	31,4	2,2	17,7	24,4	0,35	0,87	1,28	1,78	0,394	0,294	85 399	61 333	0,176	0,315	0,085	0,035	2,1	2,5	361 575	3,0	41,3	16,4	
28. Tamaulipas	10,1	27,7	38,1	0,0	11,3	18,9	0,89	1,46	2,01	3,37	0,499	0,562	78 232	61 333	0,263	0,788	0,247	0,188	10,5	10,0	514 050	4,3	58,7	83,7	
Noroeste	8,9	23,0	34,6	1,1	14,6	21,8	0,61	1,06	1,59	2,37	0,441	0,382	105 001	84 000	0,193	0,429	0,118	0,057	7,9	3,0	939 030	7,9	100,0	100,0	
2. California	6,2	17,1	28,7	2,4	16,0	22,3	0,39	0,77	1,29	1,79	0,403	0,284	164 882	120 000	0,019	0,848	0,018	0,015	0,6	0,4	24 727	0,2	2,6	7,2	
3. California Sur.	1,9	8,8	16,7	4,1	26,7	35,9	0,07	0,25	0,46	0,62	0,204	0,067	95 754	9 000	0,053	0,141	0,009	0,001	0,0	0,3	6 693	0,1	0,7	0,1	
18. Nayarit	5,4	26,9	45,9	1,6	9,3	12,9	0,58	2,08	3,55	4,92	0,600	0,713	248 920	93 000	0,034	0,137	0,007	0,001	0,0	0,1	5 611	0,0	0,6	0,1	
25. Sinaloa	2,0	9,4	18,0	4,4	25,4	34,9	0,08	0,27	0,52	0,71	0,215	0,075	83 784	84 800	0,044	0,281	0,017	0,005	0,2	0,6	75 967	0,6	8,1	3,2	
26. Sonora	4,6	21,5	35,0	0,3	10,6	16,0	0,43	1,35	2,18	3,30	0,504	0,443	63 348	36 251	0,538	0,434	0,333	0,161	7,1	14,0	826 032	6,9	88,0	89,7	
Norte	4,9	17,2	31,7	1,3	13,1	19,2	0,37	0,89	1,65	2,41	0,456	0,359	90 045	61 600	0,279	0,373	0,148	0,062	11,2	4,4	1 778 319	14,9	100,0	100,0	
5. Coahuila	7,3	16,8	26,7	2,5	17,9	24,7	0,41	0,68	1,08	1,49	0,374	0,266	56 047	39 567	0,465	0,293	0,195	0,065	4,0	9,2	1 002 499	8,4	56,4	35,8	
8. Chihuahua	3,5	11,6	21,6	1,9	14,4	20,0	0,24	0,58	1,08	1,50	0,395	0,271	132 601	83 000	0,084	0,387	0,046	0,020	1,4	0,9	197 721	1,7	11,1	12,2	
10. Durango	2,9	12,4	21,9	0,9	18,3	27,1	0,16	0,46	0,81	1,20	0,325	0,189	64 421	60 000	0,224	0,473	0,152	0,081	0,8	6,2	79 392	0,7	4,5	7,3	
24. S Luis Potosí	3,4	17,2	33,1	0,8	12,7	19,8	0,27	0,87	1,67	2,61	0,454	0,358	103 765	80 000	0,231	0,465	0,149	0,075	1,4	3,9	146 696	1,2	8,2	12,2	
32. Zacatecas	5,5	17,2	27,0	0,7	11,8	19,0	0,47	0,91	1,43	2,30	0,436	0,333	58 781	43 441	0,408	0,534	0,282	0,148	3,7	14,0	352 011	3,0	19,8	32,6	
Ocidente	5,7	21,1	33,6	0,9	12,7	19,2	0,45	1,09	1,75	2,66	0,460	0,370	66 427	48 800	0,394	0,451	0,243	0,113	24,3	10,1	2 960 945	24,8	100,0	100,0	
1. Aguascalientes	2,8	13,4	24,7	0,8	14,7	21,4	0,19	0,63	1,16	1,68	0,401	0,267	66 183	53 540	0,410	0,351	0,213	0,090	0,9	8,2	143 943	1,2	4,9	3,7	
6. Colima	7,5	23,1	30,2	2,3	18,6	26,4	0,40	0,88	1,15	1,63	0,362	0,313	80 310	67 000	0,224	0,251	0,091	0,036	0,1	2,6	28 068	0,2	0,9	0,5	
11. Guanajuato	5,6	23,4	37,6	1,3	12,1	17,7	0,47	1,32	2,12	3,11	0,497	0,434	61 592	37 595	0,544	0,391	0,296	0,123	8,2	13,1	1 264 799	10,6	42,7	33,7	
14. Jalisco	5,3	19,3	31,6	1,3	15,5	22,5	0,34	0,86	1,41	2,04	0,418	0,311	76 454	57 500	0,236	0,482	0,149	0,073	7,2	5,6	810 930	6,8	27,4	29,5	
16. Michoacán	6,4	20,5	31,4	0,6	9,6	15,8	0,66	1,30	1,99	3,26	0,488	0,412	47 058	33 250	0,557	0,552	0,399	0,216	7,9	24,7	713 205	6,0	24,1	32,6	
Penín Yucat.	5,1	18,7	31,2	1,8	16,9	23,8	0,30	0,79	1,31	1,84	0,406	0,292	78 026	58 000	0,207	0,427	0,118	0,052	2,0	4,3	282 822	2,4	100,0	100,0	
4. Campeche	4,2	15,7	26,1	2,4	19,4	26,2	0,22	0,60	1,00	1,34	0,357	0,220	73 667	50 786	0,181	0,393	0,093	0,037	0,7	3,7	112 009	0,9	39,6	32,2	
23. Quintana Roo	3,4	16,9	33,0	1,4	13,8	21,7	0,24	0,78	1,52	2,39	0,429	0,324	73 922	58 000	0,364	0,397	0,190	0,079	0,6	7,4	93 268	0,8	33,0	28,4	
31. Yucatán	4,7	20,4	34,5	1,4	15,7	22,1	0,30	0,92	1,56	2,20	0,437	0,348	85 614	60 067	0,157	0,511	0,108	0,057	0,8	3,5	77 545	0,7	27,4	39,4	
Sudeste	5,0	15,8	26,5	1,2	15,4	23,0	0,33	0,69	1,15	1,72	0,389	0,266	89 538	72 000	0,208	0,475	0,132	0,064	3,3	4,2	368 860	3,1	100,0	100,0	
7. Chiapas	5,2	16,5	26,1	0,8	12,9	20,5	0,40	0,80	1,28	2,02	0,413	0,302	99 977	86 500	0,233	0,516	0,159	0,083	2,6	4,6	253 827	2,1	68,8	79,2	
12. Guerrero	2,8	10,6	18,7	2,6	21,4	30,0	0,13	0,36	0,62	0,87	0,271	0,119	66 963	60 000	0,195	0,383	0,098	0,039	0,6	4,2	107 119	0,9	29,0	18,6	
20. Oaxaca	3,3	12,4	23,9	3,3	21,1	28,3	0,15	0,44	0,84	1,13	0,313	0,169	97 380	72 000	0,058	0,401	0,035	0,018	0,1	0,9	7 914	0,1	2,1	2,2	

C = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado ou região para o FGT nacional.

⁽¹⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado ou região na população pobre do país.

⁽²⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado na população pobre da *h*-ésima região.

Tabela 3.8 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1984, zonas rurais. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de renda dos						Razões de renda				Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza									
	1%+ ricos	5%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+/40%-	5%+/50%-	10%+/50%-	10%+/40%-	G	T	μ	D	H	I	P	φ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j
Nacional	8,1	23,1	35,7	0,8	11,3	17,4	0,72	1,33	2,06	3,16	0,490	0,444	40 491	28 217	0,634	0,524	0,431	0,220	100,0	31,0	17 880 008	100,0		
Centro	8,5	23,2	35,1	0,6	11,4	17,7	0,74	1,31	1,99	3,07	0,481	0,433	32 925	23 680	0,715	0,537	0,500	0,264	42,6	44,1	7 180 898	40,2	100,0	100,0
13. Hidalgo	5,2	21,3	36,5	0,5	9,5	14,5	0,54	1,47	2,52	3,85	0,537	0,499	58 034	29 753	0,624	0,481	0,395	0,190	0,9	19,6	187 285	1,0	2,6	2,2
15. Edo México	9,0	22,1	34,0	1,1	12,9	19,9	0,70	1,11	1,71	2,64	0,459	0,395	48 298	38 300	0,492	0,501	0,320	0,157	7,4	19,3	1 439 151	8,0	20,0	17,3
17. Morelos	4,4	14,5	23,8	2,0	20,4	29,1	0,22	0,50	0,82	1,16	0,316	0,182	34 359	30 750	0,701	0,365	0,358	0,142	2,8	28,2	864 750	4,8	12,0	6,6
21. Puebla	7,4	22,3	35,1	0,0	7,5	13,3	0,99	1,68	2,64	4,69	0,535	0,524	25 667	17 006	0,751	0,657	0,610	0,380	14,8	72,8	1 820 590	10,2	25,4	34,8
22. Querétaro	7,0	27,0	41,8	1,5	12,0	17,6	0,58	1,53	2,37	3,49	0,511	0,494	14 744	9 494	0,891	0,756	0,747	0,530	4,6	173,1	485 168	2,7	6,8	10,9
29. Tlaxcala	4,8	15,2	24,0	2,1	17,1	24,8	0,28	0,61	0,96	1,40	0,353	0,212	22 696	18 265	0,910	0,488	0,587	0,286	12,0	74,1	2 383 954	13,3	33,2	28,2
Golfo	14,7	28,3	38,3	1,3	12,3	18,3	1,19	1,55	2,10	3,12	0,493	0,579	42 125	27 483	0,624	0,500	0,404	0,197	6,8	28,1	1 347 002	7,5	100,0	100,0
30. Veracruz	14,7	28,3	38,4	1,3	12,3	18,3	1,19	1,55	2,10	3,12	0,493	0,579	42 125	27 483	0,624	0,500	0,404	0,197	6,8	28,1	1 347 002	7,5	100,0	100,0
Nordeste	5,8	19,7	33,4	0,6	10,5	16,9	0,55	1,17	1,97	3,19	0,487	0,404	46 763	33 013	0,568	0,520	0,392	0,203	3,9	23,9	673 638	3,8	100,0	100,0
19. Nuevo León	5,5	21,1	34,2	1,7	12,4	18,7	0,44	1,13	1,83	2,75	0,473	0,385	74 587	50 400	0,406	0,382	0,209	0,083	0,2	7,9	51 945	0,3	7,7	4,4
28. Tamaulipas	4,4	18,6	32,3	0,6	10,4	17,0	0,42	1,10	1,90	3,12	0,480	0,386	43 396	32 625	0,588	0,531	0,412	0,217	3,7	27,2	621 693	3,5	92,3	95,6
Noroeste	4,0	14,0	24,2	1,3	17,7	25,8	0,23	0,54	0,94	1,37	0,349	0,208	82 534	72 825	0,173	0,476	0,113	0,056	0,9	3,8	180 360	1,0	100,0	100,0
25. Sinaloa	3,5	13,2	22,4	1,8	19,4	27,7	0,18	0,47	0,81	1,15	0,316	0,170	85 925	82 500	0,126	0,496	0,083	0,041	0,4	2,8	69 272	0,4	38,4	38,2
26. Sonora	4,5	14,9	26,2	0,9	15,9	23,9	0,28	0,63	1,10	1,64	0,383	0,251	78 794	66 640	0,224	0,463	0,145	0,073	0,6	5,0	111 088	0,6	61,6	61,8
Norte	5,3	20,2	33,5	1,1	10,7	16,1	0,50	1,26	2,08	3,13	0,492	0,407	34 733	21 429	0,677	0,587	0,489	0,272	17,7	43,3	2 732 106	15,3	100,0	100,0
8. Chihuahua	3,5	16,0	29,2	0,8	11,8	18,8	0,29	0,85	1,55	2,47	0,441	0,322	45 280	39 250	0,499	0,552	0,348	0,185	4,6	23,0	781 468	4,4	28,6	26,3
24. S Luis Potosí	5,2	23,4	39,6	1,6	13,3	18,7	0,39	1,25	2,11	2,98	0,495	0,449	20 107	11 683	0,879	0,669	0,683	0,430	10,5	110,7	1 331 534	7,4	48,7	59,3
32. Zacatecas	5,2	20,0	31,2	2,1	15,1	21,2	0,34	0,94	1,47	2,07	0,427	0,316	40 651	26 025	0,650	0,454	0,377	0,166	2,5	27,5	619 104	3,5	22,7	14,4
Ocidente	5,2	21,5	35,2	0,7	11,3	17,2	0,46	1,25	2,04	3,11	0,487	0,409	46 871	30 883	0,562	0,518	0,378	0,192	17,5	23,5	3 178 599	17,8	100,0	100,0
6. Colima	4,7	20,5	36,1	1,3	12,9	19,6	0,37	1,05	1,84	2,79	0,464	0,379	55 285	41 375	0,479	0,451	0,290	0,132	4,7	14,8	1 069 301	6,0	33,6	27,1
11. Guanajuato	4,3	18,9	34,0	1,1	11,5	16,8	0,37	1,13	2,03	2,96	0,490	0,406	40 795	24 696	0,634	0,560	0,432	0,228	5,0	33,0	864 756	4,8	27,2	28,7
14. Jalisco	5,1	21,3	37,3	0,8	11,3	17,7	0,45	1,21	2,11	3,30	0,494	0,432	36 217	23 333	0,704	0,532	0,487	0,256	5,2	39,2	887 147	5,0	27,9	29,7
16. Michoacán	3,6	17,3	30,5	0,1	10,7	18,1	0,33	0,96	1,69	2,87	0,469	0,382	50 545	38 800	0,446	0,580	0,340	0,197	2,5	19,4	357 395	2,0	11,2	14,5
Penin Yucat.	16,4	36,1	46,2	1,5	13,1	18,5	1,25	1,96	2,50	3,52	0,523	0,717	44 559	28 496	0,709	0,447	0,409	0,180	3,9	26,9	947 334	5,3	100,0	100,0
23. Quintana Roo	16,4	36,1	46,2	1,5	13,1	18,5	1,25	1,96	2,50	3,52	0,523	0,717	44 559	28 496	0,709	0,447	0,409	0,180	3,9	26,9	947 334	5,3	100,0	100,0
Sudeste	4,3	17,4	29,9	1,6	15,4	22,2	0,28	0,79	1,35	1,94	0,409	0,282	41 517	29 700	0,595	0,447	0,348	0,154	6,8	24,2	1 640 071	9,2	100,0	100,0
7. Chiapas	4,6	19,2	31,0	1,7	15,2	21,6	0,30	0,89	1,43	2,04	0,421	0,305	38 700	27 024	0,637	0,473	0,385	0,176	5,5	29,5	1 227 395	6,9	74,8	80,3
20. Oaxaca	3,0	14,3	25,7	1,7	17,4	25,0	0,17	0,57	1,03	1,48	0,367	0,224	48 057	39 662	0,497	0,369	0,255	0,101	1,3	14,4	412 676	2,3	25,2	19,8

C = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado ou região para o FGT nacional.

⁽¹⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado ou região na população pobre do país.

⁽²⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado na população pobre da *h*-ésima região.

j = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado para o FGT da *h*-ésima região. Para definição das outras variáveis, ver texto.

Fonte dos dados básicos: "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 1984", INEGI, México, 1996.

Tabela 3.9 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1994, zonas urbanas. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de rendados						Razões de renda				Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza									
	1%+ ricos	3%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+ / 40%	5%+ / 50%	10%+ / 50%	10%+ / 40%	G	T	μ	D	H	I	P	φ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j
Nacional	13,1	31,7	44,3	1,3	11,3	16,3	1,16	1,94	2,71	3,92	0,541	0,620	1 852	1 021	0,606	0,453	0,358	0,159	100,0	18,9	31 681 309	100,0		
Centro	13,4	33,3	47,1	1,3	10,2	14,6	1,31	2,28	3,23	4,61	0,573	0,688	2 136	1 025	0,592	0,448	0,341	0,149	38,0	15,9	12 589 917	39,7	100,0	100,0
9. Distrito Federal	14,6	32,7	45,4	1,2	10,3	14,9	1,42	2,20	3,05	4,39	0,562	0,685	2 516	1 285	0,495	0,418	0,271	0,113	11,3	10,5	4 140 587	13,1	32,9	29,8
13. Hidalgo	5,7	21,5	31,5	3,5	19,6	26,9	0,29	0,80	1,17	1,61	0,362	0,258	1 084	850	0,818	0,408	0,422	0,171	1,1	39,3	435 478	1,4	3,5	2,9
15. Edo México	11,3	33,9	49,5	1,4	9,7	13,6	1,17	2,49	3,63	5,13	0,595	0,706	2 183	950	0,631	0,453	0,363	0,158	17,5	16,7	5 786 260	18,3	46,0	45,9
17. Morelos	6,5	21,5	33,9	2,2	13,9	19,4	0,47	1,11	1,75	2,44	0,449	0,362	1 341	873	0,640	0,486	0,393	0,186	1,3	29,6	384 187	1,2	3,1	3,5
21. Puebla	5,9	20,7	32,8	1,6	14,7	20,8	0,40	1,00	1,58	2,24	0,438	0,339	1 096	720	0,741	0,508	0,475	0,232	5,0	43,8	1 322 221	4,2	10,5	13,1
22. Querétaro	3,4	14,1	25,3	1,8	15,7	24,5	0,22	0,57	1,03	1,61	0,361	0,217	1 664	1 750	0,428	0,459	0,250	0,111	0,5	15,1	164 404	0,5	1,3	1,3
29. Tlaxcala	4,6	17,5	27,6	1,8	17,2	25,0	0,27	0,70	1,11	1,61	0,368	0,238	836	719	0,859	0,500	0,548	0,264	1,3	65,6	356 780	1,1	2,8	3,5
Golfo	11,1	28,4	41,5	0,8	10,5	15,7	1,05	1,81	2,64	3,95	0,540	0,572	1 592	902	0,657	0,506	0,427	0,210	7,8	26,7	2 020 565	6,4	100,0	100,0
27. Tabasco	5,7	14,6	25,6	0,4	13,0	20,3	0,44	0,72	1,26	1,97	0,419	0,315	2 385	2 184	0,279	0,610	0,219	0,130	0,6	9,1	108 235	0,3	5,4	7,8
30. Veracruz	12,2	31,1	43,8	0,9	11,0	16,2	1,11	1,92	2,70	3,99	0,544	0,612	1 477	857	0,711	0,500	0,457	0,221	7,2	30,7	1 912 330	6,0	94,6	92,2
Nordeste	11,4	31,4	42,8	1,5	12,5	17,9	0,91	1,76	2,39	3,41	0,516	0,562	1 922	1 121	0,569	0,412	0,311	0,128	7,2	15,6	2 671 230	8,4	100,0	100,0
19. Nuevo León	12,0	32,4	43,9	1,7	12,5	17,8	0,95	1,82	2,47	3,50	0,523	0,588	2 061	1 170	0,552	0,389	0,287	0,113	4,5	13,3	1 839 049	5,8	68,8	62,4
28. Tamaulipas	7,1	27,1	37,7	1,3	13,2	18,6	0,54	1,45	2,02	2,86	0,486	0,451	1 580	983	0,612	0,462	0,366	0,166	2,7	22,8	832 181	2,6	31,2	37,6
Noroeste	18,3	36,3	47,4	1,0	10,9	16,0	1,68	2,27	2,96	4,34	0,558	0,736	2 353	1 292	0,484	0,424	0,278	0,120	6,8	11,1	2 278 667	7,2	100,0	100,0
2. California	18,3	46,0	56,8	1,2	9,7	13,9	1,88	3,31	4,09	5,86	0,618	0,955	3 288	1 490	0,428	0,353	0,206	0,076	1,4	5,9	636 892	2,0	28,0	19,9
3. California Sur.	21,7	35,2	45,3	1,3	11,8	17,0	1,84	2,07	2,67	3,84	0,544	0,765	1 965	1 080	0,565	0,431	0,324	0,140	0,3	15,8	104 260	0,3	4,6	4,6
18. Nayarit	5,7	18,1	28,8	2,8	15,1	22,2	0,38	0,81	1,30	1,91	0,404	0,279	899	706	0,774	0,548	0,320	0,270	1,2	60,2	289 552	0,9	12,7	17,9
25. Sinaloa	8,7	24,8	40,1	1,0	11,8	17,5	0,73	1,42	2,29	3,39	0,501	0,493	2 490	1 817	0,367	0,462	0,227	0,105	1,4	8,7	408 550	1,3	17,9	20,7
26. Sonora	8,2	25,3	36,8	1,1	13,8	20,1	0,59	1,26	1,83	2,66	0,470	0,421	1 754	1 200	0,542	0,416	0,310	0,135	2,5	16,4	839 413	2,6	36,8	36,8
Norte	7,6	24,4	37,6	1,2	11,9	17,6	0,64	1,38	2,14	3,16	0,495	0,447	1 491	942	0,632	0,496	0,403	0,194	12,5	26,8	3 379 505	10,7	100,0	100,0
5. Coahuila	8,6	26,1	40,7	1,2	10,8	15,6	0,80	1,67	2,60	3,79	0,532	0,526	1 777	960	0,590	0,501	0,373	0,179	3,6	21,3	987 699	3,1	29,2	28,9
8. Chihuahua	5,1	19,0	30,8	1,9	14,5	20,9	0,35	0,91	1,47	2,12	0,428	0,308	1 440	1 050	0,603	0,457	0,354	0,158	3,5	24,4	1 108 320	3,5	32,8	27,9
10. Durango	7,0	22,2	35,3	1,6	12,8	18,9	0,55	1,18	1,87	2,76	0,394	0,325	1 115	729	0,757	0,515	0,501	0,251	2,4	44,6	591 594	1,9	17,5	18,9
24. S Luis Potosí	6,8	26,5	39,4	0,8	9,2	15,2	0,74	1,75	2,60	4,30	0,525	0,501	1 538	1 050	0,607	0,547	0,428	0,230	1,8	27,6	392 405	1,2	11,6	14,4
32. Zacatecas	8,6	27,2	39,2	0,2	11,4	17,9	0,76	1,52	2,19	3,43	0,503	0,499	1 193	825	0,738	0,515	0,498	0,254	1,2	40,7	299 487	0,9	8,9	9,9
Ocidente	8,0	23,8	36,1	1,8	14,8	21,3	0,54	1,12	1,70	2,43	0,449	0,384	1 423	986	0,663	0,425	0,374	0,159	17,2	25,3	5 971 506	18,8	100,0	100,0
1. Aguascalientes	8,3	24,2	36,5	1,6	13,6	19,5	0,61	1,24	1,87	2,68	0,472	0,416	1 406	900	0,662	0,473	0,400	0,183	1,2	28,4	353 283	1,1	5,9	6,8
6. Colima	3,8	17,3	31,2	2,0	15,5	22,0	0,24	0,79	1,42	2,01	0,413	0,287	1 294	892	0,650	0,454	0,384	0,171	0,7	29,1	223 247	0,7	3,7	4,1
11. Guanajuato	5,2	21,2	31,5	2,0	16,4	23,8	0,32	0,89	1,32	1,92	0,398	0,290	1 103	865	0,759	0,446	0,444	0,196	6,6	39,2	2 133 806	6,7	35,7	38,5
14. Jalisco	7,5	23,9	36,0	2,0	14,9	21,0	0,50	1,14	1,71	2,42	0,454	0,387	1 778	1 200	0,561	0,373	0,283	0,109	5,5	15,0	2 360 325	7,5	39,5	32,0
16. Michoacán	6,9	18,2	28,8	1,7	17,2	24,4	0,40	0,74	1,18	1,68	0,383	0,280	930	720	0,816	0,486	0,508	0,240	3,2	54,4	900 845	2,8	15,1	18,6
Península Yucat.	9,8	27,1	39,5	1,8	12,6	17,4	0,78	1,55	2,27	3,13	0,503	0,495	1 659	934	0,624	0,461	0,363	0,162	3,0	22,2	967 206	3,1	100,0	100,0
4. Campeche	20,7	41,9	49,6	2,3	14,0	19,0	1,47	2,21	2,62	3,53	0,539	0,854	1 605	825	0,765	0,412	0,397	0,158	0,5	25,0	194 900	0,6	20,2	16,1
23. Quintana Roo	4,7	19,3	32,0	1,8	13,5	20,2	0,34	0,96	1,59	2,37	0,440	0,325	1 711	1 248	0,530	0,433	0,305	0,132	0,7	17,1	229 653	0,7	23,7	22,8
31. Yucatán	7,1	25,8	39,3	1,7	12,1	16,7	0,59	1,54	2,35	3,25	0,513	0,480	1 648	778	0,630	0,491	0,380	0,178	1,8	23,9	542 653	1,7	56,1	61,1
Sudeste	6,4	21,2	33,9	1,0	12,9	19,1	0,50	1,11	1,77	2,62	0,462	0,378	1 166	827	0,682	0,530	0,460	0,235	7,5	39,6	1 802 712	5,7	100,0	100,0
7. Chiapas	5,4	19,8	32,8	0,9	11,0	18,5	0,49	1,07	1,77	2,99	0,468	0,383	1 384	1 153	0,582	0,526	0,402	0,212	2,5	28,3	576 389	1,8	32,0	33,8
12. Guerrero	7,2	20,9	31,8	1,2	15,5	22,7	0,46	0,92	1,40	2,05	0,418	0,329	923	732	0,789	0,528	0,524	0,265	3,4	57,6	850 673	2,7	47,2	46,0
20. Oaxaca	6,0	19,8	32,0	1,5	13,8	19,2	0,43	1,03	1,67	2,31	0,455	0,367	1 245	729	0,653	0,542	0,425	0,218	1,5	36,2	375 650	1,2	20,8	20,2

C = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado ou região para o FGT nacional.

(1) Participação percentual do *i*-ésimo estado ou região na população pobre do país.

(2) Participação percentual do *i*-ésimo estado na população pobre da *h*-ésima região.

j = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado para o FGT da *h*-ésima região.

Para definição das outras variáveis, ver texto.

Fonte dos dados básicos: "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 1994", INEGI, México, 1996.

Tabela 3.10 Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1994, zonas rurais. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de renda dos						Razões de renda				Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza									
	1%+ ricos	5%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+/40%-	5%+/50%-	10%+/50%-	10%+/140%-	G	T	μ	D	H	I	P	φ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j
Nacional	8,8	25,0	37,7	0,8	11,1	17,0	0,80	1,47	2,22	3,41	0,506	0,476	577	381	0,907	0,682	0,733	0,470	100,0	137,0	34 487 967	100,0		
Centro	8,5	22,5	34,1	1,4	13,2	19,4	0,65	1,15	1,76	2,59	0,460	0,393	534	370	0,933	0,672	0,742	0,468	21,3	150,0	7 577 897	22,0	100,0	100,0
9.Distrito Federal	8,4	19,7	27,9	3,8	21,9	29,9	0,38	0,66	0,93	1,28	0,319	0,230	1 056	870	0,843	0,375	0,411	0,152	0,0	38,2	15 964	0,0	0,2	0,1
13. Hidalgo	7,7	21,3	31,6	1,3	14,2	21,0	0,55	1,01	1,50	2,23	0,435	0,349	387	300	0,978	0,733	0,815	0,559	3,6	236,3	1 137 544	3,3	15,0	17,1
15. Edo México	5,0	17,0	28,8	1,7	14,2	21,2	0,35	0,80	1,36	2,03	0,418	0,291	640	501	0,887	0,612	0,663	0,384	5,4	108,0	2 211 957	6,4	29,2	25,2
17. Morelos	6,7	23,8	35,0	1,7	15,3	22,3	0,44	1,07	1,57	2,29	0,434	0,359	856	616	0,863	0,541	0,580	0,299	1,0	69,6	494 048	1,4	6,5	4,5
21. Puebla	12,8	28,4	40,0	1,5	12,5	18,3	1,02	1,55	2,18	3,20	0,500	0,529	446	279	0,957	0,732	0,801	0,551	8,7	200,7	2 685 430	7,8	35,4	40,7
22. Querétaro	4,5	15,8	26,6	1,2	15,9	23,7	0,29	0,67	1,12	1,67	0,387	0,255	474	400	0,964	0,662	0,753	0,467	1,7	171,7	619 838	1,8	8,2	7,9
29. Tlaxcala	4,3	13,5	22,5	2,7	20,8	29,0	0,21	0,46	0,78	1,08	0,305	0,161	523	450	0,980	0,611	0,705	0,403	1,0	146,0	413 117	1,2	5,5	4,5
Golfo	9,1	27,2	39,2	1,5	12,3	18,0	0,74	1,51	2,18	3,19	0,497	0,472	498	316	0,931	0,717	0,766	0,515	17,6	171,1	5 667 714	16,4	100,0	100,0
27. Tabasco	7,3	24,9	37,0	2,0	13,4	19,1	0,54	1,30	1,94	2,76	0,472	0,412	466	296	0,934	0,724	0,770	0,523	5,3	185,3	1 682 499	4,9	29,7	30,0
30. Veracruz	9,2	28,0	40,0	1,4	11,9	17,6	0,78	1,59	2,27	3,36	0,507	0,494	511	321	0,929	0,714	0,765	0,512	12,3	165,7	3 985 215	11,6	70,3	70,0
Nordeste	8,4	25,7	38,1	0,5	11,2	17,3	0,74	1,48	2,21	3,40	0,506	0,481	796	540	0,844	0,616	0,639	0,372	2,1	83,4	869 695	2,5	100,0	100,0
19. Nuevo León	8,9	22,8	36,4	0,2	10,6	17,1	0,84	1,33	2,13	3,43	0,497	0,462	927	642	0,787	0,580	0,579	0,323	0,8	62,8	352 344	1,0	40,5	37,7
28. Tamaulipas	7,8	27,2	39,2	0,7	12,6	18,7	0,62	1,45	2,09	3,11	0,496	0,480	696	438	0,889	0,640	0,680	0,410	1,3	104,4	517 351	1,5	59,5	62,2
Noroeste	8,3	23,9	36,9	0,8	11,9	18,0	0,70	1,32	2,04	3,09	0,493	0,447	942	612	0,794	0,579	0,573	0,316	5,3	62,3	2 358 914	6,8	100,0	100,0
2. California	7,9	24,1	35,9	2,2	16,9	23,3	0,47	1,04	1,54	2,13	0,429	0,363	929	612	0,842	0,531	0,542	0,272	0,8	61,4	427 083	1,2	18,1	14,7
3. California Sur.	9,3	24,3	35,8	1,0	14,0	20,2	0,66	1,20	1,78	2,56	0,464	0,415	1 263	847	0,715	0,470	0,441	0,205	0,2	33,9	98 131	0,3	4,2	3,0
18. Nayarit	13,5	34,7	45,3	0,7	10,7	16,4	1,25	2,11	2,76	4,23	0,539	0,651	653	451	0,918	0,679	0,726	0,460	1,4	121,8	497 525	1,4	21,1	26,6
25. Sinaloa	6,8	21,4	34,5	0,6	11,6	17,7	0,59	1,21	1,95	2,98	0,480	0,409	979	660	0,768	0,561	0,551	0,299	2,5	56,2	1 124 463	3,3	47,7	46,7
26. Sonora	7,2	20,1	33,9	0,7	11,4	17,2	0,63	1,17	1,97	2,98	0,481	0,407	1 149	706	0,663	0,583	0,478	0,265	0,5	42,9	211 712	0,6	9,0	9,0
Norte	11,4	27,6	39,2	0,4	9,4	15,2	1,22	1,82	2,58	4,19	0,533	0,553	543	369	0,930	0,693	0,767	0,499	12,0	151,6	3 988 926	11,6	100,0	100,0
5. Coahuila	7,5	21,5	31,3	0,4	13,9	21,5	0,54	1,00	1,46	2,25	0,430	0,370	560	479	0,942	0,644	0,723	0,435	1,5	138,4	570 739	1,7	14,3	12,3
8. Chihuahua	6,5	21,7	33,3	1,1	13,5	20,5	0,48	1,06	1,62	2,47	0,449	0,361	852	660	0,821	0,566	0,579	0,312	1,3	69,6	607 957	1,8	15,2	10,8
10. Durango	14,6	30,3	40,0	0,5	10,8	17,2	1,36	1,76	2,33	3,72	0,514	0,586	579	424	0,950	0,667	0,756	0,474	1,7	139,8	602 293	1,7	15,1	14,0
24. S Luis Potosí	15,2	37,1	49,4	0,5	6,8	11,3	2,25	3,30	4,39	7,31	0,617	0,811	414	228	0,958	0,780	0,850	0,625	4,3	230,3	1 174 803	3,4	29,5	35,8
32. Zacatecas	8,6	22,3	34,2	0,3	10,5	17,1	0,81	1,30	2,00	3,25	0,495	0,456	446	345	0,954	0,711	0,798	0,534	3,2	194,1	1 033 134	3,0	25,9	27,0
Ocidente	5,4	19,9	32,7	0,4	12,8	19,6	0,42	1,01	1,67	2,55	0,462	0,377	583	422	0,904	0,655	0,711	0,440	21,1	129,7	7 750 293	22,5	100,0	100,0
1. Aguascalientes	9,8	24,1	34,9	0,2	12,2	19,1	0,81	1,26	1,83	2,87	0,470	0,452	590	465	0,930	0,646	0,723	0,438	0,7	129,9	267 961	0,8	3,5	3,4
6. Colima	9,4	22,1	32,6	2,2	15,7	22,2	0,60	0,99	1,47	2,07	0,418	0,376	760	563	0,878	0,569	0,610	0,329	0,2	83,9	105 438	0,3	1,4	1,0
11. Guanajuato	5,0	18,8	29,8	0,1	11,7	20,0	0,42	0,94	1,49	2,54	0,441	0,348	388	349	0,960	0,734	0,806	0,552	5,9	232,1	1 841 215	5,3	23,8	28,1
14. Jalisco	4,1	15,7	28,2	0,9	15,1	21,2	0,27	0,74	1,33	1,87	0,418	0,296	739	541	0,842	0,587	0,610	0,343	6,4	85,3	2 803 746	8,1	36,2	30,3
16. Michoacán	5,8	23,1	34,7	0,2	12,3	18,7	0,47	1,23	1,86	2,82	0,479	0,417	526	381	0,938	0,677	0,755	0,481	7,8	154,1	2 731 934	7,9	35,2	37,2
Península	6,1	22,5	36,0	0,6	9,9	16,0	0,62	1,40	2,24	3,65	0,504	0,442	677	483	0,879	0,640	0,691	0,418	2,6	106,0	964 771	2,8	100,0	100,0
4. Campeche	8,2	25,4	40,0	0,7	10,6	16,4	0,77	1,54	2,43	3,78	0,520	0,497	569	367	0,906	0,698	0,741	0,485	0,8	142,0	256 730	0,7	26,6	29,9
23. Quintana Roo	5,5	19,5	33,3	0,0	4,3	9,3	1,28	2,10	3,59	7,79	0,566	0,560	794	515	0,746	0,715	0,646	0,437	0,4	85,7	130 739	0,4	13,6	16,7
31. Yucatán	5,3	22,2	33,4	0,9	11,8	18,9	0,45	1,17	1,77	2,84	0,462	0,375	693	536	0,903	0,596	0,674	0,384	1,4	99,3	577 302	1,7	59,8	53,4
Sudeste	10,3	28,7	44,1	0,8	9,3	14,4	1,11	1,99	3,05	4,77	0,558	0,600	490	286	0,907	0,756	0,779	0,552	18,1	178,6	5 309 756	15,4	100,0	100,0
7. Chiapas	8,7	26,5	41,2	1,8	11,9	17,1	0,73	1,55	2,40	3,47	0,513	0,493	621	375	0,870	0,709	0,700	0,464	4,7	126,7	1 587 698	4,6	29,9	36,2
12. Guerrero	6,5	23,7	36,7	1,4	10,5	15,8	0,62	1,50	2,32	3,50	0,502	0,438	350	218	0,953	0,777	0,834	0,608	6,0	270,4	1 665 051	4,8	31,4	32,9
20. Oaxaca	12,2	30,7	47,8	0,4	7,1	12,0	1,71	2,55	3,97	6,71	0,605	0,735	493	285	0,902	0,774	0,793	0,579	7,4	180,9	2 057 008	6,0	38,7	40,9

C = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado ou região para o FGT nacional.

⁽¹⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado ou região na população pobre do país.

⁽²⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado na população pobre da *h*-ésima região.

j = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado para o FGT da *h*-ésima região. Para definição das outras variáveis, ver texto.

Fonte dos dados básicos: "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 1994", INEGI, México, 1996.

Península de Yucatán e do Sudeste do México mas, simultaneamente, o crescimento também importante do fenômeno nas regiões mais populosas do país, especialmente no setor urbano das regiões Centro, Nordeste e Ocidente do país. Embora nestas regiões o aumento da pobreza no setor rural tenha sido expressivo, a maior concentração populacional nas áreas urbanas faz com que a pobreza nesse setor atinja frações importantes da população. Além disso, a insuficiência de serviços públicos nos ‘cinturões de miséria’ das zonas metropolitanas dessas regiões agrava o problema da pobreza, aspectos que, no entanto, não são captados nestes resultados.

Anteriormente vimos que políticas para reverter a pobreza deverão ser direcionadas a alguns estados das regiões Centro, Ocidente, Sudeste e Golfo. As tabelas 3.9 e 3.10 permitem observar como devem ser focalizadas essas ações: 21 dos 28 milhões de pobres da região Centro vivem nas áreas urbanas; existem 9 milhões de pobres no setor urbano da região Ocidente e 7,7 milhões no setor rural; 5 dos 8 milhões de pobres da região Sudeste estão nas áreas rurais e; de 7,7 milhões de pobres na região Golfo, existem 4 milhões no setor rural do estado de Veracruz (ver coluna 22 das tabelas 3.9 e 3.10).

A conclusão mais importante deste capítulo é que o processo de desenvolvimento econômico do México, caracterizado como a transformação de setores tradicionais em setores modernos, tem sido acompanhado de um incremento geral no grau de desigualdade e pobreza. A disparidade das rendas cresceu mais nas regiões mais ‘modernas’ somente em relação às *medianamente* tradicionais, pois a desigualdade também aumentou significativamente nas regiões mais pobres do México, caracterizadas por uma estrutura produtiva agrícola e pecuária, como o Sudeste e a Península de Yucatán. Portanto, não existe nenhum padrão aparente nem qualquer evidência que mostre que as mesmas forças que atuam para provocar o incremento da desigualdade e pobreza nas áreas rurais levarão, no futuro, com a industrialização ou com a urbanização, à redução da desigualdade e pobreza nas áreas hoje ‘pouco desenvolvidas’.

O fenômeno mexicano de distribuição regressiva de renda revela que são múltiplas as forças que conduzem à distribuição observada e coloca as seguintes perguntas: Quais são as causas da grande desigualdade na distribuição da renda? Quais são os elementos que permitem entender a existência de disparidades de renda entre pessoas ou famílias? Que critérios

de política econômica tem que ser seguidos para corrigir e evitar as desigualdades?

Nossa ênfase, a seguir, será estudar as diferenças de renda associadas com a estrutura produtiva do país (decomposição da desigualdade em componentes *inter e intra regionais* e *inter e intra setoriais*) e os efeitos de algumas variáveis relevantes sobre a renda das pessoas.

4. Condicionantes da desigualdade.

O objetivo deste capítulo é mostrar que são múltiplos os fatores que determinam os diferenciais de rendimentos existentes entre as pessoas. A primeira seção rememora alguns fatos importantes na história moderna do México que influíram de maneira marcante na composição da estrutura da propriedade territorial e dos ativos. A segunda parte mostra como a estrutura produtiva e setorial influi na determinação e magnitude dos níveis de desigualdade existentes no país, destacando os contrastes regionais e setoriais. Finalmente, a terceira seção explora alguns condicionantes “imediatos” da desigualdade das rendas entre as pessoas, ressaltando as particularidades existentes em cada região e área econômica e de que maneira eles influem na renda individual dos mexicanos.

4.1 A distribuição como resultado da história.

Para uma discussão abrangente sobre os determinantes da desigualdade na distribuição da renda no México seria relevante considerar elementos históricos e estruturais. Como é mostrado ao longo da obra dos teóricos do desenvolvimento econômico, somente estudos de longo prazo, pesquisando as grandes tendências do processo de desenvolvimento econômico e os elementos históricos que lhes deram origem, permitem compreender mudanças de caracter estrutural na economia, tais como a modificação na participação da força de trabalho na agricultura ou na indústria e as mudanças nas contribuições dos setores industrial e de serviços para a explicação do crescimento econômico. Nesse sentido, uma análise mais completa deveria levar em consideração as características históricas e estruturais da economia mexicana. A seguir nos referiremos, sinteticamente, a algumas dessas características.

Podemos começar pelo mais primário: a diferença de situações dos recebedores de renda (o que os neoclássicos chamam ‘dotações iniciais’). Pode-se afirmar, sumariamente, que a distribuição da renda numa sociedade não é mais do que o reflexo da distribuição dos recursos de que essa sociedade dispõe. Dado que uma das circunstâncias que mais influi na distribuição da renda é a maior ou menor concentração da propriedade dos

fatores capital e terra, seria relevante estudar a formação do capitalismo no México, a evolução da propriedade territorial e lembrar as “Leyes de Reforma”. Vamos resenhar algumas questões básicas da história da propriedade territorial no México.

Ao terminar o processo violento de conquista do México, os conquistadores receberam grandes extensões de terra como prêmio a suas façanhas (Hernán Cortés, por exemplo, recebeu, 23 ‘villas’ rurais com um total de 25 000 vassalos). Ao longo da época colonial o clero foi aos poucos se apropriando de numerosas ‘fincas’ rústicas e urbanas de modo que, no final daquela época, o clero era o maior latifundiário do México. Existiam também fazendas produtivas de extensão considerável, pertencentes a espanhóis e crioulos, mas o problema mais grave do México em relação à propriedade territorial, desde o começo do século XVIII até meados do século XIX, consistia nas grandes e numerosas ‘fincas’ do clero que aumentavam em número e extensão todos os anos.

Como resultado do surgimento de uma classe social aristocrática não ligada ao clero (os *liberais*), foram decretadas por Benito Juárez, em 1856, as “Leyes de desamortización y nacionalización de las propiedades rústicas y urbanas del Clero” e, em 1859, a “Ley de Nacionalización de los Bienes de la Iglesia”. Mas os resultados das duas leis nunca foram os aparentemente procurados. Pelo contrário, proprietários de grandes extensões incrementaram seus vastos territórios (pois somente eles tinham o capital necessário para ‘deslindar’). Surgiria assim a primeira geração de latifundiários modernos no México, geração que consolidou seu poderio econômico com a prolongada permanência (de mais de 30 anos) de Porfirio Díaz na Presidência do México. Nessa época, o crescimento da desigualdade econômica não se apoiou somente na concentração das terras em poucas mãos. Ao mesmo tempo, esse processo e a ‘*paz porfiriana*’ permitiram o controle dos salários dos ‘*jornaleros*’ agrícolas (salários que nunca passavam de 25 a 30 centavos por dia _aproximadamente de 7 a 9 pesos mensais_, ao passo que o salário de um administrador de uma fazenda era de 100 pesos mensais, além de casa, terra para cultivar e outras mordomias) e a queda, pelo aumento do preço dos principais alimentos _milho, feijão e arroz_ dos salários reais (Herzog, 1960).

Durante o governo do Presidente Porfirio Díaz as grandes fazendas eram a principal fonte de desigualdade econômica e um elemento característicos desse sistema eram as ‘*tiendas de raya*’ (pequenos armazéns

onde os 'jornaleros' rurais compravam toda semana os alimentos), onde os 'jornaleros' estavam sempre endividados.

Durante muito tempo, com o mito Cardenista, se afirmou que a revolução de 1910-1917 trouxe como resultado a repartição de grandes propriedades territoriais e a consolidação do 'Ejido' como forma predominante de propriedade territorial rural. Se ignorou o fato da sobrevivência de grandes latifúndios 'desimulados', sobretudo no noroeste e ocidente do México. Assim, segundo Aguilar (1992), em 1960 apenas 0,17% dos proprietários rurais privados tinham 35,5% da superfície explorada do México e 1,6% dos prédios rurais tinham 67% do capital agrícola. Em outras palavras, a estrutura fundiária que Benito Juárez criou e Porfirio Díaz consolidou, nem Lázaro Cárdenas conseguiu destruir.

Hoje se sabe que os mais proeminentes empresários do Norte, Ocidente e Centro do México são descendentes diretos (ou indiretos) dos proprietários agrícolas da época pre e pos-revolucionária (Camp, 1990). Nesse sentido, a desigualdade na distribuição da renda está relacionada com a concentração territorial que prevaleceu no México durante todo o período pos-revolucionario e na forma em que se apresentou a reforma agrária mexicana, aprofundando as diferenças regionais.

A rememoração dos fatos mais marcantes da formação do capitalismo no México e do seu desenvolvimento até início deste século defronta-nos com a multiplicidade e complexidade dos condicionamentos sociais para reconhecer que as desigualdades de renda são resultado, em última instância, da história. Entretanto, abordar o assunto desde esta perspectiva ultrapassa os limites da presente pesquisa.

Na análise da evolução da desigualdade distributiva no México, outra gama de dificuldades surge da coexistência de setores "modernos" e "tradicionais" dentro do país. Existem várias regiões _que são sempre as de menor renda per capita_ nas quais ainda é importante o setor agrícola. Nessas lugares coexistem os setores industrial, de serviços e de alta tecnologia _geralmente localizados nas capitais estaduais_ com os setores agrícolas tradicionais, de subsistência e de baixa produtividade.

Essas características se repetem ao longo de todo o país, por setores econômicos e ainda dentro dos setores, por ramos de atividade econômica, o

que faz com que trabalhadores de um mesmo setor econômico possam receber salários muito diferentes.

Os elementos assinalados anteriormente mostram a necessidade de levar em consideração aspectos históricos e estruturais na análise dos determinantes da renda. Embora não devamos esquecer estas questões, neste capítulo analisaremos essencialmente alguns aspectos estatísticos e econômicos da distribuição.

4.2 Um país, muitas faces: contrastes regionais e setoriais de renda.

Existe vasta literatura em que se observam múltiplos esforços dirigidos a estudar as tendências que, no longo prazo, se apresentam nos diferenciais de renda média entre países e, dentro de países, entre áreas rurais e urbanas e entre regiões econômicas. O objetivo central de muitas dessas pesquisas é encontrar algum tipo de regularidade que permita afirmar se os diferenciais entre regiões tendem a se expandir ou não: existe algum tipo de convergência entre regiões? Com o intuito de estudar a importância relativa que a desigualdade na distribuição da renda *dentro* e *entre* regiões tem na explicação da desigualdade de renda nacional, foi desenvolvida a decomposição da desigualdade em componentes inter e intra-regionais.

A tabela 4.1 mostra os resultados da decomposição de duas medidas de desigualdade: o índice T de Theil e o Coeficiente de Variação das rendas. Na primeira coluna estão discriminados os totais e os componentes urbano e rural para os anos considerados nesta pesquisa (é preciso lembrar que devemos ter cautela com os resultados dos anos intermediários de 1989 e 1992). As colunas 2 a 4 mostram, respectivamente, os resultados do índice de desigualdade T de Theil e os componentes dentro e entre regiões dessa medida. Da mesma forma, as colunas 5 a 7 mostram os resultados do coeficiente de variação das rendas e seus componentes dentro e entre regiões. Cabe lembrar que estas medidas de desigualdade são decomponíveis, possibilitando avaliar a importância relativa da desigualdade que existe entre as regiões e da desigualdade existente dentro das regiões.

Verifica-se, na tabela 4.1, que o elemento que mais contribui para a desigualdade total é a disparidade das rendas existente *dentro* das regiões. Como se pode observar, apenas nas áreas rurais em 1984 e na renda total de 1994 o componente da desigualdade *entre* regiões explica mais de 5% (6% e

6,5% respectivamente) da desigualdade total na distribuição da renda. Portanto é razoável dizer que as diferenças na estrutura produtiva das regiões do México são importantes na determinação dos níveis de renda das pessoas: as disparidades de renda no país são explicadas, em parte, pelo que acontece *dentro* das regiões. Assim sendo, passamos a analisar a estrutura da desigualdade na distribuição da renda dentro das regiões a partir da decomposição do índice *T* de Theil, para observar os componentes *inter* e *intra* setoriais da desigualdade.

Tabela 4.1 Participações da desigualdade da renda *dentro* e *entre* regiões na desigualdade da renda total no México e nas áreas urbana e rural, 1984-1994.

Ano/zona	<i>T</i> de Theil			COEFICIENTE DE VARIAÇÃO*		
	Total	Dentro das Regiões	Entre Regiões	Total	Dentro das Regiões	Entre Regiões
1984						
Total	0,4310	0,4206	0,1046	115,81	114,83	14,97
%	100,00	97,57	2,43	100,00	98,33	1,67
Urbano	0,3565	0,3490	0,0075	103,37	102,67	12,05
%	100,00	97,89	2,11	100,00	98,64	1,36
Rural	0,4437	0,4171	0,03	124,57	122,06	24,88
%	100,00	94,00	6,00	100,00	96,01	3,99
1989						
Total	0,5517	0,5296	0,0221	164,47	163,12	20,98
%	100,00	96,00	4,00	100,00	98,37	1,63
Urbano	0,4896	0,4832	0,0064	153,25	152,83	11,37
%	100,00	98,69	1,31	100,00	99,45	0,55
Rural	0,4425	0,4233	0,0192	126,50	124,86	20,34
%	100,00	95,65	4,35	100,00	97,42	2,58
1992						
Total	0,7520	0,7328	0,0192	217,30	216,49	18,81
%	100,00	97,45	2,55	100,00	99,25	0,75
Urbano	0,6753	0,6582	0,0171	188,75	187,79	19,04
%	100,00	97,47	2,53	100,00	98,98	1,02
Rural	0,7736	0,7439	0,0297	283,28	282,22	24,48
%	100,00	96,17	3,83	100,00	99,25	0,75
1994						
Total	0,7206	0,6735	0,0471	201,47	199,19	30,21
%	100,00	93,46	6,54	100,00	97,75	2,25
Urbano	0,6203	0,6007	0,0195	179,55	178,49	19,45
%	100,00	96,85	3,15	100,00	98,83	1,17
Rural	0,4757	0,4561	0,0195	125,53	123,75	21,04
%	100,00	95,89	4,11	100,00	97,19	2,81

* As participações percentuais expostas nestas colunas são as correspondentes à variância da renda. Fonte dos dados básicos: "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares", 1984, 1989, 1992, 1994; INEGI, México, 1996.

A heterogeneidade estrutural da economia, aspecto característico das economias da América Latina, tem efeitos importantes na estrutura da distribuição da renda e na participação relativa das áreas rural e urbana na

estrutura produtiva nacional, resultando em uma diferenciada participação dessas áreas para a explicação da desigualdade na distribuição da renda total e por regiões no México. Levando em consideração as participações das rendas setoriais na renda regional a tabela 4.2 mostra que no ano de 1984 a contribuição do rural para a desigualdade *intra* setorial flutuou entre 8,4% na região Noroeste e 57,8% na Península de Yucatán, sendo que as regiões Sudeste e Ocidente tinham explicada mais de uma terceira parte da desigualdade total pelo que acontecia nas áreas rurais. A nível nacional, a contribuição das áreas rurais para a desigualdade dentro das zonas foi de 25,2% e a participação para a desigualdade total de 21,9%. Nesse ano, a região Centro de México ainda tinha uma parte rural importante e a desigualdade *entre* o rural e o urbano explicava 20,1% da desigualdade total enquanto que a desigualdade dentro das áreas rurais explicava uma magnitude similar da desigualdade *intra*-setorial. Além do centro do país, na região Sudeste a participação da desigualdade *entre regiões* explicou mais de 20% da desigualdade total e as disparidades de renda dentro do rural explicavam 43,3% da desigualdade *intra*-setorial nessa região (ver tabela 4.2).

Tabela 4.2 Componentes urbano e rural da desigualdade de renda a nível nacional e por regiões no México, 1984 (Em *nits* e percentagens).

Região	D E S I G U A L D A D E				
	Total	Entre Zonas	Dentro das zonas*		
			TOTAL	Urbano	Rural
Total Nacional	0,4310	0,0559	0,3751	0,3565	0,4437
%	100,00	12,97	87,03	74,80	25,20
Centro	0,4156	0,0836	0,3320	0,3136	0,4328
%	100,00	20,11	79,89	79,89	20,11
Golfo	0,5550	0,0570	0,4981	0,4663	0,5790
%	100,00	10,27	89,73	67,21	32,79
Nordeste	0,4397	0,0221	0,4176	0,4199	0,4043
%	100,00	5,02	94,98	86,02	13,98
Noroeste	0,3604	0,0038	0,3566	0,3818	0,2078
%	100,00	1,05	98,95	91,56	8,44
Norte	0,4533	0,0850	0,3683	0,3590	0,4068
%	100,00	18,74	81,26	78,34	21,66
Ocidente	0,3981	0,0142	0,3839	0,3705	0,4093
%	100,00	3,57	96,43	63,01	36,99
Península de Yucatán	0,4818	0,0376	0,4443	0,2920	0,7174
%	100,00	7,80	92,20	42,21	57,79
Sudeste	0,3454	0,0731	0,2723	0,2656	0,2817
%	100,00	21,17	78,83	56,69	43,31

* Para cada região, na 1ª linha estão os valores do índice de desigualdade e na 2ª linha as contribuições percentuais para a desigualdade total.

Fonte dos dados básicos: mesma da tabela 4.1

A mudança estrutural mais notável do período aparece a partir de 1989: uma queda constante na participação das áreas rurais na região Centro do país (ver tabelas 4.2 a 4.5). Também a partir de 1989 a desigualdade *entre* urbano e rural da região Golfo se torna um elemento importante na explicação da desigualdade total dessa região. Note-se que, se são ignorados os anos intermediários, estas conclusões não se alteram.

O ano de 1992 caracteriza-se por conservar algumas tendências gerais e acentuar uma nova: o relativo crescimento do componente *dentro* de todas as regiões (com exceção da região Golfo).

Tabela 4.3 Componentes urbano e rural da desigualdade de renda a nível nacional e por regiões no México, 1989 (Em *nits* e percentagens).

Região	D E S I G U A L D A D E				
	Total	Entre Zonas	Dentro das zonas*		
			TOTAL	Urbano	Rural
Total Nacional	0,5346	0,0537	0,4808	0,4908	0,4425
%	100,00	10,05	89,95	81,01	18,61
Centro	0,5346	0,0520	0,4826	0,4908	0,3910
%	100,00	9,72	90,28	93,35	6,54
Golfo	0,4989	0,0944	0,4045	0,4051	0,4034
%	100,00	18,93	81,07	63,32	36,62
Nordeste	0,6157	0,0164	0,5993	0,6064	0,5221
%	100,00	2,66	97,34	92,72	7,19
Noroeste	0,3715	0,0484	0,3232	0,3388	0,2733
%	100,00	13,02	86,98	79,82	19,25
Norte	0,5140	0,0739	0,4401	0,3974	0,5567
%	100,00	14,38	85,62	66,11	37,53
Ocidente	0,5099	0,0456	0,4643	0,5024	0,3782
%	100,00	8,95	91,05	75,02	23,08
Península de Yucatán	0,3747	0,0366	0,3381	0,3471	0,2868
%	100,00	9,76	90,24	87,32	12,35
Sudeste	0,7361	0,1312	0,6049	0,6727	0,5206
%	100,00	17,83	82,17	61,61	34,52

* Para cada região, na 1ª linha estão os valores do índice de desigualdade e na 2ª linha as contribuições percentuais para a desigualdade total.

Fonte dos dados básicos: mesma da tabela 4.1

No ano de 1992 em duas regiões a participação das áreas rurais representou mais de 50% da desigualdade total: região ocidente e região sudeste, sendo que a contribuição do mesmo componente na região norte foi superior a 40% da desigualdade total.

Tabela 4.4 Componentes urbano e rural da desigualdade de renda a nível nacional e por regiões no México, 1992 (Em *nits* e percentagens).

Região	D E S I G U A L D A D E				
	Total	Entre	Dentro das zonas*		
		Zonas	TOTAL	Urbano	Rural
Total Nacional	0,7520	0,0514	0,7005	0,6753	0,7736
%	100,00	6,84	93,16	71,68	28,32
Centro	0,6678	0,0574	0,6103	0,6354	0,4580
%	100,00	8,60	91,40	89,41	10,59
Golfo	0,9406	0,1754	0,7653	0,9029	0,4875
%	100,00	18,64	81,36	78,89	21,11
Nordeste	0,7398	0,0203	0,7195	0,7200	0,7159
%	100,00	2,74	97,26	87,83	12,17
Noroeste	0,6881	0,0312	0,6569	0,6753	0,6046
%	100,00	4,54	95,46	76,11	23,89
Norte	0,6137	0,0258	0,5879	0,5166	0,7272
%	100,00	4,20	95,80	58,11	41,89
Ocidente	0,7949	0,0065	0,7884	0,5454	1,2170
%	100,00	0,81	99,19	44,14	55,86
Península de Yucatán	0,6263	0,0313	0,5949	0,6224	0,5305
%	100,00	5,00	95,00	73,37	26,63
Sudeste	0,8663	0,0629	0,8034	0,8163	0,7919
%	100,00	7,26	92,74	48,15	51,85

* Para cada região, na 1ª linha estão os valores do índice de desigualdade e na 2ª linha as contribuições percentuais para a desigualdade total.

Fonte dos dados básicos: mesma da tabela 4.1

Podemos salientar três questões a partir da tabela 4.5, que mostra a decomposição da desigualdade para o ano de 1994: em primeiro lugar, a importância relativa da desigualdade *entre* áreas urbanas e rurais da região Golfo, elemento que explica 23,66% da desigualdade total da região. Em segundo lugar, a nível nacional, existe uma clara predominância da desigualdade interna nas zonas urbanas para a explicação da desigualdade intra-setorial. Finalmente, devemos destacar a grande importância que a desigualdade na distribuição da renda na zona rural tem na explicação da desigualdade dentro de algumas regiões. Embora exista uma predominância, em seis das oito regiões, tanto em valores absolutos quanto em contribuição, da desigualdade dentro das zonas urbanas, a importância relativa da área rural para a explicação da desigualdade intra-setorial é superior a 20% em cinco regiões, todas elas consideradas com zonas rurais de certa importância, e superior a 13% em outras duas. O Centro do país é a única região na qual a importância da zona rural é mínima, em torno dos 5%, situação compreensível dado o grau de desenvolvimento urbano, industrial e terciário que o Distrito Federal e unidades federativas como o Estado de

Tabela 4.5 Componentes urbano e rural da desigualdade de renda a nível nacional e por regiões no México, 1994 (Em *nits* e percentagens).

Região	D E S I G U A L D A D E				
	Total	Entre	Dentro das zonas*		
		Zonas	TOTAL	Urbano	Rural
Total Nacional	0,7206	0,1270	0,5936	0,6203	0,4757
%	100,00	17,62	82,38	85,21	14,79
Centro	0,7735	0,1115	0,6620	0,6877	0,3930
%	100,00	14,42	85,58	94,83	5,17
Golfo	0,6989	0,1653	0,5336	0,5717	0,4721
%	100,00	23,66	76,34	66,16	33,84
Nordeste	0,5933	0,0379	0,5554	0,5622	0,4811
%	100,00	6,40	93,60	92,77	7,23
Noroeste	0,7573	0,0793	0,6780	0,7364	0,4469
%	100,00	10,47	89,53	86,70	13,30
Norte	0,5753	0,1044	0,4709	0,4468	0,5533
%	100,00	18,15	81,85	73,45	26,55
Ocidente	0,4711	0,0890	0,3821	0,3842	0,3767
%	100,00	18,90	81,10	72,32	27,68
Península de Yucatán	0,5638	0,0806	0,4832	0,4952	0,4419
%	100,00	14,29	85,71	79,49	20,51
Sudeste	0,5764	0,0916	0,4849	0,3780	0,5996
%	100,00	15,89	84,11	40,38	59,62

* Para cada região, na 1ª linha estão os valores do índice de desigualdade e na 2ª linha as contribuições percentuais para a desigualdade total.

Fonte dos dados básicos: mesma da tabela 4.1

México e Puebla atingiram. Na região Norte predomina em valores absolutos, embora não em contribuição, a desigualdade dentro da zona rural. Já a região Sudeste (que como observamos no capítulo anterior está constituída por alguns dos estados que mais pobreza têm nas áreas rurais: Guerrero, Oaxaca e Chiapas) é a que mais chama a atenção devido a que, tanto em termos absolutos quanto em contribuição, a desigualdade dentro do rural é predominante, respondendo por praticamente 60% da desigualdade intra-setorial da região.

A decomposição do índice T de Theil para explorar a importância dos componentes inter e intrarregionais e inter e intrasetoriais confirma e reforça algumas das observações mais relevantes feitas no capítulo anterior: a importância da desigualdade das rendas na área urbana da região Centro e das disparidades na zona rural da região Sudeste.

Estes resultados tem serias implicações de política econômica: observemos, a partir da tabela 4.5, que uma redistribuição da renda teria que

atacar, por exemplo, na região Noroeste, tanto a distribuição nas áreas urbanas quanto nas zonas rurais, mas a ênfase teria que ser maior na parte urbana, não somente pelos níveis de desigualdade aí presentes mas sobretudo pela participação dessa zona na desigualdade total regional; a redistribuição da renda urbana na região Centro ou ainda na Nordeste poderia ter um impacto somente na medida em que a renda urbana é uma parte importante e crescente da renda total nessas regiões (em 1984 tinha mais importância relativa a zona rural nessas regiões), mas nas regiões Sudeste, Norte, Ocidente e sobretudo na Golfo (onde a extensão do problema da pobreza tem grande importância), toda política redistributiva com algum sentido, tem que redistribuir não somente a renda *dentro* das zonas mas também reduzir a diferença de renda *entre* os áreas urbana e rural, fator que importa em muita menor medida na região Nordeste e que tem alguma importância na região Centro.

O quadro anteriormente exposto configura a inegável realidade das desigualdades a dois níveis: regional e por zonas rural e urbana. Conseqüentemente, um indivíduo pode sofrer o efeito da superposição de três graus de desigualdade quando, por exemplo, se encontra numa classe de renda desprivilegiada, numa zona rural 'atrasada' de uma região com alta desigualdade. Assim, diante de estruturas produtivas diferenciadas nas regiões e zonas econômicas do México, políticas econômicas diferenciadas tem que ser empreendidas.

A tarefa agora é explorar quais podem ser os condicionantes "imediatos" das desigualdades entre as pessoas, por meio do estudo das características dos receptores de renda que determinam que alguns indivíduos ganhem mais do que outros.

4.3 Renda das pessoas e variáveis associadas.

Procurar-se-á expandir o horizonte da discussão anterior, incluindo algumas hipóteses sobre variáveis associadas que podem ajudar a explicar as causas dos diferenciais de renda entre as pessoas em 1984 e 1994. Devemos ter em mente que, dadas as múltiplas interrelações que se processam na economia, é impossível incluir na análise uma série de fatores importantes sobretudo porque alguns determinantes da renda envolvem elementos tanto quantitativos quanto qualitativos dificilmente mensuráveis. Nesse sentido, a variável mais relevante que não será possível incorporar de maneira adequada

à análise é a referente à posse previa de riqueza, variável que, como vimos, tem dependido de aspectos históricos e estruturais da economia mexicana.

Com o intuito de minimizar os problemas associados com a heterogeneidade dos receptores de renda (elemento que influi no processo de determinação da renda das pessoas), o universo da análise foi limitado aos indivíduos que obedeciam às seguintes características: a) pessoas com 12 anos ou mais de idade; b) trabalhando 15 horas ou mais semanais; e c) com renda pessoal positiva. Descontados os que não satisfaziam a alguma ou varias destas características a amostra foi de 6.100 indivíduos em 1984 e 17.817 em 1994 que, por expansão, representavam uma população de 19.042.652 pessoas em 1984 e 27.383.380 indivíduos em 1994. Nas áreas urbanas, a amostra foi de $n= 4.144$ (1984) e $n= 9.756$ (1994) correspondentes a 12.899.388 pessoas no primeiro ano e 17.404.569 indivíduos em 1994.

Como foi expresso na seção 2.2.4 do capítulo 2, estimamos, tanto para 1984 como 1994, a nível nacional, para as áreas urbanas e rurais separadamente e por regiões econômicas, uma regressão log-linear em que a variável dependente (logaritmo natural da renda) era função da idade, do sexo, do nível de escolaridade, da posição no trabalho, das horas semanais trabalhadas, do setor de atividade e da região onde morava a pessoa; todas estas variáveis introduzidas sob a forma de variáveis binárias (“dummies”). É evidente que quando a regressão foi feita separadamente para uma região, a variável independente associada a região foi eliminada.

Assim, os indivíduos da amostra foram classificados, de acordo a sua idade, em oito faixas etárias: a) 12 a 16 anos; b) 17 a 18 anos; c) 19 a 23 anos; d) 24 a 29 anos; e) 30 a 39 anos; f) 40 a 49 anos; g) 50 a 59 anos; e h) 60 ou mais anos.

De acordo com sua escolaridade, as pessoas da amostra foram classificadas em sete níveis educacionais: a) Nula escolaridade, menos de um ano de estudos; b) Escassa escolaridade, 1 a 5 anos; c) Baixa escolaridade, 6 anos; d) Média-baixa escolaridade, 7 a 9 anos; e) Média escolaridade, 10 a 12 anos; f) Média-alta escolaridade, 13 a 17 anos; e g) Alta escolaridade, mais de 18 anos, aqueles que tivessem algum tipo de estudos de pós-graduação.

Pela posição no trabalho, as pessoas foram agrupadas em três categorias: a) autônomos ou trabalhadores por conta própria; b) empregados; e c) empregadores.

Considerando as horas trabalhadas, os indivíduos da amostra foram classificados em quatro faixas: a) 16 a 30 horas semanais trabalhadas; b) 31 a 40 horas; c) 41 a 45; e d) mais de 45 horas trabalhadas por semana.

De acordo com o setor da economia onde a pessoa trabalha, a classificação ficou como: a) Indústria; b) Serviços e c) Agrícola (genericamente, é denominado setor agrícola o conjunto incluindo atividades agrícolas, pecuárias, florestais e de pesca).

Finalmente, foi incluída uma variável binária para gênero e sete para distinguir as oito regiões econômicas do México.

A idade e a escolaridade permitem observar a contribuição da experiência e do treinamento na renda das pessoas, enquanto que as discriminações associadas ao sexo são captadas pela variável de gênero. Tentamos captar os efeitos da posse prévia de propriedade e riqueza sobre a renda das pessoas considerando a posição no trabalho como uma *proxy* da distribuição da riqueza. As horas trabalhadas permitem captar o componente *extensivo* da força de trabalho. Já a atividade e região refletem diferenças na estrutura produtiva do país, nas produtividades setoriais e regionais.

Este conjunto de variáveis conseguiu explicar uma fração substancial da variância do logaritmo da renda individual: 41% em 1984 e 47% em 1994. No entanto, estes resultados mostram que existe um conjunto, talvez amplo, de fatores muito relevantes que determinam a renda das pessoas e que tem sido impossível incorporar neste modelo. A esse respeito é importante lembrar que, dadas as características dos dados disponíveis, não existem informações sobre a distribuição prévia de riqueza e variáveis como *status* e habilidades “naturais” dos indivíduos.

Verificou-se que, a nível nacional, a parte explicada foi mais importante nas áreas urbanas (41% em 1984 e 45% em 1994) relativamente às rurais (30% em 1984 e 33% em 1994). Isto sugere que a estrutura produtiva nas zonas rurais é mais heterogênea, existindo aí uma gama mais ampla de fatores que determinam a renda das pessoas (ver tabelas 4.6 a 4.8).

Nas regressões para as regiões econômicas se cumprem estas tendências gerais. Em alguns casos a parte explicada foi maior que a nacional, por exemplo, para o total da região Centro, a parte explicada foi de 50% em 1984 e de 55% em 1994; na área urbana da região Sudeste conseguiu-se explicar 64% em 1984. Em outros casos a parte explicada foi menor que a nacional, por exemplo, para o rural da região Sudeste, em 1984, a parte explicada foi de apenas 20%, contra uma média nacional de 30%. Sem considerar as áreas rurais, no ano mais recente, de 1994, e excluindo as regiões Noroeste e Ocidente, a fração explicada da variância do logaritmo das rendas individuais ficou em torno de 45% a 50%. Já considerando somente o rural e excluindo essas mesmas regiões, a parte explicada flutuou entre 30 e 43% (ver R^2 nas tabelas 4.6 a 4.8).

Estimamos a contribuição marginal de cada variável explanatória para a variância dos logaritmos das rendas individuais. A escolaridade foi o elemento que, sistematicamente, apresentou os mais altos níveis de contribuição, sendo mais importante para a explicação da renda das pessoas nas áreas urbanas do que nas rurais (ver tabelas 4.6 a 4.8). O acesso à educação surge como a mais importante contribuição isolada à desigualdade na distribuição da renda.

Cabe lembrar que indicadores de escolaridade têm sido amplamente usados para explicar diferenciais de renda; a disseminação desta abordagem deve-se à teoria do capital humano. Tal relação entre níveis de renda e anos de escolaridade implica numa associação correspondente entre a distribuição da educação e a distribuição da renda. As implicações de política econômica da teoria do capital humano são bastante conservadoras, pois, ao atribuir papel preponderante à escolarização, observa-se nítida tendência em esquecer medidas de efeitos mais rápidos e mais diretos, como a política salarial. Variáveis excluídas da análise (ou apenas parcialmente incorporadas, como a distribuição previa da riqueza) seriam relegadas a segundo plano.¹

¹ A 25 anos de distância, a lição mais importante da polêmica sobre as causas da desigualdade na distribuição da renda no Brasil é, diante dos resultados de um processo de desenvolvimento econômico que privilegiou fortes investimentos em setores de educação de alto nível como pós-graduação, precisamente, que medidas de política econômica para reverter as disparidades devem atingir a uma ampla gama de fatores, tais como a propriedade dos ativos e os níveis de salários relativos, e não apenas os referentes à escolaridade. Os elementos mais importantes da polêmica referida encontram-se em Fishlow (1972), Langoni (1973), e Tolipan e Tinelli, organizadores (1975).

Tabela 4.6 Contribuição Marginal de cada variável à explicação da variância do logaritmo da renda individual, México, total (urbano e rural), 1984 e 1994.

Variáveis	Nacional		Centro		Golfo		Nordeste		Noroeste		Norte		Ocidente		Pen. Yucatán.		Sudeste	
	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994
Idade	15,93	14,76	14,74	12,34	23,76	17,26	20,09	27,63	34,28	25,12	20,82	18,29	8,05	23,62	28,96	14,80	16,17	14,49
Sexo	3,66	4,11	2,42	3,13	1,74	2,21	4,43	5,40	3,84	7,95	2,77	3,34	6,33	7,07	6,65	4,94	5,07	5,07
Escolaridade	21,70	26,03	19,59	33,07	15,69	21,07	19,66	35,49	25,03	31,24	27,93	24,93	19,17	27,31	21,41	32,27	16,63	14,32
Posição	2,29	3,67	3,25	2,26	14,20	11,92	4,89	5,52	2,91	2,51	0,91	7,84	5,36	4,88	1,24	5,18	3,08	3,17
Horas	5,83	2,86	3,05	3,05	8,33	2,39	0,75	2,95	9,47	4,88	5,69	3,45	15,52	1,71	18,13	3,50	2,55	4,94
Setor trabalho	9,79	8,36	12,98	11,29	2,88	12,34	9,99	0,79	9,79	5,18	14,04	7,84	5,47	8,67	10,97	11,29	9,54	15,80
Região	2,06	3,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multicolineariedade	38,74	37,18	43,96	34,84	33,40	32,81	40,20	22,22	14,68	23,12	27,85	34,31	40,11	26,73	12,65	28,01	46,96	42,20
R ²	41,44	47,15	50,37	54,86	51,66	47,70	42,99	44,13	42,18	33,24	39,64	42,20	38,84	36,31	21,51	49,25	40,42	43,22

Tabela 4.7 Contribuição Marginal de cada variável à explicação da variância do logaritmo da renda individual, México, zonas urbanas, 1984 e 1994.

Variáveis	Nacional		Centro		Golfo		Nordeste		Noroeste		Norte		Ocidente		Pen. Yucatán.		Sudeste	
	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994
Idade	26,67	24,06	26,14	19,41	20,65	30,96	41,97	31,02	37,35	36,68	31,80	24,64	15,49	30,31	38,36	25,69	7,71	28,85
Sexo	3,39	3,40	2,28	2,83	5,08	1,21	3,41	5,91	2,68	3,14	3,28	1,78	3,85	6,10	6,44	2,24	0,35	2,09
Escolaridade	26,12	40,87	24,36	54,78	22,46	30,21	27,74	35,20	25,25	32,24	27,28	38,29	15,24	33,43	21,11	43,85	13,87	32,20
Posição	3,84	3,73	6,89	2,82	23,74	8,98	3,41	4,58	3,89	4,95	1,13	6,69	2,23	3,41	1,36	4,13	3,21	6,38
Horas	4,46	3,28	2,57	3,80	2,82	1,65	1,74	2,96	8,99	9,97	6,88	2,62	8,93	4,78	12,03	2,02	6,02	0,67
Setor trabalho	4,93	0,76	4,36	0,62	0,17	3,52	1,04	0,02	9,30	2,51	13,67	1,71	11,48	0,26	6,38	4,17	10,47	1,67
Região	1,47	2,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multicolineariedade	29,12	21,47	33,40	15,73	25,07	23,47	20,68	20,31	12,54	10,51	15,96	24,28	42,77	21,71	14,32	17,90	58,36	28,14
R ²	40,91	44,81	48,03	48,59	51,31	48,50	42,96	46,46	48,27	35,50	36,86	44,05	47,58	39,72	21,34	52,21	63,52	44,17

Tabela 4.8 Contribuição Marginal de cada variável à explicação da variância do logaritmo da renda individual, México, zonas rurais, 1984 e 1994

Variáveis	Nacional		Centro		Golfo		Nordeste		Noroeste		Norte		Ocidente		Pen. Yucatán.		Sudeste	
	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994	1984	1994
Idade	9,36	12,97	8,74	9,69	25,40	15,35	8,96	9,64	34,30	16,22	11,44	17,94	5,37	24,61	31,45	9,27	46,65	14,94
Sexo	9,47	13,08	14,99	12,19	1,68	5,93	6,72	2,15	10,59	27,96	3,71	15,37	8,39	16,03	10,29	12,42	12,89	7,77
Escolaridade	17,84	12,66	16,54	11,31	9,31	9,59	11,33	32,29	20,49	29,49	24,82	15,25	22,76	8,85	18,77	14,28	18,80	6,98
Posição	1,99	6,88	0,91	4,80	5,51	20,63	6,83	10,44	1,61	3,47	2,17	16,19	9,35	11,46	7,56	11,54	4,91	3,52
Horas	13,49	4,14	9,81	4,06	19,40	3,70	2,58	15,83	5,26	4,71	7,55	5,43	26,32	2,95	5,32	4,04	4,27	10,25
Setor trabalho	13,77	17,83	20,25	26,83	5,01	21,38	8,70	0,95	9,91	2,77	21,47	10,53	0,81	19,48	2,13	16,85	5,78	17,88
Região	9,71	8,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multicolineariedade	24,37	24,11	28,77	31,11	33,70	23,41	54,88	28,70	17,84	15,38	28,83	19,29	27,01	16,63	24,48	31,60	6,70	38,67
R ²	30,08	32,57	34,75	41,63	47,48	38,53	36,97	32,75	24,91	29,26	40,84	29,56	32,56	25,21	45,41	42,91	19,99	37,19

Fonte dos dados básicos das três tabelas: mesma da tabela 4.1

Uma tentativa de incorporar informações sobre os ativos das pessoas é a consideração de categorias que diferenciam a posição na ocupação. Esta classificação inclui trabalhadores urbanos e rurais, autônomos e empregadores. Os resultados mostram as limitações da incorporação da posição no trabalho como *proxy* da posse de ativos pois esta variável explicou uma fração relativamente pequena das variações na renda das pessoas. Entretanto, em alguns casos é uma boa aproximação: nas zonas rurais, onde parte importante da produção é organizada em unidades familiares, a contribuição da posição para a explicação da variância do logaritmo da renda individual chegou a ser, em 1994, de 20,6% (região Golfo), flutuando de 3,5% (região Noroeste) a 11,5% (Ocidente e Península de Yucatán) ou 16,2% (Norte). Nas áreas urbanas, onde a correspondência entre posição na ocupação e distribuição de ativos é mais complexa e menos direta, a contribuição da posição foi menor, em torno de 5% ou 6%. Contudo, a nível nacional a posição na ocupação foi a variável que mais incrementou seu poder explicativo entre 1984 e 1994.

Outra variável que se mostrou sempre muito importante foi a experiência das pessoas, representada pela idade. Destaca-se o fato de que nas áreas urbanas este elemento é particularmente importante, explicando, em 1994, entre 19,4% (região Centro) e 36,7% (região Noroeste) da variância do logaritmo da renda pessoal. Isto demonstra a importância da experiência nos mercados laborais nas zonas metropolitanas, associada à mais rápida incorporação do avanço científico e tecnológico. Já nas zonas rurais, o fator de sexo foi mais relevante que no urbano, chegando a responder por 15,4% (região Norte), 16,0% (Ocidente) e 28,0% (Noroeste) da variância da renda das pessoas. Assim, embora existam nas zonas urbanas, as discriminações associadas ao sexo são mais fortes nas áreas tradicionais do país.

Verifica-se que a contribuição do setor de atividade é mais importante nas áreas rurais (onde representa parcelas significativas da variância na renda das pessoas) do que nas urbanas. A contribuição da variável região, no caso das áreas rurais, foi da ordem de 8,3%. Estes resultados mostram a persistência de defasagens regionais e setoriais de produtividade e infraestrutura para o desenvolvimento econômico. Portanto, políticas adequadas teriam que atacar esses diferenciais de produtividade e infra-estrutura existentes entre regiões e entre setores econômicos.

Desde o ponto de vista estatístico, uma vez que todas as variáveis em cada uma das regressões revelaram-se significativas, não é surpresa que todas as regressões tenham-se mostrado também significativas; os valores da estatística F indicaram que a hipótese de nulidade da correlação múltipla foi sempre rejeitada ao nível de 1%. Já a parcela da variância explicada (R^2), de modo geral, pode ser considerada satisfatória, uma vez que se sabia antecipadamente que não era possível incorporar na análise algumas variáveis relevantes.

Em conjunto, é possível observar que somadas as contribuições de *todas* as variáveis, a parte explicada da variância das rendas individuais é significativa e portanto, políticas que pretendam reverter as desigualdades deverão ser encaminhadas não somente à abertura de possibilidades de acesso à escola como também à diminuição de discriminações de gênero, à redistribuição da posse de ativos (sobretudo nas áreas rurais), e à eliminação de diferenciais de produtividade entre setores e regiões econômicas.

Para facilitar a interpretação dos resultados das equações de rendimento, foram construídos números índices para cada categoria de idade, sexo, escolaridade, posição na ocupação, horas trabalhadas e região; tomando sempre como base aquela categoria que hipoteticamente deveria ter o menor rendimento. Assim por exemplo, considera-se como base de comparação, já descontados os efeitos das demais variáveis independentes incluídas na análise, a renda das pessoas entre 12 e 16 anos de idade para observar qual é o acréscimo de renda esperado para as pessoas com mais idade.

A tabela 4.9 mostra, para todo o país e para as áreas urbanas e rurais, separadamente, estes resultados, para os anos de 1984 e 1994. Verifica-se que a experiência, captada pela idade, influi de maneira mais significativa na renda das pessoas que moravam nas áreas urbanas do que nos rendimentos dos indivíduos que moravam nas zonas rurais.² Pode-se observar, por exemplo, que a renda esperada de uma pessoa de 50 a 59 anos de idade nas zonas urbanas, em 1994, era 351% maior que a renda esperada para uma pessoa de 12 a 16 anos de idade, já considerados os efeitos das demais variáveis explanatórias; enquanto que, a renda esperada de um indivíduo da mesma faixa etária (50-59 anos) nas zonas rurais era, em relação às pessoas

² Note-se que, quando mencionamos “as pessoas na área urbana” estamos nos referindo às pessoas que moravam (não necessariamente trabalhavam) nas áreas urbanas. O mesmo vale para áreas rurais.

Tabela 4.9 Índices de Rendimento Nacionais e por zonas Urbanas e Rurais, México, 1984 e 1994.

Fator	1984			1994		
	Nacional	Urbano	Rural	Nacional	Urbano	Rural
Idade						
60 anos ou mais	304,21	364,66	212,21	262,67	353,50	176,46
50 a 59 anos	352,49	446,52	224,88	366,85	451,07	253,67
40 a 49 anos	357,01	481,42	209,27	360,52	427,46	268,46
30 a 39 anos	336,85	435,02	223,15	301,53	358,94	230,59
24 a 29 anos	270,30	343,42	195,31	240,77	278,26	203,72
19 a 23 anos	211,88	269,03	151,48	180,71	201,30	167,25
17 a 18 anos	140,18	165,10	119,24	142,78	155,30	139,70
12 a 16 anos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sexo						
Homem	142,43	131,86	187,90	145,12	131,22	186,79
Mulher	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Escolaridade						
Alta	896,87	860,64	866,19	836,75	740,09	932,96
Média-Alta	392,08	345,40	475,90	468,43	430,53	386,26
Média	294,77	265,03	325,61	280,39	262,90	234,76
Média-Baixa	261,18	243,21	235,74	198,18	192,14	159,01
Baixa	213,02	203,20	174,86	159,93	147,90	148,97
Escassa	144,33	138,33	146,73	127,06	122,43	120,78
Nula	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Posição no trabalho						
Empregadores	151,25	194,68	132,94	213,06	204,30	216,73
Empregados	126,16	126,94	117,31	127,55	118,11	128,52
Conta própria	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Horas semanais trabalhadas						
Mais de 45	152,00	139,87	168,77	154,25	147,96	150,01
41 a 45	140,78	129,16	159,47	156,32	151,89	145,01
31 a 40	147,87	137,58	158,08	131,87	121,10	141,48
16 a 30	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sector de trabalho						
Indústria	179,01	160,13	149,43	184,16	145,11	172,10
Serviços	183,25	155,62	191,19	199,73	149,64	199,03
Agricultura	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Região						
Centro	96,94	97,55	85,92	139,79	129,87	115,48
Golfo do México	99,38	93,56	100,60	105,12	94,93	107,24
Nordeste	99,17	100,67	79,54	138,81	117,19	164,98
Noroeste	128,04	115,44	153,72	159,02	137,31	167,32
Norte	85,03	90,53	67,87	121,60	108,20	118,45
Ocidente	95,74	87,01	104,61	144,93	119,60	160,75
Pen. de Yucatán	127,95	110,19	142,83	126,77	115,95	123,10
Sudeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: construída a partir dos resultados das Equações de Rendimento de México, utilizando dados básicos da "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares" 1984-1994, INEGI, México, 1996.

de 12 a 16 anos, apenas 154% superior.³ Nossas hipóteses iniciais, que nos levaram a estabelecer as faixas etárias dessa forma, foram: i) que na faixa dos 12 a 16 anos encontram-se, basicamente, jovens que laboram em situações de informalidade ou ilegalidade (uma vez que a legislação mexicana proíbe o trabalho para pessoas com menos de 17 anos de idade); ii) na faixa dos 17 e 18 anos estão jovens que trabalham sem um rendimento fixo (como “cerillos”, “boleros”, “papeleros” ou ainda “vendedores de camion”⁴ ou de metrô); iii) indivíduos que pudessem estar realizando estudos universitários ou no primeiro emprego teriam que estar na faixa dos 19 a 23 anos de idade; iv) pessoas recém formadas e/ou com 5 anos ou menos de experiência de trabalho entrariam na faixa dos 24 a 29 anos de idade; e v) a experiência acumulada aumentaria depois dos 30 anos. Os resultados mostram que este conjunto de hipóteses se cumpriram: para todos os casos, apresentaram-se acréscimos substanciais de renda ao passar de um nível para outro de idade.

Os índices de rendimento para condição de gênero mostram que um homem ganha, em igualdade de circunstâncias, mais do que uma mulher. Mas isto é mais acentuado nas áreas rurais. Nessas zonas, em 1994, o homem ganhava, em média, 86,8% mais de renda do que uma mulher com as mesmas características de escolaridade, idade, posição no trabalho, horas trabalhadas e setor de atividade. Já nas zonas urbanas essa diferença cai para 31,2%. Isto demonstra o que assinalamos anteriormente: discriminações associadas ao sexo são mais fortes nas áreas tradicionais do país.

Por níveis de escolaridade, é possível observar que a renda das pessoas cresce significativamente a partir de níveis médios-altos de instrução (graduação completa ou incompleta) e que os acréscimos maiores se apresentam nas áreas urbanas. Apenas no segmento de alta escolaridade a renda é maior nas áreas rurais. Sempre descontando o efeito das outras variáveis independentes, a renda de uma pessoa com alta escolaridade (algum tipo de estudos de pós-graduação) nas zonas urbanas era, em 1994, 640% maior do que a renda de uma pessoa sem qualquer tipo de instrução. Nas

³ Modificando a especificação do modelo original, foi considerada a idade e seu quadrado como variáveis independentes para calcular a idade à qual a renda é maximizada. Os resultados indicam que as pessoas no México maximizavam sua renda em torno dos 50 anos de idade em 1984 e aos 49 anos em 1994, sendo que os indivíduos que moravam nas áreas urbanas atingiam o máximo de renda com um ano menos de idade que os indivíduos das zonas rurais.

⁴ Os “cerillos” são os jovens que empacotam e levam mercadoria até o carro nos supermercados; os “boleros” são engraxates de calçado; os “papeleros” vendem jornal nos semáforos da cidade e os “vendedores de camión” são vendedores ambulantes dentro dos ônibus urbanos.

áreas rurais, o acréscimo esperado de renda para uma pessoa com esse nível de escolaridade era, no mesmo ano, de 833%. Entretanto, se excluimos o segmento de alta escolaridade, os diferenciais de renda associados com a escolaridade das pessoas se ampliam ao passar das zonas rurais para as urbanas. Foi constatado que, em geral, um ano adicional de escolaridade representa um incremento médio de 9% a 10% na renda das pessoas.⁵

A posição na ocupação (que reflete *grosso modo* a distribuição funcional da renda) tem uma influencia importante sobre o nível de renda das pessoas: em 1994, nas áreas urbanas, o rendimento esperado para um empregador era em média, 104,3% maior que a renda de uma pessoa que trabalhasse por conta própria. Nas zonas rurais, esse diferencial era maior, de 116,7%. Um empregado ganhava, em média, uma renda 18,1% (urbano) e 28,5% (rural) maior que um autônomo.

Por jornadas laborais, os maiores níveis de renda relativo são atingidos na faixa de 41 a 45 horas semanais de trabalho. É interessante observar que a renda esperada para uma pessoa que trabalhe mais de 45 horas não é superior, nas áreas urbanas, e é apenas ligeiramente maior, nas rurais, à renda média esperada para aquela outra faixa. Isto pode estar refletindo a existência de formas de trabalho ‘atrasadas’ no sentido de jornadas laborais longas e salários relativamente menores, que seguramente podem estar atingindo a grupos da população com níveis muito baixos de escolaridade (como algumas formas de trabalho “a destajo” ou “maquila”). Nesse sentido, não são ignoradas as formas de trabalho por subcontratação praticadas de forma importante em algumas regiões do país. Mais adiante, na análise regional, será discutida novamente esta questão.

Por setores de atividade, ganha mais uma pessoa que trabalhe no setor de serviços do que aquela que seja empregada na indústria ou na agricultura.⁶

⁵ Foi feita, para todos os anos e regiões, uma experiência: incluir na regressão outra variável independente: analfabetismo. Entretanto, os resultados mostraram um alto nível de multicolinearidade entre analfabetismo e as outras categorias de escolaridade. Por esta razão decidimos agrupar, na primeira categoria de escolaridade, os sem instrução e os analfabetos, melhorando os resultados do modelo e diminuindo os problemas de multicolinearidade.

⁶ Inicialmente foram feitas diversas experiências considerando, separadamente, os 9 setores de atividade discriminados nas pesquisas domiciliares (“Agricultura, Ganadería, Caza, Silvicultura y Pesca”; “Minería e Extracción de Petróleo”; “Indústrias Manufactureras, incluyendo los establecimientos maquiladores”; “Electricidad y Agua”; “Construcción”; “Comercio”; “Transporte y Comunicaciones”; “Servicios Financieros de Administración y Alquiler de Bienes Muebles e Inmuebles”; e “Servicios Comunales y Sociales”) com a finalidade de observar se existia alguma diferença importante dentro dos setores. Desta

Trabalhar no setor de serviços contribui mais para aumentar a renda de uma pessoa que vive numa zona rural do que para uma pessoa citadina. Efetivamente, a renda média esperada para uma pessoa que morava numa cidade e trabalhava no setor serviços, era, em 1994, 49,6% maior que sua renda esperada se trabalhasse no setor agrícola; por outro lado, o rendimento esperado para uma pessoa de uma zona rural era, se trabalhava no setor serviços, 99% mais do que se trabalhasse em atividades agrícolas (ver tabela 4.9).

Com exceção da área urbana na região Golfo, em todas as regiões do país, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, a renda esperada era maior do que na região Sudeste.

Este conjunto de resultados revela que as forças que, no estágio atual do desenvolvimento econômico mexicano, determinam a renda das pessoas são múltiplas, se superpondo condicionantes de idade, sexo, escolaridade, posição na ocupação, extensão da jornada, setor de trabalho e região onde a pessoa mora, além das variáveis não incluídas nesta análise. A seguir serão discutidos, de modo geral, os resultados por regiões econômicas.

As tabelas 4.10 e 4.11 apresentam os índices de rendimento para a população economicamente ativa de México por faixas de idade, sexo, categoria educacional, posição no trabalho, horas laboradas e setor de atividade nos anos de 1984 e 1994. Pela importância que revestem, a análise a seguir concentrar-se-á aos dados mais recentes, de 1994, apresentados na tabela 4.11. Uma primeira observação é que *os menores diferenciais de renda entre pessoas de maior experiência e os de menor idade se apresentam na região noroeste do país, na zona limítrofe com os Estados Unidos*. A experiência é mais importante, para atingir melhores rendimentos, nas zonas Nordeste e Norte, ambas altamente industrializadas. Os índices de rendimento por sexo indicam, novamente, que existem maiores discriminações de gênero nas regiões mais tradicionais, ligadas a uma estrutura agrícola fortemente

forma foram testadas algumas hipóteses normalmente colocadas em estudos sobre o mercado de trabalho no México, como a possibilidade de o setor manufatureiro pagar salários diferentes dos aplicados no resto da indústria. Entretanto, nenhuma diferença de renda dentro dos setores associada a trabalhar em ramos específicos foi encontrada. Os testes estatísticos mostraram, a um nível de significância de 1%, que não existe diferença entre a renda das pessoas que trabalham na indústria manufatureira e as percepções dos que laboram no resto da indústria nacional. Tampouco foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as rendas das pessoas que trabalham em serviços financeiros e os rendimentos de trabalhadores de outros ramos do setor de serviços.

Tabela 4.10 Índices de rendimento por regiões e por zonas urbanas e rurais do México, 1984.

Fator	Regiões Total								Regiões Zonas Urbanas								Regiões Zonas Rurais							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Idade																								
60 anos ou mais	372	496	327	496	299	195	100	351	457	387	430	567	242	267	85	272	177	503	153	343	424	150	289	326
50 a 59 anos	450	611	331	543	348	213	143	394	579	457	432	671	305	379	120	231	231	791	180	234	447	124	187	404
40 a 49 anos	426	548	542	436	354	219	129	428	623	402	712	485	323	412	133	335	172	668	254	296	382	129	177	326
30 a 39 anos	390	486	454	365	435	231	121	423	523	334	638	411	398	371	145	333	208	582	176	204	436	157	134	356
24 a 29 anos	337	302	384	290	244	218	88	362	474	235	453	302	221	334	89	275	162	393	302	283	305	162	145	303
19 a 23 anos	247	339	292	256	173	172	84	303	351	261	355	274	134	295	74	222	123	399	195	215	345	101	109	279
17 a 18 anos	186	146	183	137	105	136	67	156	239	130	207	131	82	173	63	167	120	219	165	179	167	108	160	86
12 a 16 anos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Sexo																								
Homem	134	142	144	135	148	161	133	147	125	144	129	131	143	142	130	108	215	175	185	148	168	201	352	163
Mulher	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Escolaridade																								
Alta	833	ND	894	ND	ND	800	ND	78	867	ND	918	ND	ND	737	ND	69	217	ND						
Média-Alta	365	386	427	368	492	374	243	263	333	331	365	397	321	325	229	221	553	ND	682	266	653	551	ND	159
Média	290	333	204	258	467	299	232	203	263	328	194	279	417	244	185	172	386	242	243	197	353	398	379	247
Média-Baixa	235	255	221	292	358	249	216	174	229	204	206	321	296	221	173	150	170	227	265	209	238	302	137	189
Baixa	190	214	203	184	377	180	127	123	186	183	181	192	272	193	141	130	150	194	246	161	366	129	115	133
Escassa	130	146	140	156	190	153	127	111	134	124	132	163	131	155	119	97	113	144	190	135	245	155	216	123
Nula	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Posição no trabalho																								
Empregadores	188	375	223	189	82	184	138	115	229	420	229	239	142	151	123	140	146	271	136	91	100	193	ND	109
Trabalhadores	136	131	145	92	112	143	101	129	152	182	123	94	89	136	108	130	104	92	167	93	140	142	105	127
Conta própria	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Horas semanais																								
Mais de 45	144	155	118	167	140	210	190	148	136	115	113	166	137	187	171	175	155	185	148	145	150	242	244	125
41 a 45	127	129	92	140	178	178	205	124	117	98	92	152	157	143	155	162	138	162	84	72	249	252	357	112
31 a 40	148	134	132	150	109	187	157	145	137	92	130	150	106	182	155	151	156	192	129	141	136	179	171	138
16 a 30	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Setor de trabalho																								
Indústria	219	132	225	150	209	147	96	126	189	107	93	151	211	201	68	138	183	129	179	135	197	108	65	120
Serviços	221	154	209	167	219	155	136	167	187	108	83	176	193	200	81	184	208	203	181	124	291	131	267	131
Agricultura	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: construída a partir dos resultados das Equações de Rendimento do México, dados básicos das "Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares", 1984, INEGI, México, 1996. As regiões são: I = Centro; II = Golfo do México; III = Nordeste; IV = Noroeste; V = Norte; VI = Ocidente; VII = Península de Yucatán; e VIII = Sudeste do México.

Tabela 4.11 Índices de rendimento por regiões e por zonas urbanas e rurais do México, 1994.

Fator	Regiões Total								Regiões Zonas Urbanas								Regiões Zonas Rurais							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Idade																								
60 anos ou mais	293	309	425	201	361	176	239	247	371	496	485	291	368	247	552	158	189	215	121	96	308	110	118	262
50 a 59 anos	379	408	633	198	401	308	395	399	452	626	714	280	475	315	535	349	250	288	170	104	270	259	203	338
40 a 49 anos	352	448	558	242	426	285	371	389	415	698	609	297	446	350	467	298	248	315	165	171	333	199	212	407
30 a 39 anos	305	339	487	152	380	255	348	348	349	511	520	195	400	322	437	264	251	241	164	103	300	179	194	342
24 a 29 anos	233	273	365	128	320	193	267	335	270	399	396	155	325	225	310	226	201	203	101	96	283	154	201	356
19 a 23 anos	174	216	279	94	231	156	189	231	201	302	289	104	230	173	216	141	161	170	144	82	215	143	137	280
17 a 18 anos	141	151	211	69	175	131	185	187	152	156	217	73	204	131	207	131	147	136	121	65	125	136	147	200
12 a 16 anos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Sexo																								
Homem	140	134	147	151	138	147	149	160	129	121	149	127	121	139	125	122	193	155	130	232	215	174	214	181
Mulher	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Escolaridade																								
Alta	962	367	684	499	965	430	895	ND	827	348	639	463	105	387	716	ND	459	ND	ND	117	659	ND	ND	ND
Média-Alta	529	425	376	451	461	433	454	324	465	401	358	412	539	386	358	338	388	300	359	499	404	237	390	296
Média	320	216	182	338	293	218	262	324	284	197	173	359	328	206	192	331	239	191	227	223	354	133	307	259
Média-Baixa	214	159	166	233	195	183	168	186	191	169	161	245	243	170	144	220	173	132	122	145	133	179	148	155
Baixa	167	130	127	193	165	148	129	148	145	108	113	219	189	138	109	189	155	138	159	135	147	146	140	134
Escassa	127	110	86	134	130	134	109	125	114	119	90	127	165	125	86	166	121	108	75	121	111	132	126	116
Nula	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Posição no trabalho																								
Empregadores	201	322	250	172	304	198	237	162	199	267	240	207	251	178	182	208	191	357	288	125	385	229	257	144
Trabalhadores	124	161	139	107	133	115	131	135	111	175	136	123	115	110	87	124	142	150	135	82	149	115	154	138
Conta própria	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Horas semanais																								
Mais de 45	169	139	147	162	143	129	162	167	162	122	144	195	127	145	141	114	155	139	149	118	151	100	150	196
41 a 45	167	144	151	164	159	127	132	174	158	133	152	198	146	149	120	121	153	145	102	91	153	93	106	221
31 a 40	141	115	135	131	118	112	133	180	128	97	144	147	109	108	113	114	157	122	64	91	126	116	124	230
16 a 30	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Setor de trabalho																								
Indústria	268	178	128	124	170	166	158	192	164	198	93	121	167	122	169	93	232	158	115	115	159	163	144	187
Serviços	281	205	127	151	185	165	224	244	166	202	92	145	176	119	216	112	252	217	101	131	171	171	231	241
Agricultura	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: construída a partir dos resultados das Equações de Rendimento do México, dados básicos das "Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares", 1994, INEGI, México, 1996. As regiões são: I = Centro; II = Golfo do México; III = Nordeste; IV = Noroeste; V = Norte; VI = Ocidente, VII = Península de Yucatán; e VIII = Sudeste do México.

arraigada (Sudeste e, em menor medida, Noroeste e Ocidente de México). O grau de escolaridade influi menos na renda das pessoas nas regiões Sudeste e Nordeste do país e é mais importante na região Centro. A posição na ocupação é mais relevante na região Golfo e tem relativamente pouca importância no Sudeste. A extensão da jornada de trabalho tem uma importância similar em todas as regiões, embora seja destacável o fato de que sistematicamente, trabalhar mais de 45 horas não é sinônimo de maiores rendimentos. Isto, como já mencionamos, pode estar relacionado com a existência de certos tipos de trabalho 'a destajo' (por tarefa): na região Golfo, por exemplo, os índices podem estar mostrando as jornadas laborais muito longas dos pescadores do estado de Veracruz que percebem, na realidade, dada sua escassa qualificação, rendimentos muito baixos. Este argumento é válido para os trabalhadores *urbanos* da cidade de Tampico, no estado de Tamaulipas, que são trazidos, todos os dias, para laborar nas zonas cítricas do estado recolhendo laranja em longas jornadas laborais com baixos salários; para os trabalhadores da indústria maquiladora (ou de montagem) na fronteira norte do país e para os produtores rurais das zonas áridas dos estados de San Luís Potosí, Durango e Coahuila na região Norte do México.

A tendência observada a nível nacional, de rendas mais elevadas para os trabalhadores do setor serviços, se cumpre a nível de todas as regiões com exceção da região Nordeste, onde o setor de atividade tem menor importância. Precisamente nas áreas urbanas desta região onde, além da produção agrícola de exportação, tem especial importância o setor de serviços, se apresentam os maiores índices de renda para pessoas com mais experiência, representada pela idade.

Novamente, na análise regional da tabela 4.11, pode-se perceber que as diferenças de renda entre homens e mulheres são maiores nas áreas rurais do que nas urbanas. Da mesma forma que a nível nacional, a escolaridade tem maior relevância nas áreas urbanas do que nas rurais, destacando o fato de que nas zonas urbanas da região Norte, onde a influência da proximidade com os Estados Unidos é forte, se apresentam os maiores diferenciais de renda associados ao grau de escolaridade das pessoas. Depois da região Norte, a escolaridade tem muita importância para a renda das pessoas na região Centro, onde se encontra a Zona Metropolitana da Cidade do México. De modo geral, a posição no trabalho influi mais na renda das pessoas nas áreas rurais do que nas urbanas de todas as regiões do país. O fenômeno já mencionado de jornadas de trabalho longas com níveis de rendimento

menores pode ser observado pelos índices de rendimento de 45 horas e mais nas áreas rurais das regiões Golfo, Norte e Sudeste.

Finalmente, com exceção do que ocorre nas agro-indústrias localizadas nas áreas rurais da região Nordeste, rendimentos maiores são esperados para as pessoas que trabalham no setor de serviços em todas as regiões do país.

O problema das disparidades de renda entre pessoas no México pode ser encarado, a um nível mais geral, como o resultado de diferenças estruturais associadas com o subdesenvolvimento crônico, as vezes maior, as vezes menor, em todas as regiões do país, que se reflete, por um lado, em que a grande maioria da população receptora de algum tipo de renda possui características típicas de mão-de-obra pouco qualificada (baixos níveis de escolaridade e deficiente treinamento) e, por outro lado, que mostra a inexistência de uma política salarial e de desenvolvimento regional que vise a superação das defasagens históricas do subdesenvolvimento mexicano.

A tabela 4.12 permite observar as características estruturais da força de trabalho no México em 1984 e 1994. Em dez anos, a população trabalhadora do México envelheceu, destacando-se o fato de que, nas áreas urbanas, a população na faixa dos 24 a 49 anos de idade subiu de 60% para 64% da força de trabalho. A proporção de mulheres no mercado de trabalho aumentou, registrando-se as maiores taxas de crescimento na participação do sexo feminino nas zonas rurais. Verifica-se que a nível nacional, em 1984, 68,5% da força de trabalho possuía baixa, escassa ou nula escolaridade; nas zonas urbanas esse percentual era de 59,9% e nas áreas rurais, de 86,7%. Em 1994 o percentual de gente com baixos, escassos ou nulos níveis de escolaridade caiu, mas ainda era muito grande: 51,8% a nível nacional, 37,9% nas zonas urbanas e 76,3% nas áreas rurais. Destaca-se o fato de que, no melhor dos casos, representado pelo que acontece nas áreas urbanas, menos de um sexto da força de trabalho tinha níveis médios-altos de escolaridade (graduação ainda que incompleta). A fração de trabalhadores por conta própria caiu, o que pode estar refletindo a falência de numerosos negócios familiares durante a crise dos anos 80; alongaram-se as jornadas laborais e a participação do setor serviços cresceu na absorção da força de trabalho nas áreas urbanas enquanto que, nas rurais, cresceu mais a participação da indústria.

Tabela 4.12 Características da Força de Trabalho no México em 1984 e 1994.

Fator	1984			1994		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urban	Rural
Idade						
60 anos ou mais	7,89	6,04	11,80	7,42	5,14	11,40
50 a 59 anos	11,55	11,25	12,19	9,80	9,05	11,10
40 a 49 anos	17,64	16,67	19,66	16,21	16,65	15,44
30 a 39 anos	24,81	26,42	21,43	26,39	28,50	22,70
24 a 29 anos	17,72	18,96	15,13	17,08	19,03	13,67
19 a 23 anos	13,19	14,22	11,03	15,26	15,17	15,42
17 a 18 anos	4,12	3,90	4,58	4,68	4,11	5,66
12 a 16 anos	3,07	2,54	4,19	3,18	2,35	4,61
Sexo						
Homem	75,93	72,45	83,22	71,50	67,46	78,55
Mulher	24,07	27,55	16,78	28,50	32,54	21,45
Escolaridade						
Alta	0,17	0,25	0,01	0,64	0,95	0,10
Média-Alta	7,59	10,65	1,17	11,48	16,74	2,30
Média	6,22	7,45	3,62	10,42	14,11	3,97
Média-Baixa	17,48	21,75	8,49	25,57	30,26	17,39
Baixa	22,40	25,74	15,37	20,17	19,29	21,70
Escassa	31,90	24,74	46,94	20,92	13,43	33,99
Nula	14,24	9,41	24,39	10,80	5,21	20,56
Posição no trabalho						
Empregadores	4,79	2,91	8,74	4,25	3,91	4,84
Empregados	69,45	77,30	52,98	74,07	80,23	63,31
Conta própria	25,76	19,79	38,29	21,69	15,86	31,85
Horas semanais						
Mais de 45	57,35	58,69	54,53	60,24	61,11	58,72
41 a 45	19,79	20,72	17,86	17,29	19,41	13,60
31 a 40	12,73	11,80	14,67	12,15	10,85	14,43
16 a 30	10,13	8,79	12,95	10,32	8,64	13,25
Setor de trabalho						
Indústria	24,76	29,39	15,05	28,71	30,94	24,82
Serviços	47,72	57,50	27,18	53,18	67,01	29,07
Agricultura	27,52	13,11	57,77	18,11	2,05	46,11

Fonte: construída utilizando os dados individuais da "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares" 1984-1994, INEGI, México, 1996.

Em suma, o quadro do mercado de trabalho é o seguinte: de pessoas mais velhas; maior participação da mulher; força de trabalho ainda com fortes deficiências de escolaridade e uma proporção grande de analfabetos (20,6%) nas zonas rurais; maior proporção de assalariados com jornadas laborais mais extensas e salários relativos menores, concentrando-se os moradores das áreas urbanas no setor de serviços e os das áreas rurais, na agricultura e, em menor proporção, na indústria e em serviços.

A nível regional se acentuam essas tendências, destacando o fato de que nas regiões Nordeste e Noroeste (que, como vimos no capítulo anterior, possuem as maiores rendas médias) se apresentam as maiores proporções de força de trabalho com níveis médios-altos e médios-baixos de escolaridade. No outro extremo, ressalta o fato de que a maior proporção de pessoas sem

qualquer tipo de escolaridade, em 1994, se encontra nas regiões Sudeste e Golfo (ver tabela 4.14).

Embora a proporção de trabalhadores por conta própria tenha diminuído substancialmente na última década (ver tabelas 4.13 e 4.14), este tipo de forma de trabalho segue sendo importante em todas as regiões, atingindo a aproximadamente 20% da população e aumentando significativamente nas áreas rurais. Assim, por exemplo, no rural da regiões Península de Yucatán e Sudeste, a proporção de trabalhadores autônomos chega a 39% e 43%, respectivamente. Devemos registrar que as jornadas de trabalho mais longas (que como vimos anteriormente são, em relação à jornada de 40 a 45 horas semanais, mais mal pagadas em varias regiões do país) foram as que maior crescimento tiveram no período, sobretudo nas áreas rurais, e são as que têm as maiores freqüências entre as faixas de horas trabalhadas (ver tabelas 4.13 e 4.14)

Por último, embora tenda a cair a participação do setor agrícola na absorção da força de trabalho, continua a ser importante nas áreas rurais de todas as regiões, chegando a concentrar 50% ou mais da força de trabalho nas regiões Golfo, Noroeste, Norte e Sudeste do México (ver tabela 4.14).

O conjunto da evidência apresentada neste capítulo mostra que são múltiplas as forças que no caso do México (o que vale para qualquer país) estão determinando a distribuição da renda. Em particular, as condicionantes históricas, que fazem que prevaleça uma determinada estrutura na repartição dos ativos, somam-se tanto elementos que influem no grau de desenvolvimento regional quanto características específicas dos mercados laborais. Assim, superpõem-se determinantes históricos e estruturais, a elementos de curto prazo. Como no raciocínio anterior, um indivíduo sofre o efeito da superposição de variados níveis de desigualdade: na distribuição de ativos e de *status* social; nas oportunidades de educação e treinamento; no acesso às posições mais rentáveis da economia; no grau de desenvolvimento regional e setorial, etc. Também sofre o efeito de políticas econômicas específicas: assim, por exemplo, a política salarial desempenha um papel crítico na determinação da distribuição global dos rendimentos em economias que, como a mexicana, têm uma oferta abundante de força de trabalho não-qualificada. Nesse sentido, embora não tenha sido objetivo desta pesquisa explorar mais a fundo este aspecto, a política salarial do passado recente no México tem tido um papel preponderante na distribuição dos rendimentos. A

Tabela 4.13 Freqüências (%) por grupos de idade, sexo, escolaridade, posição no trabalho, horas trabalhadas e setor de trabalho, por regiões e por zonas urbanas e rurais do México, 1984.

Fator	Regiões Total								Regiões Zonas Urbanas								Regiões Zonas Rurais								
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	
Idade																									
60 anos ou mais	8	9	7	5	7	11	8	7	5	7	5	5	6	10	11	3	15	10	13	8	9	13	4	10	
50 a 59 anos	12	11	12	11	13	10	8	14	12	12	11	11	11	9	9	18	12	11	16	14	16	11	7	11	
40 a 49 anos	18	22	14	14	17	19	14	21	18	23	14	14	16	16	11	22	18	22	13	17	19	24	20	19	
30 a 39 anos	26	24	26	26	25	20	26	27	28	27	26	25	27	23	25	26	22	20	25	27	21	15	27	28	
24 a 29 anos	17	17	21	21	17	17	17	16	19	15	22	22	18	18	22	16	14	19	15	12	16	15	11	17	
19 a 23 anos	13	11	13	14	14	13	17	11	14	11	14	15	16	16	13	12	12	9	11	12	11	8	23	11	
17 a 18 anos	4	3	5	5	5	5	4	2	4	1	6	5	4	3	5	3	4	5	4	5	6	7	3	2	
12 a 16 anos	3	3	2	4	3	5	5	1	2	3	2	3	3	3	5	0	4	4	3	5	3	7	5	2	
Sexo																									
Homem	73	78	77	75	81	75	81	81	69	71	76	74	78	73	74	79	84	87	82	81	85	78	93	83	
Mulher	27	22	23	25	19	25	19	19	31	29	24	26	22	27	26	21	16	13	18	19	15	22	7	17	
Escolaridade																									
Alta	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Média-Alta	10	7	8	10	4	5	5	5	13	12	10	11	5	8	8	12	1	0	2	4	2	2	0	1	
Média	7	6	6	7	5	5	9	5	9	6	7	8	5	6	12	9	3	6	5	6	4	3	4	3	
Média-Baixa	20	12	24	22	14	14	12	14	24	17	28	23	17	18	16	25	9	5	9	17	8	8	5	7	
Baixa	24	23	28	21	29	18	11	11	26	30	30	21	37	21	12	13	18	13	21	20	15	14	8	10	
Escassa	28	32	25	34	34	34	50	42	23	23	19	31	25	29	36	22	44	43	52	48	49	42	70	57	
Nula	11	21	7	6	15	24	14	22	6	13	6	6	11	19	16	20	25	32	12	6	23	31	12	23	
Posição no trabalho																									
Empregadores	2	7	2	2	8	9	1	11	2	9	2	2	2	5	2	7	3	4	3	3	3	18	15	0	13
Empregados	74	67	77	78	60	69	62	45	80	76	83	81	68	78	67	58	58	54	51	61	47	55	55	36	
Conta própria	24	27	22	20	32	22	36	44	18	15	15	17	30	17	30	35	39	42	47	36	35	30	45	51	
Horas semanais																									
Mais de 45	54	47	64	69	57	62	49	60	54	48	66	71	55	69	49	70	55	45	59	59	62	52	48	52	
41 a 45	22	28	19	17	13	18	25	21	24	34	19	15	15	16	28	13	16	20	20	25	10	21	20	27	
31 a 40	13	14	8	7	16	11	17	15	13	12	8	6	17	9	17	13	15	17	9	11	14	14	17	16	
16 a 30	11	11	9	7	14	9	10	5	9	6	8	8	13	7	7	4	14	18	12	4	15	13	15	5	
Setor de trabalho																									
Indústria	29	19	33	21	21	24	18	14	33	20	37	21	27	31	24	9	18	17	14	21	12	12	9	17	
Serviços	51	50	56	55	35	43	43	46	62	69	61	59	39	50	55	70	22	24	35	35	29	31	25	29	
Agricultura	20	32	12	24	43	34	39	40	5	12	2	21	34	18	21	21	60	59	51	45	59	57	66	55	

Fonte: construída a partir dos dados básicos das "Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares", 1984, INEGI, México, 1996. As regiões são: I = Centro; II = Golfo do México; III=Nordeste; IV = Noroeste; V = Norte; VI = Ocidente, VII = Península de Yucatán; e VIII = Sudeste do México.

Tabela 4.14 Frequências (%) por grupos de idade, sexo, escolaridade, posição no trabalho, horas trabalhadas e setor de trabalho, por regiões e por zonas urbanas e rurais do México, 1994.

Fator	Regiões Total								Regiões Zonas Urbanas								Regiões Zonas Rurais							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Idade																								
60 anos ou mais	6	11	6	6	7	7	7	12	5	7	5	6	5	5	4	5	11	13	12	7	12	9	14	16
50 a 59 anos	10	11	9	10	9	8	9	11	10	10	8	9	8	8	8	10	11	12	15	12	11	9	11	11
40 a 49 anos	18	17	15	15	17	13	19	16	19	15	16	14	17	15	21	12	16	18	11	17	16	10	17	18
30 a 39 anos	28	26	32	28	23	25	23	25	30	29	32	30	23	26	25	31	23	23	31	24	22	22	18	22
24 a 29 anos	19	16	16	17	17	16	18	16	20	18	17	18	20	19	20	18	15	14	13	13	12	11	15	15
19 a 23 anos	13	13	14	17	17	20	16	12	13	13	15	17	17	19	16	16	14	14	11	16	16	23	17	9
17 a 18 anos	3	3	5	6	7	6	5	4	3	3	5	5	7	5	4	5	5	4	4	7	6	9	6	4
12 a 16 anos	2	3	3	2	4	5	2	5	1	4	3	1	3	4	3	4	5	3	3	5	5	6	2	5
Sexo																								
Homem	70	75	73	69	70	74	72	70	69	66	72	64	64	68	68	65	76	82	81	77	82	81	79	73
Mulher	30	25	27	31	30	26	28	30	31	34	28	36	36	32	32	35	24	18	19	23	18	19	21	27
Escolaridade																								
Alta	1	0	1	1	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Média-Alta	16	8	16	14	9	7	7	7	20	17	18	18	12	12	10	16	3	2	1	6	2	0	1	3
Média-Baixa	12	11	13	10	9	8	13	7	14	18	14	13	14	13	15	15	4	6	7	6	2	1	10	3
Baixa	27	17	30	32	25	28	26	17	29	22	33	37	30	32	31	25	18	14	14	22	16	22	16	13
Escassa	20	19	20	18	23	23	19	15	19	18	19	16	23	21	20	14	23	20	25	22	24	26	17	16
Nula	17	28	15	18	23	23	24	27	12	16	11	11	15	17	15	15	31	37	41	32	38	33	39	33
Posição no trabalho																								
Empregadores	3	5	4	4	4	5	5	6	3	5	4	5	4	5	3	5	4	5	4	4	5	5	7	7
Empregados	77	70	82	76	74	75	73	59	81	76	84	81	80	80	84	75	66	65	69	67	65	67	54	50
Conta própria	20	25	15	20	21	21	23	35	16	18	15	15	16	16	13	20	30	29	27	29	31	28	39	43
Horas semanais																								
Mais de 45	58	56	62	66	55	66	63	56	59	64	61	60	60	65	68	64	58	51	68	77	46	68	55	51
41 a 45	21	14	16	15	19	15	13	15	24	14	17	20	22	15	13	8	12	14	12	8	15	14	14	18
31 a 40	12	17	10	10	13	10	12	15	11	12	10	12	10	11	10	13	16	20	11	7	18	8	16	17
16 a 30	9	13	12	8	12	9	11	14	7	10	12	9	8	9	9	15	14	15	9	8	20	10	15	14
Setor de trabalho																								
Indústria	28	21	36	23	30	36	24	25	28	28	38	27	35	36	22	31	26	17	26	15	22	37	26	22
Serviços	62	46	56	56	49	45	61	42	71	67	54	70	63	61	75	65	34	32	30	32	24	22	35	30
Agricultura	10	33	7	21	21	18	16	33	1	5	7	3	2	3	2	4	40	51	44	53	54	41	38	49

Fonte: construída a partir dos dados básicos das "Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares", 1994, INEGI, México, 1996. As regiões são: I = Centro; II = Golfo do México; III = Nordeste; IV = Noroeste; V = Norte; VI = Ocidente, VII=Península de Yucatán; e VIII = Sudeste do México.

conclusão mais importante de nosso diagnóstico sobre a evolução da desigualdade no México é que, diante de estruturas produtivas diferenciadas nas regiões, estados e zonas econômicas do México, políticas econômicas diferenciadas tem que ser empreendidas, equacionando-as, adequadamente, com políticas de dimensão nacional.

Linhas gerais de políticas voltadas para este tipo de proposição serão expostas, sucintamente, nas reflexões finais desta pesquisa.

5. Conclusões: O que fazer.

Este capítulo apresenta as conclusões básicas de nossa pesquisa. Como a finalidade é refletir sobre as possibilidades de reverter o quadro de desigualdade e pobreza atualmente existente no México, a primeira seção revisa, sumariamente, algumas políticas distributivas e sociais experimentadas em vários países desenvolvidos. A partir daí, a segunda seção traça, em linhas gerais, algumas políticas que poderiam ser empreendidas no México, discutindo as fontes de financiamento que as fariam viáveis. Por último, na terceira seção, observamos a importância de levar em consideração a especificidade da formação econômica e das desigualdades regionais, para argumentar a relevância de empreender políticas diferenciadas dependendo das condições históricas e estruturais de cada região e das características sócio-econômicas das pessoas nos diferentes lugares do país.

5.1 Políticas Sociais nos Países Desenvolvidos.

As políticas sociais, embora tenham surgido ainda no século XIX com Bismarck após a unificação alemã, ganharam força e importância ao final da 2ª Guerra Mundial, com o *Welfare State*.

Segundo uma classificação sugerida por Esping (1990), baseada no grau de independência do cidadão trabalhador, historicamente, as políticas sociais específicas dos países desenvolvidos se agrupam em três categorias:

- a) Modelo Liberal. Neste tipo de países, a hegemonia social dos empresários e a predominância dos valores liberais centrados na iniciativa privada e na ética do trabalho, constituíram um obstáculo ao reformismo social. Inclui-se, neste modelo, os Estados Unidos e a Inglaterra.
- b) Modelo Conservador-Corporativo. Neste tipo de países, a hegemonia empresarial vêm conjugada à tradição estatista, à doutrina social da igreja e à articulação das políticas sociais direcionadas por categorias de estrato social, promovendo a expansão de programas generosos, com efeitos redistributivos importantes. França e Alemanha são típicos deste modelo.

- c) Modelo Social-Demócrata. Neste tipo de países, a hegemonia social democrata produziu a expansão de um *Welfare State* apoiado no intervencionismo público em substituição tanto do mercado quanto da família, dirigido à promoção de uma maior igualdade e de padrões elevados de vida, garantindo a toda a população o acesso a serviços sociais de alta qualidade. Os países escandinavos enquadram-se neste modelo.

A classificação de Esping tem pertinência para a compreensão do tipo de políticas empreendidas em alguns países desenvolvidos depois da 2ª Guerra Mundial, embora tenha pontos discutíveis já que uma caracterização tão genérica ignora a presença do estado para promover o bem-estar social na Inglaterra e nos Estados Unidos. A seguir revisaremos alguns casos particulares que consideramos relevantes.

5.1.1 O caso norte-americano.

Na atualidade existem, nos Estados Unidos, diversos programas de assistência social. O EITC (*Earned Income Tax Credit*), ou crédito fiscal por remuneração recebida é uma forma de imposto de renda negativo criado em 1975. Assim como há pessoas que pagam imposto de renda, aquelas que trabalham, mas têm rendimento abaixo do nível oficial de pobreza, recebem um crédito em dinheiro de valor equivalente (dependendo do tamanho da família) a 40% da renda obtida naquele ano. O EITC foi expandido em 1986, 1990 e 1993. Em 1995 estimou-se que 18.425.000 famílias receberiam um total de US\$23,3 bilhões representando um crédito fiscal, em média, de US\$1.265 por família. Em 1996 o mesmo número de famílias foi beneficiada com um crédito, em média, de US\$1.400 por família, totalizando 25,8 bilhões de dólares (Clinton, 1997:186). Segundo o *Economic Report of The President 1998* (p.98), em 1997, o crédito máximo (dependendo da renda familiar) para uma família com uma criança passou para US\$2.210 (incremento de 54% com relação a 1993) e para uma família com dois ou mais crianças podia atingir US\$3,656 (aumento de 140% após 1993). Trata-se, de um programa que beneficia cerca de 45 milhões de pessoas. Existe também o AFDC (*Aid to Families with Dependent Children*), que, instituído na década de 30, oferece uma assistência financeira para famílias de baixa renda para pais solteiros, abandonados pelo cônjuge, incapacitados ou ainda desempregados. Em 1995, aproximadamente 6,3 milhões de famílias (12,8 milhões de pessoas) foram beneficiadas, resultando em um gasto total de cerca de US\$23,7 bilhões, sendo US\$16 bilhões de responsabilidade do governo federal. Os *Food Stamps*, cupons recebidos pelas famílias de baixa renda para a compra de alimentos e outros bens de primeira necessidade, correspondem a aproximadamente 30% da diferença entre a

renda líquida familiar e um certo valor, que varia com o tamanho da família. Atualmente aproximadamente 11,7 milhões de famílias (25 milhões de pessoas) são beneficiadas pelos cupons de alimentação, representando um gasto total de US\$25,8 bilhões. O SSI (*Supplemental Security Income*) é um programa de assistência financeira para indivíduos de baixa renda com mais de 65 anos ou deficientes. O gasto total com cerca de 5,8 milhões de pessoas beneficiadas pelo sistema foi, em 1995, de US\$24 bilhões.

Este conjunto de políticas está sendo revisado atualmente, de forma que a reestruturação dos programas implicará numa diminuição, no longo prazo, do total dos benefícios sociais em aproximadamente 12% (Suplicy, 1996:26). Entretanto, o governo norte-americano está gastando em programas de complementação de renda, mais de US\$100 bilhões de dólares anuais, beneficiando aproximadamente 25% das famílias americanas. Além disso, uma política salarial ativa, que tem permitido a recuperação dos salários reais na economia norte-americana, bem como a ampliação do seguro de desemprego, têm sido empreendidas nos últimos anos.

Embora sejam muito importantes e ajudem a combater a pobreza, o conjunto de programas sociais do governo norte-americano tem sido questionado por alguns autores que consideram que tais políticas parecem responder, em ocasiões, mais a demandas e necessidades particulares do que a uma estratégia coordenada e de longo alcance (Jusidman, 1996). Alguns programas governamentais de transferência de renda, se não são adequadamente direcionadas, aprofundam os padrões desiguais de renda.¹ Um exemplo disto é a política de subsídios na agricultura norte-americana. Segundo Levy (1994), o estrato dos 50% mais pobres produtores agrícolas dos Estados Unidos recebe apenas 3% dos subsídios governamentais nesta matéria. De qualquer forma, pensamos que o caso norte-americano constitui uma experiência que mostra, pelo menos, que para combater o problema da pobreza tem que implementar-se, simultaneamente, um amplo conjunto de medidas governamentais.

5.1.2 Políticas Sociais na França.

Caracterizando em três fases a evolução da economia francesa no período 1945-1991, Pochmann (1995) observa que, na França, a vitória da posição social-democrata nas eleições de 1956 inaugurou uma fase de crescimento significativo das políticas sociais. A criação do Fundo Nacional de Solidariedade de Ajuda aos

¹ Para o caso do México, Aguilar (1995) observou que a renda das famílias por transferências governamentais está mais desigualmente distribuída que a renda corrente total, beneficiando proporcionalmente mais aos estratos de mais alta renda, o que aprofunda o problema das disparidades de renda entre as famílias.

Velhos, do Fundo de Seguro-Desemprego e do Fundo de Financiamento das Aposentadorias Complementares somam-se múltiplos mecanismos de política salarial (como os Contratos Coletivos de Trabalho e uma política de reajuste salarial que, inicialmente, nos anos cinquenta, era automático nos salários mínimos a cada elevação de 5% do Índice de Custo de Vida e que, posteriormente, se transformou no *Salaire Minimum Interprofessionnel de Croissance* que, ajustado anualmente, garante a elevação real do poder de compra dos trabalhadores) que definem a hierarquia dos salários, os valores dos mínimos por função, etc., mecanismos que não somente impedem a explosão de um processo de diferenciação entre os rendimentos assalariados como também têm reduzido as brechas salariais e têm permitido, por outra parte, o financiamento do crescimento econômico-social sustentado e orientado pelo consumo de massa. Além destes mecanismos, na França desde 1988 funciona a Renda Mínima de Inserção, um benefício de valor variável, pago mensalmente, que tem como parâmetro a diferença entre a renda do indivíduo e um patamar fixado. Assim, política salarial e de desemprego e política social (como programas de fomento à habitação popular, ajuda a crianças e a velhos, etc.) se superpõem, na França, num complexo de ações sociais que são expressamente empreendidas pelo estado para garantir um mínimo de bem-estar social a seus habitantes (ver Pochmann, 1995:53-97).

5.1.3 O caso inglês.

William Beveridge definiu as bases da seguridade social nos anos trinta e postulou os critérios de política social que Inglaterra deveria seguir no segundo pós-guerra. Definiu os princípios da seguridade social e o grau de responsabilidade que deviam assumir os distintos atores, entre eles o estado (Kusnir, 1996). A influência das idéias de Beveridge ultrapassou as fronteiras do Reino Unido guiando, em certo grau, os sistemas de Seguridade Social empreendidos em toda Europa e, em particular, na França.

Inspiradas nas idéias básicas de Beveridge, as políticas salariais e de renda mínima na Inglaterra tiveram auge no período de 1945 a 1978. A partir de 1979, com a chegada de Margaret Thatcher ao poder, apresentou-se um retrocesso nas políticas de garantia de renda no capitalismo inglês e de desmotagem do Estado de bem-estar social (Pochmann, 1995: 99-139). Neste país, o crescimento dos Conselhos de Salários, instituição que permite a regulamentação não somente dos salários mínimos e a fixação do valor mínimo segundo categorias profissionais e zona geográfica como também das férias e horas extras, teve seu auge na fase de 1945-1978. Nesse mesmo período foram criados o *Family Allowance Act*, o Serviço Nacional de Saúde e um Programa de Pensões, medidas adotadas para que os

ingleses, além de uma renda mínima, pudessem desfrutar dos benefícios de um sistema nacional de seguridade social. Também subsídios fiscais para os trabalhadores de baixa renda foram praticados. Importante papel para a implementação deste tipo de políticas teve o sistema sindical inglês. Entretanto, a partir dos anos oitenta o conjunto de políticas sociais na Inglaterra tem sofrido importantes retrocessos, resultando no aumento das desigualdades sociais.

Se comparada com a Inglaterra, o conjunto de políticas sociais empreendidas na França, depois da 2ª Guerra Mundial, parecem ter um corpo mais coeso, mais integrado, melhor estruturado e com maiores possibilidades de efeitos permanentes a longo prazo.

5.1.4 Itália.

Após ter sofrido um dos processos hiperinflacionários mais sérios do capitalismo tanto no período entre-guerras quanto no período imediato posterior ao segundo pós-guerra, que fez com que os salários reais dos trabalhadores sofressem uma queda expressiva (Zini, 1994), a Itália adotou um plano ortodoxo de estabilização que visava, fundamentalmente, o combate à inflação; deixando para um período posterior a implantação de políticas sociais. Assim, o sistema de seguridade social na Itália se instaurou mais recentemente, em comparação com a maioria dos países de Europa Ocidental (Kusnir, 1996). Ações de política relevantes no campo do sistema de pensões por velhice e deficiências físicas foram adotadas, fundamentalmente, a partir de 1965. O seguro de desemprego a partir de 1968, com modificações em 1970 e 1975 e um conjunto de políticas de complementação da renda familiar a partir de meados dos anos sessenta, em 1965, 1970, 1974, 1975, 1980, 1983 e 1988. Entretanto, atualmente os italianos contam com um conjunto complexo de normas contratuais e legais que visam assegurar um melhor padrão de vida para os trabalhadores de baixa renda entre as quais destacam: a negociação coletiva dos contratos de trabalho; a escala móvel de salários que, por meio da indexação do rendimento dos assalariados, garante a conservação do poder de compra, principalmente dos trabalhadores mais pobres e o Fundo de Integração do Salário (*Cassa Integrazione Guadagni*), uma espécie de seguro de desemprego que opera como sustento mínimo do trabalhador durante as flutuações cíclicas e sazonais na indústria (e ainda durante as crises de longa duração) durante as quais ocorrem suspensões ou reduções na jornada de trabalho sem perda do vínculo empregatício (Pochmann, 1996: 139-181).

Por último, cabe lembrar que países como Holanda, Alemanha e Suécia, em meio a um conjunto de programas de seguridade, pagam benefícios mensais, em

dinheiro, aos pais, por cada criança desde o seu nascimento até completar os 16 ou 17 anos, como um direito à cidadania.

A América Latina sofre das conseqüências de um sistema econômico subdesenvolvido e com a herança de uma dívida externa que restringe fortemente o campo de manobra para políticas sociais. Algumas experiências recentes de políticas sociais são os Programas de Renda Mínima em algumas localidades do Brasil; os sistemas de “Asignación Familiar” no Urugway, Chile e na Argentina; a COPLAMAR (“Comisión Nacional do Plano para Atendimento de las Zonas Marginadas”) que teve vigência na primeira metade dos anos oitenta e do PRONASOL (“Programa Nacional de Solidaridad”) no sexênio passado no México. No entanto, todos estes programas têm constituído esforços isolados com orçamentos insuficientes e que não fizeram parte de uma estratégia nacional de combate às desigualdades e à pobreza e, portanto, com resultados bastante modestos.

5.2 Do Diagnóstico às Linhas Gerais de Ação.

Segundo declaração do Banco Mundial (BM), expressada no dia 28 de Junho passado, na Abertura da IV Conferência Anual sobre Desenvolvimento Econômico na América Latina e o Caribe, realizada em San Salvador, 28 milhões de mexicanos se encontram atualmente em situação de pobreza e 8 milhões em pobreza extrema. Por nossas estimativas (claramente influenciadas pela definição de uma linha de pobreza distinta), em 1994 existiam 66 milhões de pessoas pobres no México e, se consideramos pobres *extremos* àqueles que estão abaixo de $\frac{1}{4}$ da linha de pobreza, existiam, no mesmo ano, mais de 19 milhões de pessoas em pobreza extrema. Ainda que exista uma diferença importante nestas magnitudes, estes resultados corroboram nossa hipótese inicial segundo a qual no México uma fração importante da população se encontra em situação de pobreza. Trata-se de milhares de pessoas do campo e da cidade; de donas de casa, de crianças, de operários das mais diversas ramas da atividade industrial e de serviços: trabalhadores não qualificados ou de baixa qualificação, pedreiros, encanadores, jardineiros, mecânicos, garçonetes, secretárias, “office boys”, estudantes com trabalho de tempo parcial, vendedores ambulantes, choferes de ônibus ou taxi, etc., e também de trabalhadores rurais: pessoas ocupadas na roça e na colheita de produtos agrícolas, na lavoura de milho, feijão, cana de açúcar, tomate, chile, algodão, na produção de leite e produtos pecuários, etc., e ainda de professores de ensino primário nas zonas rurais; cuja renda familiar per capita é claramente insuficiente para cobrir as necessidades básicas.

De acordo com as mesmas declarações do BM, a pobreza e a desigualdade na distribuição da renda na sociedade mexicana cresceram de forma importante na década passada e atingiram “graus alarmantes”. Para o organismo internacional, reduzir a pobreza e a desigualdade social no México é o principal desafio para o desenvolvimento econômico do país. O problema da pobreza, segundo o BM, inclui sobretudo a população das áreas rurais e das comunidades indígenas dos estados de Guanajuato no ocidente do México, e de Chiapas, Guerrero e Oaxaca, no sudeste, onde a pobreza atinge 65% da população; o que coincide, essencialmente, com o diagnóstico desenvolvido ao longo desta pesquisa (se bem que o BM não observa os altos níveis de pobreza e o grau de desigualdade na região Centro do país) e que corrobora uma das nossas hipóteses centrais.

Simultaneamente à publicação destas declarações na imprensa mexicana, apareceram os resultados da avaliação 1997 do “Programa Nacional de Acción a favor de la Infancia”, que indicam que, enquanto a nível nacional foi reduzida em 28,2% a mortalidade de crianças até um ano de idade, entre 1990 e 1996, no estado de Guerrero apresentou-se um aumento na morte de crianças dessa faixa etária de 18,3% e em Chiapas esses óbitos cresceram em 15,8%. Isto ilustra a existência de sérias deficiências no desenho e instrumentação dos programas oficiais de combate à pobreza.

Em primeiro lugar é necessário entender que a relação entre desigualdade de renda e pobreza não é simples. Se houver uma elevação marcada da renda, pode diminuir o nível relativo de pobreza. Mas sem alterações significativas no perfil distributivo, não apenas de renda, mas de patrimônio, alcança-se um ponto de inflexibilidade que torna impossível superar certos níveis de pobreza nos estratos de renda inferior. Portanto, uma política redistributiva se faz necessária para combater o problema da pobreza. Por outra parte, a redução dos níveis relativos de pobreza não significa, necessariamente, que, em termos absolutos, dada a dimensão do problema no México, o contingente de miseráveis ou dos extremamente pobres não permaneça muito grande.

É importante observar que uma redistribuição é uma distribuição de rendas fora do mercado e por meio de mecanismos que não são próprios ao mercado; portanto, supõe a ação ativa do Estado (Levy, 1994). Uma vez que qualquer elevação da taxa de crescimento não resulta em nenhuma garantia contra o aumento das desigualdades e da pobreza, a ação do estado faz-se necessária. A dissociação entre a política de produção e a de distribuição tem provocado desequilíbrios econômicos de todo tipo; uma política redistributiva deve ser considerada como parte integrante do modelo de desenvolvimento e do arcabouço organizacional da

produção. Partimos da concepção de que é possível criar mecanismos que garantam que o crescimento econômico seja acompanhado de melhoria da distribuição da renda e de ataque direto ao problema da pobreza. Deve ficar claro que uma política econômica redistributiva seria de interesse econômico geral e não beneficiaria apenas aos pobres já que o desemprego e a baixa produtividade deles, quando estão trabalhando, constitui o principal recurso não utilizado e subutilizado no México. A maioria dos mexicanos que agora vivem em circunstâncias confortáveis deverão, como um resultado desta política, ficar em melhor ou pelo menos igual condição e não em condição pior do que estão agora. Mas uma estratégia redistributiva exige que os grupos a ser atingidos pelas metas (como as populações rurais e urbanas pobres, os pequenos lavradores, os trabalhadores rurais sem terra, etc.) sejam identificados de forma bastante precisa, quantificando, região por região e nas zonas urbanas e rurais, a população situada abaixo da linha de pobreza; como foi feito nesta pesquisa.

Torna-se necessário definir os instrumentos de implementação destinados a fixar a maneira pela qual podem ser cumpridas as metas redistributivas. Lustig e Deutsch (1998) mencionam seis tipos de mecanismos: a) o primeiro envolve estabelecer um ambiente adequado para a redução da pobreza (congruência das políticas macroeconômicas com os objetivos sociais); b) serviços públicos de qualidade, como um bom sistema de saúde e educação ao qual os pobres tenham acesso; c) redistribuição de ativos; d) abertura de maiores oportunidades para que os pobres tenham acesso ao mercado de créditos; e) maior infra-estrutura física nas zonas pobres; e f) políticas governamentais de transferência de renda.

Para nós é importante deixar claro que, a um nível elevado de decisões públicas, qualquer política redistributiva com algum sentido tem que passar por uma modificação maior ou menor no controle de ativos. Nesse sentido, dada a estrutura da posse dos ativos rurais no México, uma política radical de realocação de direitos sobre a propriedade teria que ser empreendida com maior ênfase nas regiões Nordeste, Noroeste e Ocidente do México. Da mesma forma, é preciso incentivar a participação dos trabalhadores urbanos, por meio dos fundos de pensão nas ações das empresas. Também uma política para a alocação direta de recursos aos grupos mais pobres é urgente. Uma política salarial ativa protegendo o poder de compra dos assalariados mais pobres e programas de renda mínima são indispensáveis. De início, a ênfase deve ser deslocada para os 40 ou 50% mais pobres da população, dependendo da região econômica. As características sócio-econômicas deles foram analisadas neste estudo.

Outro mecanismo que permitiria garantir algum acesso à posse de ativos seria a definição de objetivos precisos na área de créditos (Lustig e Deutsch, 1998:9), como a fixação dos tipos de financiamento que cada grupo de renda precisa e pode obter. Estas considerações têm pertinência ainda maior nos cinturões de miséria das zonas metropolitanas das grandes cidades do país e nas áreas rurais onde a distribuição de créditos tem obedecido, muitas vezes, a objetivos extra econômicos. Neste ponto, uma redefinição das políticas atuais de NAFINSA (“Nacional Financiera”) e do BANRURAL (“Banco Nacional de Crédito Rural”) para cumprir os objetivos que lhes deram origem é indispensável. A criação de um sistema nacional de habitação retomando os grandes objetivos que, na década de 70, deram origem ao INFONAVIT (“Instituto del Fondo Nacional para la Vivienda de los Trabajadores”) é hoje uma tarefa inadiável. Também é importante uma modificação, por meio de uma política salarial ativa, no sistema de preços relativos e, como não existe razão para que o mercado produza bens de consumo essenciais quando os pobres não dispõem de poder de compra que lhes permita influenciar as decisões definidas pelo mercado, controles públicos sobre os investimentos devem ser empreendidos.

Além das reformas institucionais, no controle dos ativos, podem-se tomar medidas para a reorientação da distribuição dos serviços públicos em benefício dos segmentos mais pobres da população. Em última instância, o fator decisivo do crescimento futuro do país não é apenas a melhor distribuição da renda, como também a melhor distribuição de oportunidades. E essa menor desigualdade na distribuição de oportunidades está sendo negada aos segmentos mais pobres da população mexicana, não apenas em virtude da forma atual da distribuição da renda, mas, também, porque os mesmos não têm acesso à educação, a um bom sistema de saúde, aos serviços públicos, e a outros benefícios outorgados pelo setor privado e público.

Uma política fiscal redistributiva implica uma redução da incidência de impostos nas faixas de renda mais baixa. A preponderância no sistema tributário mexicano de impostos sobre o consumo implica, como tem destacado Boltvinik (1998), que a incidência de impostos na classes médias e baixas via o IVA “Impuesto al Valor Agregado” é fortemente regressiva. Isto, evidentemente, não pode estar de acordo com o objetivo de distribuir progressivamente a renda. Nesse sentido, uma reforma fiscal progressiva, e a automação do sistema fiscal mexicano que visasse a ampliação da base populacional tributável com o imposto sobre a renda, não somente resultaria em um incremento da arrecadação fiscal do erário público como também permitiria a diminuição, nos estratos mais pobres da

população, dos impostos *per capita*, o que colocaria maior poder de compra em mãos daqueles setores da população.

Na fixação de metas nacionais de produção devem ser consideradas as necessidades básicas desses segmentos pobres, independentemente de que eles possam ou não expressá-las no mercado. Ou seja, a demanda manifestada no mercado, influenciada pela distribuição da renda existente deve ser considerada mas não deve ditar o rumo, de maneira que metas nacionais de consumo e produção sejam fixadas em função das necessidades básicas de toda a população, levando em consideração que essas necessidades mudam de um estrato a outro da escala social.

Finalmente, este conjunto de reflexões sugere que a preocupação com o aumento da produção e a melhoria da distribuição da renda devem ser conjugadas e não tratadas separadamente. Disso resulta que tanto o nível de emprego quanto uma política salarial progressista e de renda mínima devem ser consideradas metas primárias já que, devidamente combinadas, são um instrumento poderoso de redistribuição de renda.

Um planejamento adequado deste conjunto de iniciativas exige o fornecimento de recursos de investimento, de capital, de infra-estrutura básica e de outros serviços públicos de que os mais pobres necessitam para poder superar sua situação relativa.

A fonte de financiamento deste tipo de políticas deve ser questionada. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, o México pagou, entre 1980 e 1996, US\$139,8 bilhões em juros da dívida externa. No ano de 1997 foram desembolsados US\$10,8 bilhões por esse conceito, quantia que equivale a 287,5 vezes o dinheiro destinado a todos os programas sociais empreendidos nesse ano no México e que é igual a 3.025 vezes o que se gastou, em 1997, com programas de combate à pobreza.² Claramente, a política econômica atual beneficia o pagamento de dívida externa em detrimento de políticas sociais: com o dinheiro gasto somente em juros da dívida externa poderiam se financiar 3.025 programas de combate à pobreza extrema. Uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico que pretenda incorporar como um dos seus objetivos explícitos a diminuição da desigualdade e da pobreza requer revisar sua agenda de compromissos financeiros internacionais. Existem suficientes argumentos para negociar, em termos favoráveis (não apenas alongando os prazos de carência como, sobretudo, diminuindo em

² O gasto total em programas sociais no México foi, em 1997, de US\$37,57 milhões e está previsto um valor de US\$41,44 milhões para 1998. Já os gastos em programas de combate à pobreza extrema ficaram em apenas US\$3,6 milhões em 1997 e estão programados em US\$4,5 milhões em 1998 (Cámara de Diputados, 1998:13)

termos reais as taxas de juros atualmente pagas e exigindo uma diminuição do principal: 1% a menos de dívida por cada ano em que já foram pagos juros acima de US\$5 bilhões permitiria a diminuição do principal da dívida em, no mínimo, 20%) o pagamento da dívida externa. Uma renegociação favorável ao país permitiria liberar recursos hoje destinados a esse tipo de pagamentos para destina-los à implantação das políticas sociais anteriormente descritas.

Desde outro ponto de vista, é possível ainda sustentar a idéia de que uma boa parte das propostas anteriormente expressadas são factíveis de colocar-se em andamento com uma reorientação dos fundos públicos que atualmente se destinam aos programas sociais. Há anos diversos governos destinam recursos a ações de desenvolvimento regional procurando reverter o quadro atual de desigualdade de renda e pobreza. Poucos resultados, porém, foram alcançados. Os incentivos à produção nas regiões mais pobres são desviados com freqüência para os que deles não precisam. Pensamos que parte importante do problema consiste na falta de um diagnóstico adequado da desigualdade e pobreza do país e da colocação em marcha de um sistema nacional de controle dos gastos públicos, com supervisão de representantes da sociedade civil.

5.3 Realidades diferentes, políticas diferentes.

A definição dos mínimos aceitáveis de bem-estar social é bastante controversa. Ao final, alguém tem que definir o "ideal" de bem-estar social que se persegue. No entanto, existem normas e objetivos básicos que, sem dúvida, têm que ser cobertos. Dependendo da região podem-se colocar limites inferiores mínimos: acesso a bens essenciais como alimentação, moradia, saúde e serviços públicos de qualidade para toda a população, especialmente para os que mais necessitam disso que, como o demonstra nosso estudo, são os 40 ou 50% mais pobres da população, dependendo da região e do estado do país e conforme se trate de zonas urbanas ou rurais. Um programa nacional de combate às desigualdades e à pobreza exigiria, também, uma homogeneização das oportunidades de acesso à educação, recreação e cultura, tarefa na qual o papel dos governos locais adquire especial relevância.

Uma política nacional e regional de emprego e salários se faz necessária. O caráter estrutural das disparidades de renda torna importante que haja, de início, investimento público em varias vertentes: desenvolvimento regional, crédito acessível à produção, educação, treinamento, e retreinamento de trabalhadores. Os esforços para atingir o desenvolvimento regional e para educar e treinar os jovens e reeducar aqueles adultos que disto necessitam deverão enfrentar maiores dificuldades, ser menos eficazes e, desde o ponto de vista financeiro implicar em

maiores custos, quanto menos focalizados estejam os programas de combate à desigualdade e à pobreza e quanto maior for o tempo em que estas pessoas fiquem pobres, e sejam afligidas por todas as outras conseqüências da falta de recursos. Assim, para que políticas deste tipo façam sentido, é necessário considerar os graus de desigualdade e desenvolvimento diferenciados que existem nas regiões econômicas do México. O diagnóstico apresentado nesta tese facilitaria a implementação de tais políticas. Não se trata aqui, de criar “novos pólos” de desenvolvimento regional, elemento que distorceria ainda mais a estrutura econômica do país, mas de atacar as dificuldades onde elas existem ou são mais aprofundadas.

Além de diminuir as desigualdades regionais através de investimentos governamentais na infra-estrutura sócio-econômica, deverão realizar-se esforços encaminhados à participação do setor privado nas áreas menos desenvolvidas através de estímulos fiscais e creditícios. Este ponto é controverso se não é adequadamente entendido, desde que implica menor carga tributária e créditos acessíveis para alguns setores da iniciativa privada o que, de início, vai contra uma política progressiva de distribuição das rendas. Entretanto, os esforços que se propõem estariam direcionados sobretudo à micro e pequena empresa que é a que realmente gera empregos. Nesse sentido, pouco interessa uma política de incentivos para o assentamento de grandes empresas no Sudeste do México. Na realidade, a política de incentivos a que nos referimos refere-se à necessidade de financiar direta ou indiretamente projetos de investimento em empresas de não mais do que 10 ou 15 empregados, mas que seriam empresas de caracter *quase* familiar, baseadas no aproveitamento dos recursos naturais de que cada região dispõe, espalhadas por todo o país, dentro das regiões, estados e municípios.

Se atendemos aos resultados desta pesquisa, investimentos públicos para o desenvolvimento regional acompanhados de políticas de incentivo à pequena e média empresa teriam que ser direcionados, basicamente, para alguns grupos populacionais das regiões Centro, Golfo, Península de Yucatán e Sudeste do país, não esquecendo programas simultâneos, *mas de menor intensidade*, para que as outras regiões do país não fiquem defasadas.

Da mesma forma, a um Programa Nacional dever-se-ia combinar um plano regionalizado de Renda Mínima. Os Estados de México, Hidalgo, Guanajuato, Veracruz e os do Sudeste do país parecem ser os mais necessitados deste tipo de auxílio.

Uma vez que as metas nacionais devem ser fixadas tendo em vista a redução progressiva das desigualdades regionais e pessoais de renda e pobreza, programas nacionais e regionais contra as diversas formas de subnutrição e doenças, e para superar o analfabetismo, devem ser empreendidas. Nossa pesquisa conclui que é o Sudeste de México a região que mais sofre as conseqüências de séculos de atraso econômico e social. Neste ponto não cabe a menor dúvida de que o foco de muitos programas contra o analfabetismo, a subnutrição e doenças infantis deverá ser o Sudeste do México e, mais particularmente, as zonas rurais dos estados de Oaxaca, Guerrero e Chiapas.

Problemas associados com a qualificação da força de trabalho deverão ser enfrentados com maior energia no Centro, Ocidente e Norte do México. Mas, como baixos níveis de qualificação na força de trabalho estão interligados e superpostos com condicionantes gerais da desigualdade e da pobreza, múltiplas medidas, como as anteriormente mencionadas, têm que ser empreendidas para reduzir a pobreza.

Em última análise, deve-se ter em mente que a desigualdade e os níveis de pobreza no México são conseqüência de fatores históricos e estruturais e para combatê-los são necessárias mudanças mais fundamentais no próprio processo de geração de renda. Os instrumentos para influenciar a distribuição *funcional* e a propriedade de capital físico e humano deverão ser tão diretos quanto permita a vontade política nacional para reverter o atual quadro de desigualdade econômica e social.

Anexo 1. Tipos de Renda incluídas e excluídas na Análise da Distribuição da Renda no México.

RENDAS INCLUÍDAS EM TODOS OS ANOS:

A. Renda por remunerações do trabalho.¹

- “Sueldos, salarios y horas extras”
- “Comisiones y propinas”
- “Aguinaldo, gratificaciones y premios”
- “Primas vacacionales”
- “Reparto de utilidades”
- “Valores estimados del pago en especie”²

B. Renda Empresarial.

- “Negocios industriales”
- “Negocios comerciales”
- “Prestación de servicios”
- “Procesamiento de materias primas”
- “Producción agrícola”
- “Venta agrícola”³
- “Producción pecuaria”

- “Producción pecuaria y forestal”⁴
- “Venta pecuaria y forestal”⁵

C. Renda da Propriedade.

- “Alquiler de tierras y terrenos”
- “Alquiler de casas, edificios, locales y otros”
- “Intereses provenientes de inversiones a plazo fijo”
- “Intereses provenientes de cuentas de ahorro”
- “Intereses provenientes de préstamos a terceros”
- “Intereses provenientes de acciones, bonos y cédulas”
- “Alquiler de marcas, patentes y derechos de autor”

D. Renda de cooperativas de produção.

- “Ingresos provenientes de cooperativas de producción”

E. Transferências.

- “Jubilaciones y pensiones”
- “Becas y donaciones provenientes de Instituciones”
- “Ingresos provenientes de otros países”

¹ Embora os conceitos de renda envolvidos nesta relação sejam os mesmos para todas as pesquisas, os códigos das variáveis mudam de ano para ano. Aqui especificaremos apenas os códigos das rendas excluídas para cada ano.

² Estimativas do pagamento em espécie somente aparecem nas pesquisas a partir de 1989.

³ A partir da pesquisa de 1992 é acrescentado o item “Venta Agrícola” pois anteriormente tanto a produção para autoconsumo quanto a produção para venda eram incluídas no item “Producción Agrícola”

⁴ A partir de 1989 ao item “Producción pecuaria” é acrescida a “Producción Forestal”.

⁵ Mesmo caso da “Venta Agrícola”.

RENDAS EXCLUÍDAS EM 1984:

E. Transferências.

- "P024 Indemnizaciones recibidas de seguros contra riesgos y terceros"
- "P025 Indemnizaciones por despido y accidentes de trabajo"
- "P027 Regalos y donativos originados dentro del país"

F. Outras rendas excluídas.

- "P029 Venta de automóviles, aparatos eléctricos de segunda mano, etc."
- "P030 Venta de casas, terrenos, condominios, etc."
- "P031 Venta de maquinaria o animales usados en el negocio propiedad del hogar."
- "P032 Retiro de ahorros, venta de bonos, monedas, metales preciosos, joyas, tandas, cajas de ahorro, etc."
- "P033 Ingresos por préstamos que los miembros del hogar hicieron a otras personas"
- "P034 Otros: herencias, dotes, loterías, legados, ventas de derechos de autor, préstamos que percibieron los miembros del hogar por otras personas, etc."

RENDAS EXCLUÍDAS EM 1989:

E. Transferências.

- "P024 Indemnizaciones recibidas de seguros contra riesgos y terceros"
- "P025 Indemnizaciones por despido y accidentes de trabajo"
- "P027 Regalos y donativos originados dentro del país"

F. Outras rendas.

- "P029 Venta de automóviles, aparatos eléctricos de segunda mano, etc."
- "P030 Venta de casas, terrenos, condominios, etc."
- "P031 Venta de maquinaria o animales usados en el negocio propiedad del hogar."
- "P032 Retiro de ahorros, venta de bonos, monedas, metales preciosos, joyas, tandas, cajas de ahorro, etc."
- "P033 Ingresos por préstamos que los miembros del hogar hicieron a otras personas"
- "P034 Otros: herencias, dotes, loterías, legados, ventas de derechos de autor, préstamos que percibieron los miembros del hogar por otras personas, etc."

RENDAS EXCLUÍDAS EM 1992 e 1994:

E. Transferências.

- "P023 Indemnizaciones recibidas de seguros contra riesgos y terceros"
- "P024 Indemnizaciones por despido y accidentes de trabajo"
- "P026 Regalos y donativos originados dentro del país"

F. Outras rendas.

- "P029 Otros ingresos corrientes no considerados en los anteriores, (viáticos, etc.)"

Além dessas rendas, nas pesquisas dos anos de 1992 e 1994, foram discriminadas aparte todas as "Erogações e percepções financeiras e de Capital" cujo código foi distinguido com a inicial "Q". Incluíam, na realidade, rendimentos resultantes da venda de ativos físicos ou não físicos tais como direitos autorais ou bens móveis (aparelhos eletrodomésticos de segunda mão, veículos usados, etc). Todas essas rendas foram excluídas da análise.

Anexo 2. Índices de Rendimento Nacionais, México, 1984 a 1994.

Fator	1984	1989	1992	1994
Idade				
60 anos ou mais	304,21	104,44	123,29	262,67
50 a 59 anos	352,49	123,55	151,53	366,85
40 a 49 anos	357,01	117,06	146,84	360,52
30 a 39 anos	336,85	102,35	143,33	301,53
24 a 29 anos	270,30	102,65	125,02	240,77
19 a 23 anos	211,88	111,89	123,09	180,71
17 a 18 anos	140,18	112,30	122,48	142,78
12 a 16 anos	100,00	100,00	100,00	100,00
Sexo				
Homem	142,43	97,53	107,51	145,12
Mulher	100,00	100,00	100,00	100,00
Escolaridade				
Alta	896,87	586,01	294,42	836,75
Média-Alta	392,08	322,36	258,96	468,43
Média	294,77	244,13	207,89	280,39
Média-Baixa	261,18	193,86	179,55	198,18
Baixa	213,02	160,36	141,72	159,93
Escassa	144,33	129,18	119,89	127,06
Nula	100,00	100,00	100,00	100,00
Posição no trabalho				
Empregadores	151,25	196,95	295,08	213,06
Empregados	126,16	111,94	128,60	127,55
Conta própria	100,00	100,00	100,00	100,00
Horas semanais trabalhadas				
Mais de 45	152,00	109,83	102,08	154,25
41 a 45	140,78	105,46	93,95	156,32
31 a 40	147,87	115,39	126,23	131,87
16 a 30	100,00	100,00	100,00	100,00
Setor de trabalho				
Indústria	179,01	174,37	350,62	184,16
Serviços	183,25	180,54	443,23	199,73
Agricultura	100,00	100,00	100,00	100,00
Região				
Centro	96,94	124,59	137,68	139,79
Golfo do México	99,38	118,36	97,71	105,12
Nordeste	99,17	156,43	124,35	138,81
Noroeste	128,04	179,00	118,92	159,02
Norte	85,03	124,04	108,82	121,60
Ocidente	95,74	150,78	131,69	144,93
Pen.de Yucatán	127,95	120,06	96,44	126,77
Sudeste	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: construída a partir dos resultados das Equações de Rendimento de México, dados básicos das "Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares" 1984-1994, INEGI, México, 1996.

Comentário ao Anexo 2.

Pode-se apreciar, neste anexo, uma clara inconsistência nos resultados obtidos nas equações de rendimento de 1989 e 1992, se comparados com os

resultados para 1984 e 1994. Algumas inconsistências são: a) Em primeiro lugar, os índices associados com idade, são claramente inferiores, para todas as faixas etárias nos anos intermediários, indicando que a diferença entre os rendimentos de todas as faixas etárias e a base (12 a 16 anos de idade) é muito menor, sugerindo uma escassa diferença entre a renda das pessoas com mais experiência e as mais jovens. Isto não acontece com os dados dos anos de 1984 e 1994, que parecem corresponder mais com algumas tendências conhecidas internacionalmente, que indicam um claro aumento da renda dos indivíduos após, sobretudo, os 30 anos de idade; b) O índice associado com o sexo indica, em 1989, níveis menores de renda para homens do que para mulheres e, em 1992, apenas uma ligeira diferença a favor dos homens. Ora, estudos sobre discriminação de renda associados a sexo das pessoas têm indicado, sempre, maior renda para homens do que para mulheres com igual grau de qualificação, com mesma idade e trabalhando no mesmo setor de atividade. De fato, os resultados para os anos de 1984 e 1994 correspondem, claramente, com essas tendências. Portanto, não cabe dúvida de que existe uma anomalia nos dados de 1989 e 1992; c) Os índices de rendimento associados a graus altos de escolaridade nos anos intermediários (1989 e 1992) também não correspondem com as tendências observadas em 1984 e 1994, que indicam que, para pessoas com estudos de pos-graduação, o nível de rendimentos é claramente superior ao rendimento daqueles com apenas estudos de graduação (Note-se que o índice de alta escolaridade de 1992 indica renda muito parecida entre os que tem graduação e os que tem pos-graduação); d) Os índices de rendimento para todas as faixas de horas trabalhadas em 1989 e 1992 (com exceção da faixa de 31 a 40 horas) mostrariam a inexistência de diferenças importantes na renda das pessoas associadas à extensão da jornada de trabalho. Os resultados de 1984 e 1994 (do mesmo modo que as tendências internacionais) indicam diferenças importantes de renda entre as pessoas por elas trabalhar mais ou menos horas por semana; e, finalmente, 3) Os índices de rendimento por setores econômicos mostram em 1992 uma clara inconsistência com os resultados de 1984 e 1994 (ver tabela).

Verifica-se, portanto, que os dados de 1989 e 1992 são claramente inconsistentes, não somente com algumas tendências observadas internacionalmente, como também com os próprios dados obtidos, pela mesma fonte e aparentemente coletados com a mesma metodologia (ver capítulo 2), nos anos extremos de 1984 e 1994. Estas inconsistências nos resultados nos levaram a tomar a decisão de excluir da análise os dados de 1989 e 1992.

Anexo 3. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1989. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de renda dos						Razões de renda				Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza										
	1%+ ricos	5%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+/40%-	5%+/50%-	10%+/50%-	10%+/40%-	G	T	μ	D	H	I	P	φ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j	
Nacional	11,5	28,3	40,6	0,9	10,8	16,3	1,06	1,73	2,48	3,77	0,525	0,552	506 797	314 000	0,778	0,574	0,559	0,306	100,0	54,4	61 863 141	100,0			
Centro	11,3	28,7	40,7	1,0	11,6	17,2	0,97	1,67	2,37	3,50	0,516	0,535	573 346	351 625	0,742	0,541	0,506	0,262	27,7	43,3	19 096 639	30,9	100,0	100,0	
9. Distrito Federal	10,7	27,7	39,7	1,7	12,7	18,2	0,84	1,53	2,19	3,13	0,498	0,495	781 261	478 800	0,618	0,459	0,365	0,163	6,7	22,4	6 190 164	10,0	32,4	24,2	
13. Hidalgo	6,1	22,4	34,0	0,5	11,0	17,2	0,55	1,30	1,97	3,10	0,486	0,418	268 520	180 000	0,936	0,657	0,748	0,465	3,1	141,7	1 496 486	2,4	7,8	11,0	
15. Edo México	10,8	28,0	39,5	1,5	13,7	19,6	0,79	1,43	2,02	2,89	0,483	0,478	524 920	339 750	0,784	0,525	0,514	0,258	7,9	48,5	5 878 567	9,5	30,8	28,6	
17. Morelos	8,2	24,6	35,5	1,6	12,6	18,6	0,65	1,32	1,91	2,81	0,474	0,420	604 023	428 917	0,678	0,515	0,444	0,221	1,7	35,7	1 260 714	2,0	6,6	6,1	
21. Puebla	6,6	21,0	32,9	1,0	13,0	19,5	0,51	1,08	1,69	2,53	0,455	0,364	294 466	213 000	0,906	0,641	0,699	0,422	5,9	121,9	3 093 780	5,0	16,2	21,3	
22. Querétaro	9,8	24,4	39,5	0,1	9,1	13,6	1,08	1,79	2,90	4,34	0,541	0,559	482 839	259 500	0,766	0,601	0,586	0,345	0,6	59,0	310 108	0,5	1,6	2,1	
29. Tlaxcala	7,4	21,8	34,4	1,1	12,7	19,1	0,58	1,14	1,80	2,71	0,467	0,394	254 169	180 000	0,920	0,686	0,741	0,477	1,8	153,6	866 820	1,4	4,5	6,7	
Golfo	8,7	26,2	39,6	1,0	10,7	16,1	0,81	1,62	2,45	3,70	0,520	0,499	390 512	241 875	0,841	0,629	0,642	0,381	10,6	83,8	5 693 236	9,2	100,0	100,0	
27. Tabasco	6,5	26,9	41,3	1,3	11,8	17,4	0,55	1,53	2,38	3,51	0,513	0,488	445 403	280 078	0,831	0,595	0,602	0,337	2,2	68,6	1 305 947	2,1	22,9	20,6	
30. Veracruz	8,8	25,4	38,9	1,0	10,5	15,8	0,84	1,61	2,46	3,71	0,520	0,499	373 914	233 333	0,844	0,639	0,654	0,394	8,4	89,2	4 387 289	7,1	77,1	79,4	
Nordeste	14,5	27,7	39,4	1,0	11,9	17,5	1,22	1,59	2,26	3,32	0,509	0,616	710 694	432 000	0,644	0,500	0,415	0,201	4,2	28,0	3 259 757	5,3	100,0	100,0	
19. Nuevo León	18,6	30,3	41,3	1,5	12,7	18,1	1,47	1,67	2,28	3,26	0,507	0,714	767 949	467 333	0,616	0,468	0,371	0,169	1,9	23,2	1 699 148	2,7	52,1	45,8	
28. Tamaulipas	8,4	24,0	36,6	0,8	10,9	16,7	0,77	1,44	2,20	3,37	0,507	0,465	642 057	410 833	0,679	0,535	0,465	0,241	2,3	35,0	1 560 609	2,5	47,9	54,3	
Noroeste	7,6	22,7	34,0	1,6	14,0	20,3	0,54	1,12	1,68	2,43	0,449	0,372	653 881	444 000	0,638	0,478	0,393	0,183	5,2	28,9	4 393 627	7,1	100,0	100,0	
2. California	7,9	21,5	32,8	2,1	15,5	22,3	0,51	0,97	1,47	2,12	0,424	0,336	914 293	668 750	0,439	0,393	0,227	0,089	0,6	11,7	750 807	1,2	17,1	12,1	
3. California Sur.	2,4	10,3	19,8	2,8	19,6	28,0	0,12	0,37	0,71	1,01	0,300	0,143	874 197	760 400	0,377	0,335	0,167	0,057	0,0	8,9	49 254	0,1	1,1	0,6	
18. Nayarit	8,0	19,7	30,3	0,9	13,9	20,9	0,57	0,94	1,45	2,19	0,432	0,350	411 194	315 167	0,794	0,565	0,561	0,303	1,4	67,4	915 335	1,5	20,8	27,8	
25. Sinaloa	5,5	20,5	31,8	2,0	14,8	20,8	0,37	0,99	1,53	2,16	0,433	0,325	579 057	383 958	0,707	0,485	0,437	0,205	1,8	36,6	1 488 261	2,4	33,9	34,3	
26. Sonora	7,3	24,3	34,2	1,9	15,1	21,5	0,48	1,13	1,60	2,27	0,440	0,368	633 627	423 500	0,665	0,463	0,395	0,177	1,3	30,0	1 189 970	1,9	27,1	25,3	
Norte	10,5	27,8	40,6	1,1	11,3	16,9	0,93	1,64	2,40	3,59	0,515	0,514	466 331	288 889	0,813	0,576	0,584	0,321	11,7	62,0	7 197 715	11,6	100,0	100,0	
5. Coahuila	8,3	17,4	25,7	4,1	21,4	29,2	0,39	0,60	0,88	1,20	0,316	0,232	664 711	536 000	0,608	0,328	0,254	0,278	0,5	18,5	831 395	1,3	11,6	20,7	
8. Chihuahua	9,3	24,4	37,7	0,9	12,0	17,5	0,77	1,40	2,16	3,15	0,499	0,464	662 294	412 500	0,658	0,515	0,436	0,218	2,2	31,7	1 590 088	2,6	22,1	18,5	
10. Durango	3,4	14,3	24,8	3,1	21,1	28,8	0,16	0,50	0,86	1,17	0,314	0,165	465 103	373 333	0,816	0,430	0,448	0,187	0,3	46,6	290 433	0,5	4,0	2,3	
24. S Luis Potosi	8,2	22,7	34,3	1,2	12,0	18,1	0,68	1,26	1,90	2,86	0,478	0,417	270 008	184 000	0,916	0,670	0,732	0,462	4,2	140,6	2 002 309	3,2	27,8	35,5	
32. Zacatecas	9,5	24,1	34,2	1,6	14,0	20,1	0,68	1,20	1,71	2,45	0,451	0,401	347 397	250 834	0,914	0,581	0,660	0,366	2,7	94,5	1 631 433	2,6	22,7	23,0	
Ocidente	10,9	26,8	38,7	0,9	11,0	16,9	0,99	1,59	2,29	3,52	0,511	0,510	447 695	288 000	0,811	0,584	0,593	0,331	20,5	65,4	12 135 637	19,6	100,0	100,0	
1. Aguascalientes	4,2	17,6	30,0	3,0	17,9	24,9	0,23	0,71	1,21	1,67	0,371	0,238	633 195	447 000	0,609	0,422	0,325	0,132	0,2	25,1	170 377	0,3	1,4	0,7	
6. Colima	7,9	21,5	32,8	2,1	15,5	22,3	0,51	0,97	1,47	2,12	0,424	0,336	914 293	668 750	0,439	0,393	0,227	0,089	0,6	11,7	750 807	1,2	6,2	2,5	
11. Guanajuato	11,9	28,6	39,7	1,1	10,8	16,3	1,10	1,75	2,43	3,67	0,522	0,537	339 470	210 857	0,886	0,643	0,691	0,421	8,8	103,7	4 499 205	7,3	37,1	43,2	
14. Jalisco	13,2	29,7	40,9	0,9	10,6	16,2	1,25	1,83	2,52	3,86	0,526	0,570	531 464	326 375	0,767	0,554	0,543	0,291	5,2	49,4	3 337 175	5,4	27,5	25,6	
16. Michoacán	7,5	24,3	39,3	0,8	11,8	18,0	0,64	1,35	2,18	3,31	0,503	0,466	405 683	266 667	0,847	0,609	0,626	0,359	5,7	78,6	3 297 485	5,3	27,2	28,2	
Península Yucat.	8,2	21,5	33,9	1,4	13,7	20,3	0,60	1,06	1,67	2,47	0,452	0,375	395 553	282 857	0,839	0,579	0,598	0,328	3,8	75,9	1 264 009	2,0	100,0	100,0	
4. Campeche	11,0	29,5	42,5	1,7	12,0	17,2	0,92	1,72	2,48	3,53	0,521	0,538	545 896	303 000	0,796	0,541	0,538	0,323	2,4	48,8	1 683 452	2,7	133,2	32,2	
23. Quintana Roo	8,2	30,1	41,7	1,5	13,2	18,8	0,62	1,60	2,22	3,16	0,502	0,516	579 704	337 500	0,787	0,497	0,500	0,241	0,1	41,8	55 832	0,1	4,4	3,5	
31. Yucatán	6,3	20,2	32,3	1,6	14,3	21,2	0,44	0,95	1,52	2,26	0,432	0,332	368 773	262 440	0,863	0,580	0,615	0,338	1,3	83,9	813 542	1,3	64,4	64,4	
Sudeste	16,0	36,2	46,9	0,7	8,6	13,4	1,86	2,70	3,50	5,46	0,582	0,736	347 093	203 557	0,904	0,666	0,725	0,455	18,3	107,3	8 822 521	14,3	100,0	100,0	
7. Chiapas	10,7	30,1	42,6	0,9	8,9	13,2	1,21	2,29	3,24	4,80	0,568	0,612	202 914	102 982	0,949	0,760	0,828	0,592	6,5	219,6	2 529 681	4,1	28,7	35,5	
12. Guerrero	12,6	30,5	41,6	1,5	12,5	17,7	1,01	1,72	2,35	3,32	0,512	0,564	341 654	210 000	0,895	0,645	0,686	0,416	4,8	104,5	2 533 612	4,1	28,7	26,5	
20. Oaxaca	14,6	39,6	49,9	0,6	8,4	13,5	1,73	2,93	3,69	5,91	0,596	0,784	440 845	249 250	0,882	0,618	0,674	0,395	6,9	76,4	3 759 228	6,1	42,6	37,9	

Anexo 4. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1989, zonas urbanas. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de renda dos ricos						Razões de renda				Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza									
	1%+ ricos	5%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+/40%-	5%+/50%-	10%+/50%-	10%+/40%-	G	T	μ	D	H	I	P	ϕ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j
Nacional	10,6	27,0	39,0	1,3	12,8	18,6	0,82	1,45	2,10	3,04	0,493	0,490	651 365	408 000	0,693	0,490	0,436	0,207	100,0	32,2	34 047 021	100,0		
Centro	10,6	27,8	39,5	1,6	12,9	18,5	0,82	1,50	2,13	3,06	0,495	0,491	656 587	401 786	0,693	0,490	0,433	0,205	41,4	32,0	14 302 789	42,0	100,0	100,0
9. Distrito Federal	10,7	27,7	39,7	1,7	12,7	18,2	0,84	1,53	2,19	3,13	0,498	0,495	781 261	478 800	0,618	0,459	0,365	0,163	16,1	22,4	6 190 164	18,2	43,3	38,7
13. Hidalgo	5,7	18,4	30,6	1,0	13,6	20,4	0,42	0,90	1,50	2,26	0,430	0,327	338 740	278 750	0,906	0,574	0,655	0,361	3,1	94,9	781 518	2,3	5,5	7,4
15. Edo México	10,2	27,5	38,8	2,2	14,7	20,7	0,69	1,33	1,88	2,64	0,467	0,447	572 351	377 917	0,757	0,490	0,464	0,217	13,6	40,0	4 838 521	14,2	33,8	32,9
17. Morelos	7,1	22,9	33,8	2,1	15,5	22,2	0,46	1,03	1,52	2,19	0,426	0,337	893 197	648 750	0,473	0,379	0,241	0,093	0,8	12,4	419 771	1,2	2,9	2,0
21. Puebla	6,1	19,7	31,2	2,0	15,5	21,9	0,39	0,90	1,43	2,01	0,417	0,308	367 567	258 333	0,866	0,572	0,608	0,330	6,3	83,3	1 677 400	4,9	11,7	15,1
22. Querétaro	9,6	21,2	34,3	0,0	9,3	16,4	1,03	1,29	2,09	3,68	0,499	0,484	645 040	583 333	0,640	0,522	0,457	0,250	0,6	32,0	161 293	0,5	1,1	1,5
29. Tlaxcala	7,5	22,4	34,4	1,1	12,8	18,8	0,59	1,19	1,83	2,69	0,472	0,401	353 339	230 000	0,848	0,625	0,641	0,378	1,0	92,8	234 122	0,7	1,6	2,5
Golfo	7,1	22,5	35,3	1,4	12,7	18,8	0,56	1,19	1,88	2,78	0,476	0,405	593 289	391 200	0,706	0,518	0,462	0,229	6,3	38,1	1 988 552	5,8	100,0	100,0
27. Tabasco	4,1	20,6	36,3	1,5	13,1	18,9	0,32	1,09	1,93	2,78	0,478	0,399	663 390	386 000	0,698	0,482	0,430	0,201	1,2	31,4	430 402	1,3	21,6	19,1
30. Veracruz	8,1	22,2	34,5	1,3	12,7	18,8	0,64	1,18	1,84	2,72	0,472	0,405	573 648	393 750	0,708	0,527	0,470	0,237	5,1	40,2	1 558 150	4,6	78,4	80,9
Nordeste	14,9	27,7	38,9	1,3	12,6	18,2	1,19	1,52	2,14	3,10	0,497	0,606	759 682	472 356	0,615	0,470	0,375	0,173	7,3	23,5	2 663 920	7,8	100,0	100,0
19. Nuevo León	18,6	30,0	40,7	1,9	13,4	18,9	1,39	1,59	2,15	3,04	0,495	0,694	802 645	500 000	0,595	0,442	0,337	0,145	3,7	20,2	1 546 069	4,5	58,0	50,4
28. Tamaulipas	8,4	23,5	35,7	0,7	11,2	17,2	0,75	1,37	2,08	3,19	0,497	0,449	695 292	456 000	0,644	0,509	0,429	0,214	3,6	29,2	1 117 851	3,3	42,0	49,5
Noroeste	7,0	21,8	33,5	2,0	15,2	21,7	0,46	1,01	1,55	2,20	0,429	0,339	809 447	586 222	0,530	0,409	0,285	0,116	4,8	16,6	2 245 708	6,6	100,0	100,0
2. California	7,8	21,1	32,5	2,0	15,9	22,5	0,49	0,94	1,45	2,04	0,422	0,332	1 037 269	733 333	0,376	0,354	0,183	0,068	0,8	7,9	474 810	1,4	21,1	17,5
3. California Sur.	2,4	10,3	19,8	2,8	19,6	28,0	0,12	0,37	0,71	1,01	0,300	0,143	874 197	760 400	0,377	0,335	0,167	0,057	0,1	8,9	49 254	0,1	2,2	1,5
18. Nayarit	9,1	22,3	32,0	2,5	18,1	25,2	0,50	0,88	1,27	1,77	0,388	0,317	520 467	380 000	0,792	0,440	0,447	0,192	0,9	41,3	371 497	1,1	16,5	18,5
25. Sinaloa	4,7	19,8	32,1	1,9	14,1	20,4	0,33	0,97	1,58	2,28	0,433	0,319	710 638	518 884	0,586	0,470	0,351	0,159	1,8	23,9	680 997	2,0	30,3	37,8
26. Sonora	6,3	23,1	33,4	2,5	17,2	23,6	0,37	0,98	1,42	1,94	0,404	0,316	772 075	529 286	0,552	0,376	0,268	0,100	1,2	16,6	669 150	2,0	29,8	24,7
Norte	8,5	23,8	36,7	1,8	14,6	20,6	0,58	1,16	1,78	2,51	0,457	0,397	626 053	412 500	0,714	0,457	0,423	0,190	9,0	32,2	3 449 896	10,1	100,0	100,0
5. Coahuila	8,4	27,2	40,1	1,9	12,4	17,8	0,68	1,53	2,25	3,25	0,505	0,485	732 293	428 571	0,691	0,460	0,410	0,184	2,3	26,8	892 546	2,6	25,9	26,0
8. Chihuahua	6,9	20,8	34,1	1,7	14,8	20,5	0,46	1,01	1,66	2,31	0,444	0,357	675 029	455 000	0,638	0,457	0,375	0,169	3,1	26,7	1 192 225	3,5	34,6	34,4
10. Durango	3,4	14,3	24,8	3,1	21,1	28,8	0,16	0,50	0,86	1,17	0,314	0,165	465 103	373 333	0,816	0,430	0,448	0,187	0,7	46,6	290 433	0,9	8,4	7,3
24. S Luis Potosí	5,0	22,2	31,4	1,6	16,1	22,7	0,31	0,98	1,38	1,95	0,406	0,310	452 789	309 251	0,812	0,496	0,520	0,252	1,9	54,9	607 628	1,8	17,6	20,6
32. Zacatecas	8,8	24,6	36,0	2,0	17,0	23,8	0,52	1,03	1,51	2,11	0,418	0,368	551 942	411 714	0,828	0,416	0,458	0,191	1,1	38,6	467 064	1,4	13,5	11,7
Ocidente	10,9	27,3	39,7	0,8	12,1	18,0	0,90	1,52	2,21	3,28	0,502	0,502	569 015	367 778	0,748	0,520	0,500	0,252	20,2	42,2	6 110 621	17,9	100,0	100,0
1. Aguascalientes	4,2	17,6	30,0	3,0	17,9	24,9	0,23	0,71	1,21	1,67	0,371	0,238	633 195	447 000	0,609	0,422	0,325	0,132	0,4	25,1	170 377	0,5	2,8	1,8
6. Colima	8,7	36,4	48,0	1,4	11,5	15,7	0,76	2,31	3,05	4,18	0,556	0,660	1 330 604	645 000	0,493	0,327	0,220	0,077	0,1	7,5	54 016	0,2	0,9	0,4
11. Guanajuato	7,4	26,6	37,4	1,5	14,8	21,3	0,50	1,25	1,76	2,54	0,452	0,409	598 370	440 000	0,725	0,456	0,433	0,195	3,5	34,1	1 313 557	3,9	21,5	17,1
14. Jalisco	13,2	30,1	41,5	0,9	10,8	16,4	1,22	1,84	2,53	3,83	0,526	0,573	562 450	360 000	0,734	0,540	0,523	0,274	10,0	44,8	2 801 744	8,2	45,9	49,4
16. Michoacán	6,2	21,8	36,4	0,7	12,6	18,4	0,49	1,18	1,98	2,89	0,492	0,440	511 067	341 500	0,788	0,549	0,543	0,286	6,3	52,4	1 770 927	5,2	29,0	31,2
Península	7,8	20,7	32,7	1,5	15,1	21,9	0,52	0,95	1,49	2,16	0,433	0,347	455 597	313 200	0,802	0,531	0,533	0,271	3,0	57,8	891 258	2,6	100,0	100,0
4. Campeche	6,5	21,5	31,9	0,6	13,3	19,3	0,49	1,12	1,65	2,39	0,460	0,391	550 268	360 000	0,701	0,527	0,475	0,244	0,6	41,5	178 557	0,5	20,0	20,7
23. Quintana Roo	8,2	30,1	41,7	1,5	13,2	18,8	0,62	1,60	2,22	3,16	0,502	0,516	579 704	337 500	0,787	0,497	0,500	0,241	0,2	41,8	55 832	0,2	6,3	5,7
31. Yucatán	6,0	18,9	30,5	1,9	16,2	23,6	0,37	0,80	1,29	1,88	0,404	0,292	413 746	312 900	0,835	0,535	0,555	0,282	2,2	66,8	656 869	1,9	73,7	73,6
Sudeste	10,3	35,5	49,2	0,7	10,6	15,8	0,97	2,24	3,11	4,65	0,567	0,673	627 655	358 333	0,801	0,521	0,534	0,269	7,9	41,1	2 394 277	7,0	100,0	100,0
7. Chiapas	10,4	28,1	41,1	0,6	8,2	12,9	1,28	2,17	3,19	5,05	0,556	0,581	276 591	133 333	0,916	0,696	0,762	0,498	3,6	142,5	674 473	2,0	28,2	45,7
12. Guerrero	6,0	22,8	35,1	2,5	16,3	22,9	0,37	1,00	1,53	2,16	0,422	0,336	554 079	391 786	0,765	0,459	0,446	0,198	1,8	39,2	728 894	2,1	30,4	23,4
20. Oaxaca	7,3	33,4	52,5	1,2	10,8	15,1	0,68	2,22	3,48	4,86	0,587	0,709	880 133	385 714	0,761	0,447	0,437	0,191	2,4	23,9	990 910	2,9	41,4	30,9

C = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado ou região para o FGT nacional.

Anexo 5. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1989, zonas rurais. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de renda dos						Razões de renda				Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza										
	1%+ ricos	5%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+/40%+	5%+/50%+	10%+/50%+	10%+/40%+	G	T	μ	D	H	I	P	φ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j	
Nacional	8,5	23,9	36,1	1,1	11,9	17,9	0,72	1,33	2,02	3,04	0,487	0,443	273 426	181 347	0,914	0,676	0,732	0,465	100,0	139,7	27 816 120	100,0			
Centro	7,0	21,7	33,5	0,8	12,0	18,6	0,58	1,16	1,80	2,78	0,468	0,391	237 134	172 364	0,939	0,692	0,764	0,495	17,9	169,4	4 793 850	17,2	100,0	100,0	
13. Hidalgo	6,8	25,0	37,2	0,6	9,6	15,6	0,70	1,61	2,39	3,85	0,513	0,482	186 282	122 919	0,971	0,749	0,836	0,587	3,1	241,3	714 968	2,6	14,9	17,1	
15. Edo México	9,2	26,3	36,8	0,5	11,0	17,7	0,84	1,48	2,07	3,35	0,491	0,476	249 546	192 000	0,944	0,691	0,766	0,494	3,8	161,8	1 040 046	3,7	21,7	21,5	
17. Morelos	4,4	17,0	27,8	2,1	16,7	23,8	0,26	0,71	1,17	1,67	0,387	0,255	340 044	257 143	0,865	0,582	0,613	0,338	2,3	91,6	840 943	3,0	17,5	13,0	
21. Puebla	5,4	19,7	31,3	1,0	12,2	18,4	0,44	1,07	1,70	2,57	0,459	0,385	198 652	139 667	0,958	0,723	0,802	0,542	5,7	215,5	1 416 380	5,1	29,5	31,7	
22. Querétaro	6,2	18,7	29,5	0,6	16,7	24,0	0,37	0,78	1,23	1,77	0,402	0,305	214 815	168 000	0,975	0,687	0,779	0,503	0,5	192,9	148 815	0,5	3,1	3,0	
29. Tlaxcala	5,8	19,8	31,8	1,2	13,6	20,2	0,43	0,98	1,57	2,34	0,441	0,339	213 084	154 167	0,950	0,709	0,780	0,518	2,4	195,5	632 698	2,3	13,2	13,6	
Golfo	8,1	23,3	35,0	1,4	12,9	19,0	0,63	1,23	1,84	2,72	0,469	0,403	245 976	166 563	0,937	0,689	0,757	0,489	13,7	162,3	3 704 684	13,3	100,0	100,0	
27. Tabasco	8,9	26,4	37,9	1,5	13,9	20,3	0,64	1,30	1,87	2,73	0,468	0,434	304 689	210 000	0,917	0,650	0,701	0,426	2,9	120,9	875 545	3,1	23,6	21,0	
30. Veracruz	6,6	21,5	33,7	1,4	13,0	18,9	0,51	1,13	1,78	2,60	0,464	0,378	227 264	153 164	0,944	0,701	0,773	0,509	10,8	180,0	2 829 139	10,2	76,4	78,9	
Nordeste	7,8	26,8	40,7	1,1	9,6	15,2	0,81	1,76	2,67	4,24	0,533	0,522	416 212	260 000	0,826	0,633	0,630	0,374	1,9	77,7	595 837	2,1	100,0	100,0	
19. Nuevo León	10,1	23,7	35,5	0,7	13,2	19,2	0,76	1,23	1,85	2,68	0,475	0,452	191 622	121 875	0,978	0,732	0,824	0,568	0,6	230,8	153 079	0,6	25,7	33,0	
28. Tamaulipas	6,7	25,2	38,5	1,2	10,7	16,6	0,62	1,51	2,31	3,60	0,514	0,477	478 479	329 333	0,784	0,599	0,570	0,321	1,3	60,7	442 758	1,6	74,3	67,1	
Noroeste	4,7	17,2	28,7	1,6	15,9	23,0	0,30	0,75	1,25	1,81	0,401	0,273	405 309	312 000	0,810	0,550	0,552	0,290	5,4	68,0	2 147 919	7,7	100,0	100,0	
2. California	3,3	13,9	24,7	3,2	19,8	26,6	0,17	0,52	0,93	1,25	0,332	0,181	567 339	400 125	0,617	0,461	0,338	0,148	0,5	31,0	275 997	1,0	12,8	8,6	
18. Nayarit	4,7	15,7	28,0	0,6	12,1	18,3	0,39	0,85	1,53	2,32	0,446	0,337	336 234	249 458	0,795	0,651	0,620	0,378	1,8	95,1	543 838	2,0	25,3	33,7	
25. Sinaloa	4,1	16,4	28,6	2,5	18,0	24,9	0,23	0,66	1,15	1,59	0,372	0,236	416 664	318 650	0,857	0,498	0,541	0,261	1,7	63,3	807 264	2,9	37,6	32,1	
26. Sonora	7,5	20,4	31,1	2,4	17,5	24,4	0,43	0,83	1,27	1,77	0,391	0,290	343 232	275 081	0,901	0,574	0,625	0,341	1,4	93,2	520 820	1,9	24,2	25,6	
Norte	13,7	29,4	40,4	1,5	12,8	18,4	1,07	1,60	2,20	3,15	0,503	0,557	274 769	168 889	0,931	0,685	0,744	0,480	13,6	143,5	3 747 819	13,5	100,0	100,0	
5. Coahuila	4,6	16,4	27,1	3,1	19,1	26,2	0,24	0,63	1,03	1,42	0,352	0,210	252 955	189 000	0,962	0,632	0,716	0,427	2,5	148,7	790 906	2,8	21,1	18,2	
8. Chihuahua	11,6	37,8	51,1	0,8	5,4	8,1	2,14	4,66	6,29	9,44	0,656	0,860	618 770	208 150	0,727	0,689	0,596	0,389	1,5	50,1	397 863	1,4	10,6	11,0	
24. S. Luis Potosí	5,4	19,1	30,6	1,9	15,2	21,9	0,35	0,87	1,40	2,02	0,416	0,298	174 734	128 333	0,971	0,746	0,817	0,572	5,8	256,3	1 394 681	5,0	37,2	42,5	
32. Zacatecas	5,7	18,6	29,5	1,8	16,7	23,3	0,34	0,80	1,27	1,77	0,401	0,285	253 021	178 838	0,953	0,647	0,732	0,447	3,9	150,7	1 164 369	4,2	31,1	28,3	
Ocidente	6,1	20,2	33,5	1,2	12,4	18,4	0,49	1,10	1,82	2,71	0,469	0,378	302 054	200 000	0,886	0,650	0,692	0,424	20,4	117,8	6 025 016	21,7	100,0	100,0	
6. Colima	2,8	11,1	20,0	4,6	23,5	31,8	0,12	0,35	0,63	0,85	0,259	0,109	606 775	536 000	0,618	0,328	0,256	0,082	0,7	20,6	777 379	2,8	12,9	3,6	
11. Guanajuato	7,4	21,2	32,8	1,5	14,6	21,3	0,51	0,99	1,54	2,24	0,434	0,345	195 805	138 847	0,975	0,720	0,806	0,546	12,6	221,6	3 185 648	11,5	52,9	61,8	
14. Jalisco	7,5	21,0	32,9	0,8	10,3	16,2	0,73	1,30	2,04	3,20	0,490	0,424	349 049	237 500	0,848	0,622	0,658	0,391	1,7	93,5	535 431	1,9	8,9	8,6	
16. Michoacán	8,0	22,8	35,0	1,9	16,2	22,8	0,49	1,00	1,53	2,15	0,427	0,357	261 832	185 500	0,928	0,678	0,721	0,458	5,3	148,5	1 526 558	5,5	25,3	26,1	
PeninYucat.	5,8	19,4	32,0	2,4	17,2	24,7	0,34	0,78	1,29	1,86	0,396	0,287	226 041	186 000	0,946	0,692	0,749	0,491	1,4	179,2	372 751	1,3	100,0	100,0	
4. Campeche	4,8	18,2	29,6	3,0	18,3	25,1	0,26	0,73	1,18	1,62	0,381	0,257	280 857	192 589	0,911	0,637	0,677	0,408	0,7	127,8	216 078	0,8	58,0	50,1	
31. Yucatán	4,2	15,4	22,7	2,8	18,3	25,9	0,23	0,60	0,88	1,24	0,318	0,188	143 060	132 955	1,000	0,769	0,842	0,616	0,7	332,2	156 673	0,6	42,0	49,9	
Sudeste	10,7	26,3	38,2	1,0	11,0	16,7	0,97	1,58	2,29	3,47	0,509	0,521	223 166	144 000	0,949	0,720	0,795	0,537	25,7	189,5	6 428 244	23,1	100,0	100,0	
7. Chiapas	10,8	29,8	42,3	1,1	9,9	14,4	1,09	2,06	2,93	4,30	0,557	0,593	174 807	89 900	0,961	0,783	0,850	0,628	8,6	266,1	1 855 208	6,7	28,9	33,3	
12. Guerrero	17,8	31,7	40,8	1,9	15,4	21,5	1,15	1,47	1,90	2,65	0,474	0,635	233 855	148 500	0,961	0,721	0,778	0,527	7,0	183,1	1 804 718	6,5	28,1	27,2	
20. Oaxaca	6,3	20,8	33,5	0,9	10,7	17,5	0,59	1,19	1,92	3,14	0,478	0,398	247 889	194 500	0,934	0,679	0,758	0,485	10,2	158,2	2 768 318	10,0	43,1	39,5	

C = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado ou região para o FGT nacional.

⁽¹⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado ou região na população pobre do país.

⁽²⁾ Participação percentual do *i*-ésimo estado na população pobre da *h*-ésima região.

j = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado para o FGT da *h*-ésima região. Para definição das outras variáveis, ver texto.

Fonte dos dados básicos: "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 1989", INEGI, México, 1996.

Anexo 6. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1992. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de renda dos pobres						Razões de renda				Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza										
	1%+ ricos	5%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+/40%+	5%+/50%+	10%+/50%+	10%+/40%+	G	T	μ	D	H	I	P	ϕ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j	
Nacional	16,3	33,7	45,7	0,4	7,8	12,9	2,08	2,62	3,55	5,83	0,588	0,752	805 805	460 000	0,815	0,634	0,638	0,384	100,0	70,2	69 117 063	100,0			
Centro	14,4	30,8	43,1	0,4	8,9	14,4	1,63	2,14	3,00	4,86	0,559	0,668	844 969	521 250	0,803	0,601	0,607	0,348	30,6	62,6	22 993 486	33,3	100,0	100,0	
9. Distrito Federal	12,4	29,5	41,1	0,4	10,2	16,0	1,22	1,84	2,56	4,03	0,533	0,575	1 109 161	720 000	0,693	0,539	0,487	0,257	6,6	36,9	5 754 509	8,3	25,0	21,4	
13. Hidalgo	6,4	22,5	37,1	0,5	9,8	15,5	0,65	1,45	2,39	3,78	0,518	0,469	532 092	350 000	0,876	0,680	0,712	0,456	2,4	122,6	1 504 545	2,2	6,5	7,9	
15. Edo México	16,2	30,7	43,0	0,7	11,5	17,3	1,41	1,78	2,49	3,76	0,530	0,668	959 897	600 000	0,797	0,539	0,546	0,283	9,3	48,9	8 573 654	12,4	37,3	30,5	
17. Morelos	7,6	27,6	39,9	0,8	12,1	17,7	0,62	1,55	2,25	3,29	0,505	0,486	760 405	450 000	0,847	0,585	0,612	0,340	1,3	71,3	1 023 600	1,5	4,5	4,1	
21. Puebla	11,5	30,1	43,5	0,4	8,5	13,5	1,35	2,24	3,24	5,11	0,569	0,626	384 266	231 844	0,940	0,750	0,814	0,577	8,5	201,0	4 538 829	6,6	19,7	27,9	
22. Querétaro	11,8	26,0	37,9	0,1	6,7	12,2	1,78	2,13	3,11	5,69	0,559	0,630	534 424	376 875	0,864	0,694	0,724	0,474	1,5	123,0	870 429	1,3	3,8	4,8	
29. Tlaxcala	10,0	23,7	34,4	0,9	13,4	19,9	0,75	1,19	1,73	2,56	0,463	0,425	521 145	362 857	0,925	0,637	0,711	0,427	1,0	123,8	727 920	1,1	3,2	3,4	
Golfo	18,8	42,4	53,1	0,4	6,6	10,9	2,85	3,88	4,86	8,07	0,645	0,941	893 939	438 125	0,795	0,677	0,639	0,405	10,2	65,9	6 527 021	9,4	100,0	100,0	
27. Tabasco	17,2	55,1	64,5	0,3	4,4	6,9	3,89	7,97	9,32	14,56	0,738	1,325	1 262 194	375 376	0,766	0,717	0,635	0,426	2,4	47,6	1 399 843	2,0	21,4	23,4	
30. Veracruz	11,5	36,3	47,3	0,4	7,7	12,9	1,50	2,82	3,68	6,16	0,597	0,732	788 602	450 000	0,803	0,667	0,640	0,399	7,8	74,3	5 127 178	7,4	78,6	76,6	
Nordeste	15,8	34,9	47,1	0,3	8,6	13,7	1,84	2,54	3,44	5,47	0,584	0,740	1 028 689	590 000	0,772	0,573	0,565	0,312	5,5	47,1	4 422 211	6,4	100,0	100,0	
19. Nuevo León	17,0	38,5	50,2	0,2	8,0	12,9	2,13	2,99	3,91	6,30	0,609	0,824	1 096 296	591 286	0,766	0,581	0,564	0,314	3,2	44,4	2 546 468	3,7	57,6	58,5	
28. Tamaulipas	11,8	28,9	42,1	0,5	9,7	15,1	1,22	1,91	2,79	4,36	0,543	0,595	935 112	580 000	0,781	0,561	0,565	0,309	2,3	51,3	1 875 743	2,7	42,4	41,5	
Noroeste	11,5	30,1	44,0	0,1	6,3	11,2	1,83	2,69	3,93	7,01	0,592	0,688	1 017 848	610 000	0,710	0,628	0,565	0,342	7,2	47,9	4 840 848	7,0	100,0	100,0	
2. California	8,3	24,0	37,7	0,3	9,6	15,9	0,86	1,51	2,37	3,93	0,519	0,490	1 407 148	993 371	0,559	0,536	0,401	0,217	1,1	23,1	949 711	1,4	19,6	15,8	
3. California Sur.	7,9	21,1	33,6	0,8	13,8	20,6	0,57	1,02	1,63	2,43	0,454	0,382	1 151 009	831 000	0,699	0,439	0,418	0,189	0,2	29,2	240 347	0,3	5,0	2,8	
18. Nayarit	10,0	27,6	39,7	0,4	8,0	13,2	1,24	2,08	3,00	4,94	0,548	0,562	633 585	389 286	0,873	0,634	0,693	0,421	1,1	95,7	751 560	1,1	15,5	15,5	
25. Sinaloa	11,4	34,3	50,0	0,1	3,9	7,5	2,94	4,58	6,67	12,92	0,656	0,830	843 026	412 000	0,775	0,703	0,665	0,445	3,0	70,7	1 709 634	2,5	35,3	42,0	
26. Sonora	15,2	32,6	45,6	0,1	7,5	12,5	2,03	2,61	3,66	6,09	0,587	0,790	1 023 491	625 000	0,696	0,627	0,545	0,326	1,7	46,7	1 189 596	1,7	24,6	23,9	
Norte	11,2	29,1	42,3	0,3	8,1	13,4	1,37	2,18	3,17	5,21	0,566	0,614	774 082	462 500	0,807	0,636	0,634	0,383	10,2	72,6	7 017 855	10,2	100,0	100,0	
5. Coahuila	6,5	24,6	39,0	0,3	8,7	14,1	0,75	1,75	2,77	4,49	0,543	0,520	766 122	477 000	0,776	0,651	0,613	0,375	2,2	72,2	1 477 057	2,1	21,0	21,4	
8. Chihuahua	8,4	26,4	38,4	0,4	10,0	15,7	0,84	1,68	2,44	3,86	0,525	0,513	1 130 139	744 792	0,679	0,545	0,480	0,256	1,8	35,9	1 585 612	2,3	22,6	17,9	
10. Durango	12,6	29,3	43,0	0,3	7,9	13,5	1,60	2,17	3,19	5,45	0,571	0,647	604 063	385 500	0,852	0,691	0,700	0,453	1,7	106,7	1 055 175	1,5	15,0	16,9	
24. S. Luis Potosí	10,2	23,8	34,3	0,6	11,0	17,3	0,92	1,37	1,98	3,11	0,487	0,465	540 561	409 670	0,919	0,627	0,713	0,426	2,5	116,7	1 781 109	2,6	25,4	24,8	
32. Zacatecas	16,9	39,8	52,2	0,1	4,9	9,2	3,42	4,33	5,69	10,56	0,655	0,914	655 352	317 143	0,871	0,708	0,739	0,493	1,9	103,0	1 118 902	1,6	15,9	19,0	
Ocidente	19,5	33,7	44,4	0,3	8,9	14,3	2,18	2,36	3,11	4,96	0,570	0,795	771 297	464 528	0,839	0,616	0,643	0,377	16,7	73,4	12 078 909	17,5	100,0	100,0	
1. Aguascalientes	10,3	26,4	37,5	0,3	10,6	17,2	0,97	1,53	2,18	3,53	0,504	0,509	708 129	514 500	0,847	0,591	0,630	0,356	0,7	77,4	577 653	0,8	4,8	4,5	
6. Colima	19,1	34,3	47,1	0,1	5,6	11,2	3,44	3,06	4,20	8,46	0,612	0,586	868 269	570 000	0,796	0,635	0,634	0,385	0,5	63,7	310 414	0,4	2,6	2,8	
11. Guanajuato	6,0	20,9	33,3	0,8	12,2	18,1	0,50	1,16	1,84	2,74	0,475	0,394	607 967	391 667	0,851	0,630	0,653	0,389	5,2	96,5	3 735 554	5,4	30,9	31,4	
14. Jalisco	16,7	32,4	43,6	0,3	8,6	14,4	1,94	2,26	3,03	5,06	0,564	0,726	868 975	569 550	0,806	0,584	0,604	0,342	6,1	59,3	4 632 905	6,7	38,5	36,3	
16. Michoacán	37,5	48,7	57,4	0,3	7,5	11,9	5,01	4,10	4,84	7,67	0,659	1,333	821 473	388 875	0,886	0,655	0,698	0,430	4,2	77,3	2 802 383	4,1	23,2	25,1	
Península Yucat.	11,5	30,3	43,0	0,4	8,1	13,2	1,41	2,29	3,25	5,28	0,569	0,626	629 363	369 982	0,854	0,675	0,693	0,441	3,5	100,3	2 238 992	3,2	100,0	100,0	
4. Campeche	13,4	33,8	46,6	0,1	6,2	11,1	2,16	3,03	4,18	7,52	0,607	0,754	551 132	312 000	0,895	0,705	0,755	0,501	0,7	125,4	421 989	0,6	18,8	20,4	
23. Quintana Roo	9,4	25,6	39,4	0,5	8,0	12,9	1,17	1,98	3,05	4,91	0,561	0,576	710 256	415 703	0,804	0,669	0,649	0,410	0,9	82,8	557 272	0,8	24,9	24,6	
31. Yucatán	11,3	31,3	42,4	0,6	8,9	14,1	1,27	2,22	3,01	4,78	0,556	0,610	616 180	373 333	0,864	0,667	0,693	0,436	1,9	102,5	1 259 731	1,8	56,3	55,0	
Sudeste	19,0	35,7	47,2	0,6	8,7	13,5	2,20	2,66	3,51	5,46	0,584	0,866	463 209	261 260	0,925	0,735	0,783	0,539	16,1	160,8	8 997 741	13,0	100,0	100,0	
7. Chiapas	19,9	35,9	46,7	0,6	8,4	13,0	2,37	2,76	3,60	5,57	0,589	0,997	423 574	225 072	0,945	0,743	0,810	0,564	6,4	181,5	3 480 665	5,0	38,7	39,6	
12. Guerrero	23,0	41,1	52,8	0,6	7,3	11,5	3,17	3,58	4,60	7,28	0,639	0,991	614 020	295 000	0,876	0,726	0,737	0,502	4,3	113,5	2 457 313	3,6	27,3	26,9	
20. Oaxaca	8,5	25,5	36,5	0,9	11,4	17,3	0,75	1,47	2,11	3,21	0,483	0,446	377 728	262 738	0,944	0,734	0,790	0,541	5,4	201,0	3 039 763				

Anexo 7. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1992, zonas urbanas. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de renda dos										Razões de renda		Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza									
	1%+ ricos	5%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+/40%+	5%+/50%+	10%+/50%+	10%+/40%+	G	T	μ	D	H	I	P	φ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	j		
Nacional	14,6	31,6	43,8	0,3	9,0	14,2	1,63	2,22	3,08	4,89	0,565	0,675	1 014 953	600 000	0,741	0,581	0,547	0,306	100,0	46,4	37 103 759	100,0				
Centro	14,4	30,2	42,3	0,4	10,3	15,8	1,41	1,92	2,68	4,13	0,543	0,635	1 013 306	610 286	0,744	0,558	0,529	0,285	38,1	44,9	15 247 513	41,1	100,0	100,0		
9. Distrito Federal	12,4	29,5	41,1	0,4	10,2	16,1	1,22	1,84	2,56	4,03	0,533	0,575	1 108 970	720 000	0,693	0,539	0,487	0,257	13,9	36,9	5 744 767	15,5	37,7	36,6		
13. Hidalgo	3,8	16,1	29,2	0,8	12,7	18,5	0,30	0,87	1,58	2,29	0,453	0,342	788 494	464 000	0,759	0,576	0,550	0,307	1,3	60,7	486 070	1,3	3,2	3,4		
15. Edo México	17,5	31,7	43,6	0,6	11,6	17,0	1,50	1,86	2,57	3,75	0,539	0,697	1 102 941	630 000	0,749	0,523	0,497	0,251	12,9	38,9	5 909 893	15,9	38,8	33,9		
17. Morelos	6,1	26,8	40,5	1,4	13,0	18,5	0,47	1,45	2,19	3,11	0,495	0,459	958 796	590 000	0,788	0,533	0,520	0,263	1,2	47,9	540 244	1,5	3,5	3,1		
21. Puebla	9,9	30,7	44,7	0,2	9,4	15,0	1,05	2,05	2,98	4,77	0,568	0,638	527 092	305 875	0,880	0,722	0,734	0,497	7,1	131,9	1 931 730	5,2	12,7	18,7		
22. Querétaro	3,7	16,3	26,6	0,5	12,7	19,8	0,29	0,82	1,35	2,09	0,420	0,307	723 570	362 500	0,754	0,571	0,551	0,304	0,9	65,1	351 174	0,9	2,3	2,4		
29. Tlaxcala	10,3	23,5	33,7	0,8	12,7	19,2	0,80	1,23	1,76	2,64	0,461	0,418	645 740	463 333	0,888	0,574	0,644	0,355	0,7	86,4	283 635	0,8	1,9	1,9		
Golfo	13,7	41,1	55,1	0,2	5,6	9,3	2,43	4,43	5,94	9,80	0,656	0,903	1 890 250	683 333	0,584	0,661	0,469	0,292	5,9	26,6	1 803 055	4,9	100,0	100,0		
27. Tabasco	7,3	36,3	68,9	0,3	3,6	6,0	1,99	6,01	11,41	18,91	0,718	1,130	2 994 960	1 029 167	0,513	0,654	0,401	0,247	0,9	12,3	270 426	0,7	15,0	14,5		
30. Veracruz	6,9	32,1	48,2	0,2	6,6	11,0	1,05	2,92	4,39	7,34	0,606	0,696	1 300 793	660 000	0,599	0,662	0,483	0,301	5,0	33,4	1 532 629	4,1	85,0	85,5		
Nordeste	15,0	34,5	46,9	0,3	8,9	13,9	1,69	2,49	3,38	5,29	0,581	0,720	1 125 824	645 000	0,741	0,557	0,531	0,287	8,6	40,1	3 404 688	9,2	100,0	100,0		
19. Nuevo León	16,5	38,6	50,5	0,3	8,1	12,9	2,03	2,98	3,91	6,22	0,608	0,818	1 170 066	613 714	0,751	0,566	0,543	0,296	5,7	39,7	2 204 065	5,9	64,7	66,0		
28. Tamaulipas	9,9	26,5	39,5	0,4	10,3	15,9	0,95	1,67	2,49	3,82	0,526	0,521	1 047 493	683 333	0,724	0,541	0,509	0,270	2,9	40,9	1 200 623	3,2	35,3	34,0		
Noroeste	10,6	28,8	42,7	0,1	6,2	11,6	1,70	2,49	3,70	6,85	0,587	0,675	1 210 655	731 429	0,645	0,617	0,511	0,306	8,5	36,0	2 737 710	7,4	100,0	100,0		
2. California	6,7	21,4	34,9	0,2	10,7	17,7	0,63	1,21	1,97	3,25	0,489	0,433	1 560 985	1 200 000	0,466	0,539	0,343	0,191	1,6	17,6	586 350	1,6	21,4	18,5		
3. California Sur	4,1	15,7	27,8	1,3	15,3	22,3	0,26	0,71	1,25	1,81	0,416	0,293	1 218 387	900 000	0,660	0,410	0,367	0,155	0,2	24,3	119 283	0,3	4,4	2,2		
18. Nayarit	8,5	28,5	39,6	0,4	11,2	17,3	0,76	1,64	2,28	3,52	0,504	0,505	721 265	500 000	0,895	0,563	0,643	0,350	0,9	76,4	341 337	0,9	12,5	10,3		
25. Sinaloa	8,4	35,1	51,3	0,1	2,4	4,9	3,46	7,12	10,42	21,14	0,695	0,919	1 140 686	450 000	0,735	0,720	0,643	0,442	2,9	50,8	733 424	2,0	26,8	33,9		
26. Sonora	15,6	32,6	45,9	0,1	7,0	12,1	2,23	2,69	3,78	6,54	0,593	0,814	1 080 379	660 000	0,671	0,632	0,531	0,321	3,0	43,0	957 316	2,6	35,0	35,2		
Norte	8,8	25,2	38,3	0,3	9,4	15,2	0,93	1,66	2,52	4,08	0,530	0,517	931 204	600 000	0,743	0,581	0,552	0,310	9,7	50,7	3 552 377	9,6	100,0	100,0		
5. Coahuila	5,8	23,7	38,8	0,2	6,5	11,7	0,89	2,02	3,31	5,93	0,568	0,561	889 394	593 700	0,730	0,654	0,589	0,366	3,0	58,8	914 982	2,5	25,8	31,0		
8. Chihuahua	7,3	25,6	37,3	0,3	10,0	16,1	0,72	1,58	2,31	3,71	0,515	0,487	1 205 946	800 000	0,650	0,526	0,452	0,237	2,6	31,1	1 072 142	2,9	30,2	26,4		
10. Durango	6,7	21,1	34,8	0,2	9,2	15,1	0,73	1,40	2,31	3,79	0,522	0,490	706 833	440 000	0,768	0,657	0,615	0,383	1,7	78,2	516 309	1,4	14,5	17,4		
24. S Luis Potosí	10,7	22,2	30,5	0,6	16,9	24,5	0,63	0,90	1,24	1,80	0,398	0,365	749 455	571 250	0,879	0,483	0,556	0,266	1,4	62,1	724 051	2,0	20,4	14,8		
32. Zacatecas	7,3	24,6	40,1	0,3	9,8	15,5	0,75	1,59	2,59	4,10	0,535	0,523	668 436	446 250	0,849	0,645	0,665	0,405	1,0	89,8	324 893	0,9	9,1	10,5		
Ocidente	11,3	25,8	37,7	0,4	10,4	16,5	1,08	1,56	2,29	3,62	0,511	0,545	844 908	598 571	0,786	0,567	0,572	0,314	17,2	57,7	6 589 647	17,8	100,0	100,0		
1. Aguascalientes	5,5	22,7	35,3	0,3	10,8	17,5	0,51	1,30	2,02	3,27	0,489	0,423	746 313	558 400	0,798	0,592	0,594	0,336	1,0	69,3	348 433	0,9	5,3	5,6		
6. Colima	22,0	35,9	47,9	0,1	4,5	10,1	4,84	3,55	4,74	10,57	0,627	0,962	935 449	600 000	0,764	0,642	0,619	0,382	0,7	57,4	216 384	0,6	3,3	4,1		
11. Guanajuato	5,1	18,5	30,3	0,9	13,3	19,8	0,38	0,93	1,53	2,28	0,437	0,329	757 462	570 000	0,787	0,558	0,555	0,298	5,6	63,5	2 254 221	6,1	34,2	32,4		
14. Jalisco	13,5	29,4	41,3	0,3	9,4	15,4	1,44	1,92	2,69	4,38	0,543	0,649	969 791	634 500	0,762	0,557	0,551	0,300	7,5	47,9	2 908 342	7,8	44,1	43,5		
16. Michoacán	6,7	22,5	34,0	0,3	10,7	16,9	0,63	1,33	2,00	3,18	0,493	0,440	633 532	440 000	0,873	0,595	0,665	0,386	2,5	89,8	862 267	2,3	13,1	14,5		
Península	9,9	30,1	43,6	0,4	7,8	13,3	1,26	2,27	3,29	5,59	0,573	0,622	760 865	462 800	0,821	0,644	0,647	0,395	3,9	76,1	1 248 689	3,4	100,0	100,0		
4. Campeche	4,5	21,8	35,2	0,2	12,4	19,7	0,36	1,11	1,79	2,83	0,471	0,409	665 203	544 000	0,876	0,579	0,640	0,357	0,5	83,5	175 696	0,5	14,1	12,0		
23. Quintana Roo	8,9	24,3	37,0	0,5	8,8	14,1	1,01	1,72	2,62	4,21	0,538	0,526	830 441	487 500	0,755	0,636	0,587	0,353	1,2	63,3	405 563	1,1	32,5	31,6		
31. Yucatán	10,0	35,7	49,8	0,3	6,9	11,3	1,45	3,15	4,39	7,20	0,612	0,740	737 672	443 000	0,852	0,667	0,687	0,433	2,2	84,3	667 430	1,8	53,5	56,5		
Sudeste	19,0	35,6	48,1	0,2	8,7	13,9	2,18	2,57	3,47	5,53	0,590	0,816	721 215	442 583	0,851	0,662	0,673	0,416	8,1	85,5	2 520 080	6,8	100,0	100,0		
7. Chiapas	7,0	21,7	36,2	0,2	11,0	17,9	0,64	1,22	2,03	3,30	0,493	0,444	584 487	483 125	0,860	0,652	0,673	0,412	3,2	105,1	1 018 220	2,7	40,4	39,5		
12. Guerrero	20,6	45,8	56,8	0,2	6,3	10,0	3,26	4,60	5,70	8,99	0,664	1,041	1 128 205	556 923	0,772	0,630	0,598	0,357	2,2	47,2	729 041	2,0	28,9	27,3		
20. Oaxaca	6,8	26,2	39,1	0,4	11,9	18,8	0,58	1,39	2,07	3,29	0,480	0,452	454 124	385 125	0,928	0,703	0,747	0,490	2,7	157,2	772 819	2,1	30,7	33,1		

Anexo 8. Distribuição da renda familiar per capita para estratos de população selecionados e medidas de desigualdade e pobreza por estados e por regiões do México, 1992, zonas rurais. Inclui a participação percentual dos estados no índice FGT total e regional e na pobreza nacional e regional.

Região/estado	Proporção de renda dos Razões de renda										Medidas de desigualdade		Medidas de posição		Medidas de pobreza									
	1%+ ricos	5%+ ricos	10%+ ricos	10%+ pobres	40%+ pobres	50%+ pobres	1%+ 40%-	5%+ 30%-	10%+ 50%-	10%+ 40%-	G	T	μ	D	H	I	P	ϕ	C	r	# pobres	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾	f
Nacional	18,2	32,4	43,5	0,6	8,9	14,0	2,05	2,31	3,11	4,92	0,565	0,774	504 461	300 000	0,921	0,696	0,760	0,497	100,0	139,2	32 013 304	100,0		
Centro	8,1	22,6	34,4	0,9	10,3	15,9	0,79	1,42	2,17	3,34	0,502	0,458	420 238	258 459	0,954	0,685	0,786	0,509	23,9	170,1	7 745 973	24,2	100,0	100,0
9. Distrito Federal	9,9	36,9	47,4	0,5	10,1	14,6	0,99	2,52	3,24	4,71	0,577	0,707	1 223 578	600 000	0,707	0,551	0,489	0,260	0,0	34,8	9 742	0,0	0,1	0,1
13. Hidalgo	8,8	25,0	36,8	0,6	11,1	16,8	0,80	1,49	2,19	3,33	0,505	0,477	379 627	223 796	0,946	0,730	0,798	0,545	3,4	199,1	1 018 475	3,2	13,1	14,2
15. Edo México	5,1	18,7	28,8	1,6	13,5	20,6	0,38	0,91	1,40	2,13	0,419	0,299	565 993	439 281	0,929	0,573	0,674	0,372	6,2	103,1	2 663 761	8,3	34,4	25,8
17. Morelos	6,5	21,3	32,7	0,6	12,4	18,9	0,53	1,13	1,74	2,64	0,466	0,391	500 487	342 857	0,924	0,643	0,723	0,440	1,3	129,9	483 356	1,5	6,2	5,6
21. Puebla	6,6	21,9	37,9	1,4	11,4	16,6	0,58	1,32	2,28	3,34	0,509	0,453	265 202	150 000	0,990	0,772	0,874	0,643	9,8	315,3	2 607 099	8,1	33,7	40,9
22. Querétaro	25,3	39,5	49,2	0,1	5,7	10,0	4,43	3,96	4,93	8,63	0,636	1,025	371 797	188 889	0,959	0,778	0,851	0,619	1,9	219,7	519 255	1,6	6,7	8,1
29. Tlaxcala	9,6	23,1	33,6	1,0	14,9	21,8	0,65	1,06	1,54	2,26	0,438	0,394	435 936	327 273	0,951	0,677	0,751	0,476	1,3	161,7	444 285	1,4	5,7	5,4
Golfo	11,8	25,3	37,0	0,9	11,2	17,6	1,06	1,44	2,10	3,31	0,493	0,488	474 567	347 750	0,921	0,684	0,741	0,473	14,0	145,3	4 723 966	14,8	100,0	100,0
27. Tabasco	11,1	33,0	47,2	0,7	8,5	13,2	1,30	2,51	3,59	5,54	0,590	0,685	558 764	282 709	0,869	0,731	0,728	0,499	3,8	124,6	1 129 417	3,5	23,9	26,7
30. Veracruz	8,6	20,9	31,5	1,0	12,4	19,8	0,69	1,06	1,59	2,53	0,445	0,396	445 978	359 341	0,939	0,669	0,743	0,464	10,3	154,2	3 594 549	11,2	76,1	73,3
Nordeste	16,4	31,3	41,6	0,2	9,2	14,8	1,78	2,12	2,81	4,51	0,546	0,716	635 297	410 150	0,897	0,625	0,697	0,414	2,7	96,7	1 017 523	3,2	100,0	100,0
19. Nuevo León	11,9	26,1	38,6	0,0	9,3	15,6	1,28	1,67	2,47	4,15	0,524	0,559	540 716	379 105	0,878	0,681	0,710	0,451	1,0	121,2	342 403	1,1	33,7	37,4
28. Tamaulipas	18,2	33,5	42,6	0,7	9,2	14,6	1,98	2,29	2,91	4,63	0,551	0,772	648 818	448 889	0,907	0,597	0,686	0,395	1,7	86,5	675 120	2,1	66,3	62,6
Noroeste	11,6	28,9	40,1	0,2	7,5	13,0	1,54	2,23	3,09	5,33	0,558	0,605	699 977	429 375	0,817	0,642	0,654	0,402	6,0	82,0	2 103 138	6,6	100,0	100,0
2. California	12,5	33,9	46,3	1,1	10,8	15,9	1,16	2,14	2,92	4,28	0,544	0,647	968 804	581 500	0,826	0,531	0,562	0,290	0,7	49,7	363 361	1,1	17,3	12,3
3. California Sur.	8,7	27,6	38,2	0,4	12,7	18,9	0,69	1,46	2,02	3,01	0,489	0,489	1 076 261	750 000	0,743	0,468	0,473	0,227	0,2	35,3	121 064	0,4	5,8	3,6
18. Nayarit	9,8	26,3	39,7	0,4	6,6	10,5	1,48	2,50	3,78	6,01	0,578	0,604	563 799	280 000	0,856	0,693	0,722	0,478	1,3	115,3	410 223	1,3	19,5	22,1
25. Sinaloa	7,9	24,6	36,2	0,1	6,2	11,6	1,27	2,11	3,11	5,83	0,557	0,557	597 528	396 146	0,807	0,691	0,681	0,447	3,1	102,2	976 210	3,0	46,4	52,3
26. Sonora	10,0	29,5	39,0	0,7	11,0	17,2	0,91	1,72	2,27	3,54	0,516	0,536	737 091	505 556	0,820	0,607	0,614	0,355	0,6	74,0	232 280	0,7	11,0	9,7
Norte	15,7	33,7	45,9	0,4	8,2	13,2	1,91	2,56	3,48	5,58	0,584	0,727	582 209	326 250	0,885	0,693	0,727	0,472	10,7	115,3	3 465 478	10,8	100,0	100,0
5. Coahuila	3,2	15,6	28,8	1,3	15,7	22,9	0,20	0,68	1,26	1,83	0,401	0,274	527 982	400 000	0,866	0,646	0,652	0,392	1,5	116,0	562 075	1,8	16,2	13,8
8. Chihuahua	11,2	28,8	41,2	0,7	10,3	16,0	1,09	1,80	2,57	4,01	0,535	0,569	947 097	600 000	0,751	0,583	0,544	0,301	1,2	50,6	513 470	1,6	14,8	11,1
10. Durango	20,1	40,6	49,0	0,5	8,8	13,6	2,28	2,99	3,61	5,54	0,593	0,871	482 038	280 000	0,952	0,723	0,795	0,537	1,8	156,4	538 866	1,7	15,5	16,4
24. S Luis Potosi	8,7	25,7	38,6	0,9	11,1	17,4	0,78	1,48	2,22	3,46	0,505	0,476	386 328	259 667	0,948	0,726	0,796	0,544	3,5	195,0	1 057 058	3,3	30,5	32,8
32. Zacatecas	19,8	45,7	56,9	0,0	4,1	7,3	4,85	6,23	7,74	13,92	0,698	1,084	649 805	250 000	0,880	0,733	0,766	0,531	2,8	108,7	794 009	2,5	22,9	25,9
Ocidente	33,9	44,8	53,5	0,3	7,7	12,6	4,40	3,57	4,26	6,93	0,633	1,217	668 597	360 000	0,913	0,676	0,736	0,466	16,2	101,1	5 489 262	17,1	100,0	100,0
1. Aguascalientes	20,3	31,4	39,9	0,3	10,3	17,2	1,97	1,83	2,32	3,86	0,520	0,679	640 280	477 375	0,933	0,590	0,694	0,393	0,6	94,2	229 220	0,7	4,2	3,4
6. Colima	8,5	28,6	43,2	0,5	9,3	15,4	0,92	1,85	2,80	4,65	0,540	0,562	690 417	520 000	0,879	0,620	0,671	0,394	0,2	86,4	94 030	0,3	1,7	1,5
11. Guanajuato	7,4	21,1	32,0	0,8	15,5	22,8	0,48	0,92	1,40	2,06	0,418	0,340	327 714	250 000	0,970	0,739	0,807	0,560	4,9	239,6	1 481 333	4,6	27,0	30,5
14. Jalisco	25,4	36,1	44,8	0,3	7,4	13,5	3,41	2,68	3,33	6,03	0,584	0,889	672 250	466 667	0,892	0,629	0,703	0,423	4,8	91,4	1 744 563	5,4	31,8	29,5
16. Michoacán	35,7	56,9	64,7	0,3	6,6	10,4	5,41	5,49	6,25	9,81	0,705	1,600	906 783	377 727	0,892	0,682	0,710	0,451	5,7	73,4	1 940 116	6,1	35,3	35,0
Península	10,8	23,9	36,8	0,7	9,8	15,5	1,10	1,54	2,38	3,76	0,521	0,530	447 673	288 062	0,900	0,713	0,752	0,504	3,2	156,9	990 303	3,1	100,0	100,0
4. Campeche	20,8	45,1	58,4	0,1	5,0	8,9	4,14	5,05	6,54	11,64	0,684	1,087	466 554	218 417	0,910	0,795	0,813	0,607	1,0	169,8	246 293	0,8	24,9	29,6
23. Quintana Roo	5,6	20,3	35,1	0,8	10,5	16,1	0,53	1,26	2,18	3,34	0,497	0,420	297 200	183 469	0,971	0,757	0,845	0,604	0,5	270,7	157 091	0,5	15,9	17,0
31. Yucatán	3,9	15,4	27,8	1,3	12,7	19,6	0,31	0,78	1,42	2,20	0,437	0,311	474 978	342 857	0,879	0,668	0,699	0,439	1,7	135,3	592 301	1,9	59,8	53,4
Sudeste	16,5	31,6	42,3	1,0	10,7	15,7	1,54	2,01	2,70	3,96	0,538	0,792	350 294	207 334	0,957	0,764	0,826	0,592	23,2	228,6	6 477 661	20,2	100,0	100,0
7. Chiapas	30,1	41,0	50,1	0,9	9,4	13,9	3,21	2,95	3,61	5,33	0,602	1,379	347 360	165 833	0,986	0,780	0,864	0,635	9,2	242,3	2 462 445	7,7	38,0	39,6
12. Guerrero	7,9	25,7	40,6	1,3	11,3	16,7	0,70	1,54	2,43	3,60	0,510	0,477	352 952	222 821	0,929	0,767	0,799	0,576	6,2	221,0	1 728 272	5,4	26,7	26,8
20. Oaxaca	8,8	24,4	35,2	1,2	11,8	17,4	0,75	1,41	2,03	2,99	0,481	0,433	351 285	229 134	0,950	0,745	0,804	0,559	7,8	220,5	2 286 944	7,1	35,3	33,6

C = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado ou região para o FGT nacional.

(1) Participação percentual do *i*-ésimo estado ou região na população pobre do país.

(2) Participação percentual do *i*-ésimo estado na população pobre da *h*-ésima região.

f = Contribuição percentual do *i*-ésimo estado para o FGT da *h*-ésima região. Para definição das outras variáveis, ver texto.

Fonte dos dados básicos: "Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 1992", INEGI, México, 1996.

Referências Bibliográficas.

Adelman, Irma e Cynthia Taft Morris., *Economic growth and social equity in developing countries*, Standford University Press, Stanford, California, 1973.

Adelman, Irma e Sherman Robinson., Income distribution and development. *Handbook of development economics*, vol. II, editado por H. Chenery e T.N. Srinivasan, Elsevier Science Publishers B. V., Amsterdam, 1989.

Aguilar G. G., Comparaciones Intertemporales de Distribuciones del Ingreso: México y Brasil. *Economía & Tecnología*, Instituto de Estudos Econômicos em Software, SP; vol.1, núm. 1, p. 67-80, janeiro-março 1998.

_____ *La distribución del ingreso en México. Tendencias 1950-1994 y análisis por factores componentes 1984-1992*. Tesis de Maestría en Economía, División de Estudios de Posgrado, Facultad de Economía, UNAM, México, 1995, 73p.

_____ *Desarrollo y crisis de la agricultura capitalista en Sonora*. Tesis de Ingeniero Agrónomo especialista en Economía Agrícola, Departamento de Economía Agrícola, Universidad Autónoma Chapingo, México, 1992, 124p.

Ahluwalia, Montek S., Desigualdad de los ingresos: algunas dimensiones del problema, em Chenery, H, *et.al.*, *Redistribución con crecimiento. Políticas para la distribución del ingreso en los países en desarrollo en el contexto del crecimiento económico*, Ed. Tecnos, Madrid, 1976.

Alesina, A. e Perotti, R., The Political Economy of Growth: A Critical Survey of the Recent Literature. *The World Bank Economic Review*, vol. 8, núm. 3, p.351-371, 1994.

Altimir, Oscar., Distribución del Ingreso e incidencia de la pobreza a lo largo del ajuste. *Revista de la CEPAL*, num. 52, p.7-32, abril 1994.

Atkinson, A.B., On the Measurement of Inequality. *Journal of Economic Theory*, p.244-263, 1970.

_____ On the Measurement of Poverty. *Econometrica*, vol.55, p.749-764, 1987.

Banco Interamericano de Desarrollo., *Progreso económico y social en América Latina, Informe 1993*, Washington, D.C., Octubre de 1993, 289p.

Banco de México., Distribución del ingreso. *Informe anual del Banco de México, 1994*, México, 1994.

Barkin, David., *Un desarrollo distorsionado: la integración de México a la economía mundial*, México, Siglo XXI e UAM-Xochimilco, 1991.

Birdsall, N., D. Ross e R. Sabot., Inequality and Growth Reconsidered: Lessons from East Asia. *The World Bank Economic Review*, vol. IX, núm. 3, p. 477-508, 1995.

Calderón Salazar, J., *Crisis Agrícola y Autogestión Campesina en México*, Universidad Autónoma Chapingo, México, 1990.

Cámara de Diputados., *Proyecto de Presupuesto de Egresos de la Federación para el Ejercicio Fiscal 1998*, Poder Legislativo Federal, LVII Legislatura, México, D.F., Diciembre 1997.

Camp, Roderic, A., *Los empresarios y la política en México: una visión contemporánea*, FCE, México, 1990, 290p.

CEPAL, *Transformación productiva con equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*, Santiago de Chile, 1992.

CEPAL., *La crisis en América Latina: su evaluación y perspectivas*. E/CEPAL/SES.20/G.25, febrero de 1984.

Clinton, Bill., *Economic Report of The President*, Washington, D.C., fevereiro 1997 e 1998.

Coplamar, I. *Las necesidades esenciales de México: Situación Actual y Perspectivas al año 2000* vol. I, *Alimentación*, México, Siglo XXI, 1983.

Cortés, Fernando e Ruvalcaba, Rosa María., *Autoexplotación forzada y equidad por empobrecimiento: La distribución del ingreso familiar en México (1977-1984)*, El Colégio de México, México, 1991.

Cowell, F.A., *Measuring inequality*. Second Edition, Prentice Hall Harvester Wheatsheaf, New York, 1995, 194p.

Deininger Klaus e Squire Lyn., *New Ways of Looking at Old Issues: Asset Inequality and Growth*, March 1998, 43p.

Esping-Anderson, G., *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Princeton: Princeton University Press, 1990, 315p.

Fishlow, Albert., Brazilian Size Distribution of Income. *The American Economic Review*, vol.67, num. 2, p.391-402, may 1972.

Foster J.E. & Shorrocks, A.F., Transfer sensitive inequality measures. *Review of Economic Studies*, vol. 54, p. 485-497, 1987.

..... Subgroup Consistent Poverty Indices. *Econometrica*, vol 56, p.687-709, 1991.

Fujii, G.G., La distribución del ingreso en México (1984-1992). *Investigación Económica*, vol. LV, num. 211, p.30-48, enero-marzo 1995, México.

Fujii G. G. & Aguilar G.G., La distribución del ingreso en México, 1984-1992: un estudio por componentes. *Comercio Exterior*, vol. 45, núm. 8, p.609-614, agosto 1995, México.

Furtado, Celso., *Análise do "modelo" brasileiro*, 5ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

Gastwirth, J. L., A General Definition of the Lorenz Curve. *Econometrica*, vol. 39, p.1037-1039, 1971.

_____ The Estimation of the Lorenz Curve and Gini Index, *Review of Economics and Statistics*, vol. 54, p.306-316, 1972.

Gastwirth, J. L., y M. Glauber; The Interpolation of the Lorenz Curve and Gini Index from Grouped Data. *Econometrica*, vol. 44, p.479-483, 1976.

Gollás, Manuel., Orígenes de la desigualdad en la distribución del ingreso en México, em Lustig, Nora (org.), *Panorama y Perspectivas de la economía mexicana*, El Colégio de México, 1980.

Guillén Romo, H., *Orígenes de la crisis en México 1940-1982*, ERA, México, 1985, 143p.

Hernández Laos E., Tendencias en la distribución del ingreso en México (1977-1984). *Análisis Económico*, núm 6, p. 17-56, enero-abril 1991, México.

Hoffmann, Rodolfo., *Desigualdade e pobreza no Brasil no periodo 1979-96 e a influência da inflação e do salário mínimo*, mimeo, março 1998, 29p.

_____ *Distribuição da renda: medidas de desigualdade e pobreza*, São Paulo:USP, 1997a, no prelo.

_____ Desigualdade entre estados na distribuição da renda no Brasil. *Economia Aplicada*, vol. 1, núm. 2, p.281-296,1997.

_____ O índice de Atkinson e a sensibilidade das medidas de desigualdade a transferências regressivas. *Revista de Econometria*, vol. 14, núm. 2, novembro 1994/março 1995, p.159-176, 1995.

_____ Sensibilidade das medidas de desigualdade a transferências regressivas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 22, n.2, p. 289-304, agosto 1992.

_____ Estimación da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e da Redundância. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 9, núm. 3, p.719-738, dezembro 1979.

_____ *Contribuição à análise da distribuição da renda e da posse da terra no Brasil*, Tese de Livre-Docente, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, 1971, 161p.

_____ *Contribuição à análise da distribuição da posse da terra no Brasil*, Tese de Mestrado, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 1967, 65p.

Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática., *Encuestas Nacionales de Ingresos y Gastos de los Hogares 1984-1994*, Informação em CD-Rom, México, 1996.

_____ *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares: Informe de la base conceptual y metodología*, México, 1989.

_____ *Sistema de Cuentas Nacionales de México*, México, 1998.

Jenkins S.P. & Lambert, P.J., Three ‘I’s of poverty curves, with an analysis of UK poverty trends. *Oxford Economic Papers*, vol. 49, p. 317-327, 1997.

Jusidman, Clara, *La Política Social en Estados Unidos*, Fondo Solidaridad, México, 1996, 181p.

Kim Kwan, S., La Economía Social y Política de la Desigualdad. *Investigación Económica*, vol.LVI, núm.218, p.73-125, octubre-diciembre, 1996, México.

Kusnir Liliana., *La Política Social en Europa*, Fondo Solidaridad, México, 1996, 190p.

Kuznets, Simon., Economic growth and income inequality. *The American Economic Review*, vol. 45, núm. 1, p.1-28, march 1955.

Langoni, C.G., *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1973, 315p.

Levy, Paul A., Redistribution - The Market’s Overhead. *Review of Radical Political Economics*, vol. 26, núm. 4, p.1-22, 1994.

Lustig, Nora., Aspectos de la desigualdad en México, em Lustig, Nora (org)., *Panorama y Perspectivas de la economía mexicana*, El Colégio de México, 1980.

Lustig, Nora e Deutsch Ruthanne., *The Inter-American Development Bank and Poverty Reduction: An Overview*, Washington, D.C., May 1998, 50p.

Micheli, Jordy., *Nueva manufactura, globalización y producción de automóviles en México*, Tesis de Maestría en Economía, División de Estudios de Posgrado de la Facultad de economía, UNAM, 1991.

Navarrete, Ifigenia Martínez de, *La distribución del ingreso y el desarrollo económico de México*, Instituto de Investigaciones Económicas, Escuela Nacional de Economía, México, 1960.

_____ La distribución del ingreso en México: tendencias y perspectivas. *El Perfil de México en 1980*, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México, 1970.

Paukert Félix, Income distribution at different levels of development: a survey of evidence. *International Labor Review*, núm. 108, p.97-125, aug-sept 1973.

Persson, T. e Tabellini, G., Is Inequality Harmful for Growth?. *The American Economic Review*, vol. 84, núm 3, p.600-621,1994.

Pinto, Anibal., *Distribuição de renda na America Latina e desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

Ramos, L.R.A., *The Distribution of Earnings in Brazi: 1976-1985*, Ph.D. Dissertation, Department of Economics, University of California, Berkeley, october 1990, 133p.

Salem, A. Z. B., y T.D. Mount., A Convenient Description Model of Income Distribution: The Gamma Density. *Econometrica*, vol. 42, p.1115-1127, 1974.

Singer, Paul., Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil, em Tolipan e Tinelli, coordinadores, *op cit.*, p. 73-104, 1975.

Singh, S. K., y A. S. Maddala, A Function for the Size Distribution of Income, *Econometrica*, vol. 44, p.963-970, 1976.

Shorrocks, A.F., Revisiting the Sen Poverty Index. *Econometrica*, vol 63, p.1225-1230, 1995.

Székely, Miguel., Aspectos de la desigualdad en México. *El Trimestre Económico*, vol. LXII, núm. 2., p.201-243, abril-junio de 1995.

_____ Income distribution and poverty in Mexico. In Bulmer-Thomas, Victor (org)., *The New Economic Model in Latin America and its impact on income distribution and poverty*, Institute of Latin American Studies Series, University of London, 1996, 357p.

Tolipan e Tinelli, (org)., *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.

Weisskopf, R., Income Distribution and Economic Growth in Puerto Rico, Argentina and Mexico. *The Review of Income and Wealth*, 1970.

Wright, Charles L., Income Inequality and Economic Growth: Examining the Evidence. *The Journal of Developing Areas*, vol. 13, p.49-66, october 1978.

Zini, Júnior, A.A., Hiperinflación, credibilidad y estabilización: un ensayo de interpretación de historia monetaria. *Investigación Económica*, vol. LIV, núm. 209, pp. 5-54, UNAM, México, julio-septiembre 1994.